



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA DO OESTE PAULISTA PARA A
AMAZÔNIA: trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do Norte Mato-
Grossense**

Belém
2015

ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA DO OESTE PAULISTA PARA A
AMAZÔNIA: trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do Norte Mato-
Grossense**

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da
Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de
título de doutor no Programa de Doutorado em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva

Belém
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Tafner Junior, Armando Wilson

Expansão da fronteira agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia /
Armando Wilson Tafner Junior ; Orientador, Fábio Carlos da Silva. – 2015.

250f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do
Trópico Úmido, Belém, 2015.

1. Fronteira – expansão territorial. 2. Latifúndio. 3. São Felix do Xingu. 4. Alta
Floresta (MT). 5. Desenvolvimento sustentável. I. Silva, Fábio Carlos da,
orientadora. II. Título.

CDD 22 ed. 330.97209811

ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA DO OESTE PAULISTA PARA A
AMAZÔNIA: trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do Norte Mato-
Grossense**

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da
Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de
título de doutor no Programa de Doutorado em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Mário Amin
Examinador Externo – UNAMA

Prof. Dr. Lucas Araújo Carvalho
Examinador Externo - UFAC

*A minha mulher Girlane e a minha filha
Ana Júlia, por me iluminarem e darem
sentido a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a uma força superior que não sei de onde vem e que sempre me consagra com um poder de superação imensurável, com o qual eu pude ter forças para enfrentar todos os acontecimentos ocorridos em minha vida durante o período de elaboração desta tese.

Ao meu pai Armando (*in memoriam*), que durante o período de pesquisa deste trabalho veio a faltar-me, o que foi a maior perda da minha vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva, por ter aceitado orientar a minha dissertação de mestrado em 2008, e me incentivado a elaborar o presente trabalho com grande comprometimento, concedendo-me conhecimentos e ensinamentos que levarei para o resto de minha vida.

Aos Professores Doutores Alexandre Magno Mello de Faria e Alexandre Ribeiro, da Universidade Federal de Mato Grosso, por transformarem a minha vida profissional, acolhendo a mim e a minha família com enorme fraternidade.

Ao Bispo Dom Pedro Casaldáliga pela entrevista concedida, mesmo tendo sua saúde comprometida e à Prof. Dra. Rosane Rosa, da Universidade Estadual de Mato Grosso, por não medir esforços em me ajudar a realizar esta tese. Estendo estes agradecimentos aos colonos pioneiros de Alta Floresta, que forneceram parte de seu tempo para conceder-me entrevistas. Outros entrevistados também fazem parte deste agradecimento.

Agradeço também a todos os meus alunos que passaram em minha sala de aula e que, com sua vivência, me proporcionam conhecimentos que ainda não estão nos livros.

Agradeço ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), o qual tenho um carinho especial, por ter me proporcionado a chance de fazer uma pós-graduação. Aqui cheguei menino e estou saindo um homem. Na pessoa da Dona Graça, agradeço a todos os funcionários por terem me recebido muito bem, desde o primeiro momento que cheguei em Belém. Todos foram muito importantes para que eu pudesse ter chegado até aqui.

E por fim, e mais importante, agradeço especialmente a minha mulher Girlane, que durante a elaboração desta tese me proporcionou a maior alegria da minha vida, ser pai. Ainda agradeço a sua compreensão, e também da Ana Júlia, por eu ter ficado distante durante a elaboração desta tese. Obrigado, meu amor, por viver a minha vida.

CONFISSÕES DE UM LATIFÚNDIO

*Por onde passei,
Plantei a cerca farpada,
Plantei a queimada.*

*Por onde passei,
Plantei a morte matada.*

*Por onde passei,
Matei a tribo calada,
A roça suada,
A terra esperada...*

*Por onde passei,
Tendo tudo em lei,
Eu plantei o nada.*

(Dom Pedro Casaldáliga)

Nas colônias o regime capitalista esbarra em um obstáculo, o produtor, que possuindo suas próprias condições de trabalho enriquece a si mesmo, e não ao capitalista. A contradição entre os dois sistemas diametralmente opostos se patenteia, na prática, na luta que se trava entre eles. Quando o capitalista se apóia no poder da pátria-mãe, procura afastar do caminho, pela força, o modo de produzir os bens e de apropriar-se deles, baseado no trabalho próprio. No interesse da chamada riqueza nacional, procura meios artificiais que estabeleçam a pobreza do povo.

(Karl Marx)

RESUMO

A expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste do Brasil, teve início com o seu descobrimento em 1500. Após a procura pelo pau-brasil, foi implantada pelos portugueses na região Nordeste a produção de açúcar derivado da cana. Já na região sudeste, como a produção de cana-de-açúcar não deu certo, a ocupação se deu por meio das bandeiras. O fenômeno continuou em direção ao Oeste com a descoberta do ouro e com a acumulação de capital advindo da cafeicultura. Posteriormente, aproximadamente quatro séculos e meio após a descoberta do Brasil, o governo federal incentivou a ocupação da Amazônia, primeiro na Era Vargas, década de 1930, com a Marcha para o Oeste e em um segundo momento, já na década de 1960, com a política de incentivos fiscais, coordenada pelo governo militar e intermediada pela SUDAM, que privatizou as florestas, entregando-as aos capitalistas do Centro-Sul, principalmente os paulistas. Um desses capitalistas, pioneiros no recebimento de incentivos fiscais, foi a família Ometto que montou um império por meio de usinas sucroalcooleiras espalhadas pelo interior de São Paulo. A família Ometto era sócia de Ariosto da Riva no empreendimento denominado de Agropecuária Suiá-Missú S/A, localizada no então distrito de São Félix do Araguaia, pertencente ao município de Barra do Garças. Ariosto da Riva vendeu sua parte ao Grupo Ometto e adquiriu terras ao Norte do Estado de Mato Grosso, promovendo colonização privada no município que denominou de Alta Floresta. Em ambos os casos, o conflito de interesses entre, aqueles que já estavam instalados ou vieram se instalar na região amazônica posteriormente, com os dos capitalistas que passaram a ser os donos da terra, foi inevitável. Tensões sociais ocorreram, prolongando-se por décadas, e o discurso do desenvolvimentismo utilizado para povoar a região promoveu a insustentabilidade, fazendo acontecer impactos socioambientais e culturais difíceis de serem revertidos.

Palavras-chave: Frente de expansão. Frente pioneira. Latifúndio. São Félix do Araguaia. Alta Floresta. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The expansion of the agricultural frontier towards West of Brazil, began with the its discovery in 1500. After the search for pau-brasil, was implanted by the Portuguese in the Northeast region the production of sugar derived from sugar cane. In the southeast region, how the production of cane sugar did not right, the occupation came through of the flags. The phenomenon continued westward with the discovery of gold and the capital accumulation arising of coffee. Later, about four and a half centuries after the discovery of Brazil, the federal government encouraged the occupation of the Amazon, first in Vargas, 1930, with the March to the West and in a second stage, already in the 1960s, with the tax incentive policy, coordinated by the military government and brokered by SUDAM, that privatized forests, delivering them to the capitalist South Central, especially the from São Paulo. One of these capitalists, pioneers in receiving tax incentives, was the Ometto family who set up an empire through sugarcane mills around the interior of São Paulo. The Ometto family was partner of Ariosto da Riva in the enterprise called Agropecuária Suiá-Missú S / A, located in the then district of São Félix do Araguaia, in the municipality of Barra do Garças. Ariosto da Riva sold his share to Ometto Group and acquired land to the north of Mato Grosso, promoting private colonization in the city he called Alta Floresta. In both cases, the conflict of interests between those who already were installed or came to install in the Amazon region later, with the of the capitalists who have to be the owners of the land, was inevitable. Social tensions occurred and lasted for decades, and developmentalism speech used to occupy the region promoted the unsustainability, making it happen impacts social, environmental and cultural difficult of being reversed.

Keywords: Front expansion. Pioneer front. Latifundia. São Félix do Araguaia. Alta Floresta. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Procedência dos Imigrantes vindos para São Paulo entre 1906-1917.	55
Gráfico 2 –	Procedência dos Imigrantes vindos para São Paulo entre 1918-1929.	56
Fotografia 1–	Caterina Biaiso e seus filhos.....	97
Quadro 1–	Quadro de acionista da Agropecuária Suiá-Missú em 1971.....	140
Quadro 2 –	Quadro acionário da Agropecuária do Cachimbo S/A em 1974.....	143
Gráfico 3 –	Distribuição do PIB de São Félix do Araguaia por Setores.....	173
Quadro 3 –	Resultado do Leilão de Aripuanã.....	182
Gráfico 4 –	Distribuição do PIB de Alta Floresta por Setores.....	230

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Comunicado sobre a articulação pró-migração publicado no veículo de comunicação Correio Paulistano.....	75
Figura 2 –	Reportagem publicada no veículo de comunicação Correio Paulistano que relata as ações de Martinho Prado Jr. na Itália....	76
Figura 3 –	Capa de folheto de propaganda distribuídos na Itália.....	77
Figura 4 –	Porto de Gênova no século XIX.....	78
Figura 5 –	Porto da Gamboa em 1885.....	79
Figura 6 –	Hospedaria da Ilha das Flores em 1887.....	80
Figura 7 –	Documento de Matrícula da Chegada de Antônio Ometto no Brasil (original e aproximado.....	81
Figura 8 –	Tabela referente a alimentação na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.....	82
Figura 9 –	Documento de Matrícula da chegada de Girolamo Ometto ao Brasil (Original e aproximado.....	85
Figura 10 –	Documento de compra e venda da 1ª aquisição da família Ometto.....	91
Figura 11 –	Cartão Postal com a imagem da Fábrica de Tecidos Arethuzina.	92
Figura 12 –	Árvore Genealógica da Família Ometto.....	96
Figura 13 –	Orlando Chesini Ometto em sua formatura.....	101
Figuras 14 e 15 –	Propaganda de concessionárias pertencentes a família Ometto...	102
Figura 16 –	Certificação de compra da fazenda primavera por Pedro Ometto e Narcisa Chesini Ometto.....	105
Figura 17 –	Transporte de Máquinas por carro de boi.....	111
Figura 18 –	Caterina Biasio.....	112
Figura 19 –	Afirmação de certificação da FUNAI e da Prefeitura de Barra do Garças.....	124
Figuras 20 e 21 –	Reportagem Publicada no Jornal Diário da Noite.....	136
Figura 22 –	Imagem da Reunião ocorrida em 20 de junho no Posto da Mata.	152
Figura 23 –	Imagem do Mapa de Invasão distribuídos na Reunião.....	162
Figura 24 –	Ariosto da Riva.....	175
Figuras 25 e 26 –	Trabalhadores Derrubando a Mata e Construindo a Rodovia.....	192
Figuras 27 e 28 –	Imagens Aéreas da Abertura da Rodovia.....	193
Figura 29 e 30 –	Pista de Pouso.....	194
Figuras 31 e 32 –	Imagens Aéreas de Alta Floresta.....	195
Figura 33 e 34 –	Os Colonos Chegando em Alta Floresta.....	197
Figura 35 –	Exemplo de Suplemento Distribuído pela INDECO.....	203
Figura 36 –	Assinatura de Geisel aprovando o Projeto Terranova.....	213
Figura 37 –	Produção de Mudanças na Fazenda Caiabí.....	218

Figura 38 –	Notícia Publicada no Veículo Fatos Populares.....	224
Figura 39 –	Retrato da Violência do Garimpo de Alta Floresta.....	225
Figuras 40, 41 e 42 –	Evolução do Desmatamento em Alta Floresta.....	227

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Capitania Hereditárias com a localização da Capitania de São Vicente.....	32
Mapa 2 –	Caminho percorrido pelos Bandeirantes de Sorocaba a Cuiabá.....	40
Mapa 3 –	Localização do Vale do Paraíba.....	44
Mapa 4 –	Localização dos municípios onde as famílias Toledo Piza e Prado direcionaram seus negócios.....	48
Mapa 5 –	Localização de Pádova, Comuna di Mira, Veneza e Gênova.....	72
Mapa 6 –	Caminho Percorrido pela Família Ometto em sua Chegada ao Brasil.....	84
Mapa 7 –	Localização do Município de Piracicaba.....	87
Mapa 8 –	Localização de São Félix do Araguaia.....	126
Mapa 9 –	Localização da Agropecuária Suiá-Missú.....	130
Mapa 10 –	Localização de Marãiwatsédé.....	132
Mapa 11 –	Caminho Percorrido a pé pelos Índios Xavantes: de São Marcos à Marãiwatsédé	139
Mapa 12 –	Localização de Matupá.....	142
Mapa 13 –	Localização do Posto da Mata.....	151
Mapa 14 –	Localização de Ribeirão Cascalheira em relação a Terra Indígena de Marãiwatsédé.....	169
Mapa 15 –	Desmatamento antes da Invasão das Terras Indígenas de Marãiwatsédé...	170
Mapa 16 –	Desmatamento após a Devolução das Terras Indígenas de Marãiwatsédé aos Xavantes.....	171
Mapa 17 –	Percurso percorrido por Ariosto da Riva até começar a trabalhar com Geremia Lunardelli.....	176
Mapa 18 –	Localização de Naviraí-MS.....	177
Mapa 19 –	Terras adquiridas por Ariosto da Riva.....	182
Mapa 20 –	Localização do Entroncamento entre as Rodovias BR-163 e MT-.....	190
Mapa 21 –	Localização dos escritórios da INDECO no Norte do Paraná.....	204
Mapa 22 –	Localização de Alta Floresta e a Hidrografia da Região.....	223

LISTA DE SIGLAS

APROSUM	Associação de Produtores Rurais da Suiá-Missú
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNC	Conselho Nacional do Café
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
CODESPAR	Comissária de Despachos Aduaneiros Paraná em Paranaguá
DNC	Departamento Nacional do Café
ESALQ	Estação Experimental de Cana-de-Açúcar, que estava sob o regimento da Escola Agrícola Luís de Queiroz
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto do Cacau
IDH	Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDECO	Integração, Desenvolvimento e Colonização
INTERMAT	Instituto de Terras do Mato Grosso
IOR	Instituto para Obras de Religião
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRGA	Instituto Rio-grandense do Arroz
ISA	Instituto Socioambiental
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NASA	Nacional de Aeronáutica e Espaço
PCAs	Programas de Assentamento Conjunto
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POJ	Programa de Oportunidade ao Jovem
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRODEAGRO	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio

SCMU	Sugar Cane Mosaic Vírus
SPI	Serial Peripheral Interface
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
STF	Superior Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUPRA	Superintendência de Políticas de Reforma Agrária
SUS	Sistema Único de Saúde
TAM	Transporte Aéreo de Marília
TRF	Tribunal Regional Federal
UF	Unidade da Federação
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
USADA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA EM DIREÇÃO À AMAZÔNIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	23
2.1	Fronteira, Frentes Pioneiras e Frentes de Expansão.....	23
2.2	Os Precursores da Expansão da Fronteira Agropecuária no Brasil: os Bandeirantes.....	30
2.3	Economia Mineira: Continuação das Ações Precursoras.....	36
2.4	Economia Cafeeira e a Acumulação para a Expansão da Fronteira Agropecuária.....	41
2.5	Marcha Pioneira: em direção ao Oeste paulista.....	46
2.6	O Café e a Imigração Européia.....	52
2.7	A Marcha para o Oeste.....	59
3	A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA OMETTO E A EXPANSÃO DE SEUS NEGÓCIOS PARA A AMAZÔNIA.....	67
3.1	Os Motivos que levaram à Grande Migração Italiana.....	67
3.2	As Origens da Família Ometto e a vinda para o Brasil.....	69
3.3	As primeiras aquisições da família Ometto.....	89
3.4	As Usinas de Açúcar.....	106
2.4.1	Mário Dedini (1873-1970).....	108
3.4.2	A Usina Boa Vista.....	111
3.4.3	Usina São João.....	112
3.4.4	Usina Iracema.....	113
3.4.5	Usina Costa Pinto.....	114
3.4.6	Usina da Barra.....	115
3.4.7	Usina Santa Lúcia.....	116
3.4.8	Usina São Martinho.....	117
3.4.9	Usina Santa Cruz.....	118
3.5	Aumento da Produção Canavieira e Ascensão Política da família Ometto....	119
4	A EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS DA FAMÍLIA OMETTO PARA A AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE E A COLONIZAÇÃO EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA.....	123
4.1	Pedro Casaldáliga.....	143
4.2	A atuação da AGIP nas terras Xavantes.....	147
4.3	O Processo de Repatriação Xavante.....	150
4.4	As Consequências da Invasão do Território Indígena para a Sociedade Xavante.....	168

4.5	A Atual Conjuntura do Município de São Félix do Araguaia.....	172
5	ALTA FLORESTA: UMA COLÔNIA DE ARIOSTO DA RIVA.....	175
5.1	Privatização da Terra na Amazônia Mato-grossense.....	178
5.2	O Início da Colonização de Alta Floresta.....	183
5.3	Atraindo os colonos.....	200
5.4	O Bandeirante do Século XX é um criador de cidades.....	214
5.5	A Chegada do Garimpo em Alta Floresta.....	219
5.6	A Atual Conjuntura de Alta Floresta.....	226
6	CONCLUSÃO.....	231
	REFERÊNCIAS.....	237
	APENDICES.....	246
	ANEXO.....	248

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi, para a Amazônia brasileira, um período de intensas transformações. A busca pela integração do mercado, legado da Marcha para o Oeste, foi retomada pelas políticas públicas estabelecidas durante o governo militar. O discurso do governo federal não foi difícil de ser compreendido, pois a população residente na região leste do país, já tinha em seu imaginário a ideia de que o Brasil, com suas dimensões continentais, apresentava em seus interiores formas pré-capitalistas, onde a produção ainda era manufatureira, e sendo assim, as regiões longínquas eram economicamente atrasadas, se comparadas à modernidade que a industrialização proporcionava às regiões que efetivamente eram o centro econômico do país. A população que estava vivendo nas áreas mais distantes, geralmente ocupando a área há séculos, e alguns outros poucos, instalaram-se na região devido à falta de oportunidades a que estiveram sujeitos em outras partes do país, e objetivavam primordialmente o seu auto-sustento. Por outro lado havia a pulsão do mercado, motivada pelo aumento da demanda por produtos agropecuários nas áreas mais urbanizadas do país. Aliada ao movimento que causaria a intersecção dessas duas frentes, houve a especulação de terras na Amazônia, sendo que a absorção de terras na região por parte do capital, tinha como principal objetivo para os que dela se apossassem, a reprodução deste capital. Tentando coordenar todos esses interesses estava o Estado, incentivando a ocupação de terra e atendendo os grandes capitalistas. Se a Marcha para o Oeste foi a abertura da Amazônia para o capital, o governo federal na década de 1960 escancarou a região para o mesmo, e o envolvimento do Estado não só foi muito mais intenso como, desde o início este participou do fornecimento de incentivos e estímulos à ocupação das novas áreas. A partir do fim da década de 1960, o avanço do capital agropecuário, que já não estava muito distante da região amazônica, recebeu um impulso significativo, não só com resultado de obras de infraestrutura, como também em decorrência da concessão de incentivos e subsídios e da política de terras públicas. Assim, ao invés de, como no passado, na Marcha para o Oeste, o governo federal se restringir à orientação e à correção da integração do mercado, o Estado passou a estimular a ocupação de novas áreas na Amazônia, intensificando as forças capitalistas dispostas a operar na região e oprimindo as forças que lá já estavam situadas a tempos.

Esse movimento, que estimulava a economia a caminhar em direção à Amazônia, proposto pela ditadura militar, resultou em diversos problemas de todo o tipo de ordem: concentração de terras, ausência de reforma agrária, crescimento e surgimento desordenado de

idades, eliminação de populações tradicionais e o êxodo rural. Estes são alguns dos principais problemas que a sociedade enfrentou e que foram tratados como um efeito colateral de um conceito denominado de: expansão da fronteira agropecuária.

Esse fenômeno, intensificado na década de 1960, não surgiu dentro da ditadura militar, nem mesmo durante a Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. Segundo Baer (2002), a expansão da fronteira agropecuária teve seu início no momento em que o Brasil começou a ser colonizado, e com essa proposição assimilada, a avaliação e o relato dos fatos históricos anteriores à intensificação da expansão da fronteira agropecuária, torna-se parte importante da reflexão para que se compreenda os motivos pelos quais o processo de colonização que se direcionou ao Oeste gerou diversos tipos de problemas.

Quem foi para Oeste? Qual o interesse dessas pessoas nas terras longínquas? Para responder essas questões, há que se verificar na formação socioeconômica do Brasil os motivos pelo qual a elite econômica nacional se alicerçou no Centro-Sul do país, mais precisamente no Estado de São Paulo. O fracasso na implementação da cultura canavieira na Capitania de São Vicente por parte de Martim Afonso de Souza, foi o motivo pelos quais os primeiros colonos do Estado de São Paulo se direcionaram para o Oeste, subindo a Serra do Mar e estabelecendo o povoamento na região, que dessa forma, não sofreu com a exploração portuguesa como a região Nordeste do país.

Os ocupantes da Capitania de São Vicente, que passaram a viver da terra, encontraram metais preciosos quando, cada vez mais, se direcionavam para o Oeste. Comandados pelo pensamento mercantilista que imperava na época, passaram a fazer suas expedições, identificadas cada uma pela bandeira de seu clã. Surgiam assim os bandeirantes, os primeiros não-índios a chegarem em Mato Grosso. A Economia Mineira passou a ser a principal atividade produtiva do Brasil, superando a economia canavieira que estava em derrocada. Ainda que o centro desta atividade fosse no Estado de Minas Gerais, grande parte do ouro que ficou no Brasil, acabou indo para os que abasteciam os garimpeiros exportadores do metal precioso com bens de primeira necessidade, e a sua maioria estava em São Paulo, Estado onde seria implementada a cafeicultura, exatamente por esta ter servido como centro abastecedor da Economia Mineira.

A cafeicultura – escravocrata em seu início – com a abolição passou a ser importadora de mão de obra europeia. A cultura imperialista de acumulação de capital trazida pelos migrantes, encontrou as condições necessárias para ser efetivada. Sendo a maioria de origem italiana, chegaram ao Vale do Paraíba para serem assalariados e conseguindo economizar

algum capital, muitos se destinaram às terras virgens localizadas no Oeste paulista para plantarem café.

Os patriarcas da família Ometto foram alguns desses migrantes que vieram ao Brasil para suprir a mão de obra escrava nas plantações de café, mas não se dedicaram a plantação desse grão, mas sim à cana-de-açúcar, e enquanto o café financiava o processo de industrialização no Brasil, os Ometto expandiam suas plantações, que foram automatizadas a partir da crise de 1929, com a queda econômica da cafeicultura no Brasil. A família Da Riva, também chegou ao Brasil por meio das migrações oceânicas e se estabeleceu no Oeste paulista, onde nasceu Ariosto da Riva, conhecido como o último bandeirante.

A família Ometto e Ariosto da Riva, que chegaram a se associar, foram exemplos de expansionistas, promotores do avanço da fronteira agropecuária do Oeste paulista para a Amazônia. A presente tese tem como objetivo relatar as trajetórias desses atores e explicitar os motivos que fizeram com que ambos se direcionassem ao Norte de Mato Grosso e consolidassem processos de colonização distintos na região e suas consequências. Por meio da configuração do processo histórico, serão detalhados os motivos que fizeram com que os Ometto e os Da Riva conseguissem expandir os seus negócios em direção à Amazônia, assim como o desenvolvimento dos acontecimentos e os resultados de uma colonização privada que ocorreu dentro dos ditames do governo nacional, obedecendo o centro acumulador que foi o resultado de um processo histórico que sempre o teve como explorador (ou co-explorador), e que deu continuidade a essas ações, visando sempre a reprodução do capital. Com isso, procura-se entender a colonização nos municípios de São Félix do Araguaia, feita pela família Ometto por meio da Agropecuária Suiá-Missú S/A estabelecida em meio a um dos maiores latifúndios do país, e em Alta Floresta, promovida por Ariosto da Riva por meio da colonizadora INDECO, de sua propriedade, loteando terras onde antes, de acordo com o Projeto Humboldt formulado pelo governo federal, seria estabelecida a UNISELVA, uma cidade científica que visaria a criação e a implementação de tecnologias voltadas estritamente ao bioma amazônico. O aprofundamento dos relatos dos fatos históricos e suas análises, permite entender a relação entre história e desenvolvimento, demonstrando a relação existente nessas duas vertentes científicas, e assim pode-se evidenciar ações que podem futuramente, serem ou não repetidas, proporcionando instrumentos para análises e debates acerca da ocupação da Amazônia, fazendo com que as externalidades negativas desse processo sejam minimizadas, e que as externalidades positivas sejam potencializadas, fazendo com que a sustentabilidade prevaleça.

Para que o objetivo geral seja alcançado, foram estabelecidos objetivos específicos baseados em aspectos históricos que forneceram instrumentos de análise para que o objetivo geral fosse contemplado. A saber, os objetivos específicos são: a) Recuperar as referências teórico-históricas de reprodução do capital após o início da colonização do Brasil, chegando até o planejamento de integração destinado à Amazônia, demonstrando os motivos que originaram o movimento de expansão da fronteira agropecuária desde o Oeste paulista até a chegada à região Norte de Mato Grosso; b) Relatar como se deu a imigração italiana para o Brasil, e a capacidade de acumulação de capital desses imigrantes que proporcionaram a oportunidade de aquisição de terras no Oeste paulista, originando a expansão da fronteira agrícola para essa região, o que instrumentaliza a identificação e a análise dos fatores que levaram os imigrantes italianos da família Ometto a optarem pela expansão de suas terras para a Amazônia, avaliando as relações desta família com o governo federal e com Ariosto da Riva (primeiro proprietário da Fazenda Suiá-Missú); c) Demonstrar como ocorreu o acesso da família Ometto a terras localizadas no então distrito de São Félix do Araguaia, no município de Barra do Garças e a utilização dos recursos de incentivos fiscais proporcionados pelo governo federal por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para a implementação da Agropecuária Suiá-Missu (o que ditou o modelo de desenvolvimento latifundiário na região), relacionando os fatos históricos com o desenvolvimento conflituoso no território; d) Explicar como se deu as negociações das terras, localizadas ao Norte do Estado de Mato Grosso, que seriam destinadas ao Projeto Humboldt, onde o município de Alta Floresta está localizado, o processo de colonização privada implementado por Ariosto da Riva nesta cidade e o seu desenvolvimento.

Para que os objetivos específicos fossem concretizados, foi feito um levantamento bibliográfico de registros históricos e científicos que relatam o início da expansão da fronteira agropecuária no Brasil, a ocupação da Amazônia e o processo de colonização em Mato Grosso. Dessa forma, foi possível identificar os precursores da expansão da fronteira agropecuária; a dinâmica econômica que a sociedade vivenciava em períodos distintos; e ainda, as estratégias de desenvolvimento elaboradas pelo poder público ao longo da história brasileira, que condicionaram a ida do capital em direção à Amazônia. A bibliografia ainda será aplicada acerca da imigração italiana, devido à descendência das famílias Ometto e Da Riva, sendo recuperados os motivos que levaram essas famílias a migrarem para o Brasil, esclarecendo o que ocorria no Brasil e também na Itália.

A pesquisa bibliográfica é confrontada com documentos, depoimentos, e materiais veiculados entre os meios de comunicação, assim como as ações políticas e os seus interesses.

Com esses confrontos de informações, na análise empírica dos municípios, pôde ser considerado todo o aspecto histórico de sua formação em várias vertentes, como a econômica, ambiental, social, cultural, antropológica, ecológica e espacial, dando um caráter interdisciplinar à presente tese.

A inspiração que levou a escolha do presente tema, foi derivada das pesquisas elaboradas dentro do grupo de estudos História Econômica e Políticas Públicas na Amazônia, que originou a elaboração de um projeto que visava o estudo das famílias proprietárias dos primeiros empreendimentos que foram contemplados pela SUDAM com o mecanismo de incentivos fiscais. Entre elas estava a família Ometto. Aprofundando os estudos sobre esta família empreendedora, viu-se que a sua chegada à Amazônia, se deu por meio de um ex-funcionário da família Lunardelli (umas das três famílias pioneiras no recebimento do incentivo fiscal). Esse funcionário era Ariosto da Riva e seus feitos eram ecoados em veículos de comunicação de âmbito nacional. Era conhecido como Bandeirante do século XX. Todos estavam sempre articulados com o poder público estadual e federal.

O processo de colonização moldado por Ariosto da Riva em Alta Floresta é ilustrado por diversas imagens ao longo do trabalho. O surgimento de uma cidade em menos de seis meses no meio do coração da Amazônia assusta pela sua dimensão, e esse espanto pode ser melhor compreendido por essas figuras.

Além das imagens, os depoimentos de pioneiros que se instalaram em Alta Floresta e também do bispo Dom Pedro Casaldáliga que chegou a São Félix do Araguaia em meio ao tumulto da ocupação latifundiária na Amazônia, também ajudam a trazer à tona, detalhes que colaboram para situar o leitor na realidade vivida na época.

Ainda, para complementar o trabalho, dados secundários foram utilizados para relatar a atualidade e a realidade de cada município estudado.

Para tanto, a tese foi estruturada em quatro capítulos que são antecidos por essa introdução e precedidos pela conclusão. O primeiro capítulo é destinado a origem da expansão da fronteira agropecuária e os motivos que provocaram o seu avanço em direção à Amazônia. Para a elaboração do capítulo foi utilizada uma base teórica de autores que se dedicaram ao estudo do fenômeno da expansão da fronteira agropecuária e a elaboração dos conceitos de frentes pioneira e frentes de expansão. Posteriormente, a história socioeconômica é relatada desde o início da colonização do Brasil até as políticas de incentivos fiscais direcionadas à Amazônia, passando pela intervenção do estado na economia e sua formulação de políticas públicas e planejamento regional.

O segundo capítulo se remete à família Ometto, desde a sua pobre vida na Itália até a construção de um império econômico no Brasil. É relatado como ocorreu o processo de acumulação de capital por parte dos irmãos Ometto, que possibilitou investimentos que promovessem a reprodução de seu capital, originando a construção de usinas espalhadas pelo interior de São Paulo e a posse de um dos maiores latifúndios do mundo dentro da Amazônia mato-grossense.

Ficou por conta do terceiro capítulo a incumbência de mostrar a atividade do Grupo Ometto em São Félix do Araguaia e o desenvolvimento da região, que após a venda das terras para o grupo italiano Agip Petroli, que promoveu por mais de vinte anos de ocupação latifundiária e exploração do território, acabou por devolver a terra aos índios Xavante em 1992. Ainda assim, mesmo tendo a posse das terras de forma legal, os Xavante demoraram outros vinte anos para realmente poderem viver novamente na terra a qual pertencem.

O processo de colonização de Alta Floresta é interpretado no quarto capítulo. Como Ariosto da Riva adquiriu aquelas terras, e como ele promoveu a colonização? Quem eram os colonos? De onde vieram? Onde atuaram? E quem era e de onde veio o bandeirante do século XX? Essas respostas estão esmiuçadas neste capítulo. O desenvolvimento do processo de colonização, os conflitos de culturas, as tensões geradas por objetivos diferentes entre garimpeiros e agricultores, pós descoberta do ouro no município, também serão relatados neste capítulo.

Cabe às conclusões chamar a atenção para aos resultados, sintetizando-os, fazendo com que as questões levantadas no trabalho, possam ser um impulso para a busca da justiça socioambiental no Norte de Mato Grosso.

Nesta tese que mostra a insustentabilidade e o não reconhecimento de direitos constitucionais básicos, faz deste documento uma ferramenta de esclarecimento, de como foi e está sendo realizada a ocupação em uma parte da Amazônia brasileira.

2 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA EM DIREÇÃO À AMAZÔNIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A chegada do fenômeno de expansão da fronteira agropecuária na Amazônia foi ocasionado por diversos fatos históricos, sempre direcionados pela lógica capitalista de acumulação, alicerçados em duas condições: exploração de mão de obra (inicialmente escravos e, posteriormente, assalariados); e a degradação ambiental.

Inicia-se esse capítulo com uma definição do conceito de expansão da fronteira agropecuária utilizando a colaboração de autores que se dedicaram ao estudo do tema. Em seguida, são relatados os fatores históricos que colaboraram, ao longo do tempo, para que a expansão da fronteira agropecuária atingisse a região amazônica. Os cenários são apresentados e contextualizados de acordo com cada fato, assim como a atuação do poder público nas diferentes circunstâncias socioeconômicas demonstradas durante a trajetória da história brasileira.

2.1 Fronteira, Frentes Pioneiras e Frentes de Expansão

O conceito de fronteira recebeu, ao longo do tempo, várias definições. Para estabelecer a definição de fronteira a ser usada ao longo deste trabalho, considerar-se-á inicialmente, as colaborações de Pierre Monbeig (1984), em sua obra *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Não há como fazer alguma alteração acerca do tema fronteira sem considerar Pierre Monbeig, que em sua obra relatou a expansão da agricultura cafeeira e canavieira em direção ao Oeste paulista.

A aceleração do movimento de expansão da fronteira agropecuária em São Paulo foi influenciada pelo capital privado, sendo uma estratégia de investimento condizente com a situação contextual da época. Após 1850, com o início das leis abolicionistas, a Inglaterra passou a investir em obras expansionistas no Brasil. Novas ferramentas técnicas foram surgindo, influenciando mudanças sociais e econômicas. O capital externo também foi um colaborador da expansão da fronteira agropecuária.

Diante de fatores favoráveis, compreende-se melhor que os fazendeiros não tenham tido senão o objetivo de plantar. Reduzir a marcha para o Oeste a um fenômeno local, contentar-se com explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. Desde o início, a marcha para o Oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgindo nas duas margens do Atlântico. Ambos não cessaram de ser solidários. (MONBEIG, 1984, p. 195).

O autor revela o curso da ocupação, e as transformações que ocorreram ao longo da expansão. O trabalho foi elaborado por meio das relações sociais de uma sociedade em movimento, sendo dividida em classes que foram analisadas conforme o transcorrer do movimento da fronteira agropecuária (MONBEIG, 1984).

Costumam-se considerar ilimitadas as possibilidades de uma zona pioneira, por causa das esperanças que desperta. E para simplificar, corretamente se fala de suas vantagens. Cumpre, todavia, saber exatamente o que se quer dizer com isso. As vantagens que, a determinada região, conferem uma topografia sem obstáculos, um clima acolhedor, solos virgens, constituem vantagens só em relação às necessidades dos pioneiros, aos seus hábitos e aos meios técnicos de que dispõem. Por mais bem dotado que seja, por mais rica que se apresente uma zona ainda inatingida pelo povoamento moderno, é em si mesma provida de virtude capaz de desencadear o avanço desbravador e de assegurar o seu próprio aproveitamento econômico. As qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e as possibilidades humanas. Ficariam elas adormecidas, como estiveram durante longos séculos de ocupação indígena, se o movimento colonizador não tivesse sido acionado (MONBEIG, 1984, p. 93).

A psicologia “bandeirante”, que vai em busca de terras não ocupadas, provoca a transformação da paisagem, aumento considerável da zona urbana, miscigenação, novas relações sociais e tantos outros fatores que ocorrem em escalas menores ou que não possam ser mensurados, como uma nova percepção socioeconômica de uma nova população nas novas terras, ficando impossível analisar a expansão da fronteira agropecuária de forma disciplinar, conforme Pierre Monbeig demonstra na citação acima. Há que se fazer um estudo interdisciplinar para mostrar os motivos que provocam algum tipo de colonização e os seus resultados.

Frederic Turner que analisou a expansão da fronteira nos Estados Unidos da América (EUA) em direção ao Oeste em busca da margem do Pacífico no século XIX, também analisou a expansão da fronteira de forma interdisciplinar. Turner demonstrou que surgiu nos EUA uma nova concepção de desenvolvimento caracterizada pelos conflitos entre os índios que habitavam o Oeste estadunidense e os denominados de civilizados que buscavam novas frentes para a ocupação das terras. Além dos conflitos entre os seres humanos, ainda mencionou os obstáculos inanimados naturais que foram superados por meio de duas qualidades inerentes aos estadunidenses: força expansionista inerente aos imigrantes e amplo domínio sobre a natureza inanimada.

Contudo, uniu-se à expansão da fronteira estadunidense, resultados de uma formação do orgulho da população dos EUA. Novas instituições passaram a caracterizar o novo espaço em busca da democracia. Junto a isso, via-se uma evolução do poder econômico de

fazendeiros, garimpeiros e comerciantes, alcançando influências políticas principalmente por meio da integração do mercado e da apropriação dos abundantes recursos naturais, pois os indígenas que não acabaram sendo exterminados, foram marginalizados.

De forma alguma comunga-se com a “saga” da expansão *far West*, que ainda aflora o orgulho estadunidense, muito menos pretende-se igualá-la à ocupação amazônica, mas sim trazer a colaboração e a afirmação de Turner (1992) que se há uma fronteira, alguém irá arranjar meios de ocupá-la.

Carl Sauer traz uma noção diferente de Turner, mostrando que os fatores econômicos que promoveram a expansão da fronteira nos EUA, também levaram homens civilizados a viver em condições primitivas, similares ou até mesmo piores que a dos pré-históricos, pois não possuíam os conhecimentos que as populações tradicionais detinham sobre o local; não conhecendo bem a natureza local, eles colocavam em prática o conhecimento que tinham, destruindo a natureza e impondo a sua força bruta. Sauer ainda caracteriza a nova cultura que é formada na fronteira, que se torna dependente da população que a ocupa e dos novos conhecimentos que ela traz (CORREA, 2011).

Leo Weibel, pesquisador das fronteiras de diversas nações, estabeleceu comparações entre as fronteiras de países subdesenvolvidos e a expansão da fronteira estadunidense.

Comparando o caso brasileiro com o caso norte-americano, Weibel afirmou que enquanto no *Middle West* dos Estados Unidos havia apenas uma *frontier* ao longo da qual os pioneiros, se deslocavam para o Oeste, no Brasil, é preciso distinguir duas “fronteiras”: a “fronteira demográfica”, que limita o sertão com a mata virgem, a oeste; e a “fronteira econômica”, que separa o sertão, a leste, da região economicamente mais adiantada [...]. No Brasil, somente em poucos trechos se desenvolveram zonas pioneiras. O conceito pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de que o indivíduo vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. No campo da agricultura, nem o extrativista e nem o caçador podem ser denominados como tal, estando aptos a construir uma zona pioneira. Somente são capazes de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (ETGES, 2000, p. 130-131).

Metodologicamente, essa afirmação mostra a concepção econômica pura e simples, quando menciona a formação agrícola na fronteira e a ação do agricultor nas novas terras, que está em busca do lucro (WAIBEL, 2006). O principal objetivo do agricultor é a produção, e o sistema de exploração do novo território, provoca a brusca mudança da paisagem, evidenciando o interesse econômico. Esta afirmação, ainda, trata a expansão da fronteira agropecuária por meio da estatística, quando define o termo “zona pioneira” de maneira estritamente demográfica, afirmando que esta só ocorre quando um grande contingente

populacional ocupa as novas imediações. Dessa forma, certamente seriam excluídos da expansão da fronteira agropecuária os latifúndios que foram sendo formados na Amazônia.

Virgínia Etges (2000), afirma que Leo Waibel possui uma visão eurocêntrica, e vê as novas terras ocupadas pela expansão da fronteira agropecuária da mesma forma que os antigos governantes do século XVI enxergavam as terras que foram colonizadas por meio da expansão marítima: como fornecedores de matéria-prima e de mão de obra barata.

Lia Osório Machado (2002), partindo dos estudos de Monbeig, Waibel e Turner, foi além das concepções das ciências básicas como a Economia, a História e a Geografia, e trouxe as relações sociais como parte da composição do conceito de expansão da fronteira agropecuária, e dessa forma, conseguiu a melhor compreensão deste movimento.

Com a grande quantidade absoluta de terras disponíveis, que se torna uma variável determinante para a expansão da fronteira agropecuária, surgem mecanismos legais que regulamentam a posse da terra, e que faz com que o indivíduo que toma a terra como sua propriedade crie expectativa de aumentar o nível de vida de sua família, que espera que outras famílias componentes da formação da população rural do local também progridam, melhorando todo o entorno.

Sejam agricultores familiares ou um grupo de grandes capitalistas latifundiários, todos atuarão na fronteira agrícola em busca do *novum*, com o intuito de aumentar a sua renda por meio de recursos técnicos modernos, pela articulação entre o capital privado nacional e internacional e pela integração da produção da área de colonização, além da nova ordem econômica institucional: a intervenção estatal, que ocorreu com frequência na Amazônia a partir de 1966 (MACHADO, 2002).

O governo militar, que passou a comandar o Brasil em 1964, provocou inúmeras alterações no bioma amazônico. Os planos de ocupação do “vazio demográfico” da Amazônia tornaram esta região “novamente” produtiva, pois segundo o regime militar, após o período do ciclo da borracha, a Amazônia se apresentava estagnada.

Como a expansão da fronteira agropecuária estava indo em direção à Amazônia, Bertha Becker adentra a discussão com a questão dos recursos naturais, afirmando que o progresso era entendido, no regime militar, como crescimento econômico, e que este viria com a maior integração do mercado nacional, gerando um crescimento econômico com uma prosperidade infinita, baseada na exploração dos recursos naturais percebidos igualmente como infinitos (BECKER, 2002).

A chegada da agricultura moderna e a utilização da terra como condição para obter recursos de incentivos fiscais foram determinantes para a expansão da fronteira agrícola e por

ir deteriorando os recursos naturais, pois o espaço que é condição para a prática da agricultura, passa a ser uma articulação entre o Estado e os capitalistas, gerando um processo de capitalização e urbanização do campo (BECKER, 1982).

Francisco de Assis Costa (2000), apresenta dois tipos de expansão da fronteira agrícola: a latifundiária, defasada do ponto de vista territorial, devastadora de recursos naturais e que pouco acrescenta ao desenvolvimento regional, proporcionando riquezas somente ao capitalista que explora a terra; e a camponesa, que provoca um contínuo avanço sobre as áreas desbravadas para a agricultura, porém com o conhecimento e técnicas tradicionais que proporcionam o cultivo em harmonia com a natureza, fazendo com que a produção não deteriore os recursos naturais. Vale ressaltar que, o campesinato como estrutura componente do desenvolvimento agrário brasileiro pode absorver excedentes populacionais e ainda garantir o fornecimento de alimentos à população urbana. Silva (1982), analisando a dicotomia estabelecida, nas formas de ocupação das regiões de expansão da fronteira agropecuária entre, modo capitalista de produção e modo camponês de produção, afirma que a absorção das áreas camponesas pelo mercado nacional contribui para a reprodução do modo dominante de produção, o capitalista. Para exemplificar empiricamente sua afirmação, Silva (1982) utiliza os grandes projetos agropecuários instalados na Amazônia por meio da SUDAM que provocou a internalização das áreas onde estava estabelecido o modo de produção camponesa pelo modo de produção capitalista.

Aziz Ab'Saber (2008), ao analisar a expansão da fronteira agropecuária, avalia o interesse político do governo militar que utiliza a integração do mercado nacional como desculpa para justificar a devastação de recursos naturais e o uso indevido do solo na Amazônia. Messias Modesto dos Passos (2010), complementa a colocação de Ab'Saber, afirmando que a fronteira agrícola causa um efeito perverso devido a ideologia do consumo social, amplamente manipulada pelos governantes, para atender os interesses do centro.

Em um exemplar estudo sobre o Sul do estado do Pará, Octávio Ianni considera que a intervenção do Estado em favor da ocupação da região mencionada, interferiu diretamente nas relações indígenas e camponesas. Avaliando essas intersecções territoriais, Ianni (1981) vai para além da análise mercadológica e econômica, aprofundando seu estudo nas relações políticas entre capitalistas e governantes. As consequências dessas relações políticas é a consolidação da formação de latifúndios, favorecendo a produção e a reprodução do sistema capitalista, em detrimento da cultura camponesa ou indígena, sendo que diversos grupos sociais de diferentes etnias são expropriadas de terras que ocupavam.

Marianne Schminck e Charles Wood (2012) trazem uma interlocução entre diversos fatores componentes do fenômeno da expansão da fronteira agropecuária como a intervenção do Estado na economia de forma não participativa, baixo contingente populacional que fazia com que as populações locais tivessem poucas chances de resistência contra o avanço do capitalismo e a atuação dos agentes econômicos que provocavam a mudança de local dos que já habitavam a terra, dispersando-os com perversidade em favor das suas atividades econômicas, muitas vezes colocando fim em relações sociais e culturais existentes durante incontáveis anos.

Observa-se, por meio de análise dos autores mencionados, que a expansão da fronteira agropecuária é tratada como um fenômeno endógeno, dentro do perímetro nacional, sendo ocasionado por motivos econômicos aliados aos interesses políticos, não atendendo as necessidades regionais, além de gerar outros problemas como violência, desmatamento e extermínio cultural.

Hervé Thery coloca a Amazônia como a última fronteira do Brasil, identificando-a como uma grande reserva de espaço, a qual experimenta espaços pioneiros que movimentam a sociedade e a economia na região.

A grandiosa natureza da Amazônia, acoplada às baixas densidades de ocupação humana, faz com que essa região seja caracterizada por imensos espaços vazios ou quase vazios. O espaço realmente aproveitado se resume a corredores que acompanham a rede hidroviária e, secundariamente, a rede rodoviária. Esse fato deve ser levado em consideração quando se trata a Amazônia como uma região de planejamento “normal”, onde as unidades territoriais são polígonos justapostos, delimitados por fronteiras claras, sem vazios nem superposições. Na realidade, a maior parte do território da Amazônia ainda permanece intacto [...], enquanto as franjas meridionais são progressivamente incorporadas ao espaço nacional, acompanhando diferentes etapas de avanço da fronteira agrícola capitalizada, com caracteres bem distintos (THERY, 2005, p. 39-40).

Vale ressaltar que Thery foi orientado de Pierre Monbeig, sendo possível perceber no trecho acima, a influência deste último na abordagem sobre o espaço econômico do primeiro.

A questão sociológica da expansão da fronteira agropecuária, foi relatada por José de Souza Martins (1975) quando definiu dois conceitos que não provocam uma intersecção geográfica, mas que podem ser transformadas uma na outra: frente de expansão e frente pioneira que se resumem na atuação direta do capital onde este ainda não havia sido instalado. Embora aceite a criação do novo, proposta por Lia Osório Machado (2002), que resulta em uma criação de mercado, ele afirma que a chegada do capitalismo faz com que a fronteira seja simplesmente reduzida a dimensão econômica devido à exploração dos agentes econômicos na área de ocorrência do fenômeno da expansão da fronteira agropecuária, pois a frente de

expansão é inversa à lógica do capital. O local pode ser definido como o território onde a atuação empreendedora de alta acumulação de capital ainda não se instalou, e por isso ainda podemos ver na frente de expansão a economia de subsistência, sem grandes trocas comerciais e até mesmo a não utilização de moeda em espécie para tal.

O ponto chave da instalação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre homem e sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser regulador da riqueza e da pobreza. A alienação do produto do trabalho no mercado faz com que expectativas reguladoras do relacionamento sejam construídas de conformidade com as objetividades da sociedade capitalista. [...] Já o que caracteriza a frente de expansão é justamente o uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. O caráter do excedente do produto da frente de expansão se combina com essa peculiar de posse da terra em decorrência da satelitização das relações de troca. O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza. O empreendimento capitalista se situa fora dos componentes da estrutura social da frente de expansão e absorve a renda potencialmente gerada pela terra. Por isso, mesmo as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na frente pioneira e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante a empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa (MARTINS, 1975, p.14).

Otávio Guilherme Velho (1972) complementa:

Como essas distinções, no entanto, são feitas em forma de ideais, não é raro encontrar-se na realidade empírica casos em que as possibilidades se mesclam, e que por isso mesmo apresentam uma riqueza de situações que as tornam particularmente atraentes para uma descrição analítica devido aos conflitos inevitáveis que surgem quando há um ponto de contato entre as frentes [a pioneira e a de expansão], proporcionando um entendimento de cada uma no interior do sistema global a que pertencem (VELHO, 1972, p.14).

Dessa forma, a expansão da fronteira agropecuária acaba por ser a colonização do grande capital, gerando conflitos de interesses entre os empreendedores e a população local tornando a fronteira, “[...] a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1997, p. 151), proporcionando “[...] um cenário de intolerância, ambição e morte” (MARTINS, 1997, p. 12).

Vimos autores que relatam a expansão da fronteira agropecuária com tons críticos em seus discursos, mas há autores que são a favor da forma como a expansão da fronteira agropecuária acontece, sendo empurrada pelo capitalismo. Abraham Sicsú e João P. R. Lima

afirmam que as áreas ocupadas pela nova agropecuária não mais apresentam características típicas da região, e que as áreas de fronteira agrícola no Brasil têm representado, historicamente, o desbravamento e a incorporação de novas terras ao setor agrícola de diversas maneiras.

Essa afirmação vai de encontro ao que afirmavam os economistas clássicos no século XVIII; naquela época já escreviam que as terras não ocupadas deveriam se tornar produtivas economicamente e que os recursos naturais eram infinitos. Projetando essa ideia para os dias atuais e direcionando-a à Amazônia, ela acaba por ser uma ação capitalista de exploração dos recursos naturais para serem devidamente integrados ao mercado nacional e internacional, comandado por agentes econômicos do Centro-Sul e do exterior, e dessa forma os “vazios econômicos” seriam ocupados. A Amazônia apresenta uma ocupação incipiente ou abaixo de suas potencialidades, e essa percepção propõe um motivo para a dinamização econômica causada pelo capitalismo, que cada vez mais toma força, se tornando o motor do ritmo da ocupação amazônica.

Esse ponto de vista também é partilhado pelo Serviço de Pesquisa Econômica do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) quando o tema é Amazônia. Consideram a área com grande potencial para a evolução de empreendimentos ligados a agropecuária (HUERTAS, 2009).

Apesar da subjetividade dos autores escolhidos para a elaboração desta seção, assim como as suas respectivas obras e ainda agrupando-os conforme a linha de pensamento destes autores, define-se o conceito de expansão de fronteira agropecuária a ser utilizado ao longo do trabalho com a colaboração de todos os autores citados, como sendo uma apropriação capitalista da ocupação do espaço, que vai contra os interesses das populações tradicionais que o ocupavam antes da chegada do capital, gerando conflitos incessantes que, apesar do desejo dos antigos ocupantes de combater a chegada dos novos investimentos, dificilmente conseguem êxito sem a ajuda do Estado.

2.2 Os Precusores da Expansão da Fronteira Agropecuária no Brasil: os Bandeirantes

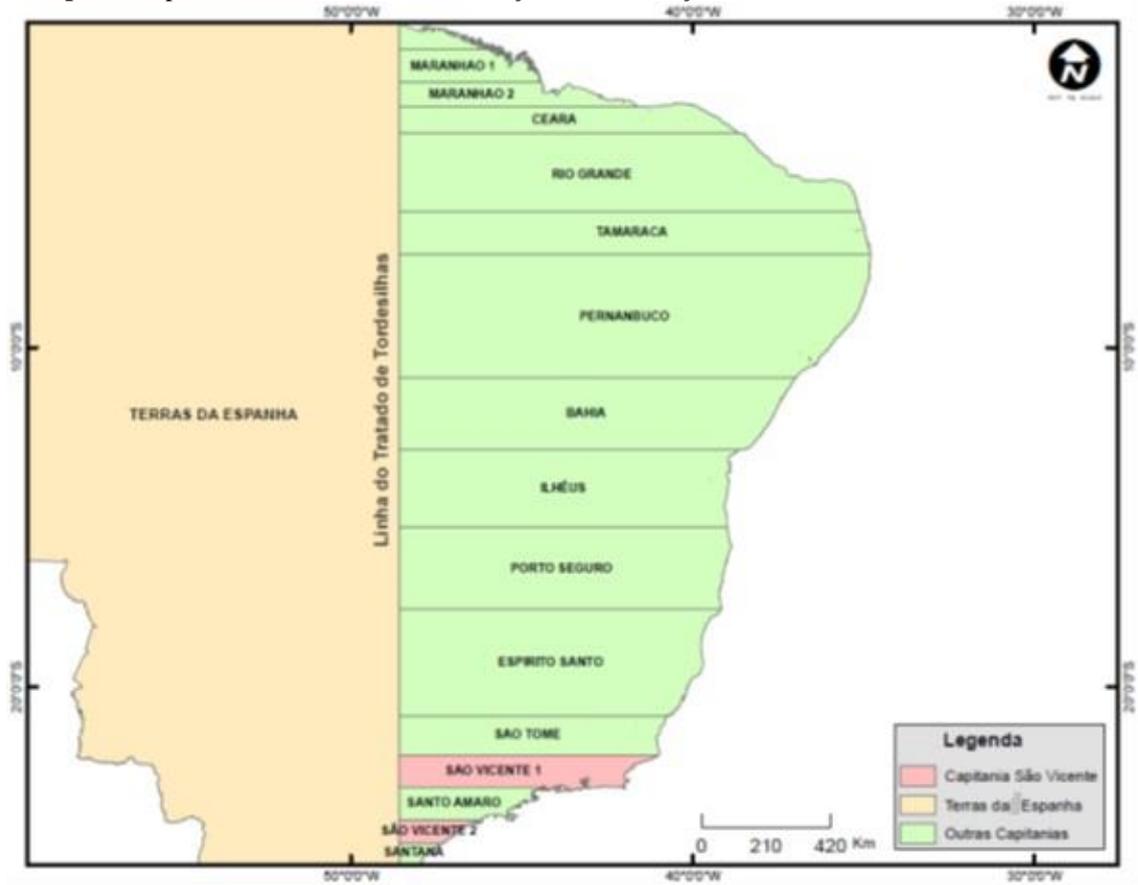
Após o descobrimento da América, Portugal pouco se importou com a ocupação das novas terras devido ao grande interesse destinado ao comércio de especiarias com o Extremo Oriente. O período pré-colonial (1500-1530) foi destinado apenas à extração do pau-brasil, a “madeira de pintar”, por intermédio de concessões feitas pela Coroa portuguesa, sendo que a primeira foi destinada a Fernão de Noronha, em 1501. Nesse período, vários países

estrangeiros passaram a ocupar partes do território português e para que Portugal não perdesse a soberania sobre sua colônia, promoveu a ocupação das novas terras. Esta se deu por meio do sistema de capitanias, implementado com êxito nas Ilhas da Madeira e Açores, e o Brasil foi então recortado de Norte a Sul, em 15 territórios, obedecendo ao mecanismo da hereditariedade que foram denominadas de Capitanias Hereditárias. As porções de terra foram destinadas à representantes da pequena nobreza de Portugal. A Capitania de São Vicente foi destinada a Martim Afonso de Souza.

Este donatário chegou ao Brasil em setembro de 1531, atrás de metais preciosos, como demandava a teoria mercantilista da época. Essa intenção foi decorrida devido aos indícios deixados por Aleixo Garcia, que em 1524 afirmava ter encontrado prata no Sul do Brasil, mencionando uma certa Serra Branca. A expedição comandada por Martim Afonso de Souza foi desastrosa. Nada encontraram. Voltaram à Capitania onde fundaram São Vicente em 22 de janeiro de 1532, justamente num ponto do litoral que seria possível se articular com o sertão (HOLANDA, 2008).

Martim Afonso de Souza então montou um engenho de cana-de-açúcar incentivado pela Coroa, que já dominava a forma de produção do açúcar devido suas implementações nas ilhas africanas do Atlântico. A realeza portuguesa concedia favores especiais aos produtores de açúcar, como: isenção de impostos, garantia contra a penhora de instrumentos de produção, honrarias, títulos, entre outros. Dessa forma, Portugal conseguia atingir seus dois objetivos: a ocupação do território brasileiro e a expulsão dos estrangeiros.

Mapa 1 - Capitânicas Hereditárias com Indicação da Localização de São Vicente



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; (HOLANDA, 2008).

O engenho de açúcar não prosperou na Capitania de São Vicente devido a uma série de fatores, principalmente de ordem geográfica, como a estreita faixa litorânea devido a presença da Serra do Mar, que também ordenava pouca profundidade de solo, gerando uma região pantanosa, o que limitava a produção. O Nordeste, ao contrário, apresentava longas planícies litorâneas e solos de massapés férteis perante a plantação de cana-de-açúcar, e ainda havia a localização, que, na porção mais Oriental do Novo Mundo, facilitava a comunicação com a metrópole e diminuía os custos de transportes. A Capitania de São Vicente, em relação à metrópole, estava localizada em uma região mais longínqua. O homem que habitava esta região preferiu, então, rumar em direção ao Oeste (PRADO JUNIOR, 1972). Martim Afonso de Souza promoveu uma expedição para subir a Serra do Mar, uma verdadeira muralha, para alcançar o planalto. O homem branco que antes se deparava com a mata exuberante na Serra do Mar, encontrou vastos campos cobertos de vegetação rasteira. Por ali se estendiam os leitos dos rios Tietê, Pinheiros, Tamanduateí e seus afluentes. Nesse lugar, foi implementado outro núcleo de povoamento, chamado de Piratininga, destinado à agricultura de subsistência.

Tais condições influíram na escolha do lugar para a fundação do Colégio de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554, pelos jesuítas, sendo localizado entre os vales do Anhangabaú e do Tamanduateí. Com a evolução do núcleo, seis anos mais tarde, o povoado foi elevado a Vila de São Paulo de Piratininga. O local teria sido observado tanto pelos colonizadores como pelos jesuítas, que verificaram as vantagens geográficas do local escolhido, principalmente em relação aos seus rios, que eram um trampolim para o sertão. O relevo colaborava principalmente com três rotas: a passagem rumo ao Nordeste, pelo Vale do Paraíba, atingindo Minas Gerais e o rio São Francisco; outra em direção ao Norte e ao Oeste passando por Campinas e Mogi-Mirim, em direção a Minas Gerais e Goiás; e por fim, em direção ao Sul, via Sorocaba e Itapetininga (MACHADO, 1972).

Nessas condições, os homens brancos que povoavam a Capitania de São Vicente, passaram a organizar expedições em busca da captura de indígenas para serem usados e vendidos como mão de obra. Alguns quilombos também eram encontrados e os africanos também eram comercializados, mas a mão de obra vermelha era o principal produto da busca pelo lucro nesta região. No início, a mão de obra indígena era visada na agricultura de subsistência, pois o povoado de São Vicente, vivendo na pobreza, não tinha condições de adquirir escravos africanos. Com a falha na produção do açúcar, a Capitania de São Vicente ficou em uma posição econômica inferior em relação ao Nordeste. Os seus habitantes ao atingir o planalto desenvolveram a policultura de subsistência, baseada no trabalho escravo do índio capturado no sertão.

O novo povoado era composto basicamente por brancos e mamelucos¹, miscigenação não só impossível de controlar, como necessária para o aumento do contingente populacional, conseguindo assim, maior poder de resistência perante o índio enfurecido devido às primeiras capturas. Essas capturas foram, individualmente, concentradas na região da Vila de São Paulo de Piratininga, devido ao objetivo de fortalecimento do núcleo populacional recém-criado. Havia um caráter defensivo, e as capturas no entorno do núcleo, certamente, foram uma fase de preparação para a grande expansão da fronteira no século XVII (HOLANDA, 2008).

A posição defensiva dos desbravadores permaneceu até o fim do século XVI. Até esse período, famílias foram se formando, sendo até mesmo a endogamia uma prática dentro dessas famílias, fortalecendo os seus laços. As pequenas expedições, até então regionais, eram feitas por integrantes dessas famílias, sendo que cada um obtinha sua bandeira – daí o nome bandeirantes – que levavam na expedição.

¹ Mestiços entre brancos e índios. Popularmente também conhecido como caboclo.

Originaram-se, pois, as bandeiras, em ambiente social onde era respeitado o estabelecimento de verdadeiros clãs. Esse ambiente, refletindo-se naquelas expedições sertanistas das quais participavam pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos e homens do mesmo clã parental, conferiu-lhes notável espírito de solidariedade e colaboração, consolidando a sua ação de instrumento de uma sociedade em luta pela sobrevivência (HOLANDA, 2008, p. 307).

Essa sobrevivência ocorria por meio da exploração da mão de obra indígena que trabalhava nas lavouras, sem a qual o homem branco não poderia subsistir. O índio era o material dos bandeirantes. Não só para o seu comércio, mas também como dote de casamento, sendo também deixados em inventários. A pobreza da Capitania de São Vicente aliada ao desinteresse da metrópole provocaram o seu isolamento e o índio foi o maior bem material encontrado.

Com o passar do tempo, o contingente populacional do núcleo aumentou e houve a necessidade da captura de maior quantidade de índios. Os bandeirantes apresentavam a audácia e o espírito aventureiro do branco e o nomadismo do mameluco. Junto a isso se alia a independência oriunda da autossuficiência dos bandeirantes e a luta contra a pobreza. Essas qualidades colaboraram para o aprisionamento dos índios e o sustento dos colonos. Foram esses elementos que formaram a psicologia do bandeirante, que teve que buscar riquezas no sertão para melhorar sua condição de vida. Era no sertão que estavam as riquezas. Lá se poderia encontrar maior quantidade de índios e, possivelmente, metais preciosos (MONBEIG, 1984). Era a provocação necessária aos bandeirantes que partiram para as bandeiras mais agressivas.

As investidas de forma ofensiva foram organizadas, de início, por João Pereira de Sousa, a partir de 1596. Capitão-mor da Capitania de São Vicente, Pereira de Sousa promoveu a estruturação de inúmeras bandeiras. Os colonos entendiam que quanto mais escravos indígenas e terras conquistassem, tanto quanto mais próspero seriam. A carta régia de D. Sebastião de 20 de março de 1570, que libertava os índios da escravidão em favor da conversão destes pelos jesuítas, de nada valia para os bandeirantes, então esquecidos pela Coroa.

Os bandeirantes ajustaram as rotas terrestres, já mencionadas, com a hidrografia local. Eles atingiram as Minas Gerais pelo Vale do Paraíba e se destinaram ao Sul enfrentando a resistência dos jesuítas. Por Atibaia e Bragança Paulista atingiram o Sul de Minas Gerais e Goiás. Utilizando o rio Tietê, foram para o Oeste, rumo a Cuiabá. E ainda há que mencionar o mar; muitos índios ainda eram aprisionados no litoral Sul. A expansão das fronteiras

ocasionadas pelos bandeirantes coincidiu com a vinda do governador geral D. Francisco de Sousa em 1599, que passou a financiar as maiores bandeiras até então já vistas, ao invés de fazer cumprir a lei de 1570, já relatada. Inauguraram as grandes bandeiras André de Leão, em 1601, chegando às nascentes do rio São Francisco, e Nicolau Barreto, em 1602, que foi em direção à Bacia do Prata. Seguiram essas expedições Diogo de Quadros e Manuel Preto, em 1606, e Belchior Dias Carneiro em 1607. Todas essas grandes expedições tiveram como objetivo o aprisionamento do índio. A ofensiva, após essas primeiras grandes expedições aumentou e atingiu regiões cada vez mais distantes (MACHADO, 1972).

A Vila de São Paulo passou a ser o centro dos bandeirantes que partiram sertão a dentro, além dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas, progredindo territorialmente em todas as direções. Nesses avanços, confrontavam a igreja, que implementava as Reduções jesuítas com o objetivo de evangelizar o índio. As Reduções, ao invés de dificultar e oferecer resistência às investidas bandeirantes, fomentavam o efeito contrário. Servia de atração para o desbravador, que buscava capturar centenas de índios ao redor das Reduções jesuítas, pois o nativo já estava condicionado a acatar ordens e não dificultava a sua captura.

Em 1629, partiu a maior bandeira organizada pelos desbravadores. Partiram em direção ao Oeste 900 mamelucos, 2.000 índios e 69 homens brancos, capitaneados por Antônio Raposo Tavares. Destruíram Reduções, expulsaram jesuítas e aprisionaram incontáveis índios. Raposo Tavares ainda comandou outras duas bandeiras rumo ao Oeste, em 1632 e 1633, chegando ao atual estado do Mato Grosso do Sul e sudoeste do atual Mato Grosso (MACHADO, 1972).

Com o aumento do alcance territorial das expedições dos bandeirantes, estes foram percebendo riquezas minerais em seu caminho. Com o fim da União Ibérica, em 1640, a atuação dos jesuítas foi reforçada pela Coroa portuguesa e o bandeirismo haveria de encontrar novas fontes de riquezas.

[...] concorreram ainda para o enfraquecimento do apresamento [de índios], além da Restauração lusitana em 1640, o fim do poderio flamengo no Nordeste e no Atlântico e a reconquista de Angola em 1648, por Salvador Correia de Sá e Benevides, que permitiram novamente aos portugueses o abastecimento dos mercados negreiros no Brasil e, portanto, o fornecimento do africano para a lavoura da cana-de-açúcar em detrimento do tráfico ameríndio; e ainda, posteriormente, a ruína da agricultura e da indústria açucareira do Nordeste, promovida pela concorrência antilhana que também agiu no sentido de diminuir as possibilidades de consumo de braço escravo naquela região (HOLANDA, 2008, p. 315).

Com o declínio da caça aos índios as bandeiras que deveriam diminuir se intensificavam. A busca pelos metais preciosos, atraiu ainda mais os bandeirantes. Era o auge

do movimento bandeirante. Intensificava-se a expansão da fronteira em direção ao Oeste. Incontáveis expedições se destinaram a Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 1675, Manuel de Campos chegou ao Norte do Mato Grosso, e Bartolomeu Bueno da Silva chegou a região goiana em 1676. Muitos foram além. Antônio Castanho da Silva e Luís Pedroso de Barros faleceram no Peru, respectivamente em 1652 e 1656. Antônio Raposo Tavares, após atingir a bacia amazônica chegou aos Andes. Mas o principal bandeirante da época caracterizada pela busca de metais preciosos foi Fernão Dias Pais, que passou sete anos explorando a região do atual estado de Minas Gerais acompanhado de Matias Cardoso de Almeida, do seu genro Manuel Borba Gato e seu filho Garcia Rodrigues Pais (MACHADO, 1972).

Com o declínio da economia açucareira do Nordeste e o alerta da descoberta de metais preciosos no Centro Sul, esta região atraiu grande contingente populacional e promoveu até uma migração espontânea de portugueses para o Brasil. Os escravos africanos do Nordeste passaram a servir senhores que se deslocaram em direção ao Centro-Sul em busca de ouro. Novas formas de relações sociais estavam sendo estabelecidas na região. E, com a descoberta de uma promissora mina aurífera no atual estado de Minas Gerais, em 1693, pela expedição comandada pelo bandeirante Antônio Rodrigues de Arzão, deu-se início a “corrida pelo ouro”. Era o início da economia mineira ou economia do ouro no Brasil (HOLANDA, 2008).

Os bandeirantes tiveram grande importância na expansão da fronteira no Brasil. A busca pelo índio e posteriormente a procura por metais preciosos, colaboraram para que os limites territoriais do Brasil fossem além do Tratado de Tordesilhas. Eles subsidiaram com a mão de obra escrava vermelha a agricultura ao Sul e ao Norte do país, e estabeleceram novas rotas, facilitando a locomoção entre as regiões da época e o povoamento em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

Os bandeirantes também descobriram o ouro, atraindo a atenção da Coroa portuguesa para diferentes regiões no país. Junto a esse legado, foi deixado um rastro de violência na forma de expansão territorial, exterminando culturas que não puderam mais se recuperar.

2.3 Economia Mineira: Continuação das Ações Precursoras

A descoberta do ouro chamou a atenção da Coroa portuguesa. Os crescentes volumes extraídos de metais preciosos fizeram com que os portugueses elaborassem um novo regimento, em 1702, sobre as novas minas. Nesse regimento, o descobridor das minas seria presenteado pela Coroa com dois lotes de terreno, sendo um a escolha do descobridor e outro

perto da nova mina descoberta, mas a propriedade da mina encontrada pertenceria à Coroa e não ao seu descobridor. A nova mina seria comandada por um superintendente, ou cabo maior, nomeado pela realeza, e por um guarda-mor que seria encarregado da fiscalização da área e por comandar guardas-menores que o auxiliavam nessa função. A partir do estabelecimento desse sistema, outras pessoas poderiam explorar a nova mina com a aprovação do superintendente, e a proporção do tamanho da exploração seria dada de acordo com o número de escravos que o pretendente a explorador teria sob seu comando (ANTONIL, 2007).

A Coroa, dessa forma, conseguiria aumentar a sua arrecadação, ter o controle da exploração e ainda incentivar novas descobertas de minas. Nesse novo regimento, foi estabelecido o tributo de um quinto do total da produção que deveria ser entregue à Coroa. Esse tributo não foi bem recebido pelos mineradores, já que a maioria das minas foram descobertas pelos bandeirantes em suas expedições privadas; devido a isso, queriam o monopólio da exploração destas minas, como ocorria na América Espanhola, onde inclusive, a Coroa espanhola lhes forneciam os índios para a escravização nas minas. Os mineiros sempre procuraram reduzir o pagamento do quinto por meio do contrabando.

O mecanismo de burla praticados pelos mineiros, levou a Coroa a implementar outro dispositivo captador de recurso, que era a derrama. Quando a arrecadação do quinto não chegava à meta estipulada pela Coroa, esta fazia um lançamento complementar para a cobertura do que faltava para alcançar a sua meta. Havia grande insatisfação por parte dos exploradores de metais, o que gerou conflitos entre eles e o sistema de arrecadação real, pois não era somente o quinto e a derrama as taxas cobradas dos mineradores.

Além do quinto, que era uma senhoriagem, a tributação geral era intensa e anárquica, pagando-se impostos sobre tudo. Toda a produção estava sujeita ao dízimo, além das taxas de passagens e de chancelaria. O imposto sobre o consumo já existia e gravava os gêneros de primeira necessidade como a carne, o café, além da aguardente, açúcar, fumo, etc. Em Minas Gerais pagava-se também o imposto de importação, sendo que as mercadorias estavam classificadas em secos e molhados, na base do peso, sendo os primeiros a razão de 1\$125 por arroba e os últimos a 750 réis. Resultava desse sistema que as mercadorias mais baratas, justamente as de consumo do povo, eram percentualmente as mais gravadas. Os gêneros de luxo relativamente pouco pagavam. Alguns outros impostos tinham um cunho pitoresco, como o tributo para o *casamento da Rainha da Inglaterra* ou o tributo para a *reconstrução de Lisboa*, que os portugueses tinham imprudentemente deixado arrasar [...] (RACHE, 1972, p. 27-28).

Foi nessas condições que a economia mineira foi se desenvolvendo. A concentração da economia mineira ocorria onde hoje está localizado o atual estado de Minas Gerais. Os paulistas então se concentraram em alcançar novos rumos, o que lhes poderia trazer mais

terras e longe da influência da Coroa, ficariam com parte maior de metais preciosos do que a permitida por lei. Dessa forma, alguns não se destinaram ao Norte, mas ao Oeste, chegando ao Mato Grosso.

Antônio Pires de Campos foi o primeiro paulista a chegar às margens do Rio Cuiabá, ainda em busca da captura pelo índio. Posteriormente, Pascoal Moreira Cabral, tendo o conhecido por meio do seu contemporâneo Antônio Pires de Campos, em 1718, foi em direção ao Cuiabá, também por via fluvial e não por terra como seus antecessores, e viu metais preciosos encravados nos barrancos às margens do Rio Coxipó. Lá, estabeleceu acampamento e solicitou ajuda a outros paulistas. Antônio Antunes Maciel lá chegou, em 1719, levando ao arraial ferreiros, carpinteiros, alfaiates entre outros profissionais, para o desenvolvimento das novas terras. Outro paulista que chegou ao arraial de Coxipó foi Fernão Dias Falcão, levando 130 homens de guerra para combater os indígenas que insistiam em tentar expulsar os homens brancos do território que até então os pertencia. Dias Falcão foi eleito o superintendente dos mineiros em Cuiabá e manteve como guarda-mor Moreira Cabral (HOLANDA, 2008).

Entre as idas e vindas de paulistas no trecho entre Sorocaba e Cuiabá, as notícias de prosperidade por qual passava o arraial foi se espalhando. Muitos aventureiros se arriscavam nessa viagem que partia do rio Tietê, indo até a foz, entravam no rio Paraná e depois seguiam o curso pelo afluente rio Pardo e depois o Anhanduí-Guaçu, ganhando o rio Paraguai, e posteriormente, o São Lourenço, e por fim chegavam ao rio Cuiabá (LOBO, 1977).

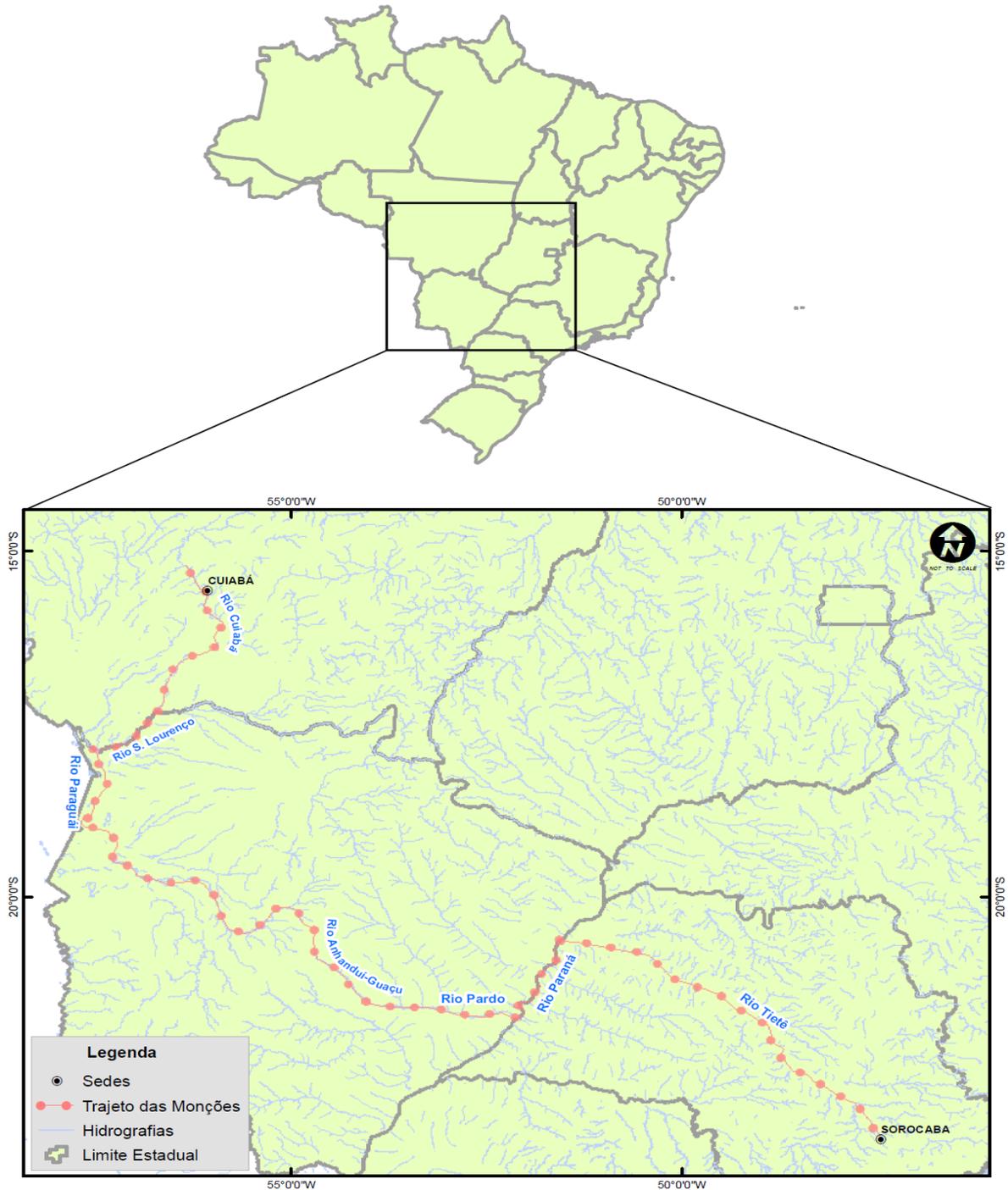
Vários desses aventureiros não conseguiram chegar ao seu destino perecendo no caminho. Diversos eram os motivos, como quebra de embarcações, perda de mantimentos e, principalmente, ataques indígenas. Com a intenção de tentar diminuir esses percalços, na rota fluvial, Dias Falcão ordenou que fossem de fácil embarque e desembarque, formando fazendas às margens dos rios então navegáveis. Outra medida foi a não navegação de poucas embarcações, mas sim de grandes comboios para que todos pudessem proteger uns aos outros (RACHE, 1972).

Entre os que se aventuraram nessa rota estava o paulista Miguel Sutil que chegou a Cuiabá em 1722. Como aportou algum tempo depois do início do povoamento na região, se colocou a margem desse povoamento, mantendo uma fazenda para a produção de mantimentos para o novo povoado. Miguel Sutil tinha índios como escravos e estes em seu trabalho na lavoura, descobriram ouro no córrego da Prainha, onde hoje está localizada a

avenida Tenente Coronel Duarte². Em um dia de trabalho era adquirida grande quantidade de ouro em um volume que até então ultrapassava tudo o que se havia visto. O resultado foi o êxodo quase total do arraial do Coxipó, sendo que todos foram em direção ao que fora denominado de **lavras de Sutil**, sendo, posteriormente, chamada de minas do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Dava-se início ao êxodo de São Paulo. Com as notícias chegando contavam-se aos milhares os paulistas que chegavam ao arraial cuiabano (HOLANDA, 2008).

² Ainda hoje a maioria da população cuiabana reconhece esta avenida pelo nome de Prainha, sendo que poucos sabem o nome real da avenida. Em mapas da cidade e até mesmo nas especificações dos ônibus circulares que explicam a sua rota, a avenida aparece com o nome de Prainha.

Mapa 2—Caminho percorrido pelos Bandeirantes de Sorocaba a Cuiabá



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

A economia mineira que de fato se concentrou em Minas Gerais não se manteve somente ali. Os paulistas, descobridores de minas, também se direcionavam ao Oeste obtendo sucesso e expandindo a fronteira por meio dos novos caminhos fluviais e não terrestres, como antes o era. Nas embarcações vinham os animais que serviriam para o sustento do novo arraial. De início, foram porcos e galinhas. Posteriormente, bois e cavalos. Era o início da

pecuária na Amazônia. Dessa forma, os moradores da então distante Cuiabá conseguiram formar um povoamento estável e duradouro.

Com o desenvolvimento de Cuiabá, passou a ser dali que partiam algumas expedições em direção ao extremo Norte brasileiro. Em 1734, às margens do Guaporé, os irmãos Pais e Barros encontraram novas fontes de ouro que denominaram de minas de Mato Grosso. Durante os anos de 1719 e 1822 as minas mato-grossenses renderam à Coroa 5 mil arrobas de ouro. (HOLANDA, 2008).

A exploração de ouro no Brasil teve seu auge em 1760, quando a exportação foi de ordem de £2.500.000,00. Entretanto, por volta de 1780, não atingia £1.000.000,00 (FURTADO, 1987). A economia mineira perdurou por décadas, mas a sua decadência foi rápida, pois não houve nenhum investimento com o ouro dali retirado para a criação de outra fonte de riqueza da mesma grandeza. Os homens livres iam se descapitalizando, o dinheiro para a compra de mão de obra escrava foi diminuindo. Dessa forma, o capital acumulado foi sendo empregado em outros setores e o sistema foi atrofiando, perdendo a vitalidade e dinamismo, para finalmente desagregar-se em uma economia de subsistência.

A atividade agrária pastoreia e até manufatureira passaram a ser a atenção da sociedade brasileira. Carnes bovinas e suínas, queijos, tecidos de algodão e até mesmo chapéus eram fornecidos para os brancos no fim do século XVIII. Renascia a confiança na lavoura, sendo os seus benefícios justificados a todos na época (PRADO JUNIOR, 1972). A nova ideia de atividade agrícola, pouco influenciou no Nordeste brasileiro, mas no Centro-Sul proporcionou o desenvolvimento de uma cultura de pequena importância até então: o café.

2.4 Economia Cafeeira e a Acumulação para a Expansão da Fronteira Agropecuária

O café foi introduzido no Brasil na metade do século XVIII. Foi trazido por Francisco de Melo Palheta, sargento-mor da armada portuguesa. A Coroa portuguesa concedeu a Palheta a missão de fazer valer os limites do extremo Norte brasileiro. Viajando até o rio Oiapoque, adentrando a Guiana Francesa, fez com que os franceses respeitassem o acordo firmado entre as nações Portugal e França, e ainda trouxe algumas mudas de café contrabandeadas.

O café, no século XIX, após a decadência da economia mineira foi a cultura que impulsionou o dinamismo financeiro do Brasil. Não há como datar exatamente o início da comercialização do café no Brasil, mas o registro mais antigo que se tem, registra o ano de 1796, no Rio de Janeiro (TAUNAY, 1939). Exigente com as condições naturais, o café

necessita de clima e solo favoráveis, sem secas prolongadas, sem oscilações excessivas e terras férteis. A região Sudeste se tornou a ideal para a produção do café. O plantio do café passou a ser estimulado devido à crescente demanda externa, que aumentou após as guerras napoleônicas. A Independência dos EUA também colaborou para o aumento das plantações de café.

Dessa forma, na região do Rio de Janeiro, as plantações de café passaram a ocupar espaço entre as lavouras de cana-de-açúcar e algodão, se tornando significativas no período próximo a data da Independência. Em 1818, o Rio de Janeiro produziu em torno de quatrocentas mil arrobas de café, que mesmo sendo uma quantidade de grande importância, ainda estava longe do volume de produção que a cafeicultura poderia alcançar (PRADO JUNIOR, 1980). A cultura do café começou a ganhar terreno a partir de 1830 na região do Vale do Paraíba, localizada na então Província de São Paulo, e que fazia fronteira com o Rio de Janeiro, foi tendo, pouco a pouco, a mata virgem derrubada, e sendo substituída pelas plantações de café.

Os pequenos sítios foram sendo empurrados para outras regiões devido ao avanço da cafeicultura e das grandes propriedades. Com os grandes produtores adentrando a região e formando latifúndios, grandes levas de escravos também chegavam para serem utilizados na mão de obra da produção do café.

Antes da chegada dos latifúndios do café, o Vale do Paraíba apresentava pequenas culturas de primeira necessidade, como plantações de feijão, mandioca, cereais variados, criação de porcos e de algum gado bovino. Essas culturas foram desaparecendo devido ao avanço da cafeicultura. O abastecimento passou a vir essencialmente da província de Minas Gerais e outros alimentos específicos do Sul do Brasil. Em 1860, na região do Vale do Paraíba, enquanto a exportação de café chegava a 150 mil arrobas, a produção de gêneros alimentícios não dava para a subsistência da população da região (TAUNAY, 1939). Em poucos decênios, a região conheceu o ápice e a queda do café. Repetiram-se na região os mesmos problemas da economia canavieira e mineira: o acelerado esgotamento dos recursos naturais por um sistema de exploração extensivo.

Nos números em conjunto do país, isso não foi sentido, devido à expansão da fronteira agropecuária para o Oeste de São Paulo. A região de Campinas, que apresentava plantações de cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios como sua principal fonte de renda, foi também invadida pelo café e já em 1860 rivalizava com a região do Vale do Paraíba o título de maior região produtora de café. Por toda a extensão da região de Campinas, os latifúndios

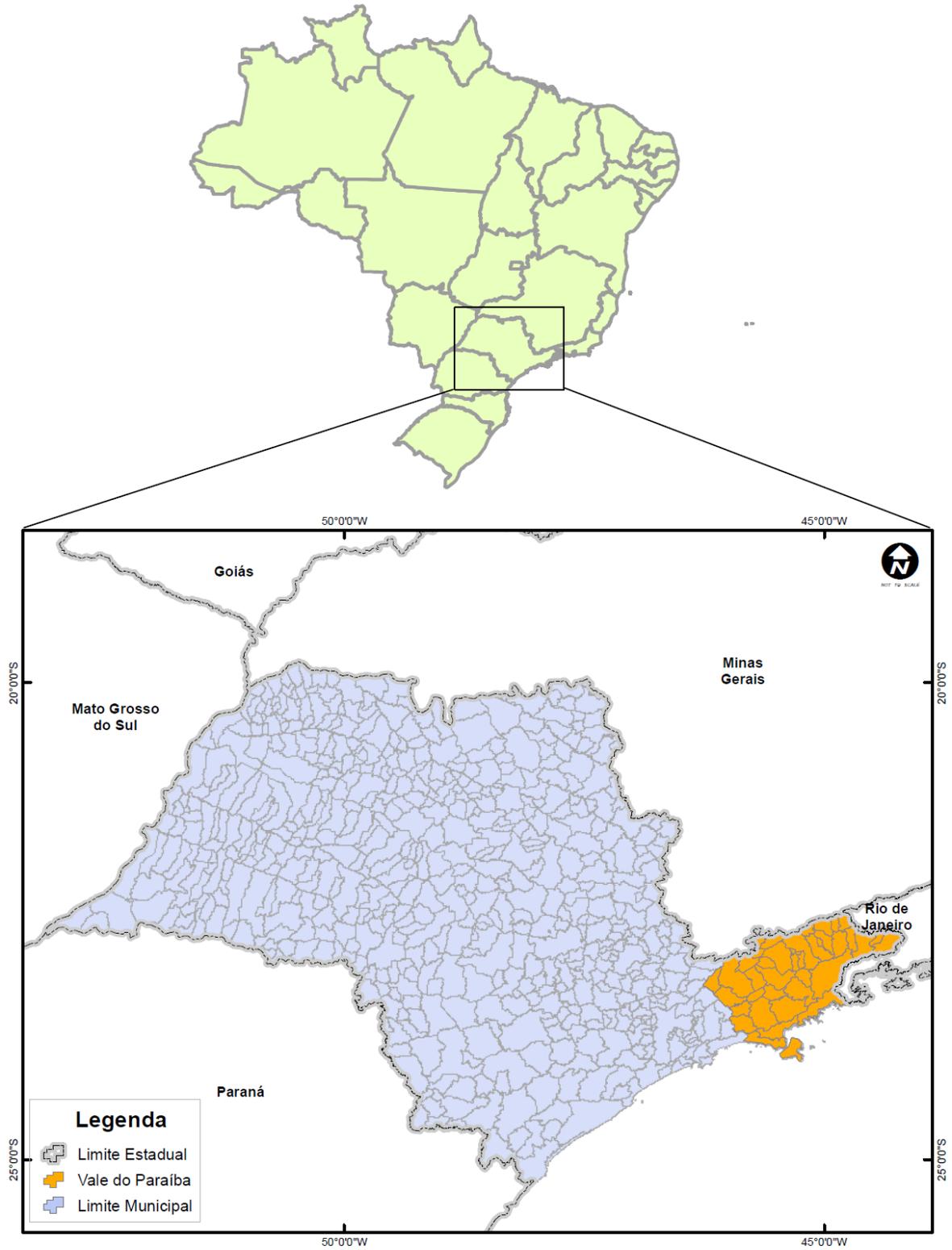
se dedicavam à produção de café, preferindo não promover as plantações de subsistência, importando os gêneros de primeira necessidade de outras regiões.

Para facilitar o escoamento do café e o transporte desses gêneros de primeira necessidade surgiram as estradas de ferro agilizando a circulação de mercadorias. A utilização dessa nova tecnologia promoveu a intensificação da expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste paulista.

Com o avanço do café, aumentou também a população de escravos africanos no Oeste paulista. Em 1823, São Paulo possuía apenas 21 mil escravos negros. Rio de Janeiro e Minas Gerais, devido à economia mineira, possuíam 150 mil e 215 mil respectivamente. Outras regiões apresentavam um contingente populacional de escravos negros maior que São Paulo como Bahia, Pernambucano, Espírito Santo, Alagoas, Pará, Goiás e Maranhão. Ficou a cargo da cafeicultura aumentar o número de escravos nas estatísticas de São Paulo, que em 1887 já absorvia junto com o Rio de Janeiro e Minas Gerais, 50% da população escrava africana no Brasil (VIOTTI, 1998).

A economia cafeeira, durante o período do Brasil-Império, prosperou ocasionando um grande crescimento econômico ao país, que apresentou em outras regiões diferentes produtos que atingiram picos econômicos como algodão e a borracha. Conforme crescia a rentabilidade da cafeicultura, novas relações foram sendo criadas, e o desenvolvimento socioeconômico foi crescendo em favor dessa vertente. Entre 1850 e 1860, foram fundadas 62 empresas industriais, 14 bancos, três caixas econômicas, 20 companhias de navegação, três de transportes urbanos e oito estradas de ferro (PRADO JUNIOR, 1972).

Mapa 3 – Localização do Vale do Paraíba



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

O acelerado crescimento econômico no terceiro quarto do século XIX proporcionou a acumulação de riquezas e elevação do nível de vida de certos grupos sociais. Junto a isso foram aparecendo as contradições do desenvolvimento econômico, gerando novas necessidades para a evolução da sociedade e criando tensões. Os intelectuais voltaram os seus estudos para a compreensão da nova sociedade que estava se formando. A causa abolicionista ganhou força e passaram a ser promulgadas, as leis abolicionistas como a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei dos Sexagenários, em 1885.

O regime escravocrata começava a ruir, não só devido ao movimento social intelectual, mas também devido ao caráter econômico oriundo da busca incessante pelo lucro. Transformar o escravo em assalariado era trazer para dentro da produção uma condição indispensável ao crescimento do lucro, que era a exploração da mão de obra. O capitalista iria conseguir aumentar a sua rentabilidade devido à circulação do capital, pois o assalariado iria gastar sua renda em mercadorias fazendo com que o retorno ao capitalista fosse alcançado em duas frentes, na produção e na venda. Esse foi o sentido principal da abolição dos escravos. A nova estrutura econômica provocou a abolição dos escravos. Quando a Princesa Isabel assinou, em 1888, a Lei Áurea, o regime escravocrata já estava condenado pela nova economia.

Com a abolição dos escravos, a lavoura de café necessitava de braços para trabalhar na produção. O setor industrial e manufatureiro também necessitava de mão de obra, mas as plantações de café sentiram o impacto de forma mais preocupante. A economia cafeeira era comandada pelo modo de produção capitalista e as fazendas de café se comportavam como uma empresa.

A economia cafeeira no Oeste paulista formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve fornecida por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma nova frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos postos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade do capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles comprometeram a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. O governo central estava submetido a interesses demasiadamente heterogêneos para responder com a necessária prontidão e eficiência aos chamados interesses locais. A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. Mas não é o fato de que hajam controlado o governo que singulariza os homens do café. É sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus

próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominando anteriores e contemporâneos (FURTADO, 1987, p. 115-116).

O cafeicultor estava prontamente em condições de levar à frente a evolução de sua lavoura, pois havia se tornado um empresário. Com os fatores colocados na citação acima e dentro do contexto já mencionado nesta seção, formulou-se uma política de busca de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café. A imigração europeia passou a ser incentivada. O Imperialismo que predominava nas relações industriais na Europa não absorvia grande parte da população que estava desempregada. Com excesso de desempregados na Europa e a falta de braços para trabalharem na lavoura de café no Brasil, os interesses se complementaram, e a imigração europeia fez-se crescer. Já havia imigrações europeias antes de 1888, mas a promulgação da Lei Áurea fez com que a imigração para o Brasil tivesse seu fluxo aumentado.

2.5 A Marcha Pioneira: em direção ao Oeste paulista

Quando o café chegou ao Oeste paulista, viu-se que com as novas relações sociais que foram criadas surgiram personalidades notáveis que passaram a fazer parte de uma hierarquia que estava sendo formada, de início, de forma inconsciente, e, posteriormente, de forma impositiva para que se pudesse mantê-la. Faziam parte do topo dessa hierarquia: fazendeiros, coronéis, grileiros e vendedores de terra. Essa elite estava sempre buscando o seu lucro em torno da economia cafeeira e faziam parte de grandes sociedades bancárias e de construções de ferrovias e ainda possuía cargos de administração pública. Neste contexto, foi consolidada a grande burguesia paulista.

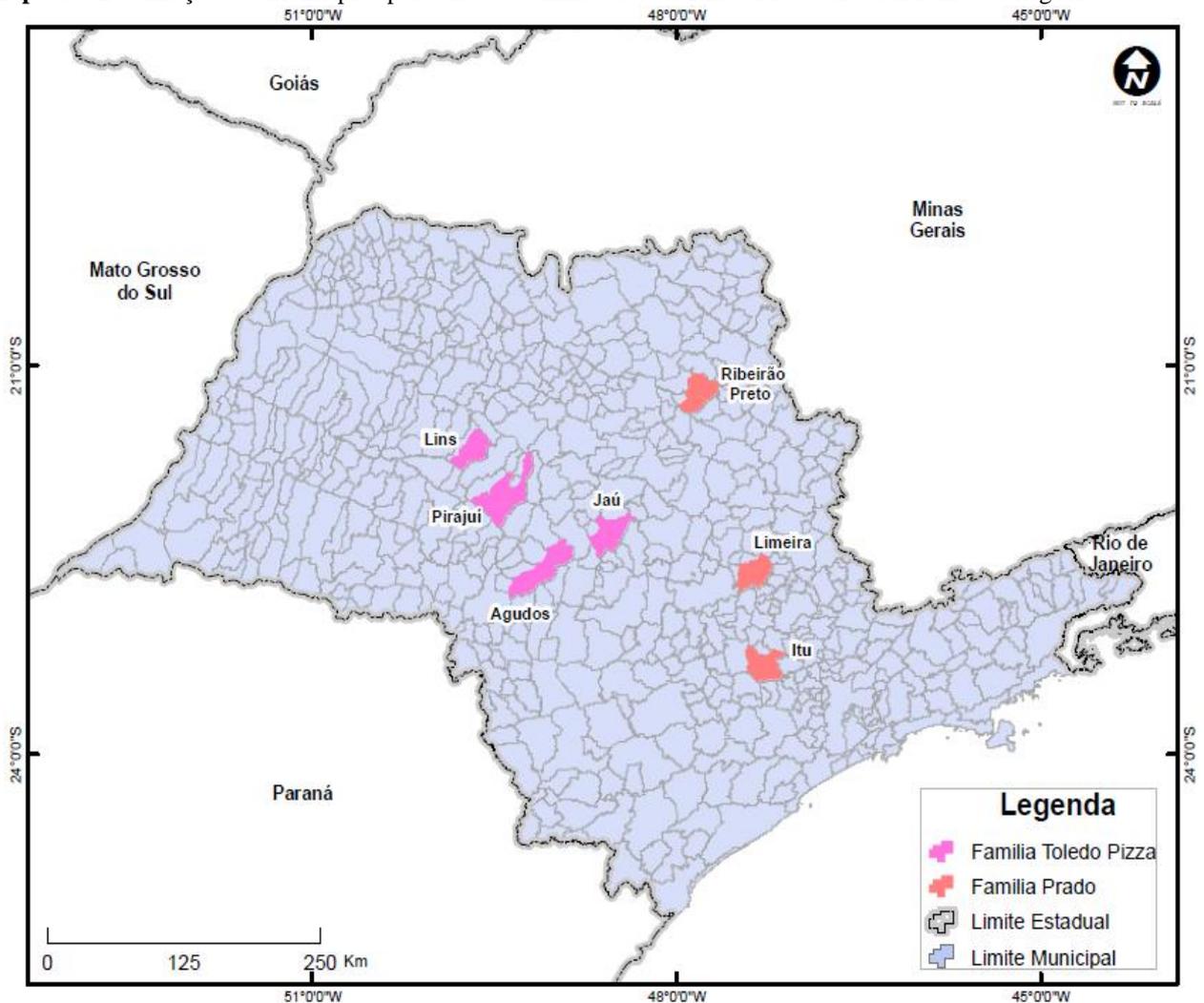
Os fazendeiros, em busca de novas terras, desceram em direção ao Rio Tietê, buscando a expansão das suas plantações. A família Prado, de Itú, e a família Toledo Piza, de Capivari, foram as primeiras a encontrar a terra roxa no Oeste paulista. Esse tipo de solo tem a cor vermelha devido à decomposição das rochas basálticas durante milhões de anos, e se apresentava muito fértil perante as plantações de café. Essas regiões já apresentavam um pequeno plantio de café, sendo cultivado por mineradores que não tiveram mais sucesso com o ouro. Antônio da Silva Prado, em 1845, adquiriu grande porção de terra na região de Limeira e Joaquim de Toledo Piza, em 1849, adquiriu terras na região de Jaú (ALMEIDA, 1944).

Toledo Piza foi em direção ao extremo Oeste do estado de São Paulo. Em 1891, com o café em alta, chegou onde hoje está localizado o município de Coroados, onde está situada a

nascente do Rio Feio. Posteriormente adquiriu terras em Pirajuí, por onde passava a estrada de ferro que começava em Bauru e iria ter o destino da chegada em Mato Grosso, sendo que nunca chegou a seu destino. Foi fundador do município de Lins em 1920. Seu filho Salvador Toledo Piza, em 1897, rasgou a mata densa na região de Agudos, mantendo uma fazenda de plantação de café. Foi expandindo até suas terras se encontrarem com as de seu pai em Presidente Alves. Toledo Piza sempre estruturou suas terras para fazer o beneficiamento do café e criou estradas para alcançar a ferrovia para facilitar o escoamento do grão. Ainda comercializava seu café diretamente, pois na praça central de Santos, fundou uma casa exportadora de café. Em 1923, a família Toledo Piza possuía mais de 1 milhão de pés de café, se tornando uma das famílias mais poderosas financeiramente do Estado de São Paulo. Também participava da vida política deste Estado comandando a Secretaria da Agricultura por diversas vezes (MONBEIG, 1984).

Semelhante psicologia de expansão e lucro ocorreu com a família Prado. Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape, após adquirir terras na região de Limeira, implementou grandes plantações de café e cana-de-açúcar na região. Antônio da Silva Prado foi vice-presidente da então Província de São Paulo e presidente da sucursal do Banco do Brasil. Seu filho, Martinho Prado, comandou os negócios após sua morte. Em 1877, Martinho Prado seguiu em direção a Oeste, para onde a terra roxa continuava a demarcar sua área, e chegou a Ribeirão Preto onde adquiriu em torno de 6 mil alqueires, nos quais estavam plantados 1,5 milhões de pés de café.

Mapa 4 – Localização dos municípios para onde as famílias Toledo Piza e Prado direcionaram seus negócios



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

Quando Martinho Prado faleceu em 1912, sua fortuna era estipulada em torno de £2.500.000,00. Seus filhos Martinho Prado Junior. e Antônio Prado expandiram essa fazenda territorialmente, alcançando 12.000 alqueires e mais de 3 milhões de pés de café. Os irmãos colaboraram ativamente para a expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste paulista. Martinho Prado Jr. teve papel importante no recrutamento de imigrantes que serviram de mão de obra para a lavoura do café após a abolição da escravatura. Ainda foi deputado na Assembleia Estadual defendendo os direitos dos fazendeiros. Juntamente com os seus irmãos fundaram a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, fazendo com que as ferrovias servissem sua fazenda.

Antônio Prado foi ministro da agricultura e prefeito de São Paulo. Dessa forma, a família Prado passava a ser proprietária de um dos maiores capitais paulista, estando bem organizada em vários momentos da cafeicultura, sendo dona das terras, de meios de

transportes, recrutando grande contingente populacional de imigrantes estrangeiros para servir de mão de obra e estava inserida no poder político nacional e estadual (MONBEIG, 1984).

Muitos outros fazendeiros cultivavam o café no Oeste paulista, não possuíam o mesmo capital das famílias mencionadas, mas iam evoluindo dentro dos moldes do sistema capitalista e a economia cafeeira tinha seu caminho direcionado. A marcha pioneira foi a marcha do café. Todas as ações estavam em torno dos interesses de quem comandava a economia cafeeira. Até 1930 assim foi. Os dirigentes de São Paulo eram os cafeicultores. Até poderia haver algumas intrigas políticas, mas que se resumiam somente em relação a qual indivíduo iria ser o representante eleito para algum cargo político, pois os ideais eram os mesmos, sempre privilegiando a aristocracia cafeeira. Os fazendeiros menores reproduziam as ações dos grandes latifundiários em relação ao avanço para o Oeste, derrubando matas e plantando café, e sendo assim, os seus interesses políticos eram os mesmos. A diferença entre os grandes e os médios produtores se firmava na independência econômica. Os grandes poderiam resistir às épocas de crise, enquanto os pequenos, poucos conseguiam permanecer em suas terras, indo mais a Oeste, em busca de novas terras para recomeçar o seu trabalho.

As gerações seguintes dos médios fazendeiros foram sendo urbanizadas. Muitos se tornaram advogados, engenheiros, e comandavam a fazenda a uma certa distância, remunerando um administrador para comandar os negócios. Não por isso a cafeicultura parou de crescer, ao contrário, os fazendeiros continuavam sendo uma das classes principais que comandavam a marcha pioneira.

Além do fazendeiro, estritamente rural, havia outros encarregados de promover a marcha pioneira. Na cidade, já na parte urbana, os coronéis eram os produtores do povoamento e da política local. Normalmente um comerciante, no que se diferenciava dos coronéis do Nordeste brasileiro. O coronel, devido ao seu trabalho, conhecia parte da população e, por meio dos que lhe deviam algum dinheiro, por pertencerem à classe social mais baixa, se tornava um líder político na cidade.

Organizava eleições, tratava com as autoridades da capital e se necessário, eliminava os seus adversários com o mais notável desembaraço. Para assegurar o prestígio, levava o coronel a capricho o embelezamento da sua cidade. Eram de sua iniciativa as linhas de adução de água, a construção de escolas, a fundação de hospitais. Ação mais eficaz ainda empreendia ao intervir para que se concretizassem os projetos de uma construção de uma ferrovia e se modificasse seu traçado (MONBEIG, 1984, p. 143).

O coronel intervinha também na compra e venda da terra, podendo ajudar ou atrapalhar algum negócio de acordo com o seu interesse ou grau de amizade. Devido às ações mencionadas, os

coronéis tinham uma função importante na marcha pioneira, influenciando juízes e delegados, fazendo com que seus interesses fossem aprovados judicialmente.

A terra no Oeste paulista estava em plena valorização e dificilmente se sabia quem era o primeiro dono da terra e se este estava com a documentação necessária que aprovava o seu título de proprietário. Como o problema da propriedade surgiu, cabia ao coronel tentar resolvê-lo de acordo com a sua influência. Outra classe que atendia os interesses do coronel eram os grileiros.

Foi o grileiro o criador desta cultura extensiva, depredadora e ruíosa. O grileiro foi um esbanjador da riqueza que se apropriara e se passou, de coração ligeiro, dos males que sua obra iria causar no país. Ficassem adormecidas, no silêncio escuro das matas, as terras devolutas, o sertão não apresentaria a paisagem de hoje. São Paulo, com outro aspecto antropogeográfico, teria talvez, organização econômica e desenvolvimento cultural definitivo. Três grandes males trouxe a riqueza fácil do sertão: o abandono das chamadas zonas velhas [Vale do Paraíba e entorno da capital São Paulo], as migrações e a disseminação da população do Estado [...]. O grileiro oferecia a oportunidade. A decadência invadiu as regiões onde outrora se ostentava o esplendor das grandes fazendas. O deserto reinava nas zonas velhas e novas fazendas eram abertas no sertão (ALMEIDA, 1944, p. 196-197).

Antônio Tavares de Almeida continuou citando Monteiro Lobato:

O grileiro opera as maiores falcaturias; falsifica firmas, papéis, selos; falsifica rios e montanhas; falsifica firmas, árvores e marcos; falsifica juízes e cartórios; falsifica o fiel da balança de Temis, falsifica o céu, a terra e as águas; falsifica Deus e o Diabo. [e conclui] A obra do grileiro é uma miragem da grandeza (ALMEIDA, 1944, p. 199-200).

Em local ainda a ser desbravado, de mata fechada, as ações políticas e os interesses individuais era o que predominava, passando por cima de qualquer conceito moral e ético, mesmo que na época já houvesse leis rigorosas em relação à propriedade e que fosse apoiada nos magistrados, formuladores das leis na República Velha, e da polícia, instituições encarregadas de fazer com que as leis fossem cumpridas, pois ainda que houvesse um grande esforço em favor da ordem, “a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular” (MONBEIG, 1984, p. 143).

A comprovação das posses das terras, a partir de 1889, requeria o título de sesmarias, que era concedido pela Coroa portuguesa e posteriormente pelo governo imperial. As terras em que não houvesse o título das sesmarias outorgado eram devolutas, pertencentes ao governo. Havia na época da implementação do sistema das sesmarias, uma precariedade para formular os limites da terra. Muitos responsáveis pela formulação dos mapas não iam ao local da propriedade para delimitar o seu perímetro. Os títulos outorgados pelo sistema de

sesmarias eram confusos, causando uma desordem que se tornou um nicho para a atuação dos grileiros. O governo republicano, para tentar sanar o problema de propriedade da terra, solicitou a apresentação dos títulos para que o proprietário pudesse receber o direito de uso da terra, estando protegido por leis soberanas, não podendo ser mais retirado de tal propriedade. O período determinado pelo governo para a apresentação desses documentos foi o intervalo de tempo entre 1895-1900. Estava formado o campo de atuação dos grileiros. Havia formas, tempo e quantidade de terras abundante para que o grileiro conseguisse o lucro fácil.

Os falsários deram provas de imaginação e habilidades diabólicas: buscara folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amareleceram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas de registros dos tabeliães. Transportaram-se partes destacadas das casas velhas, que eram garantidas com móveis antigos, para criar o ambiente adequado para simular uma antiga ocupação do solo. Era preciso prevenir-se contra os adversários, pois muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Nesse caso era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E por fim, era o assistente uma solução levada em conta (MONBEIG, 1984, p. 144-145).

Com isso, inúmeros camponeses, não conhecedores da lei, mas indivíduos que desmatavam um pedaço de terra para plantar basicamente para o seu consumo, e não possuíam as más intenções dos grileiros, acabaram por ter suas terras, então devolutas, ocupadas por cafeicultores que as compravam dos grileiros. Assim também ocorreu com os mineiros, mesmo mantendo partes das florestas em pé. Camponeses e mineiros estavam há décadas em meio a essas terras, tendo alguns atingido 40 anos de cultivo e produção no mesmo local (ALMEIDA, 1944).

Entre os grileiros e os fazendeiros de café havia um intermediário que comprava as terras com a falsa documentação e as vendia para o cafeicultor. Os negociantes de terra tornaram-se cada vez mais ativos conforme aumentava o número de documentos de terra que os grileiros conseguiram adquirir. Os negociantes de terra, quando não conseguiam de imediato repassar as propriedades compradas para o cafeicultor, dividiam-nas em lotes, tornando-as mais lucrativas, embora com retorno mais demorado. E assim sendo, os negociantes de terra acabaram por ser os grandes responsáveis pela urbanização no Oeste paulista.

A especulação de terras foi crescendo conforme a atuação dos negociantes de terra aumentasse seu raio de ação. O maior negócio que se tem conhecimento segundo Monbeig (1984), foi no Norte do Paraná, onde a empresa Paraná Plantation loteou 515.000 alqueires de terra. Nos primeiros anos do século XX, os negociantes de terra foram elevados ao mesmo

nível dos cafeicultores, que reproduziam práticas comparadas às da época feudal. Estes negociantes de terra não viam nos fazendeiros pioneiros outra coisa se não a oportunidade de lucro.

É certo que a marcha pioneira teve como centro o cafeicultor, mas este não conseguiria êxito se não fosse a articulação com os outros líderes da marcha pioneira: os coronéis, os grileiros e os negociantes de terra. Foi por meio destes que o fazendeiro conseguiu adentrar ao Oeste paulista e no Norte do Paraná e cultivar o café, sendo todos formadores de uma nova sociedade.

2.6 O Café e a Imigração Européia

Os cafeicultores também contaram com os braços dos imigrantes europeus para efetuarem as suas conquistas. Antes de 1888, a mão de obra era escrava, mas as leis abolicionistas já mostravam a necessidade de se encontrar trabalhadores assalariados disponíveis. Os imigrantes já vinham, antes da abolição, para trabalhar nas lavouras cafeeiras e, em 1875, o estado de São Paulo alcançou a recepção de mais de mil imigrantes; em 1887, o contingente anual já passava de 10 mil imigrantes. Após a Lei Áurea, a imigração transoceânica foi intensificada. Entre 1887 e 1900, São Paulo recebeu 867 mil imigrantes (MONBEIG, 1984).

A cafeicultura começou em alta durante o início da República. Isso ocorreu por causa da força de trabalho que era abundante devido às migrações, o que permitiu atender com folgas as primeiras necessidades de mão de obra.

O período próspero do café durou de 1889 a 1898, visto que as condições de acumulação de capital eram extremamente favoráveis. A expansão do complexo exportador cafeeiro em direção ao Oeste de São Paulo era precedida por uma ampla disponibilidade de terras e também de escoação do café, devido ao aumento de extensão das vias ferroviárias. Aliado a esses fatores, estava a migração. O Estado colaborou economicamente para que essa mão de obra chegasse às fazendas de café. Nesse período, os cafeicultores puderam aumentar os salários dos colonos, pois montaram um setor produtivo de bens de consumo, onde poderiam recuperar parte dos salários pagos aos colonos.

Havia, nesse período, uma política de expansão monetária, estimulando a produção de café. Assim o princípio básico da economia, o de equilíbrio entre a oferta e a demanda foi afetado. A maior produção de café pressionava os preços a baixarem. Os governos estaduais, após a Constituição de 1891, passaram a ter maior autonomia, principalmente perante as

tributações, e o estado de São Paulo diminuiu a arrecadação dos impostos das exportações em 25%, em 1896 (MELLO, 1994).

De início manteve-se a margem de lucro do cafeicultor, mas a política do governo estadual incentivou ainda mais a proteção do café devido ao seu endividamento no exterior. Junto a isso, havia uma rigidez relativa dos salários monetários e com isso os preços dos bens de consumo aumentavam – com o fim de equilibrar a oferta e a demanda – em ritmo superior a taxa cambial. Iniciava-se a crise cafeeira devido a dois problemas: a baixa dos preços internacionais do café; e o risco da liquidação do suporte financeiro do Estado.

A solução encontrada pelo Estado foi assumir a crise, e o governo deixou que a produção do café se reduzisse à seleção natural, determinando a liquidação dos que possuíam um menor poder de acumulação, ficando a produção de café concentrada com os fazendeiros que possuíam melhores condições estruturais. Nesse período de baixa do café, entre 1898 e 1906, houve uma diminuição no ritmo das migrações, que até então era frenética, sendo empurrada pela ideia de fazer a América.

Com a crise de complexo exportador cafeeiro se estabelecendo, os então presidentes de Estado Jorge Tibiriçá (São Paulo), Francisco Sales (Minas Gerais) e Nilo Peçanha (Rio de Janeiro) se reuniram na cidade de Taubaté, interior de São Paulo, em 1906, com o intuito de proteger a produção de café brasileira. Houve um acordo firmado que ficou conhecido como Convênio de Taubaté, no qual a solução encontrada para sanar a crise foi uma política de valorização do café, e os objetivos estabelecidos a serem perseguidos foram: manutenção do preço do café em alta; financiamento externo para amparar a intervenção do Estado no mercado; imposição de impostos ao plantio de novos pés de café; estabilização do câmbio; e a proibição da exportação de café de baixa qualidade (MELLO, 1994). Assim, a burguesia cafeeira resolveu utilizar o poder de monopólio para controlar os preços internacionais, pois era o maior produtor mundial de café.

O período de 1906 à 1912 revela o êxito do Plano de Valorização do Café. As taxas de acumulação de capital voltaram a subir e a taxa de câmbio permaneceu praticamente constante. Nesse período, as imigrações transoceânicas recuperavam o ritmo do seu movimento e o fluxo de imigrantes em grandes contingentes, que perdurou até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em 1913, o Serviço de Imigração e Colonização apontou o número de 119.758 imigrantes entrando em São Paulo; em 1916, em meio ao período da guerra, o contingente caiu para 20.357 (MONBEIG, 1984).

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, o mercado externo diminui a demanda por café, se concentrando na aquisição de bens de consumo. Devido à diminuição de interesse

em relação ao café, a alta taxa de acumulação de capital cafeeiro no período pós Convênio de Taubaté (1906-1913), começava a ser aplicada no capital industrial. As proteções à cafeicultura permaneciam, mas os lucros adquiridos eram reinvestidos na produção de bens de consumo, atendendo a demanda externa. Dessa forma, no período da Primeira Guerra Mundial, houve um aumento na exportação de produtos não-tradicionais de alimentos e produtos industriais, que encontraram condições de penetrarem no mercado externo devido às “economias de guerra”. A indústria absorveu a capacidade produtiva no período. O complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação deste em capital industrial, e criou as condições necessárias para que a indústria se desenvolvesse.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a recuperação dos países industrializados, que compunham o mercado importador de café, o complexo exportador cafeeiro conheceu seu auge econômico na década de 1920. A volta da imigração estrangeira e da agricultura e o aumento da expansão territorial marcada pela marcha do café fizeram com que a capacidade produtiva aumentasse novamente. O aumento do avanço do setor industrial e da agricultura mercantil de alimentos em nenhum momento foi conflitante com a acumulação cafeeira, ao contrário ajudou a garantir a reprodução do capital variável cafeeiro, sem promover qualquer conflito negativo sobre os lucros do complexo cafeeiro exportador.

Dessa forma, houve a retomada geral da imigração, sendo a maioria de italianos, até 1925.

A década de 1920 foi marcada pelos mecanismos de proteção à economia do café que manteve em alta o preço deste grão, e assim, a migração se manteve em um nível elevado. Em 1921, apontava-se uma outra crise causada novamente por uma elevada safra de café. Houve, por isso, novamente a valorização do café, desta vez cometida pelo governo federal, queimando os estoques. O inegável sucesso das operações valorizadoras foi acalentando a ideia de uma política de defesa permanente, não mais intervindo somente quando o complexo exportador cafeeiro estivesse à beira de uma crise, mas buscando formular uma política com o objetivo de fazer com que o preço do café se mantivesse em alta.

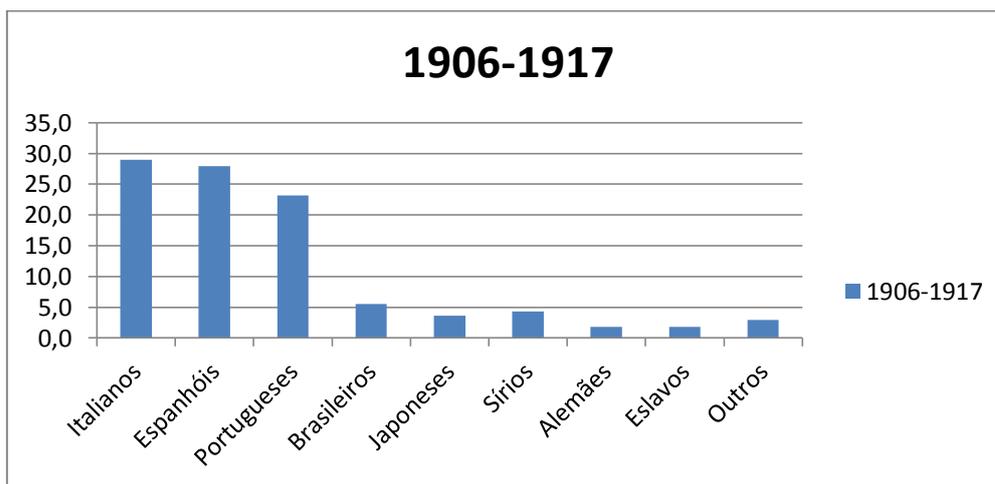
A Defesa Permanente ficou a cargo do Governo Federal, que construiu armazéns reguladores para impedir que a chegada em massa do café aos mercados, pressionasse os preços para baixo. Em 1924, a defesa do café foi transferida para o estado de São Paulo, onde foi criado o Instituto do Café de São Paulo, que ficou responsável pelas operações de proteção ao café.

Havia uma correlação entre o valor do café e a migração na década de 1920. Conforme o preço do café se mantinha em alta, o contingente populacional migratório também se

mantinha em números absolutos elevados. Mas quem eram esses imigrantes? Como já fora mencionado, os italianos eram a maioria. Entre 1870 e 1930, chegaram ao Brasil 946.212 italianos.

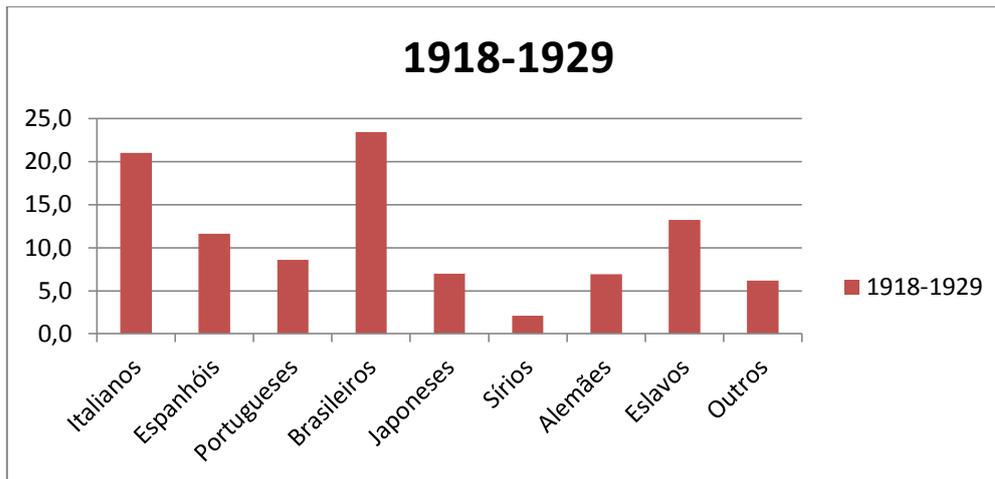
Entre 1888 e 1905 a migração que se destinava à São Paulo ficou composta da seguinte forma, segundo as nacionalidades: 64% italianos; 12% espanhóis; 10% portugueses; 2% austríacos; e 12% de outras nacionalidades (ALMEIDA, 1944). No período entre 1906 e 1917, os italianos já tinham diminuído o contingente populacional da migração, mas ainda assim eram maioria, seguido de perto por espanhóis e portugueses.

Gráfico 1 – Procedência dos Imigrantes vindos para São Paulo entre 1906-1917



Fonte: Monbeig (1984).

Já no período de 1918-1929, a imigração italiana é superada pela imigração interna. Após a crise de 1929, essa foi a tendência no estado de São Paulo, a de absorver migrantes internos, sendo a maioria nordestinos. A migração europeia diminuiu consideravelmente após a crise de 1929. Mas no período representado no gráfico 2, a imigração transoceânica ainda era significativa. Eslavos, alemães e japoneses aumentaram o percentual de entradas em São Paulo. Os italianos diminuíram o seu fluxo, mas ainda assim, se mantinham acima dos 20%.

Gráfico 2 – Procedência dos Imigrantes vindos para São Paulo entre 1918-1929

Fonte: Monbeig (1984).

Cabe salientar que na rubrica alemães também estão os austríacos e na dos sírios os árabes e os turcos.

O aumento da imigração interna para São Paulo se deu devido à prosperidade do café e da indústria em São Paulo, sendo a Bahia o principal estado de origem de migrantes com 50,9% (CALMON, 1998).

Definido quem eram os imigrantes que serviram de mão de obra na Marcha Pioneira, há que se saber como viviam esses imigrantes. As grandes fazendas necessitavam de mão de obra, principalmente após os cinco anos do primeiro plantio de café. Sicilianos, calabreses, vênnetos, camponeses de Portugal e Espanha, nipônicos e nordestinos, foram convocados a trabalhar na cafeicultura como assalariados. Os fazendeiros paulistas, após a Lei Áurea e as primeiras contratações de trabalhadores, passaram a pensar a implementação da forma de colonato, para servir de alojamento para a mão de obra contratada.

Os trabalhadores assinavam contrato com os fazendeiros por um período de um ano podendo ser renovado pelo mesmo período a contar do término desse contrato, que era registrado na Agência Oficial de Colonização e Trabalho, criada em 1905 (ALMEIDA, 1944). Eram contratados dentro da própria fazenda e os alojamentos é que serviam de moradia para os colonos.

Na marcha pioneira esse colono não era o desbravador de terras que partia floresta a dentro com o fim de cultivar suas próprias terras, mas sim um trabalhador rural a serviço de um grande proprietário. “O colonato das fazendas constitui um proletariado desorganizado, em face de uma classe outrora pujante” (MONBEIG, 1984, p.156).

Os imigrantes passaram por muitas dificuldades. Quando chegavam, não conheciam a cultura, a língua, os costumes do Brasil. Até mesmo antes de chegar, nas viagens que normalmente partiam dos portos de Veneza e Gênova e tinham como destino as cidades de Santos ou Rio de Janeiro, as condições de higiene eram precárias. Após o estabelecimento dos imigrantes, estes já começavam a trabalhar e os seus filhos, na maioria das vezes, não tinham onde estudar, e essa questão era vista com lamento por parte dos imigrantes. Os filhos permaneciam analfabetos ou com pouca instrução. Ainda havia os excessos oriundos de uma espécie de paternalismo feudal, que os fazendeiros mantinham como multas, taxas e outras recriminações que praticavam com os seus colonos, além de cobrar altos preços no fornecimento de produtos de gêneros alimentícios na “venda”, que era de sua propriedade. O colono só conseguia comprar na venda do patrão, pois devido ao trabalho exaustivo do dia e as longas distâncias de uma venda a outra, estas dificilmente poderiam ser percorridas a pé.

As relações entre fazendeiro e imigrantes não foram de forma alguma amistosas. Os proprietários estavam acostumados a dirigir escravos e não o trabalhador assalariado, que tinha migrado para melhorar sua vida e chegava ao Brasil cheio de pretensões. Os imigrantes eram considerados somente como os braços da cafeicultura e não elementos de povoamento do Oeste paulista. Dessa forma, ocorreram muitos conflitos, assassinatos, greves e fugas de imigrantes, assim como faziam os escravos. Essas situações eram comuns nos primeiros anos de relações entre imigrantes e fazendeiros (MARTINS, 2010).

As legislações foram evoluindo e as condições de vida dos colonos foram melhorando, pois era inegável que eram maltratados em suas relações com os fazendeiros. A exploração de novas terras no Oeste paulista também veio colaborar para a melhoria de vida dos imigrantes. Além de oferecer maiores salários, os donos das novas terras atraíam a mão de obra migrante com a autorização de plantarem o que quisessem nos corredores das plantações de café. Alguns até forneciam espaços para que os colonos pudessem ter seus animais. Como as plantações eram novas, o solo respondia bem à policultura e nas primeiras plantações, os imigrantes tinham as suas condições de vida melhoradas. Assim foi a relação entre colonos e fazendeiros entre os anos de 1888 e 1900: de início turbulenta; posteriormente amenizada.

Na primeira década do século XX, quando o preço do café começou a cair, a produção intercalada no meio do cafezal passou a ser proibida pelos fazendeiros mais antigos com o fim de resguardar o solo, e assim, foi intensificada a busca por trabalho nas novas terras. Os imigrantes tinham a esperança e uma chance maior de obter um maior bem-estar na frente pioneira do que nas regiões nas quais as lavouras eram mais antigas.

Na franja pioneira poderia-se, mais facilmente, nela adquirir um pequeno domínio, nela engajar-se como meeiro ou como empreiteiro e encarregado de formar um cafezal. Por isso, acelera-se o empobrecimento das regiões, mais antigas. A crescente falta de trabalhadores obriga a novos apelos à imigração dos assalariados. Ressoa sempre o grito de “braços para a lavoura” (MONBEIG, 1984, p. 158-159).

Era constante a necessidade de mão de obra, mas em 1906 – antes da reunião de governadores denominada Conselho de Taubaté – com a crise do café, houve a volta de alguns imigrantes ao seu país de origem, sendo a maioria formada pelos que tinham maior poder de poupança. Surgiam com isso, dois problemas: o de não conseguir mão de obra quando a crise passasse e a fuga de capital. A solução para esses problemas começou com o secretário de Agricultura de São Paulo do governo de Jorge Tibiriçá, Dr. Carlos Botelho – primogênito de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, fundador do município de São Carlos – que promoveu a melhoria das condições das colônias e a criação de tantas outras que atualmente são municípios como o de Nova Odessa e Nova Paulicéia, antes que o retorno dos imigrantes aos seus países de origem fosse intensificado. Nas duas outras décadas, de 1910 e 1920, o governo federal foi quem destinou seus esforços políticos para manter os projetos de colonização, servindo de atração para o imigrante, fazendo com que este ficasse trabalhando nas lavouras de café (MARTINS, 2010).

A colonização foi tratada pelos políticos como uma necessidade do fazendeiro para a produção de café. Era uma forma de fixar a mão de obra no período da colheita, época em que a contratação de mão de obra era mais difícil. As colônias funcionavam como um alojamento de trabalhadores e os fazendeiros não precisariam mais sustentar os imigrantes dentro de suas fazendas. O processo de implementação das colônias permanecia integrado no sistema do complexo exportador cafeeiro, e foi se estendendo em direção ao Oeste paulista.

Os imigrantes formavam a massa trabalhadora na época e os fazendeiros a classe dominante. Ainda que houvesse uma rígida e clara separação entre as classes, não era incomum encontrar imigrantes que conseguiam o seu próprio pedaço de terra. Alguns alcançaram o enriquecimento, muito devido à poupança que conseguiam obter e a aplicação deste capital em algum tipo de comércio. A sociedade na marcha pioneira era dinâmica e não estática e é devido à expansão da fronteira agropecuária que se criou e se desfez grandes capitais.

2.7 A Marcha para o Oeste

Com o estouro da crise mundial de superprodução em 1929, nem o governo federal e nem o governo estadual conseguiram proteger o café. Ficou a cargo do mercado selecionar os cafeicultores que ainda conseguiam produzir o grão. Em meio à recuperação da economia brasileira, mediante a crise mencionada, Washington Luís, então presidente da República e que teria seu mandato até 15 de novembro de 1930, foi deposto de seu cargo no dia 24 de outubro de 1930 e, ainda, Júlio Prestes, que já estava eleito como seu sucessor, foi impedido de assumir o cargo, que foi assumido por Getúlio Vargas no dia 3 de novembro de 1930.

O golpe de estado foi uma ação extrema, tomada por parte da elite política e militar do Brasil devido à discordância desta perante o rompimento da denominada República café-com-leite, na qual os presidentes eleitos eram indicados alternadamente pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. Washington Luís e Júlio Prestes eram indicados por São Paulo e o ato de estarem na presidência de forma consecutiva, significava o rompimento de um acordo informal, o que gerou a revolta – comandada principalmente pelos estados de Minas Gerais (Estado que teria o poder de indicação), Rio Grande do Sul (Estado onde nasceu Getúlio Vargas) e Paraíba (Estado onde nasceu João Pessoa, então vice de Getúlio Vargas) – que findou com o golpe militar. Júlio Prestes foi exilado e a junta militar formada por ministros militares entregou a presidência da República a Getúlio Vargas. Era o fim da chamada República Velha (1889-1930).

As primeiras ações do governo Vargas se deram em favor da criação de uma política que integrasse todo o território nacional, articulando economicamente as diferentes regiões. Isso só poderia ocorrer por meio do povoamento do Oeste brasileiro.

As terras amazônicas, até 1930, eram associadas economicamente com a exploração de alguns produtos que tivessem demanda no mercado externo. Primeiro foram as drogas do sertão, posteriormente os metais preciosos descobertos pelos bandeirantes e por fim o ciclo da borracha (1879-1912). Após 1930 a Amazônia passou a sofrer mudanças significativas em sua paisagem. A nova política de integração do mercado tinha a intenção de consolidar o desenvolvimento do sistema capitalista, atendendo aos interesses da burguesia do Centro-Sul, principalmente de São Paulo, que comandava a economia no país. Isso viria por meio da expansão da indústria nacional formada pela acumulação do capital cafeeiro exportador e pela indústria internacional, que era atraída por esse poder de investimento que foi formado na Marcha Pioneira. Dessa forma, o governo federal iria acabar com os “vazios demográficos” do Oeste brasileiro, incorporando-os na economia nacional, formando um importante mercado

consumidor, fornecedor de matéria-prima e servindo de reserva de mão de obra. Nascia assim a ‘Marcha para o Oeste’.

As verdadeiras razões da Marcha para o Oeste eram: a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contensão dos conflitos sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos (PESSOA, 1999, p. 47).

Para fazer com que a integração econômica acontecesse, o governo passou a investir em infraestrutura, principalmente nas esferas da comunicação e transporte, facilitando o encontro entre capitalistas e proletariado.

A indústria acabou por se concentrar no Sudeste, tendo São Paulo como locomotiva industrial que impulsionava a economia brasileira. Este era o caminho do país que foi consolidado no primeiro governo Vargas (1930-1945). Foi nesse período que o estado de Mato Grosso começou a ter um maior impulso demográfico. A partir da década de 1930 o incentivo à colonização do estado passou a ser intensificado e seria aumentado significativamente na década de 1960. As ditaduras, de Vargas e a militar, moldaram a atual estrutura agrária de Mato Grosso.

Na década de 1930 os primeiros projetos de colonização foram implementados na porção Sul do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, onde havia um contingente populacional que compunham cidades e povoados, onde já existia certa atividade de produção de matérias-primas e já contava com alguma infraestrutura. Na porção Norte que corresponde ao atual estado de Mato Grosso, onde está localizada a Amazônia mato-grossense, não havia infraestrutura alguma, as produções agrícolas eram basicamente de subsistência produzidas por pequenos camponeses que ali haviam se instalado e por tribos indígenas que estavam espalhadas por todo estado. Era esse espaço que deveria ser integrado à economia nacional. Um “espaço vazio”, onde os índios e camponeses que o habitavam, foram ignorados pelas ações governamentais de ocupação da Amazônia (MARTINS, 1980).

O governo federal conseguiu fazer com que a Amazônia mato-grossense se tornasse produtora de alimentos e matérias-primas para abastecer o Sudeste e, dessa forma, o Mato Grosso foi incorporado economicamente como região periférica brasileira.

Nas décadas de 1940 e 1950, as vendas de terras devolutas, que eram executadas por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), constituía-se na maior receita do estado de Mato Grosso. Terras foram privatizadas sem saber o que e quem estavam nelas. Os investimentos particulares, em conjunto com os estatais,

passaram a atrair um grande contingente de imigrantes que acreditavam em uma possível melhora em suas condições de vida, pois assim eram condicionados a acreditar devido ao estímulo do governo federal.

As políticas getulistas e suas propagandas governamentais não eram, de fato, trabalhadas em cima do poder de atração, mas sim baseadas na expulsão do excedente populacional de nordestinos e sulistas. O Nordeste brasileiro passava por uma estagnação econômica, muito por conta de a estrutura agrária ser latifundiária, dificultando o acesso dos trabalhadores às terras. Na região Sul, ocorria o contrário, as famílias iam dividindo suas terras que ficavam pequenas e não atendiam mais as necessidades das novas famílias que iam se formando e, junto a isso, ainda havia a mecanização da agricultura que substituía o homem e aumentava o contingente de desempregados.

As circunstâncias criadas pelo Estado fizeram com que a Amazônia mato-grossense absorvesse o excedente populacional de outras regiões. Os agricultores tentavam se organizar com o intuito de cobrar ações governamentais que pudessem promover mudanças na sociedade em que viviam. A Reforma Agrária era a principal exigência. Os líderes passaram a ser perseguidos e presos; muitas vezes mortos. Essa foi a reação do Estado (RODRIGUES, 1991).

A fronteira agropecuária ia avançando de fato. Os camponeses que habitavam as novas terras não conseguiam resistir ao avanço do capital. O Mato Grosso passava a ser a nova fronteira agropecuária do país, assimilando o excedente populacional de outras regiões, aliviando possíveis tensões nas terras de origem e criando novas tensões na fronteira. Estes imigrantes já na década de 1950, passaram a ser consumidores de produtos industrializados no centro e fornecedores de matérias-primas para as mesmas indústrias fabricantes desses produtos.

Estabeleceu-se, assim, a ideia de integração do mercado nacional, e muitos desses imigrantes acabaram por não conseguir firmar-se em suas terras. Más colheitas, dívidas com os bancos, doenças entre outros problemas faziam com que os camponeses vendessem suas terras para capitalistas maiores (SIQUEIRA, 1997). Dessa forma, continuava a política de concentração de terras no Mato Grosso, iniciada no século XVIII, sendo que nesse momento da história, os pequenos proprietários vinham antes ao Oeste, preparar as terras para os latifundiários que iriam adquiri-las posteriormente.

A política colonizadora estabelecida no Estado Novo, foi a manutenção de um processo de colonização que sempre se manteve no leito dos conflitos sociais. O que se passaria anos depois da queda de Vargas ilustraria as tendências latentes há muito

tempo. A ocupação das áreas [das novas áreas do Oeste brasileiro] levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração de terras, acompanhada de trabalho assalariado (LENHARO, 1985, p. 57).

Restava aos pequenos proprietários servir como mão de obra, vendendo a sua força de trabalho, sendo que muitas vezes labutavam nas terras que antes eram de sua propriedade. O capitalista adquiria as terras e mantinha o antigo dono como empregado, pois o mesmo já não tinha para onde ir e, ou permanecia sendo assalariado ou iria se aventurar mata adentro.

Com as inúmeras transações de terras, surgiram, na efervescência dos negócios imobiliários, as especulações.

Ao lado dessa concentração de terras ocorreu uma grande especulação das mesmas, isto é, eram adquiridas, não para nelas se produzir, mas, sim para revendê-las a elevados preços. [...] Doações, concessões, venda, enfim, uma orgia de transações imobiliárias fazem milionários da noite para o dia, beneficiando “tubarões” de todos os matizes, parentes, amigos e afilhados políticos (SIQUEIRA, 1990, p. 130).

Os grileiros, que apareceram de forma atuante na Marcha Pioneira, continuavam a ter nicho de mercado preservado na Marcha para o Oeste. Embora o último período mencionado fosse mais rigoroso com a documentação, a fiscalização das terras vendidas era ineficiente. Muitas vezes ocorria a venda da mesma terra por diversas vezes. A terra era vendida pela CODEMAT para que fosse cultivada, mas devido à especulação, ela era vendida e se obtinham lucros fáceis. Era um investimento para o comprador. Problemas como o desemprego e a concentração de terras começaram a aparecer, sendo derivados do comércio de terras e pela não produção sobre as mesmas. Os pequenos agricultores que não conseguiam trabalho foram adentrando as florestas em direção ao Oeste e, assim, os camponeses passaram a ser denominados de posseiros. Como visto, desde o século XVIII, já havia produtores que estavam produzindo no Mato Grosso em terras onde não havia proprietários de fato, mas a atuação de posseiros nunca foi tão grande em seu contingente populacional como na Marcha para o Oeste. Esses posseiros que estavam adentrando a floresta iriam se encontrar com os nordestinos, que fugindo da seca e atraídos pela borracha na Amazônia, e que tiveram principalmente os estados do Amazonas e Pará como destino, também tiveram que embrenhar-se na mata, devido ao declínio da produção do látex, passando a produzir somente para a sua subsistência.

O resultado dessas ações imobiliárias foi o empobrecimento dos campos na Amazônia. A agricultura familiar foi sendo inapelavelmente aniquilada pelos capitalistas que instalavam suas empresas com proteção legal. A figura do fazendeiro aparecia na Amazônia. Junto com

ele estavam os seus jagunços e capatazes, empregados obedientes que cumpriam as ordens do fazendeiro a qualquer custo.

Getúlio Vargas, por meio das políticas implementadas no Estado Novo, conseguiu expandir a produção agrícola até a Amazônia, ocasionando uma divisão entre o centro urbanizado, onde a densidade demográfica era maior, e a periferia rural. Dessa forma o Brasil começava a deixar de ser predominantemente rural. O Estado coordenava essa evolução que, de forma tendenciosa, promovia a “união” do capitalista e do trabalhador e, “por seu caráter estritamente conservador, a modernização foi abortiva, produzindo o aleijão social de um povo pobre num país muito rico” (FREITAS, 1999, p.219).

O processo de colonização da Amazônia, entre 1930 e 1964, foi construído pela elite localizada no Centro-Sul que formava a classe burguesa industrial e financeira, e que estendeu os seus negócios para as novas terras. A Amazônia mato-grossense foi uma das partes da nova frente pioneira. A ocupação do Norte do estado aos moldes do sistema capitalista gerou, principalmente se comparada a zona rural com a urbana, um abismo econômico, exclusão social e educação desigual, fazendo parecer que as duas regiões não estavam no mesmo planeta. O capitalismo e suas perversas contradições “vai penetrando no campo, aumentando o preço da terra e estabelecendo diferenças” (PIAIA, 2003, p. 38).

Com a definição de quem era o centro e de quem era a periferia na geopolítica brasileira, a sociedade passou a ser dividida entre: os grandes detentores do capital, sendo a minoria da população; e os trabalhadores braçais, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros. Na periferia, essa divisão foi ainda mais gritante. Era o capitalismo se estabelecendo na fronteira.

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Ao mesmo tempo, pois, mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor. Por isso mesmo, transforma as próprias pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho (IANNI, 1996, p. 8).

Com o objetivo de que seus interesses fossem atendidos, os capitalistas atuavam em outras esferas e componentes da sociedade. Além da economia, também trabalhavam na esfera política – e atualmente ainda assim o fazem – ocupando cargos públicos, financiando campanhas de políticos, influenciando o jurídico e com essas articulações criam, mudam e extinguem leis conforme o próprio interesse, colocando suas intenções e seus negócios dentro da lei, fazendo parecer que a desigualdade é um processo natural. Porém os fatores colocados até aqui mostram que, na verdade, ocorreu um processo forçado para promover a

desigualdade social e a concentração de terra, não havendo naturalidade alguma. O controle do capital pertencente a uma minoria provoca a exploração de uma maioria devido à busca pelo lucro, proporcionando assim, um desenvolvimento excludente.

A região amazônica, por meio desse sistema, entre 1930 e 1964, sofreu profundas mudanças geográficas – em sua paisagem – e políticas – em suas relações sociais. A política de integração nacional desse período fez com que o governo federal criasse leis, decretos e órgãos públicos de todas as ordens (conselhos, institutos, departamentos, superintendência...) que passaram a comandar a economia nacional. Os capitalistas, então, tinham o aparato do governo, articulando condições para que eles conseguissem maximizar seu lucro. E foi exatamente por isso que a Marcha para o Oeste foi implementada. A fronteira agropecuária avançava por meio da dominação econômica.

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil em dois períodos, a saber 1930-1945 e 1951-1954. Entre os anos de 1946 e 1964 dois ex ministros de Getúlio Vargas foram presidentes do Brasil: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Jânio Quadros (1961). Além destes presidentes, Juscelino Kubitschek (1956-1961) agiu intensivamente nas esferas de transporte, comunicação e indústria, o que facilitava e atraía a atuação do capital no Oeste brasileiro.

Em 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência do Brasil pressionado pelos ministros militares, quando estatizou jazidas de ferro localizadas em Minas Gerais, que estavam em poder do capital privado. Constitucionalmente, João Goulart, então vice-presidente deveria assumir a presidência, mas estava na China, em uma viagem diplomática. Foi classificado como comunista pelos militares e impedido de assumir o cargo de presidente do Brasil. Após conversas e negociações entre governadores de estado e militares, João Goulart assumiu o comando do país. Primeiro como chefe de Estado parlamentarista e posteriormente, após um plebiscito popular que definiu que o regime presidencialista voltaria a ser o regime político vigente no Brasil, João Goulart foi nomeado presidente da república em 6 de janeiro de 1963. Em 13 de março de 1964, o então presidente decretou a nacionalização de refinarias privadas de petróleo e a desapropriação de terras que seriam destinadas à Superintendência de Políticas de Reforma Agrária (SUPRA), criada por ele em 1963. Os militares consideravam uma ação comunista e a situação, que já era tensa, ficou insustentável; e assim, João Goulart foi destituído da presidência da república no dia 18 de abril de 1964.

A partir de 1964, uma nova forma de ocupação da Amazônia seria implementada. Por meio de incentivos fiscais e créditos facilitados, os capitalistas latifundiários devido à concentração de terras proporcionada pela Marcha para o Oeste, foram privilegiados

novamente, com alguns até mesmo aumentando o tamanho de seu latifúndio. Para viabilizarem o êxito dessas ações políticas, o governo militar criou órgãos públicos, sendo a SUDAM um deles, e instalou toda a infraestrutura capaz de dar sustentação às mais diversas atividades que fossem de interesse da burguesia agrária brasileira.

Para concretizar a obra, iniciada na Marcha para o Oeste, o governo militar criou o Programa de Integração Nacional (PIN), que explanava temas como “integrar para não entregar”, se referindo à riqueza mineral na Amazônia, e “terras sem homem para homens sem terra”, demonstrando o incentivo ao processo de colonização. O início da aprovação dos projetos de incentivos fiscais se deu no ano de 1966.

Sem pagar impostos e ainda recebendo grandes quantias monetárias, os capitalistas que, sem sucesso, já haviam tentado plantar café, cana-de-açúcar e milho entre outras culturas, passaram a desmatar e implementaram a pecuária de corte. Foram desmatados cerca de 5% da área amazônica no período de 1966 e 1979 (BOFF, 2004). Boff (2004), fazendo uma comparação em escala global, afirma que os projetos aprovados na SUDAM só não são maiores, quanto à mensuração dos investimentos, que os projetos espaciais estadunidenses executados pela Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA). A expansão da fronteira agropecuária era intensificada de uma forma sem precedentes.

Devido ao estado de Mato Grosso possuir ampla extensão territorial, havendo grandes extensões de terras planas, este passou a ser a grande fronteira agropecuária do Brasil. A Revolução Verde, então tida como a modernização da agricultura implementada pelo Grupo Rockefeller na década de 1960, teve muitos de seus propósitos implementados no estado. De positivo ficou muito pouco. Atrás do discurso de implementação de novas formas de cultivo, estava o intuito da acumulação capitalista, ampliando o mercado das indústrias estadunidenses. A modernização da Revolução Verde não interferia na estrutura fundiária de Mato Grosso, ao contrário, ratificava-a, aumentando o grau de concentração de terra.

Esses latifundiários reproduziam seu capital e conseguiam capital de giro para poder implementar as modernizações propostas, aumentando o seu lucro. Ainda, possuíam os títulos sobre a terra, que comprovando que eram suas poderiam receber os incentivos fornecidos pelo governo federal, ou seja, posseiros não tinham acesso a esse crédito e nem capital para produzirem de forma automatizada. Os índios não tinham o seu direito à terra respeitado, pois não possuíam o título de posse. Dessa forma, os conflitos sociais eram inerentes à realidade da época, sendo abafados de forma brutal pela ditadura.

Muito embora em 1964, quando o golpe de Estado que emergiu o Brasil em 21 anos de ditadura militar, houvesse no Congresso Nacional mais de duzentos projetos de

lei de reforma agrária, nenhum deles chegou a ser apreciado. O que se fez nas terras do Brasil, daí por diante, foi reprimir com força das armas não só as Ligas Camponesas, que tinham programas de conquista sociais além da reforma agrária, mas também a Igreja e os sindicatos rurais mobilizados na luta por uma legislação trabalhista mais justa para o homem do campo. A expulsão de famílias inteiras para fora das terras que lhes dariam tão somente a miserável sobrevivência tornou-se cotidiana em todo o país, recrudescendo por todos os rincões o desaparecimento e assassinato de líderes camponeses, advogados sindicalistas, religiosos e outros tantos envolvidos na defesa do trabalhador rural (RODRIGUES, 1991, p. 21).

Com forte repressão aos pequenos o resultado das políticas creditícias, e de incentivos fiscais, foi marcado pelo favorecimento a alguns grupos privilegiados da sociedade brasileira. O dinheiro público foi destinado aos grandes capitalistas do país, principalmente paulistas, enriquecendo ainda mais os empresários do Centro-Sul, que eram detentores do título da terra, nem sempre adquirido de forma lícita.

O processo de ocupação da Amazônia, como se procurou mostrar, decorreu da forma pela qual os projetos agropecuários foram implantados, particularmente no período em que mais violentamente o regime militar agiu no país. Naquele período, as empresas, para poderem aplicar o incentivo fiscal, passaram a adquirir títulos de propriedade de terras, que obedeciam à lógica da “grilagem legalizada”. Ou seja, um “procurador” obtinha-os através de procurações passadas por pessoas que, às vezes, nem sabiam o que estavam assinando ou, então, até recebiam uma certa quantia em dinheiro para assinarem. De posse desta procuração, o “procurador” dava entrada no órgão governamental competente e obtinha em nome de terceiros os títulos de propriedade de terras devolutas. Como se sabe, anexava ao processo duas declarações sabidamente falsas, uma de que nas terras solicitadas não havia índios, e outra de que não havia posseiros. Com os títulos em mãos, diga-se de passagem, com todo o “falso levantamento de divisas” feito por profissionais habilitados (engenheiros civis, arquitetos, agrimensores, etc.), passava a oferecê-lo, aos grupos econômicos do Centro-Sul do país, isto quando não foram estes mesmos grupos que executaram o processo de grilagem sobre essas terras e obtiveram os títulos por esse caminho (OLIVEIRA, 1990, p. 83-84).

Os latifundiários, atraídos pelos incentivos e radicados pela má (ou não) fiscalização expandiam os seus negócios para a Amazônia. Essa ação se reflete na má distribuição de terra existente ainda hoje na região e no estado de Mato Grosso.

Foi nesse contexto que a família Ometto chegou à Amazônia, adquirindo terras de Ariosto da Riva ao Norte do Mato Grosso implementando a pecuária de corte no empreendimento chamado Agropecuária Suiá-Missú.

3 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA OMETTO E A EXPANSÃO DE SEUS NEGÓCIOS PARA A AMAZÔNIA

A família Ometto chegou ao Brasil durante o período das grandes migrações transoceânicas. Como a maioria dos migrantes, de origem italiana, vinham ao Brasil para trabalharem nas lavouras de café no período pós-abolicionista. Era o momento do processo de substituição da mão de obra escrava africana pela mão de obra assalariada europeia.

A família Ometto conseguiu grande progresso financeiro em terras brasileiras e transformou-se no Grupo Ometto. Tornou-se um dos maiores grupos capitalistas do país, sendo responsável por grande parte do impulso da expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste paulista e à Amazônia.

Neste capítulo trataremos de relatar a trajetória desta família e como os negócios foram conduzidos durante o caminho percorrido pelo seu capital até a chegada à Amazônia mato-grossense.

3.1 Os Motivos que levaram à Grande Migração Italiana

Até 1870, ano da anexação de Roma ao território italiano que passava pela Guerra de Unificação (1859-1870) - também denominada de *Risorgimento* -, a Itália era dividida em pequenos reinos, repúblicas e ducados³. As regiões italianas apresentavam uma situação de dificuldade socioeconômica. Poucos produziam em suas próprias terras. A maioria dos trabalhadores arrendavam os campos em que plantavam e acertavam as condições de pagamento previamente, não levando em consideração as possibilidades de sucesso ou de fracasso da produção. Dessa forma, ficava difícil a acumulação que seria direcionada ao próximo plantio, e devido a esse fator, quase sempre entregavam praticamente toda a sua produção, ficando somente com o necessário para a subsistência da família. Ainda assim, até a década de 1870, os italianos preferiam ficar nos campos pois tinham sua sobrevivência garantida (POVOAS, 1989).

O processo de unificação de diferentes regiões na Itália ocorreu diante da crise agrícola, a qual se refletia nas condições precárias em que a população vivia. A média do tamanho dos terrenos das plantações era de 0,3hectares, o que, com a tecnologia existente na época, dificilmente sustentaria mais de uma família. As terras ficavam sob o comando do irmão homem mais velho e os outros teriam que sair para buscar o seu sustento. A solução

³ Territórios independentes com diferentes sistemas de governos e que estavam dentro do atual limite territorial da Itália.

encontrada pelo novo governo para que não aumentasse a tensão social foi a emigração e a América era o principal destino (CONSTANTINO, 1991).

A penúltima década do século XIX vai marcar um momento importante na migração europeia. Nos fins do século XIX e, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, assistiu-se uma intensificação do movimento migratório. Esse período ficou conhecido como o da Grande Migração, movimento populacional que teve como direcionamento o avanço tecnológico (energia a vapor, cabo telegráfico transatlântico, ligações ferroviárias), possibilitando aos europeus informações sobre as condições de emprego e de acesso à terra nos países americanos. Nessa época a terra na Europa era cara e a mão de obra barata. O inverso se dava nos países americanos, o que motivava a busca por essas terras (EMMI, 2008, p. 60).

O intenso crescimento demográfico na Itália fazia com que a oferta de mão de obra aumentasse, sem que qualquer tipo de planejamento tivesse sido elaborado e direcionado a atender as necessidades desse excesso populacional. Sendo assim, a emigração italiana torna-se maciça a partir de 1880. No início a maioria dos italianos que vieram para a América, mais precisamente para o Brasil, era originária do Sul da Itália, região mais pobre e onde a população não encontrava meios para a sua sobrevivência. Conforme essas necessidades foram aumentando dentro do território italiano, os imigrantes que moravam no Norte da Itália começaram a migrar. Portanto, os problemas econômicos desencadearam a emigração italiana, deixando a agricultura em grandes dificuldades, e como a industrialização não conseguia empregar o mínimo de pessoas que fizesse com que a pressão demográfica diminuísse, a emigração foi a saída para que fosse possível alcançar uma melhoria no âmbito econômico e social da população em geral (IANNI, 1963).

Miséria! Esta é a verdadeira e exclusiva causa da imigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial. [...] A fuga a pé em pleno inverno, para chegar ao porto de embarque – Gênova – envolvia aldeias inteiras e podia assumir aspectos de verdadeira libertação, como notava, não sem certo temor um observador da época, De Kiriak: “vão para a América como iriam à aldeia vizinha na festa do padroeiro, e vão em procissão, às vezes até o som dos sinos, quando não levam consigo estes, como aconteceu em uma aldeia em Treviso (TRENTO, 1989, p. 30-31).

A situação da Itália era crítica. Além da pobreza, principalmente da população rural, juntava-se o fato da falta de educação (analfabetismo elevado) e as condições precárias de moradia. Muitos, principalmente as crianças, contraíam a pelagra, doença causada por uma dieta pobre em proteína e vitamina animal, que na época se constituía basicamente de polenta, alimento derivado do milho, e de hortifrutigranjeiros que eram permitidos aos camponeses italianos plantarem onde labutavam.

A abundância de terras virgens no continente americano atraíam os italianos. A ideia de “fazer a América” contagiava-os, e devido aos fortes laços familiares da cultura italiana, não viajava somente o chefe da família e assim, muitas famílias inteiras vieram para a América e para o Brasil. Com a abolição da escravatura em 1888, o fluxo de imigração foi intensificado. Dessa forma, com o governo italiano “expulsando a pobreza” e com os fazendeiros paulistas necessitando de mão de obra, os interesses se cruzaram e ambas as partes passaram a financiar essa migração. As facilidades aumentaram e os camponeses migraram em massa rumo ao outro lado do Oceano Atlântico.

3.2 As Origens da Família Ometto e a vinda para o Brasil

Pádua, uma cidade localizada no Nordeste da Itália tem grande parte de seus limites geográficos compostos por grandes colinas. Essas terras eram propícias para o cultivo de parreiras, destinadas para a produção de vinho e para a plantação de grãos, como o trigo e o milho. Ao redor das casas, havia a produção de hortifrutigranjeiros que eram destinados à subsistência dos camponeses, e também havia o plantio de ervas que eram destinados à produção de remédios provenientes da cultura popular e à higiene pessoal.

Após a guerra de unificação, ocorreu a aceitação popular de que o Papa, na figura representativa da Igreja Católica, detinha o poder, e não Vitor Emanuel, primeiro rei italiano pós unificação nacional. A igreja estava presente na sociedade, enquanto o rei se mantinha em uma esfera distante da rotina da população. Eram os religiosos que proporcionavam a educação formal. O nascimento, o batismo e a morte eram registrados nos livros da Igreja Católica. No final do século XIX a igreja era a maior latifundiária do Norte da Itália.

Na década de 1880, a situação em Pádua era de extrema calamidade, assim como estava quase toda Itália após a Guerra de Unificação, como viu-se na sessão anterior. Alcançar a condição ideal de bem-estar socioeconômico estava difícil. Para quem não possuía pedaço de terra, encontrar trabalho era uma missão ingrata e, com isso, os promotores de viagem percorriam as regiões que apresentavam maiores dificuldades sociais, relatando as histórias que se passavam na América, uma terra fértil, e sem dono, onde havia muita riqueza, pois lá todos poderiam ser proprietários. Unindo as situações, a esperança afluía nos italianos e não era difícil achar candidatos que queriam seguir viagem para a América.

Foi em Pádua que nasceu Antônio Ometto, segundo filho de Marcário Ometto e Anna Marsari. Seu batismo data de 30 de setembro de 1863 (CINTRA, 1986).

Antônio tinha um irmão mais velho, Girolamo Ometto, que após a morte de seu pai Marcário, tomou a frente como chefe da família. Esta era a função principal dentro do ambiente familiar. Era a única posição da hierarquia do lar em que não necessitava dar satisfação à ninguém. Girolamo era 12 anos mais velho que Antônio e casou-se primeiro. Quando os filhos começaram a chegar, a economia do lar foi afetada. Haveria que se trabalhar mais para alimentar um maior número de pessoas. O trabalho nos campos italianos nessa época era árduo. As folgas eram somente as idas às missas, que eram sagradas. Quando Antônio Ometto se casou com Caterina Biasio, Girolamo já tinha seis filhos: Virgínia, Marco, Pietro, Sílvio, Marcário e Maria.

Caterina era filha de camponeses e quando casou foi morar com o marido e o cunhado. Criada aos moldes tradicionais italianos, era católica e obedecia à hierarquia familiar. Girolamo era o chefe do lar e sua esposa era quem comandava os trabalhos de casa. Caterina passou a trabalhar nos serviços do lar e também do campo, sempre obedecendo à rigidez da hierarquia familiar. O maior exemplo dessa rigidez era o momento das refeições. O chefe da casa era o primeiro a ser servido, depois o outro homem adulto da casa, e em seguida as outras mulheres adultas por ordem de idade do esposo e, por fim, as crianças se alimentariam. Nessa escala, Caterina se serviria por último somente à frente das crianças.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas na vida camponesa, em 1882, Caterina e Antônio tiveram seu primeiro filho em 21 de julho. O primogênito foi chamado de Constante.

Os camponeses italianos, normalmente não trabalhavam somente em suas terras, mas também arrendavam outras terras, buscando melhores condições por meio do aumento da produção e da acessibilidade a um maior número de bens. Isso ocorria devido à pequena extensão dos campos que eram de sua propriedade; assim, se dispunham a plantar o trigo e a uva para outros proprietários. Os acordos eram firmados não oficialmente, mas sempre eram apalavrados e honrados.

O ano agrícola terminava em 11 de novembro, dia de Santo Agostinho. As partes combinavam uma quantidade fixa de trigo e uva por um valor estipulado em dinheiro. Dentro do cultivo, os donos da propriedade criavam animais que poderiam ser usados pelos arrendatários e descontados do pagamento quando o ano se encerrasse. Os arrendatários podiam também cultivar milho para o seu sustento. Dessa forma os camponeses dificilmente acumulavam uma grande quantia monetária. Eles acabavam somente por colher o seu milho e entregavam a colheita de trigo e de uva praticamente sem receber por ela, pois já haviam gasto o dinheiro que deveriam receber pela colheita. Sobrava somente o milho para fazer a polenta, pois os camponeses não estavam acostumados a comer pão, e o vinho que bebiam era

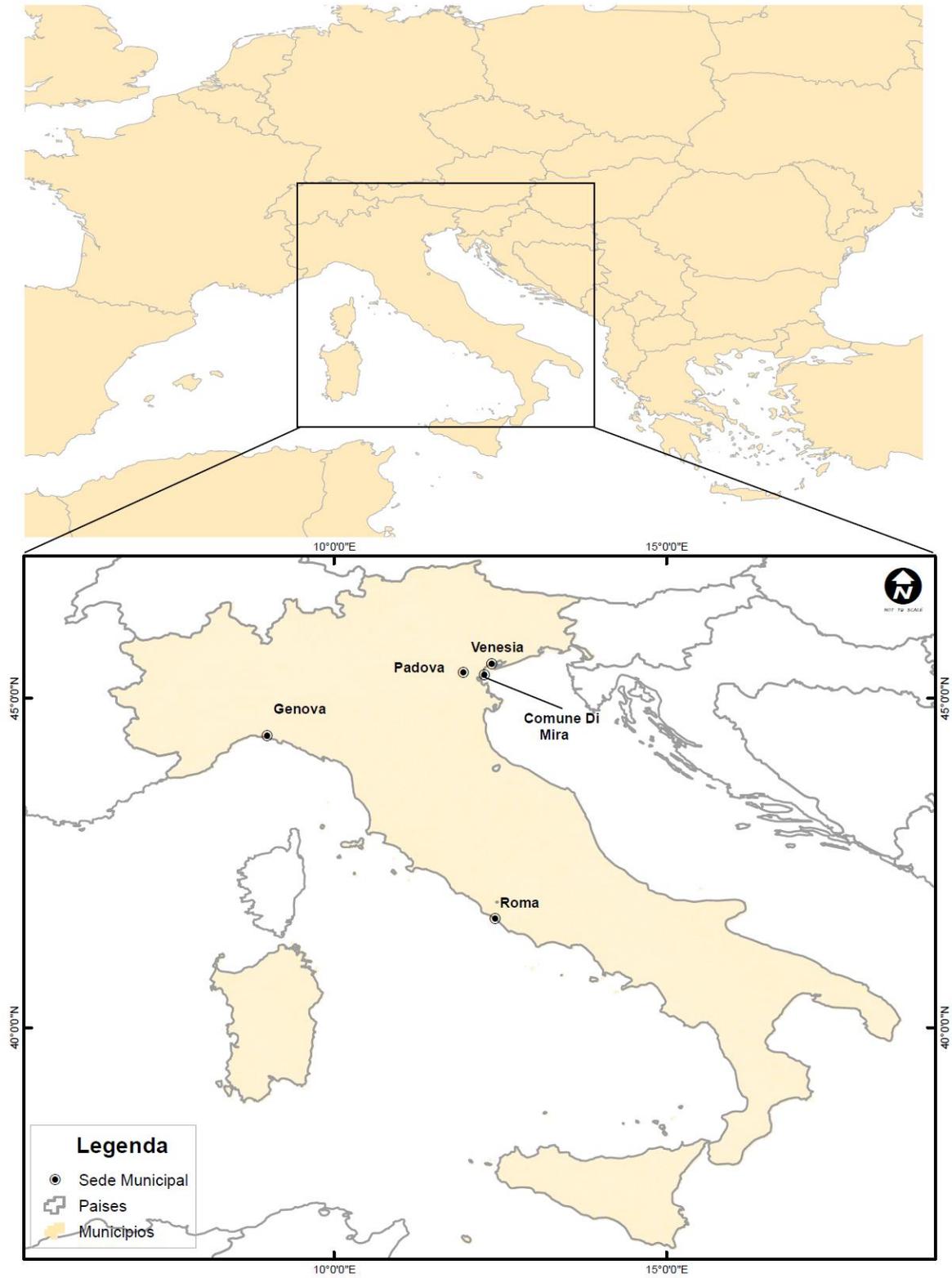
o *vin piccolo*⁴, o que tinha a pior qualidade (IANNI, 1963). Lutavam contra a fome. A acumulação era um sonho quase impossível.

A família Ometto também não fugia desse sistema. Trabalhava para outros proprietários para que todos tivessem no mínimo a polenta para comer. E mesmo com esse desequilíbrio, a família aumentava. Em 1885, Antônio e Caterina tiveram a primeira (e seria a única) menina, Caroline. Nasceu neste mesmo ano outra sobrinha, Regina. A terra ficou pequena para as duas famílias, a de Antônio e a de Girolamo. Ao fim da colheita de 1886, Antônio, como irmão mais novo, teve que sair de casa e cuidar da sua família, sozinho. Partiram em 16 de dezembro de 1886 para a Comuna de Mira, localizada no caminho entre Pádua e Veneza, sendo um ponto comercial onde passavam muitos comerciantes e viajantes. Antônio passou a vender sua força de trabalho para obter o sustento de todos (CINTRA, 1986).

Comuna de Mira era um ponto estratégico do comércio. Certamente ali agiram vários agentes de viagens a serviço das companhias de navegação, que estavam atentos aos problemas da sociedade italiana.

⁴ Vinho Pequeno.

Mapa 5 – Localização de Pádova, Comuna di Mira, Veneza e Gênova



Fonte: Base Cartográfica de Distritos da ESRI.

O aliciamento sempre ocorria em lugares públicos, atraindo a atenção da população. Normalmente em uma praça, músicas eram tocadas para atrair um contingente significativo, e posteriormente havia uma explanação sobre a situação precária em que se vivia na Itália e sobre a fartura que havia na América. Vendiam-se sonhos, e Antônio Ometto, que não tinha contas à acertar no próximo dia de Santo Agostinho, foi um dos compradores desse sonho. Antônio e Caterina já não tinham mais os seus pais vivos, o que facilitava o desprendimento de sua terra natal. Assim, resolveram embarcar para a América.

No Brasil, a partir de 1870, intensificou-se o incentivo à imigração. O governo imperial brasileiro, em meio a contatos com as províncias, reforçava a necessidade de uma política migratória de acordo com as necessidades apresentadas. Passagens e estadias de alguns dias ficavam por conta do governo do Brasil. Em 8 de agosto de 1871, o governo de São Paulo, criou a Associação Auxiliadora de Colonização, com o intuito de atrair a oferta de mão de obra europeia. Por meio de incentivos pagos pelo Estado de acordo com o número de pessoas na família, subdivididos em adulto (maiores de 14 anos) e crianças (menores de 14 anos), o governo de São Paulo, que já apresentava maior demanda pela mão de obra dos imigrantes para trabalharem nos cafezais, atraía a atenção e a preferência desses trabalhadores para o Estado paulista, fazendo com que o destino final da maioria dos imigrantes que vinham para o Brasil, ficasse concentrado na região.

Mesmo com o governo imperial apoiando e incentivando financeiramente a imigração, o governo de São Paulo foi responsável por angariar e alocar a maioria dos imigrantes. Houve investimentos estatais entre o período de 1884/1897 na ordem de 20% do orçamento total do Estado, que foram implementados na política de atração de trabalhadores imigrantes europeus.

Na saída de 1880, numerosos créditos foram concedidos pelo governo provincial [de São Paulo] para auxiliar a imigração. Com igual objetivo tomaram-se várias outras medidas. Entre 1881 e 1891, as despesas feitas pelo Tesouro do Estado com colonização e imigração montaram a 9.244:226\$550. Os fazendeiros interessados na migração encontravam meios de conduzir o Estado na direção de seus objetivos. Pressionavam a Assembléia Legislativa e o governo provincial. Inutilmente tentavam os setores mais rotineiros do Vale do Paraíba opor-se aquelas medidas que empenhavam toda a província numa iniciativa que beneficiava particularmente a um grupo. Os fazendeiros do Oeste Paulista conseguiram impor sua vontade (VIOTTI, 1998^a, p. 330).

Em 1885, foi estabelecido por lei firmada pelo governo imperial o auxílio às passagens. O governo nacional e os governos provinciais interessados na política de imigração tinham seus representantes aqui e na Itália. A passagem do porto de Gênova – porto

de maior relevância no processo migratório até 1900 – até o Rio de Janeiro, custava cerca de 125 libras. O salário mensal de um camponês italiano era em média 30 libras. Para esperar a chegada do navio que iria atravessar o Oceano Atlântico, os italianos acabavam por se hospedar no porto. Era adicionado ao custo mais 10 libras por dia. O migrante viajava sem quase nenhum dinheiro e era ressarcido aqui no Brasil pelas agências de viagens (SACHET, 1985).

A Sociedade Promotora de Imigração foi fundada em 1886. Esta passou a direcionar o dinheiro público destinado à política de migração encaminhando-os às companhias de viagens ou diretamente aos imigrantes, custeando as suas despesas.

Multiplicaram-se os orçamentos interessados na imigração. A ascensão à presidência da província de São Paulo de Antônio Queiroz Teles, um dos pioneiros da introdução de colonos nas fazendas, muito favoreceu o movimento. Em poucos anos entraram mais imigrantes na província de São Paulo do que nos últimos 25 anos. Entre 1871 e 1886 chegaram pouco mais de quarenta mil. Nos dois anos seguintes, entraram 122 mil. Foi portanto, a partir de 1885-1886 que se incrementou a imigração (VIOTTI, 1998^a, p. 331-332).

Ainda que a quantidade de trabalhadores livres fosse pequena na época, comparando com a quantidade de mão-de-obra escrava, os discursos abolicionistas estavam em plena efervescência, e as companhias de viagem tendiam a obter maiores lucros, pois o número de imigrantes por trajeto estava crescendo. Oferecer os serviços diretamente ao governo tanto nacional quanto provincial era uma maneira de assegurar grandes negociações.

Figura 1 – Comunicado sobre articulação pró migração publicado no veículo de comunicação Correio Paulistano

Sociedade Auxiliadora da Im- migração em Santos

A Sociedade Central de Imigração, estabelecida na corte, dirigiu á Sociedade Auxiliadora da Imigração, fundada nesta cidade, o seguinte officio :

«Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1886.—Illm. Exm. Sr.—A respeitavel casa commercial desta corte, do sr. Jacomo N. de Vincenzi, agentes de varias companhias de navegação entre Europa e Brazil, desejando facilitar a vinda dos immigrants que sejam chamados por seus parentes e amigos estabelecidos no Brazil, propõe-se a conduzi-los desde o ponto em que se acharem na Italia, até o porto de Santos, mediante a quantia de 175 francos por passagem de adultos, e a dos menores em proporção as idades, encarregando-se o agente, da remessa e entrega do bilhete de passagem, que será paga aqui.

O meio lembrado pela casa de Vincenzi, nos parece o mais pratico, por quanto o immigrant que fosse chamado, seria encaminhado pela respectiva agencia até o seu desembarque nesse porto, recebendo della todas as informações que necessitasse sobre o Brazil.

Em nome da Directoria, communico a V. Exc. a proposta que faz a casa de Vincenzi, pedindo que ella seja levada ao conhecimento dos interessados nessa provincia.

Deus Guarde a V. Exc.—Illm. Exm. Sr. Antonio Carlos da Silva Telles, dd. Presidente da Sociedade Auxiliadora da Imigração em Santos.—Alfredo Escragnolle Taunay, vice-presidente».

Por ordem do sr. Presidente e da Directoria da Sociedade Auxiliadora da Imigração, dando á publicidade esse officio, chamo para elle a attenção de todos que se occupam com a elevada questão da imigração, de todos os interessados e especialmente dos que precisam braços livres que tornem o trabalho facil e productivo.

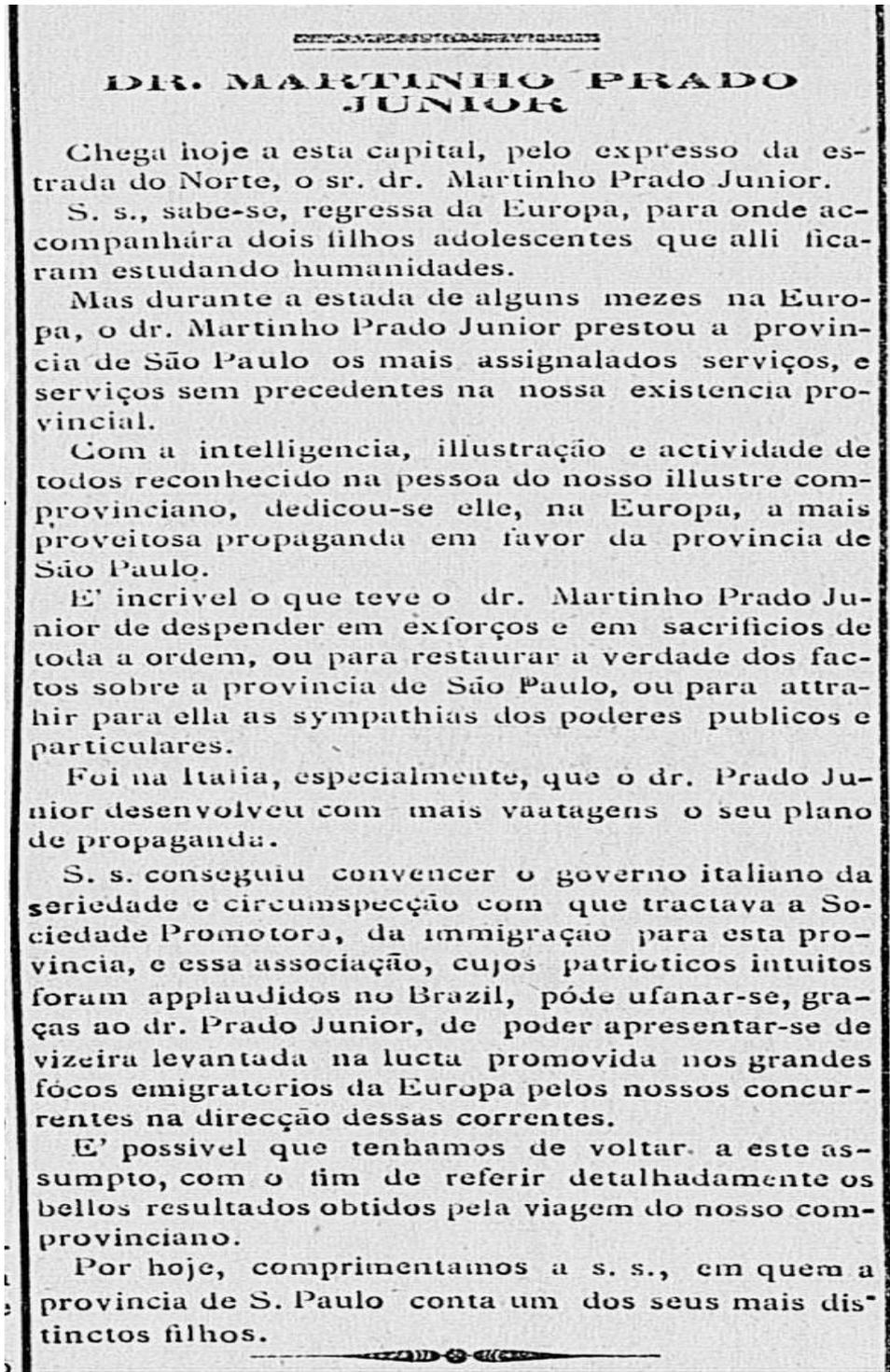
Santos, 31 de Maio de 1886.

F. A. Pacheco Junior,
Secretario.

5-2

Martinho Prado Junnior, republicano, abolicionista, ativista político da corrente imigrantista e fazendeiro de café, estabeleceu um escritório em Gênova com o fim de angariar e direcionar mão de obra italiana para o cultivo de café.

Figura 2 – Reportagem publicada no veículo de comunicação Correio Paulistano que relata as ações de Martinho Prado Jr. na Itália



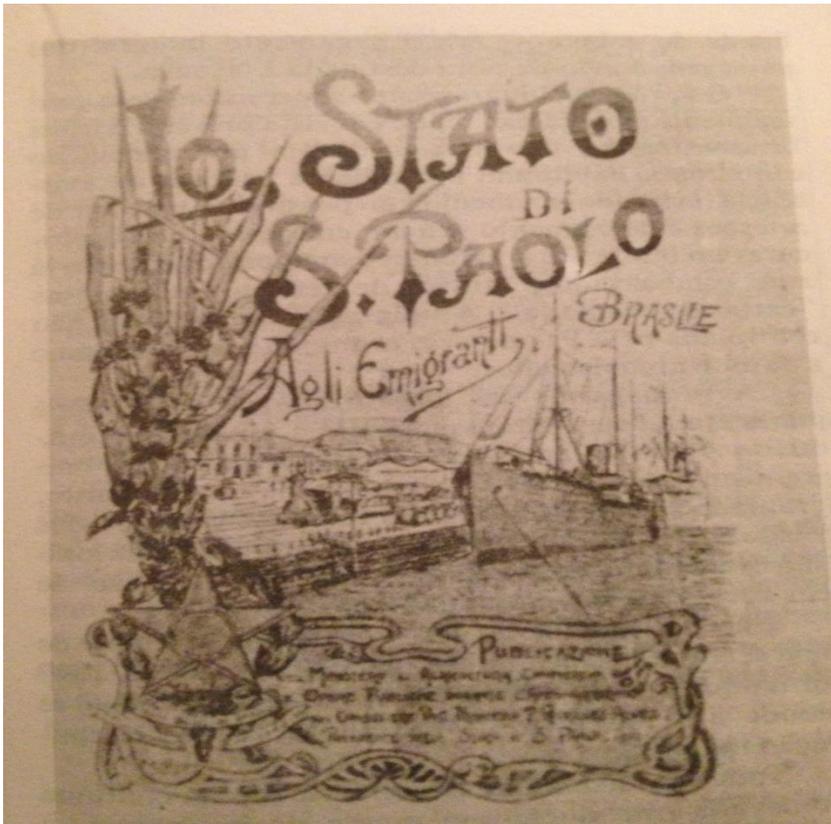
Fonte: Correio Paulistano de 24 de junho de (1887).

O empresário mencionado dava preferência aos imigrantes oriundos do Norte italiano, pois, segundo ele, estes tinham maior propensão ao trabalho e a poupar⁵; ele ainda, privilegiava aqueles que já tinham parentes no Brasil.

No ano de 1897, o governo de São Paulo construiu uma hospedaria localizada no bairro Brás na capital paulista. A sua administração ficou a cargo da Sociedade Promotora de Imigração. O edifício estava situado na intersecção entre as estradas de ferro que vinham do Rio de Janeiro e de Santos. Era nessa hospedaria que os imigrantes se alojavam quando chegavam, e lá era o local em que os fazendeiros faziam os primeiros contatos com os imigrantes e os contratavam para trabalharem nas fazendas de café. A necessidade de braços para a produção de café era extrema. Os imigrantes poderiam ficar oito dias alojados na hospedaria, mas raramente ficavam mais que três.

Os agentes na Itália tinham todas as funções, da propaganda ao aliciamento, bem organizadas. Eles se dirigiam ao interior da Itália com o objetivo de atingir os trabalhadores que estavam em piores condições e, assim, atraí-los para a América e ganhar sua comissão.

Figura 3 – Capa de folheto de propaganda distribuída na Itália



Fonte: Beiguelman (2003).

⁵Essa informação está em acordo com o resultado da pesquisa comparativa entre o Norte e o Sul italiano realizada por Robert Putnam e publicada no livro *Comunidade e Democracia* (PUTNAM, 2006).

Esses agentes escolhiam somente os migrantes que poderiam pagar para serem transportados até o porto. Chegando a Gênova os imigrantes deveriam saber a data da saída do navio. Posteriormente, deveriam se apresentar ao agente de viagens com documentos que certificassem idoneidade e cumprimento do serviço militar, evitando assim os anarquistas. Após a apresentação dos documentos, os imigrantes recebiam um requerimento que permitia a sua instalação no porto e também o acesso ao atendimento médico.

Figura 4 – Porto de Gênova no Século XIX



Fonte: Gabini (2006).

Antônio e Caterina conseguiram o documento com o agente de viagens em 1887, em Mira. Venderam os seus pertences e se prepararam para a travessia. Caterina veio para o Brasil porque na Itália, não tinha nem como pedir esmola. Caterina vendeu o que tinha de valor, um anel e um broche de ouro, para ajudar na viagem. De Mira para Gênova foram de trem. Foi a maior viagem que haviam feito até então. Muitos que estavam no trem tinham a América como destino.

Em 1886, Antônio da Silva Prado, irmão de Martinho Prado Junior, era ministro do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e fez um contrato com a empresa *Jácomo Nicolau de Vicenzi & Filhos*, agente de campanhas de navegação. A *Navegazione Generale Italiana* era uma delas, e esta se propunha a levar ao Brasil um total de 20 mil imigrantes. Antônio, Caterina, Constante e Carolina fizeram parte de uma destas

viagens. Os casais com filhos eram preferidos. Assim, no dia 22 de agosto de 1887, eles embarcaram no navio Roma (CINTRA, 1986).

A viagem para o Brasil, de Gênova ao Rio de Janeiro, demorava em torno de 15 dias. Logo na entrada do navio, os homens eram separados das mulheres e crianças, pois os aposentos eram divididos por gêneros. Cada navio levava em média mil imigrantes. As famílias se encontravam no convés do navio durante o dia. Nele eram fornecidas duas refeições por dia. Quando a embarcação ultrapassava a linha do Equador, havia uma festa e junto com ela uma refeição a mais.

Na viagem havia italianos de diversas regiões. As diferenças culturais eram evidentes. Grupos se formavam no momento das refeições, danças, ou de uma simples conversa. No Brasil, essas diferenças se tornariam menores. Os imigrantes vindos da Itália embarcaram piemonteses, vênnetos, calabreses, sicilianos e desembarcaram italianos.

Os navios que tinham o Rio de Janeiro como destino desembarcavam no cais da Gamboa, onde era a sede da Capitania dos Portos.

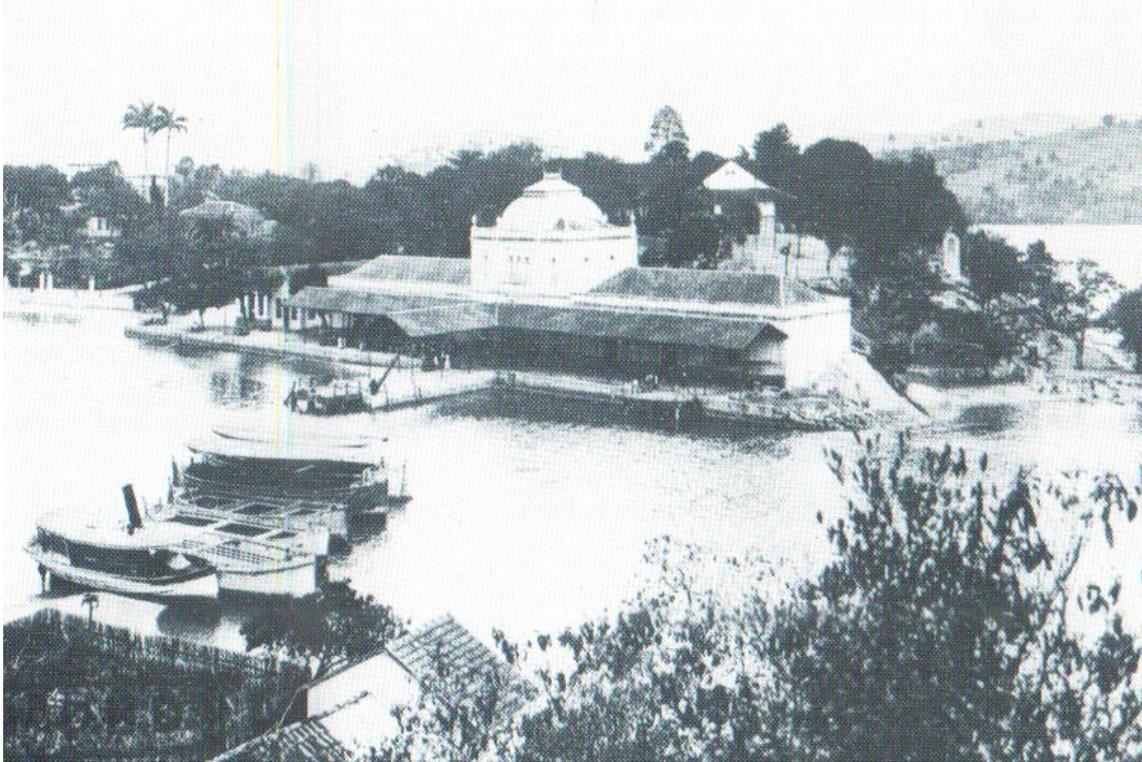
Figura 5 – Porto da Gamboa em 1885.



Fonte: Cintra (1986).

Em frente a uma distância de 3Km estava a Hospedaria da Ilha das Flores. Esta hospedaria tinha capacidade de abrigar mil pessoas. Os imigrantes eram obrigados a ficar lá por quatro dias, para que o governo imperial pudesse verificar se havia algum tipo de doença transmissível ou epidêmica que pudesse se disseminar aqui no Brasil.

Figura 6 – Hospedaria da Ilha das Flores em 1887



Fonte: Cintra (1986).

Em 17 de setembro de 1887, chegou o navio Roma que trazia Antônio, Caterina e seus dois filhos, Caroline e Constante.

Ficaram os quatro dias na Hospedaria da Ilha das Flores e depois foram para o porto da Gamboa pegar o trem da “Companhia São Paulo e Rio de Janeiro” com destino a São Paulo, especificamente para a Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. Chegando à capital paulista, Antônio recebeu o dinheiro que era repassado a todo o imigrante: 48\$000 para cada adulto e 12\$000 para as crianças, além das alimentações diárias.

Figura 7 – Documento de Matricula da chegada de Antônio Ometto no Brasil (Original e aproximado)

The image shows a historical document with two pages. The left page is a list of immigrants with columns for 'Nomes', 'Idade', 'Estado', 'Nacionalidade', 'Profissao', 'Procedencia', 'Nome do Navio', and 'Chegada'. The right page is a form for 'Pagamento', 'Sahida', 'Destino', and 'Observações'.

Matrienla dos Immigrantes entrados no Alojamento
 Provincial de Immigração em São Paulo

Nomes	Idade	Estado	Nacionalidade	Profissio	Procedencia	Nome do Navio	Chegada	
							Mez	Dia
Respunato Sabotou	15	9	Italiano	Agricultore	Rio Janina	Roma	Setembro	21
Ometto Antonio	34							

Pagamento				Sahida		Destino		Observações	
Auxilio a cada um	Total do auxilio	Mez	Dia	Mez	Dia	Provisorio	Difinitivo	Data do Carimbo	Volumes de Bagagem
								17-9-1887	
									5

Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Figura 8 – Tabela referente a alimentação na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Fornecimento de rações diárias aos imigrantes recolhidos à nova hospedaria do Braz.

RECTIFICAÇÃO DO EDITAL DE 7 DO CORRENTE

De ordem do illmo. sr. dr. inspector do thesouro provincial e nos termos do art. 188 do regulamento de 8 de Junho de 1880 se faz publico, para conhecimento dos interessados, que, da presente data a vinte dias, está em concurso o fornecimento de rações diárias aos imigrantes recolhidos a nova hospedaria do Braz, a partir do 1º de Julho proximo futuro até 31 de Dezembro do corrente anno, de accordo com as seguintes bases :

1º As rações para os adultos constarão as quantidades seguintes :

Assucar branco, 80 grammas.
Pão ou bolacha de bordo, 230 grammas.
Bacalhau ou outro peixe secco, 250 grammas.
Café, 35 grammas.
Carne de vacca secca, 400 grammas.
Dita verde, 450 grammas.
Toucinho 400 grammas.
Arroz, 1 decilitro.
Azeite, 2 centilitros.
Batatas, 1 decilitro.
Feijão, 2 decilitros.
Farinha, 5 decilitros.
Vinagre, 2 centilitros.
Verduras, 40 rs.
Estas quantidades serão assim divididas :

DE MANEIRA

Café, assucar, pão ou bolacha de bordo.

ALMOÇO E JANTAR
(Generos variaveis)

1ª especie Feijão ou arroz, carne fresca, toucinho, verduras.
2ª especie Feijão, farinha, carne secca e toucinho.
3ª especie Feijão, farinha, bacalhau ou peixe secco, azeite, vinagre, batatas.
2º As rações serão.
Para maiores de 12 annos.

Fonte: Correio Paulistano 18 de junho de (1887).

Na Hospedaria, Antônio, Caterina e os filhos permaneceram por dois dias e logo foram contratados para trabalhar em uma fazenda de café no município de Amparo, localizado no Nordeste do estado de São Paulo. Foram colocados em um trem em direção à Campinas, onde fariam a baldeação para o trem da Companhia Mogiana que parava na estação de Amparo. Lá se encaminharam para o distrito de Três Pontes, hoje pertencente ao município de Monte Alegre do Sul.

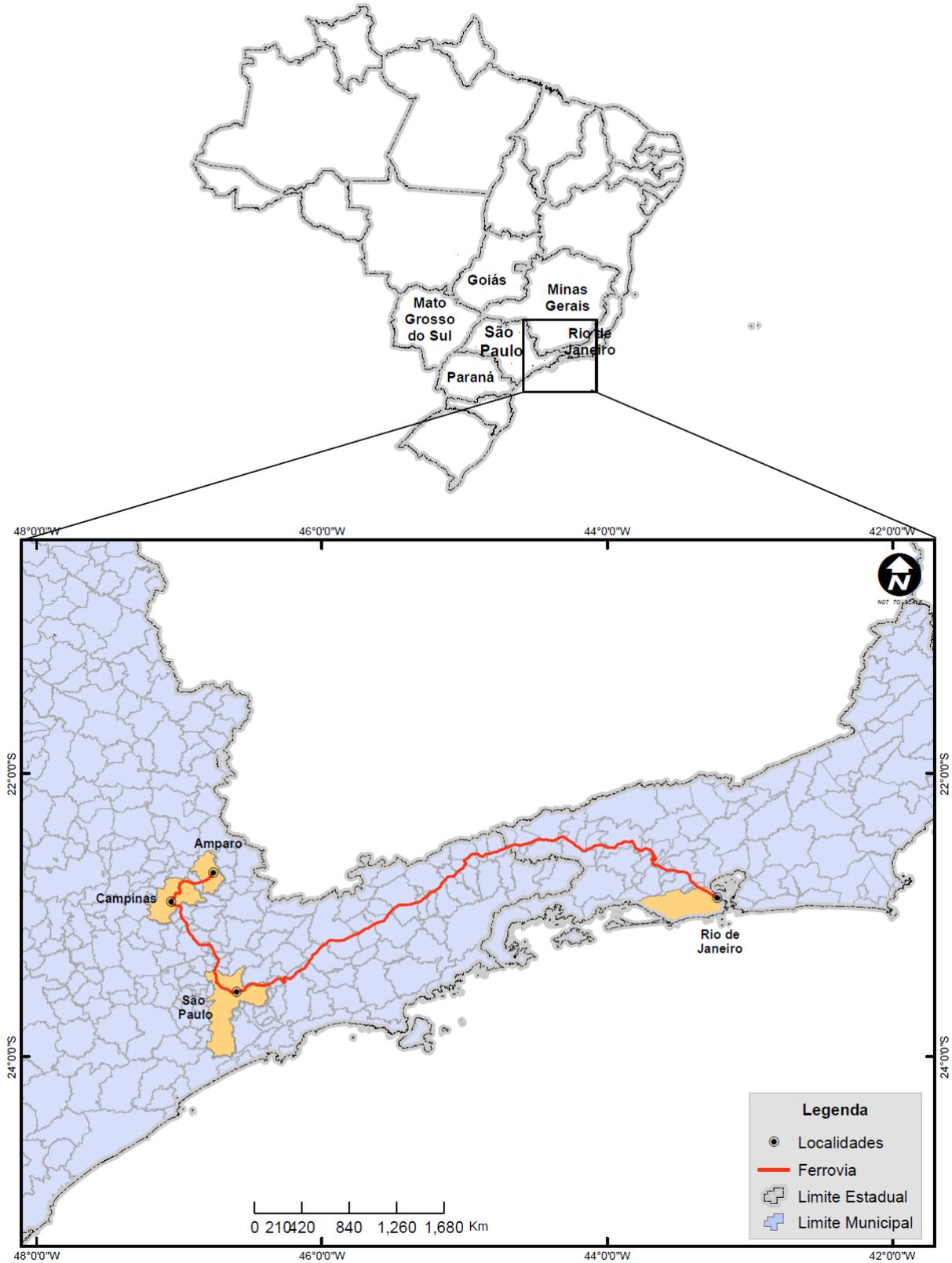
A propriedade em que a família Ometto foi trabalhar tinha como proprietário Joaquim Bonifácio do Amaral, o Barão de Indaiatuba, e levava o nome de Fazenda Salto Grande. Era a maior fazenda de café da região⁶. Antônio, Caterina e os filhos se estabeleceram em pequenas casas, alinhadas com outras iguais que serviam de moradia aos trabalhadores imigrantes. Era a colônia. A casa tinha três cômodos. Uma sala e dois quartos. A cozinha ficava do lado de fora. Antônio fez os móveis com algumas tábuas improvisadas e os colchões eram de palhas de milho. As famílias que estavam estabelecidas na colônia dividiam o poço, o forno e uma fossa improvisada (FIGUEIREDO, 1998).

A produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo alcançou alguma significância na metade do século XVIII e início do século XIX. A infraestrutura da produção de cana-de-açúcar e os avanços da comercialização prepararam o cenário para a implementação da cafeicultura em São Paulo. Os municípios de Campinas e Itu eram os principais produtores do Estado. A expansão da produção da região de Itu fez com que Piracicaba se transformasse em um importante polo canavieiro. Os plantadores de cana produziam açúcar e aguardente. Os italianos se tornavam referência na produção de aguardente e açúcar, sendo que este último era mascavo, o que na época era uma desvantagem perante o açúcar branco fabricado no Nordeste.

A cana-de-açúcar não alcançava as cifras do café, mas o mercado interno sustentava a sua produção. Em 1882, foi fundado em Piracicaba o Engenho Central. O investimento foi feito por Estevão Ribeiro de Sousa Resende, o Barão de Resende. Com o custo da mecanização sendo muito alto, advindo da manutenção das máquinas importadas, o Barão de Resende vendeu o Engenho para empresários franceses em 1899. O Engenho Central de Piracicaba se tornava a *Société des Sucrerie Brésilienses* (CACHIONI, 2012).

⁶ Foi dentro dos limites da fazenda que nasceu o município de Monte Alegre do Sul. Na região ainda há grandes plantações de café.

Mapa 6 – Caminho percorrido pela Família Ometto em sua chegada ao Brasil



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

Girolamo Ometto, irmão de Antônio, desembarcou no Brasil em 19 de novembro de 1887. Assim como Antônio trouxe toda a família, esposa e mais 8 filhos.

Figura 9—Documento de Matrícula da chegada de Girolamo Ometto ao Brasil (Original e aproximado)

The image shows a page from a registration book with handwritten entries. The page is numbered 18 on the left and 32 on the right. The title is "Matrícula dos Immigrantes entrados no Alojamento Provincial de Immigração em São Paulo". The table has columns for "NOMES", "Idade", "Estado", "Nacionalidade", "Profissão", "Procedencia", "Nome do navio", "CHEGADA" (Mez, Dia), "PAGAMENTO" (Auxílio a cada um, Total do auxilio, Mez, Dia), "SAHIDA" (Mez, Dia), "DESTINO" (Provisorio, Difinitivo), "Volumes de Bagagem", and "OBSERVAÇÕES".

Matrícula dos Immigrantes entrados no Alojamento Provincial de Immigração em São Paulo

NOMES	Idade	Estado	Nacionalidade	Profissão	Procedencia	Nome do navio	CHEGADA	
							Mez	Dia
Transporte								
Routini	47	6	Itália	Confalini	Deio		Novembro	19
Esposa	33	6						
Garotinho	18	4						
Garotinho	16	4						

Auxílio a cada um	PAGAMENTO		SAHIDA		DESTINO		Volumes de Bagagens	OBSERVAÇÕES
	Total do auxilio	Mez	Dia	Mez	Dia	Provisorio		
18/000								
18/000								
18/000								
18/000	192/000					Capital	5	Volumes

Ometto	Girolamo * 20/184	m. 2	46	6	"	"	"	"	"
	Caterina	m. 2	46	6	"	"	"	"	"
	Virginia	f. 2	16	1	"	"	"	"	"
	Luca	"	15	"	"	"	"	"	"
	Pietro	"	14	"	"	"	"	"	"
	Albino	"	10	"	"	"	"	"	"
	Chacario	"	12	"	"	"	"	"	"
	Luca	"	8	"	"	"	"	"	"
	Luca	"	5	"	"	"	"	"	"
	Reginal	"	1	"	"	"	"	"	"

18/000									
18/000									
18/000									
18/000									
18/000									
24/000									
18/000									
24/000									
18/000									
	348/000								

Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Devido à família numerosa, Girolamo recebeu a quantia monetária de 384\$000. Esse auxílio foi muito maior do que Antônio havia recebido. O montante de dinheiro recebido por Girolamo equivalia ao salário anual de um colono que trabalhava nas lavouras de café do Brasil. Girolamo também teve como destino a Fazenda Salto Grande em Amparo, reencontrando Antônio e Caterina. Com o dinheiro recebido, somado com as economias derivadas da labuta nos cafezais e nas pequenas plantações de cana-de-açúcar, os Ometto compraram um sítio em Piracicaba, localizado no distrito de Tupy, próximo a Santa Bárbara do Oeste.

O pedaço de terra foi desmembrado da Fazenda Morro Grande que se dedicava ao cultivo de café. A família Ometto estava novamente reunida, trabalhando juntos novamente. Não retiraram todo o cafezal no primeiro momento, mas iam substituindo os velhos pés de café por cana-de-açúcar. Parte da sua produção era vendida para a *Société des Sucreries Brésilienses* e parte era destinada à produção de aguardente.

Mapa 7 – Localização do Município de Piracicaba



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

Os negócios iam bem. Girolamo, que voltou a ser o chefe da família resolveu expandir os negócios e comprou uma olaria em Piracicaba. Nesse período próspero nasceram mais quatro filhos homens de Antônio e Caterina: Pedro em 1893, Jerônimo em 1895, João em 1897 e Luís em 1899. Girolamo foi para a cidade e Antônio ficou cuidando do engenho e da venda de aguardente.

Girolamo Ometto faleceu em maio de 1901 devido a problemas cardíacos. Para ampliar seus negócios, Girolamo hipotecou as terras. Antônio que passou a ser o chefe da família com o falecimento de Girolamo, passou e vender tudo para honrar os compromissos assumidos. Logo depois, em 9 de julho de 1901, foi Antônio que veio a falecer devido a uma apendicite. Caterina, após 14 anos no Brasil, se via então viúva, com sete filhos, e em péssima condição financeira devido ao mau empreendedorismo de seu cunhado e de seu marido. Nessa situação, Caterina, junto com seus sete filhos, voltaram a morar em uma colônia, trabalhando novamente em uma plantação de café. O novo cafezal em que foram trabalhar estava localizado em Piracicaba, na Fazenda São José, de propriedade do Coronel Juca Barbosa. Constante já tinha dezessete anos e tomou a frente do trabalho. Caterina assumiu a liderança da casa. Constante trabalhava de dia e de noite era alfabetizado por outras famílias italianas que estavam instaladas na colônia. Depois das aulas, ensinava outros irmãos. A família crescia unida e se aproximava, tendo Caterina como comandante (CINTRA, 1986).

A Fazenda São José era uma espécie de feudo, era autosuficiente, produzindo outras culturas que iam além do café. O corredor entre os cafezais, ficava a cargo da família que cuidava daquele pedaço do cafezal, e nesse espaço estabeleciam outras culturas. Nessa fazenda também cada família de colonos tinha um espaço reservado para sua produção de subsistência.

Os Ometto destinavam o corredor entre os cafezais para o plantio de cana-de-açúcar. O espaço que era reservado aos colonos tinham praticamente as mesmas produções. O milho ocupava a maior parte deste espaço, pois era colhido ainda verde para se fazer a polenta. O milho seco era destinado à criação de pequenos animais. Havia criação de frangos e alguns porcos por parte dos colonos. Também havia plantações de arroz e feijão. O arroz tinha sua área própria. O feijão era cultivado em meio ao milharal. Alguns colonos também passaram a plantar mandioca para o consumo. Nesse cenário, Catolina casou-se com Felício Pavan, colono da *Société des Sucreries Brésilienses* e com ele foi morar na usina pertencente a empreendedores franceses. Constante também se casou, com Zaira Paggiaro, e continuou morando na Fazenda São José. Nasceram em 1905 os primeiros netos de Caterina, Antônio, filho de Constante; e Constante filho de Carolina.

3.3 As primeiras aquisições da família Ometto

Conforme a fronteira agropecuária se deslocava em direção ao Oeste paulista, aumentava o fluxo de imigrantes para trabalharem nas plantações de café que iam sendo implementadas na região. Muitos proprietários dividiam partes de suas terras em lotes particulares para atrair a mão de obra europeia. Juntavam-se a essas novas divisões, as terras que eram repartidas em herança e as mais próximas da cidade, que devido à pressão do crescimento urbano, foram loteadas e vendidas pelos fazendeiros, e assim, foram sendo absorvidos pela cidade.

As terras que eram divididas e vendidas em lotes, normalmente, ou já estavam com seus recursos esgotados, ou apresentavam baixa produtividade. Com o dinheiro da venda dessas terras, os fazendeiros conseguiam adentrar na floresta e estender o cafezal para as novas áreas, sempre separando algum pedaço de terra para os trabalhadores, trazendo assim a oferta de mão de obra para as proximidades da fazenda.

A expansão da cafeicultura do Vale do Paraíba para o Oeste de São Paulo apresentou na nova região, um grau de comercialização de produtos de primeira necessidade a um nível mais baixo do que na antiga região, pois a dificuldade de encontrar os gêneros alimentares fazia com que os colonos plantassem e criassem seu próprio alimento. Praticamente saíam somente para comprar o sal e o pão. Era por meio do excedente advindo da agricultura de subsistência, muitas vezes vendido aos companheiros colonos, que os imigrantes europeus tinham a sua maior fonte de renda, e poupando, obtinham o capital para comprar sua terra e depender do seu próprio trabalho.

A imigração familiar proporcionava essa aquisição de terra, pois como o número de braços trabalhando ia aumentando, aumentava também o capital poupado. Nesse modo de produção percebe-se a essência da possibilidade da aquisição de terras pelos imigrantes europeus. Destaca-se nesse modo de produção, o desempenho que cabia a mulher. A educação dos filhos, a labuta na agricultura de subsistência e na colheita, o trabalho doméstico e também a reprodução.

Em 1906, haviam 5.197 italianos que eram proprietários de terra no Estado de São Paulo. Estes imigrantes, ainda que plantassem cana-de-açúcar e café, não abriam mão da agricultura de subsistência, produzindo o que era essencial para a alimentação da família: arroz, feijão, batata, milho; também criavam animais domésticos para o abate (HUTTER, 1986). Era na área onde se implementava a agricultura de subsistência que a mulher ficava a maior parte do tempo. Lá, matava-se os pequenos animais, produzia-se as verduras e legumes,

beneficiava-se os produtos para a venda ou consumo próprio. As mulheres ainda faziam as próprias roupas da família. Na roça, elas participavam do plantio e da colheita, época em que a produção agrícola necessitava de maior quantidade de braços. O preparo da terra e o trabalho de limpar a plantação ficava a cargo somente dos homens. A folga para os imigrantes era a missa aos domingos.

A família Ometto, trabalhando na Fazenda São José, conseguiu poupar parte do seu excedente. Em 1906, Caterina e Constante adquiriram 6 alqueires que pertenciam a Fazenda Água Santa, que fora dividida pelos herdeiros de Balbina Amélia Toledo, que ofereciam porções de terras aos colonos que detinham alguma economia.

O vendedor foi Felipe Brugara. A quantia paga por essa terra foi de 1:900\$000, e deveria ser quitada em 30 de abril de 1909. A família Ometto começava, nesse momento, da história a formação do seu império. O sítio adquirido era localizado entre as cidades de Limeira e Piracicaba. Para lá, mudaram-se todos. Os Ometto não tinham mais patrão algum para obedecer. Tornaram-se os donos da produção derivada do seu trabalho. Nesse novo pedaço de terra, construíam a Casa Grande, onde todos ali moravam. Junto a casa, como na Itália, havia a produção de subsistência e o cercado para a criação de pequenos animais. Para o novo sítio levaram a sua criação, com galinhas, porcos, cabritos, bezerros e a vaca de leite. Para iniciar o cultivo, tiveram que desmatar parte da propriedade que se apresentava como floresta nativa.

A divisão do trabalho era definida por Caterina da seguinte forma: as mulheres faziam a polenta, o pão, cuidavam das vestimentas, tiravam o leite e quando necessário, basicamente na época da colheita, iam para a roça; os homens plantavam a cana-de-açúcar, e também as mudas de verduras e legumes para a agricultura de subsistência e derrubavam o mato e cortavam a lenha; e as crianças não ficavam sem trabalho, tinham que ajudar também, retiravam os grãos de milho e sabugo, tratavam dos animais e iam pescar os lambaris no ribeirão que margeava o sítio (FIGUEIREDO, 1998).

Figura 10 –Documento de compra e venda da 1ª aquisição da família Ometto

1º primeiro registro de imóveis e anexos
primeiroregistro@terra.com.br

Av. Limeira, 222 - 5º andar
Centro Empresarial Mário Dedini
(próximo ao Shopping Piracicaba)
(19) 3413-5959 - CEP: 13414-018
PIRACICABA/SP

CERTIDÃO

EVERTON LUIZ MARTINS RODRIGUES, Oficial do 1º Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, **CERTIFICA** a pedido de pessoa interessada, que revendo os livros, deste Registro, deles consta:

TRANSCRIÇÃO	9.459
LIVRO	3-H
FOLHA(S)	144
DATA	12/06/1906
TRANSCRIÇÃO ANTERIOR	Não há
CARACTERÍSTICAS CONFRONTAÇÕES	E Uma parte de 6 alqueires de terras, na fazenda Agua Santa, formando o lote n. 7, de acordo com o mappa levantado pelo agrimensor Antonio Vicente, com rumos destes, confrontando em seu todo com José Domingues Pinto, Luiza Maria de Jesus, Rodrigo Alves Nogueira, Luiz Grese e outros e que a transmittente tocou por compra feita a Balbina Amelia de Toledo por escriptura de 15/09/1905 nas notas do Tabelião de Limeira.
ADQUIRENTE	CONSTANTE OMETTO E CATHARINA BIAGIO, domiciliadas em Piracicaba.
TRANSMITENTE	FELIPPE BRUGNÁRA, domiciliado em Piracicaba.
TÍTULO	Compra.
FORMA DO TÍTULO	Esript. de 30/04/1906, Tabellião José da Silva, de Piracicaba.
VALOR DO CONTRATO	1:900\$000.
CONDIÇÕES	Não tem.
AVERBAÇÕES	Não há.

Certifica finalmente, que em 29/12/1934 (Decreto Estadual 6884, alterado pelos Decretos Estaduais 7030, de 25/03/1935 e 9977, de 06/02/1939) a comarca de Piracicaba foi dividida em duas circunscrições, cuja divisa foi alterada em 06/02/1939 (Decreto Estadual 9977) e

11151-8-AA 015992

11151-8-012001-024000-0913

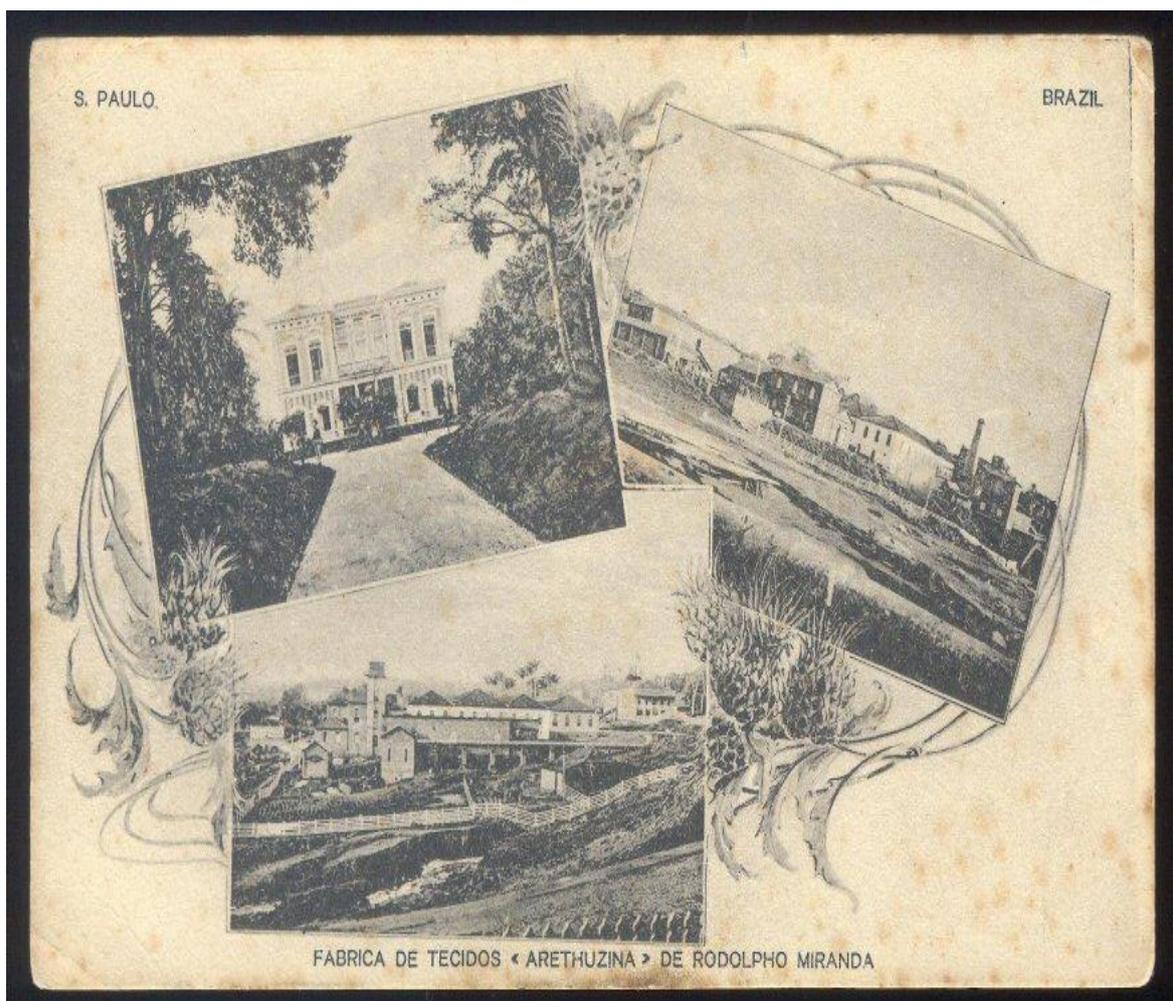
QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Fonte: Cartório de 1º Registro de Imóveis de Piracicaba

As crianças estudavam à noite. A professora que ensinava a alfabetização era a mesma do catecismo. As mulheres preparavam o jantar. Quando as crianças voltavam da escola e os

homens do trabalho, a refeição estava pronta. Constante além de trabalhar na roça, carregava a carroça de lenha e fazia uma viagem até o centro, para vender a mercadoria para a Fábrica de Tecidos Arethusina, localizada a margem do Rio Piracicaba. Esta fábrica foi fundada em 1874 e produzia cerca de dois bilhões de metros de tecido. Os tecidos eram produzidos por meio de duas caldeiras que funcionavam a lenha. Sua produção era destinada basicamente para as capitais São Paulo e Rio de Janeiro. A fábrica mudou de nome para Boyes e Cia, em 1912, e funcionou até 2006. (CACHIONI, 2012).

Figura 11–Cartão Postal com a imagem da Fábrica de Tecidos Arethusina



Fonte: Cachioni (2012).

Constante Ometto, quando ia ao centro, sempre passava no armazém de Sílvio Ometto, filho de Girolamo, para comprar algum bem que precisavam, como pano para roupas, trigo, sal e sapatos. Nessa venda, poderiam pagar somente no fim do mês. Luís Ometto, o mais novo dos irmãos e Antônio Ometto (Antoninho) filho de Constante, o mais velho dos

netos, foram morar no fundo da venda de Sílvio Ometto, para frequentarem o curso de Contabilidade (CINTRA, 1986).

Luís e Antônio foram os primeiros membros da família a poderem estender os seus estudos para além da alfabetização. Isso ocorreu devido ao trabalho feito no pequeno sítio de propriedade da família. Em 2 de dezembro de 1907, os Ometto quitaram o terreno, mais de um ano antes do prazo. Em 1910, a família continuou a crescer. Nasceu Virgínio, segundo filho de Constante.

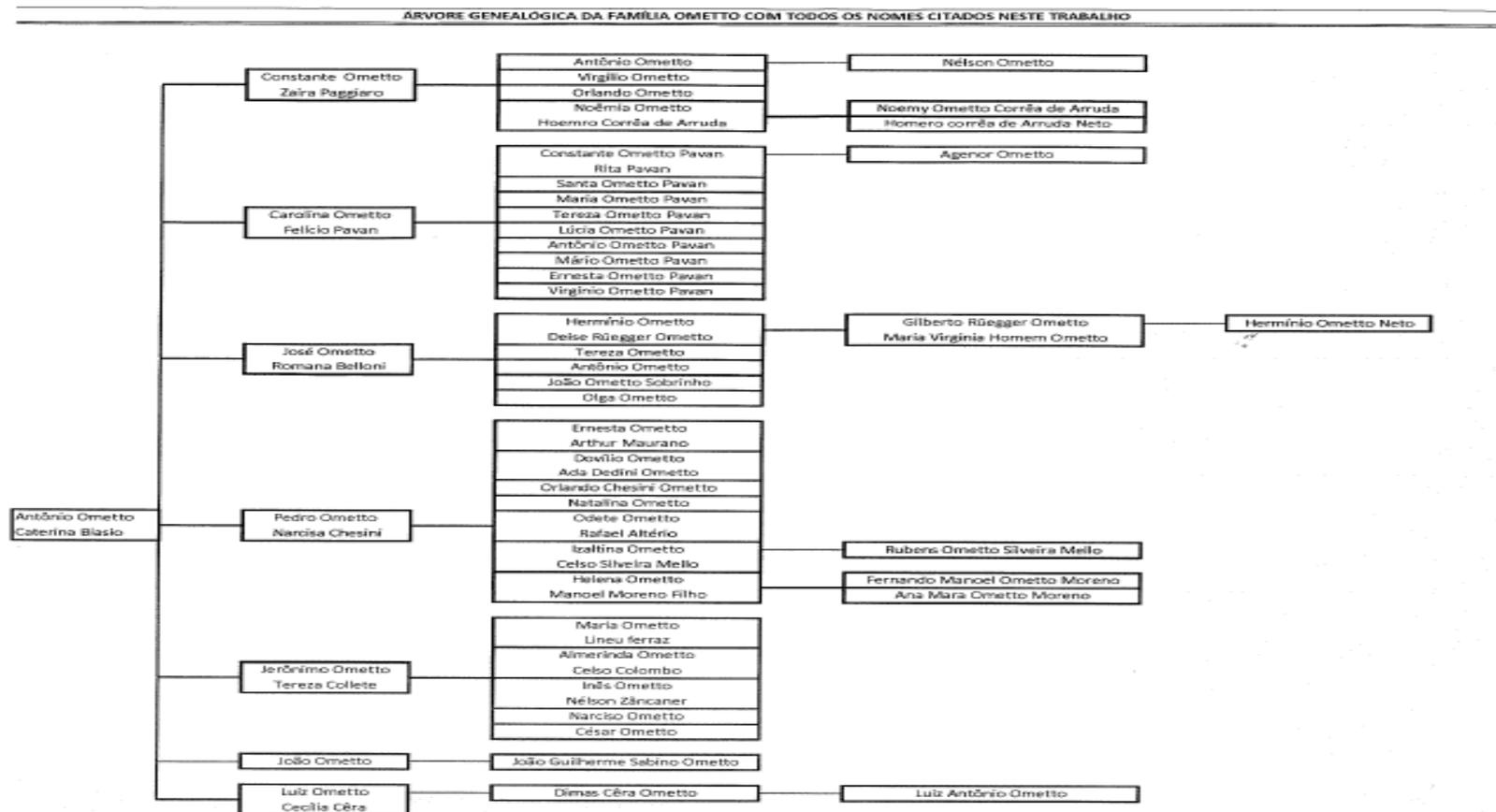
Trabalhando em terras próprias, a poupança derivada da labuta era maior. Dessa forma, adquiriram um novo lote, dentro da Fazenda Água Santa, medindo 24 alqueires, no dia 25 de março de 1911. Os nomes dos compradores, que constam na escritura são: Constante Ometto, Zaira Paggiaro e José Ometto. Todos se mudaram para a nova propriedade, menos José Ometto, que havia se casado com Romana Belloni, filha de colonos italianos que trabalhavam na *Société des Sucreries Brésilienses*. Os filhos do casal, Hermínio, Teresa, e Antônio nasceram no primeiro pedaço de terra adquirido pela família Ometto.

As novas terras ficavam próximas as colônias da *Société des Sucreries Brésilienses*, onde Carolina morava, junto com a família do marido. Carolina teve nove filhos: Constante, Santa, Maria, Tereza, Lúcia, Antônio, Ernesta, Mário e Virgínio.

Nas novas terras, as plantações também eram de cana-de-açúcar, e as instalações obedeciam ao mesmo modelo vindo da Itália e que fora adotado na primeira propriedade. Com tudo estabelecido no novo pedaço de terra, Caterina levou os filhos ao cartório e dividiu os dois pedaços de terra em 6 – o número de filhos homem –, deixando todos em igualdade quanto aos pedaços de terra, fazendo com que todos trabalhassem juntos.

Com o aumento da quantidade de terras, aumentou também o plantio de cana-de-açúcar. Perto da *Société des Sucreries Brésilienses* tudo o que era plantado era vendido para a empresa de capital francês. No sítio comandado por José Ometto foi montado um alambique, e o que era plantado lá, era destinado à produção de aguardente. Em 1914 montaram o primeiro engenho.

Figura 12 – Árvore Genealógica da Família Ometto



Fotografia 1 – Caterina Biaiso e seus filhos



Em pé da esquerda para direita: Luís, João, Jerônimo e Pedro. Sentados: José, Carolina, Caterina e Constante.

Fonte: Cintra (1986).

Nesse ano Pedro Ometto casou-se com Narcisa Chesini. Nas terras onde estava alojada a maior parte da família, nasceram Orlando e Noêmia, filhos de Constante; e Ernesta, Dovílio e Helena, filhos de Pedro.

Feita a implementação do Engenho, de ferro fundido e posto em funcionamento por dois burros, o destino de toda a plantação de cana-de-açúcar passou a ser o alambique. Também passaram a moer cana-de-açúcar a meia⁷ com outros pequenos produtores. O caldo de cana era comercializado em Piracicaba e Limeira. A *Société des Sucreries Brésilienses* atendia a demanda de grande parte do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Investia-se para poder aumentar a produção e criou-se um polo canavieiro em Piracicaba e região. A maioria dos produtores vendia a sua produção para a *Société des Sucreries Brésilienses*.

⁷ Como a família Ometto tinha a posse do equipamento de moer cana, outros produtores repassavam a cana-de-açúcar produzida em sua propriedade para que fosse moída no novo engenho da família e o lucro advindo da garapa (caldo da cana) derivado da cana-de-açúcar de cada proprietário externo, era dividido entre a família Ometto e o agricultor produtor dessa cana-de-açúcar.

A Société d   Sucr  ries Brésilienses fazia experiências com outras espécies de cana, mais produtivas, e vinham de fora carro  es com feixes de cana mais grossa, que fazia inveja dos sitiantes.   ngelo Rossi [colono da *Société d   Sucr  ries Brésilienses*, amigo de Pedro Ometto, padrinho de seu filho Dovílio], era habilidoso e entretia o cocheiro, arrumando sempre uma oportunidade para pegar um feixe e esconder. Era para seu amigo Pedro que gostava de melhorar a sua planta  o e cobi  ava o canavial da Sucr  rie (CINTRA, 1986, p. 40).

A inten  o de melhorar o plantio de cana-de-a  car foi obtendo êxito e em 1916, a família Ometto contratou seu primeiro funcionário fixo, Domingos Domiciano. Posteriormente,   ngelo Rossi também foi trabalhar para a família Ometto e, com ela ficou até a aposentadoria (FIGUEIREDO, 1998).

Não só as planta  es evoluíam na produ  o nacional dos derivados da cana – principalmente o a  car – mas também o modo de produ  o. A produ  o do a  car brasileiro se manteve aos moldes tradicionais da economia colonial durante o período do século XVI até meados do século XIX. Somente no último quarto do século XIX    que foram adotadas as moendas metálicas e o bagaço passou a ser usado como combustível. Mas ainda que a evolu  o tecnológica tenha propiciado um melhor aproveitamento da produ  o canavieira, os produtores ainda dependiam do mercado interno.

A produ  o europeia e antilhana ainda dominava o mercado em escala global. Ainda que fosse somente para atender a demanda interna, nove Engenhos Centrais foram instalados no Estado de São Paulo durante o governo imperial. Os Engenhos Centrais foram incentivados pelo governo como uma forma de atrair mão de obra. Esses engenhos eram estabelecidos por concessões do governo imperial que exigia que a mão de obra não fosse escrava. A mão de obra era alojada dentro das imedia  es do engenho, tendo cada família uma meta de produ  o para ser utilizada no engenho. Era um sistema de colonato semelhante ao do café. Os nove engenhos estavam instalados em Itu, Piracicaba, Lorena e Porto Feliz, sendo que a primeira usina instalada foi em 1878 (MEIRA, 2010).

Inaugurou-se em 28 de outubro de 1878, o engenho central de Porto Feliz, destinado ao fabrico de a  car, por meio de aparelhos modernos e aperfei  ados.    propriedade de uma companhia an  nima que se organizou com o capital de 300:000\$000, garantido pelo Governo Imperial o juro de 7% por decreto n  2355 de 11 de outubro de 1876. A maior parte da cana para alimentar a fábrica só pode ser transportada pelo rio Tietê. A Assembléa Provincial concedeu    Companhia um auxílio de 10.000\$000 para a desobstru  o do rio na parte entre Porto Feliz e o Salto de Itu. A fábrica está montada nas condi  es de produzir diariamente 7.500 kilos de a  car e tem recebido desde a sua inaugura  o 617.493 kilos de cana. Tem para o seu transporte um vaporzinho e seis chalanas; precisa ter ao menos 14 chalanas. O futuro do engenho Central de Porto Feliz depende da produ  o, e esta da navega  o do rio Tietê (RELATÓRIO..., GABLER, 2012, p. 40).

A lei imperial obrigava que os engenhos centrais ficassem, no mínimo, a uma distância de 15Km um estabelecimento do outro. Os alambiques continuavam a surgir aos montes. A *Société des Sucreries Brésilienses* introduziu turbinas e máquinas a vácuo, vindas da Holanda, na fabricação de açúcar. Esta começou a comprar outros engenhos de açúcar. Não parou de se modernizar e em 1907 passou a fabricar também o álcool.

O maior mercado consumidor de açúcar no Brasil era São Paulo e, eram dominados pelos produtores nordestinos, principalmente pernambucanos. Sempre quando havia alguma menção à crise do café, como já fora mencionado no 1º capítulo, aumentava a aplicação de capitais em outros setores de produção. As plantações de cana-de-açúcar era uma delas. A cana-de-açúcar foi sendo coadjuvante do café até a crise de 1929.

Antes da crise, porém, a família Ometto conseguiu ascender financeiramente produzindo aguardente. Em 1916, adquiriram um motor para moer a cana. A venda de aguardente era a principal receita da família. Em 1918, uma geada atingiu os cafezais na região de Piracicaba. Muitos que tinham fazendas hipotecadas, tiveram que vendê-las para saldar suas dívidas. Nesse cenário, a família Ometto adquiriu a Fazenda Aparecida, localizada no atual município de Iracemápolis, então distrito de Limeira. A propriedade tinha 14 alqueires. A escritura datada de 16 de outubro de 1918 mostra que os compradores foram os seis irmãos homens pagando o valor de 120:000\$000 (CINTRA, 1986).

Nessa nova propriedade foram morar José e Constante com suas respectivas famílias. Na primeira propriedade adquirida pela família ficou Ângelo Rossi. Caterina com os outros filhos permaneceram na segunda propriedade adquirida. Embora em propriedades diferentes, todos obtinham a igualdade em termos da propriedade da terra. Esse foi o maior legado de Caterina Biasio, não deixando a individualidade interferir nos negócios da família. Com isso, todos tinham sua posição na produção de aguardente definida, desde a plantação da cana-de-açúcar até a sua venda.

Quando foram para a fazenda Aparecida, Constante e José passaram a morar na mesma casa-sede da fazenda. Havia uma colônia com sete casas, ranchos para animais e plantação de café queimada, que foi sendo substituída pela cana-de-açúcar. Os Ometto passaram de colonos para proprietários. Na nova terra chegaram a produzir mil litros diários de aguardente derivados da produção de cana-de-açúcar das três propriedades. A nova fazenda era organizada para se autossustentar como um feudo. Os Ometto instalaram um mercado dentro da fazenda, onde os colonos poderiam adquirir os mantimentos que seriam descontados dos salários pagos no início do mês. Os colonos eram todos brasileiros. As casas

eram de madeira. Ainda não havia luz elétrica, sendo que a iluminação ficava por conta do querosene, que também era oferecido na venda.

A aquisição da fazenda Aparecida proporcionou o aumento da produção de aguardente, melhorando as condições da família Ometto. Na nova propriedade, José e Romana tiveram mais dois filhos: João e Olga. Em 1918, Jerônimo casou-se com Teresa Collete. Como a família já se encontrava em boa situação financeira, eles foram passar a lua de mel em Santos. Foram de trem. Pegaram a locomotiva da Ituana, em Piracicaba, e foram até Jundiaí e lá embarcaram no trem da “Inglesa”, como era chamada a estrada de ferro Santos-Jundiaí (CINTRA, 1986). Nessa época Santos oferecia, além das belezas naturais, cinema, cassino [...], era a cidade de veraneio dos fazendeiros de café.

Em 1926, a Fazenda Água Santa, que estava sob o comando de Ângelo Rossi, foi passada, pelos Irmãos Ometto, para a irmã Caroline e seu marido Felício Pavan, que ainda eram colonos da *Société des Sucreries Brésilienses*. O casal, que tinha nove filhos, passava por dificuldades e a mudança para o sítio significava uma grande melhoria nas condições de vida do casal. O filho mais velho, Constante Pavan, se casaria dois anos depois com Rita Pavan. Foi na Fazenda Água Santa que o casal teve seu primeiro filho, Agenor (FIGUEIREDO, 1998). Não só a família de Carolina ia crescendo, mas as famílias dos irmãos homens também aumentava. As crianças iam crescendo e como a condição financeira já era significativamente melhor, eles eram direcionadas aos estudos, não mais trabalhavam na lavoura de cana-de-açúcar. A tradição italiana da extensa família Ometto, foi muito importante para a condição dos jovens ao estudo. As casas dos membros da família eram abertas a todos. Os jovens iriam morar onde melhor lhe conviesse, fosse para os estudos ou para o trabalho.

Os atendimentos relacionados à saúde, no interior de São Paulo, nessa época, eram precários. Caterina mantinha os costumes italianos de plantar ervas que pudessem ser usadas como remédio em qualquer eventualidade. Eram feitos chás e emplastros, para que a enfermidade fosse tratada e curada. Até mesmo os partos eram feitos pelas mulheres da casa. O atendimento médico era muito custoso. O valor cobrado era estabelecido de acordo com a distância. Somente em último caso o médico era chamado e, ainda assim, os atendimentos deixavam a desejar, comparando-se aos atendimentos médicos realizados na capital do Estado. O primeiro médico da família foi Orlando, filho de Constante, formado em 1941.

Antes de se formar, Orlando trabalhava na fazenda de Iracemápolis e dividia as tarefas com Hermínio, filho de José. Aos dois ficavam a incumbência do alambique para produzir a aguardente e também, de bombear o álcool para os tonéis. Constante e José, já não

executavam as funções mais pesadas, cuidavam dos números que a fazenda produzia, e aos filhos, destinavam as tarefas de força bruta.

As terras em Iracemápolis proporcionou o aumento das melhorias das condições de vida da família Ometto. Adquiriram uma geladeira e um carro.

Figura 13 – Orlando Chesini Ometto em sua Formatura



Fonte: Cintra (1986).

Em um momento posterior, mais precisamente em 1951, teriam sua própria concessionária de carros em Iracemápolis, distrito que ainda na época, pertencia a Limeira, e outra em Piracicaba.

Figuras 14 e 15 – Propaganda das concessionárias pertencentes a família Ometto

DURANT 65 é uma das provas mais habituais de distinção e bom gosto. De facto as "carrosseries" "DURANT", desenhada pelas mais famosas "carrossiers" da America, impõem respeito e admiração. Linhas sombrias, mas inconfundíveis no seu "cachet" de distinção, um motor silencioso e veloz, o maximo conforto—carro ideal de 6 cilindros. :: ::

RUGBY Eis o campeão de sua classe, rei da economia em todo o mundo. E' considerado o justo valor do "RUGBY" graças ao supremo e incomparavel interesse que elle offerce aos compradores. Rapidamente verificam encontrar nelle a rara combinação de força, beleza e commodidade, tudo aliado ao funcionamento devéras economico.

FILIAL AGENCIA
RUA DR. QUIRINO n. 116 RUA SANTA CRUZ n. 46
CAMPINAS :: LIMEIRA ::

OMETTO, SUPPIA & COMP.

Gerólamo Ometto S. A.
Comércio de Automóveis
REVENDEDORA FORD
Rua Benjamin Constant, 1734 - Caixa Postal, 21
Telefone, 623 - PIRACICABA - Est. São Paulo

AUTOMÓVEIS CAMINHÕES TRATORES  ASSISTENCIA MECÂNICA

Fontes: Cintra (1986).

A região onde se instalou a família Ometto, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do plantio de cana-de-açúcar. Em 1924, o cultivo desta cultura foi afetado pela “praga do mosaico”– Sugar Cane Mosaic Vírus (SCMU), e uma terça parte da produção de cana-de-açúcar do país inteiro foi afetada. No município de Piracicaba havia a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar, que estava sob o regimento da Escola Agrícola Luís de Queiroz (ESALQ) e sob o comando do fitologista José Visioli. Ele e sua equipe deixaram de estudar a classe das canas nobres para encontrar algum outro tipo de cana-de-açúcar que resistisse ao mosaico. A Fazenda Gutapará, de propriedade da família Prado, apresentava grande diversidade de cana-de-açúcar, derivadas do grande poderio econômico que determinava os investimentos da família nas plantações. José Visioli, encontrou a cana Programa de Oportunidade ao Jovem (POJ), oriunda da Ilha de Java, na Indonésia, que apresentava um baixo nível de produção, mas uma grande resistência à “praga do mosaico” (OLIVER; SZMRECSANY, 2003).

Os Ometto sempre estavam próximos a ESALQ. Homero Corrêa de Arruda, formado nessa escola, e que posteriormente seria um de seus pesquisadores, casou-se com Noêmia Ometto, filha de Constante. Homero se tornou atuante nas plantações de cana-de-açúcar da família Ometto na região do município de Piracicaba.

O vale do rio Piracicaba começou a ser ocupado pelos bandeirantes no início do século XVII. A Capitania de São Paulo, na última quarta parte do século XVIII – um século e meio depois do início da povoação às margens do rio Piracicaba -, em 1776, oficializou a povoação e fundou a Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba. Antes da fundação desse povoado, a região fazia parte das expedições que se destinavam à busca do ouro em Mato Grosso. Na época em que a Freguesia foi reconhecida, a economia era baseada nas plantações de alimentos para abastecer a economia mineira com os excedentes produzidos. Também se plantava para a subsistência.

Com a queda da economia mineira, no fim do Século XVIII e início do século XIX, a cana-de-açúcar começou a ser implementada na região, mas o café era a maior produção desse período, trazendo grandes avanços à região, como a estrada de ferro por exemplo. Já na última quarta parte do século XIX, quando o governo imperial decidiu colaborar com a construção de Engenhos Centrais, a cana reagiu e foi gradativamente aumentando o seu cultivo.

A forte imigração italiana na região, que eram colonos das grandes fazendas de café, deu início a plantação da cana-de-açúcar em meio ao cafezal, e isso colaborou para o aumento dessa produção, principalmente após se tornarem proprietários de terras e estarem presentes nas relações políticas, econômicas e sociais da região. Em 1911 já eram 446 proprietários italianos em Piracicaba. Os engenhos e usinas foram se expandindo até o açúcar firmar-se como a principal atividade econômica da região e ser o principal alicerce do desenvolvimento local.

Foi em Piracicaba que a família Ometto conheceu Mário Dedini, que era quem fornecia às usinas equipamentos, instalação e manutenção das máquinas destinadas à produção de açúcar e álcool. Não só as plantações evoluíram, mas também a forma de produção. Com o trabalho sendo bem executado, as condições financeiras da família Ometto foram melhorando, e as oportunidades para realçar as preferências e as realizações individuais foram surgindo. Em 1928, João, José e Constante compraram a parte de Jerônimo, Luís e Pedro na fazenda localizada em Iracemápolis. Os três irmãos proprietários lá passaram a morar. Jerônimo, sua esposa Teresa, os filhos Maria, Almerinda, Narciso e Inês e a matriarca Caterina, ficaram em Piracicaba, na segunda porção de terra adquirida pela família.

O primeiro lote adquirido estava sob o comando de Felício Pavan e Carolina. Jerônimo mudou para a cidade com a família mas ia quase diariamente à fazenda cuidar de suas plantações de cana e produção de aguardente. Uma vez na semana ia de trem para São Paulo para vender a aguardente produzida. Luiz, o irmão mais novo, foi o único que teve a oportunidade de estudar, e ficou com Jerônimo – irmão com que a mãe Caterina morava – até

1929, quando se casou com Cecília Cera. O casal foi morar na cidade, perto dos pais de Cecília, João e Georgina Cera. Era a primeira nora de Caterina que não vinha do ambiente rural. Com eles, posteriormente foram morar Virgínio, filho de Constante e Orlando filho de Pedro para estudarem no Colégio Piracicabano, o mais conceituado da região, e assim se prepararem para o curso superior. Luís permaneceu trabalhando com Jerônimo até 1931, quando adquiriu a Fazenda Paraíso, localizada ao lado da Fazenda Boa Esperança dos irmãos Constante, José e João, no então distrito de Iracemápolis.

A propriedade tinha 134 alqueires de terra e uma vasta plantação de café, o que na época, estava com o preço em baixa no mercado. Substituiu-o pela cana. A compra é datada de 9 de novembro de 1931. O estudo de Luís o proporcionou a aplicação dos seus conhecimentos adquiridos com o estudo no comando de sua produção. Passou a aumentar significativamente os seus negócios e assim ganhou o respeito dos irmãos. Pedro foi o primeiro irmão a procurar seu próprio caminho.

Em 1922, foi oferecido à Constante – o irmão mais velho – uma porção de terra. Constante, recusou a compra, mas repassou a possibilidade de aquisição dessas terras aos irmãos. A fazenda tinha 60 alqueires de terra com 12 mil pés de café plantados, mas Pedro instalou um alambique e começou a plantação de cana. Após os pés de café darem os grãos, a colheita era feita e logo esses pés de café foram sendo substituídos pela cana.

Pedro e Narcisa mudaram para a Fazenda Primavera (nome de propriedade) com seus três filhos: Ernesta, Dovílio e Orlando. Lá nasceram outros quatro: Helena, Natalina, Odete e Isaltina. Foi na Fazenda Primavera que Pedro Ometto conheceu Mário Dedini que prestava assistência ao alambique de Pedro. Mário Dedini tornou-se fundamental para o desenvolvimento dos negócios da família Ometto. Dovílio, filho de Pedro, agrônomo formado na ESALQ em 1941, foi convidado por Mário Dedini a trabalhar na sua empresa.

Figura 16 – Certificação de compra da Fazenda Primavera por Pedro Ometto e Narcisa Chesini Ometto


1º primeiro registro de imóveis e anexos
 primeiroregistro@terra.com.br

Av. Limeira, 222 - 5º andar
Centro Empresarial Mário Dedini
(próximo ao Shopping Piracicaba)
(19) 3413-5959 - CEP: 13414-018
PIRACICABA/SP

CERTIDÃO

EVERTON LUIZ MARTINS RODRIGUES, Oficial do 1º Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Piracicaba, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, **CERTIFICA** a pedido de pessoa interessada, que revendo os livros, deste Registro, deles consta:

TRANSCRIÇÃO	16.453
LIVRO	3-Q
FOLHA(S)	159
DATA	04/07/1922
TRANSCRIÇÃO ANTERIOR	Não há
CARACTERÍSTICAS CONFRONTAÇÕES	<p>E A fazenda de culturas de cannas e café, denominada "Primavera", antiga "Bourbon", situada no município de Piracicaba, no bairro da Água Santa, medindo sessenta alqueires de terras, com casa de morada, onze ditas para colonos e camaradas, engenho completo para aguardente, tulha, casa para escola, galinheiro, cocheiras, paiol, barracões para engenho, para vapor, para tinas e alambiques, e para engorda de porcos, casa para carpintaria e forja de ferreiro, garage, depósito para toneis e todos os demais moveis, utensilios, pertences, acessórios e benfeitorias, com safras pendentes, de conformidade com a relação feita em duplicata, a qual fica fazendo parte da escriptura para todo os afeitos; tendo a fazenda as seguintes confrontações: Francisco Andia & Filhos; Constante Ometto & Irmãos, Fazenda Favorita, Guilherme Pavanello, Fontanari & Irmãos, Luiz Zanolli, José Scamiche, Angelo Bove e fazenda que foi de Augusto Machado de Campos.</p>
ADQUIRENTE	PEDRO OMETTO e sua mulher d. NARCISA CHISINI OMETTO, domiciliados neste município.
TRANSMITENTE	JOSÉ MARTINS DUARTE DE MELLO e sua mulher d. RITA

1º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
 Comarca de Piracicaba - SP
046959
 11151-8 - AA


QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Fonte: Cartório de 1º Registro de Imóveis de Piracicaba

Pedro adquiriu parte da Metalúrgica Dedini e lá Dovílio foi trabalhar em 1942. Casou-se com Ada Dedini filha de Mário e foi o primeiro Ometto que deixou de trabalhar diretamente com os negócios da família. Antes dessa união matrimonial, Mário e Pedro

construíram grandes laços de amizade. Mário e sua esposa Mariana, batizaram Izaltina, filha de Pedro e Narcisa, que batizaram Armando, filho de Mário.

A evolução dos negócios para amizade tornou as relações capitalistas mais fáceis de serem compreendidas. Com as informações fornecidas por Mário que estava atento às oportunidades que o Governo Vargas iria fornecer aos produtores no início dos anos 30, Pedro convenceu os irmãos a concentrarem a sua produção novamente para que assim pudessem receber os benefícios do governo e produzir em larga escala. Havia grandes vantagens que o governo federal iria proporcionar para os produtores de açúcar, e a base de avaliação seria o exercício do ano de 1933. Os irmãos juntaram o capital e compraram em 1932 a Fazenda Boa Vista . Iniciava a era da grande acumulação da família Ometto.

3.4 As Usinas de Açúcar

A crise de 1929 atingiu a cafeicultura diretamente, pois o café era o principal produto exportado pelo Brasil. Após a crise muitos cafeicultores passaram a investir em usinas de processamento de açúcar no Centro-Sul do país, pois era nessa região que estavam concentrados o capital, a mão de obra e maiores facilidades em relação ao transporte, podendo direcionar a produção para exportação ou para o consumo interno em outras regiões. Quando Getúlio Vargas assumiu o governo nacional devido ao golpe militar de 1930, iniciou-se um novo planejamento econômico. A crise de 1929 não atingiu apenas o café, mas todos os setores da produção agrícola, inclusive a cana-de-açúcar. Dentro das novas diretrizes econômicas o Estado protegeu com incentivos e subsídios à produção de açúcar no Nordeste. Após a crise precedente, outros Estados da Federação solicitaram essa mesma proteção e, dessa forma, o Estado assumiu o controle do setor.

Em 1931, o governo federal criou um mecanismo que buscava regular a produção de açúcar no país. A produção de álcool-motor (etanol) passou a ser incentivada. Com isso, parte da plantação de cana-de-açúcar, que era destinada ao fabrico de açúcar, foi sendo encaminhada à produção do combustível. Diminuindo a oferta de açúcar, o preço deste bem aumentaria – segundo a lei da oferta – e, ainda, ocasionaria a abertura de outros mercados para o destino do álcool-motor. O governo nacional ainda decretou aos importadores de gasolina que estes comprassem na proporção do valor da importação, no mínimo 5% de álcool. Com o açúcar, o governo regulava os estoques e incentivava a exportação. No ano de 1932 o controle da produção de açúcar foi mais incisivo. O governo federal limitou a produção do açúcar de acordo com a média dos últimos cinco anos.

Em 1º de junho de 1933, mediante à criação de órgãos públicos reguladores de produções agrícolas, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)⁸. O objetivo era aumentar a inserção do governo dentro das plantações de cana-de-açúcar e controlar a oferta e também o consumo do açúcar, utilizando sempre a produção do álcool como desafogo do excedente da produção canavieira.

O IAA tornou obrigatório para todos os produtores de açúcar, álcool e aguardente do país, o registro de funcionamento junto a este órgão público. Ainda, ficou proibido a instalação de novos engenhos sem prévia consulta ao IAA e aprovação do plano de instalação pelo mesmo.

Piracicaba já produzia na década de 1930, 20% do açúcar do Estado de São Paulo (RAMOS, 1991). O IAA passou a financiar a aquisição e a instalação de destilarias de álcool-motor aos proprietários registrados. A *Société des Sucreries Brésilienses* instalou destilarias em todas as suas usinas (CACHIONI, 2012). Em 1935, São Paulo já era a 2ª maior unidade da federação em plantio de cana-de-açúcar, sendo superado somente por Pernambuco. O IAA passou a regular também as relações entre capitalistas e empregados no setor canavieiro. Implementou o Estatuto da lavoura canavieira em 1941, que fixava salários mínimos, construções de escolas rurais dentro das propriedades produtivas e a cessão gratuita de porções de terras dos engenhos para os moradores plantarem verduras, frutas, mandioca, arroz e feijão, podendo assim ter alimentos dentro do próprio engenho, diminuindo o custo de vida dos trabalhadores (DABAT, 2007).

Quando o Brasil oficializou sua entrada na Segunda Guerra Mundial, houve o bloqueio marítimo na costa brasileira, o que dificultou a chegada do açúcar nordestino ao Centro-Sul brasileiro. Essa interferência no mercado do açúcar colaborou para que aumentasse a produção deste bem em São Paulo. Com o término da Segunda Grande Guerra, os produtores de São Paulo pressionaram o IAA para obter uma concessão que daria o direito a estes produtores de plantar uma maior quantidade de cana-de-açúcar. Esta nova e maior cota foi dada aos produtores paulistas em 1946. Também foram consideradas cotas para aumentar o número de usinas no Estado. A safra paulista superou a pernambucana já em 1952.

No início da década de 1930 a usina de açúcar tinha o status de uma grande fábrica, que necessitava de sua matéria-prima, a cana, que era fornecida por agricultores e chegava

⁸ Outros órgãos também foram criados para promover a ação direta do Estado no cultivo de algumas culturas. Em junho de 1931 o Governo Vargas criou o Conselho Nacional do Café (CNC), que em 1933 foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC). Em 1952, no 2º Governo Vargas foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Ainda foram criados o Instituto do Cacau (IC) em Junho de 1931 e o Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA) em maio de 1930.

para o seu beneficiamento por meio da estrada de ferro, sem a qual as usinas teriam sua escala de produção diminuída. A importância da estrada de ferro fica evidente no nome da usina instalada em Santa Bárbara: Companhia de Estradas de Ferro de Santa Bárbara. Ainda havia a necessidade de acompanhar a tecnologia desenvolvida na automação das máquinas que eram necessárias para a produção do açúcar e do álcool. Essa década significou para a família Ometto a mudança de encargos: de fazendeiros para usineiros. Era a transição da agricultura para a industrialização.

Em 1932 foi fundada a sociedade Irmãos Ometto & Cia., composta pelos 6 irmãos homens da família. No dia 9 de junho deste mesmo ano, foi registrada em cartório a compra de 440 hectares que eram da propriedade de Luís Delfini e Antonieta Casale. Era novamente uma fazenda de café, que além da casa-sede, a propriedade comportava uma casa destinada para a administração, casas para os colonos e outro estabelecimento onde ficavam as máquinas que beneficiavam o café. A Fazenda Boa Vista, nome da nova propriedade, fazia divisa com a Fazenda Aparecida. Para aumentar a eficiência produtiva na Fazenda Boa Vista, Pedro, por meio de indicação de Mário Dedini, foi a Macaé, litoral do Estado do Rio de Janeiro, comprar maquinário para o beneficiamento da cana-de-açúcar, de uma usina lá instalada.

2.4.1 Mário Dedini (1873-1970)

Italiano nascido em Lendinara, pequena cidade localizada na província de Rovigo, Norte da Itália, próximo de Pádua, foi um dos imigrantes italianos que veio para o Brasil, fugindo da miséria instalada em sua região e buscando trabalho para alcançar uma melhor qualidade de vida, que seria proporcionada pelo tão explanado progresso econômico das Américas.

A região italiana onde Mário Dedini nasceu era produtora de açúcar de beterraba. De família camponesa seus pais, Leopoldo e Amália, trabalhavam na lavoura. Seus irmãos Clementina, Palmira e Armando, seguiram os mesmos caminhos dos pais. Mário passou a consertar máquinas agrícolas da família e, quando passou a consertar máquinas de outros produtores, montou uma oficina no fundo de sua casa. Mário estudou desenho mecânico na Escola Técnica de Lendinara e, mesmo jovem, possuía conhecimentos específicos da produção de açúcar. Veio para o Brasil em 1914 após um convite de Ferruccio Slaviero, gerente da Usina Santa Bárbara, localizada no então distrito de Santa Bárbara, pertencente ao município de Piracicaba. A usina estava sendo equipada com máquinas oriundas da França e

como Mário já conhecia as técnicas de produção do açúcar de beterraba, a adaptação à forma de produção deste bem por meio da cana-de-açúcar foi facilitada. Quando teve início a Primeira Guerra Mundial, o gerente da usina retornou à Europa e Mário Dedini ocupou o seu lugar. Assim como as responsabilidades, o salário também aumentou, o que permitiu um maior poder de acumulação de capital a Mário (MARSON, 2012).

Em 1920, em sociedade com o seu irmão Armando, Mário Dedini montou uma oficina na Avenida Conceição n^os 3,5 e 7 na cidade de Piracicaba, endereço de propriedade de sua sogra, e se desligou formalmente de suas atividades na Usina Santa Bárbara, mas continuou a prestar serviços para a mesma. Em 1922 foi registrada a firma de Mário Dedini & Irmão, a qual ficou popularmente conhecida como Oficina Irmãos Dedini. Não havia competição para esta firma. Somente os irmãos Dedini consertavam máquinas e promoviam reparos de peças para os engenhos de açúcar. Esse fator foi essencial para aumentar de forma significativa a acumulação, o investimento e o desenvolvimento da oficina (NEGRI, 1977).

A região de Piracicaba, nas primeiras três décadas do século XX, município em que se localizava o primeiro empreendimento de Mário Dedini, passou por um significativo crescimento econômico. Houve um grande favorecimento do governo às atividades agroindustriais, desde o cultivo até o processamento da cana-de-açúcar, abrindo o cultivo de mercado aproveitado pelos irmãos Dedini. As primeiras usinas que surgiram, ainda no fim do século XIX, possuíam seus próprios serviços de manutenção, mas o aumento da produção na região foi tamanho, que começou a surgir a necessidade de terceirizar esse tipo de serviço. Assim surgiu a oportunidade de instalação de oficinas especializadas. Essas oficinas começaram pequenas com mão de obra familiar e artesanal, contratando serviços apenas na época das safras agrícolas.

Em 1926, a Oficina Dedini, já de propriedade integral de Mário Dedini passou não só a fazer a manutenção dos equipamentos agrícolas como também produzi-los. O desenho mecânico e todo o processo de fabricação dos equipamentos agrícolas foram organizados por Mário. No final dos anos 1920 a empresa passou de uma oficina para uma fábrica de máquinas destinada ao setor açucareiro (LEÃO, 2005).

A década de 1930 foi um período próspero para as atividades econômicas de Mário Dedini. A crise de 1929, fez com que os equipamentos fabricados por Mário fossem mais baratos que os importados. Os produtores de café, que sofreram com maior intensidade os efeitos da crise de 1929, passaram a diversificar a sua produção e, muitos recorreram ao cultivo de cana-de-açúcar, setor menos afetado pela crise e que, com o golpe militar, receberia importantes incentivos para a produção de álcool e açúcar na região.

Esses fatores alavancaram as indústrias Dedini. Outro fator importante a essa expansão, ocorreu quando foi oferecido a Mario Dedini alguns equipamentos de um usineiro de Macaé, no Rio de Janeiro. Mário Dedini repassou essa compra aos Irmãos Ometto, que representados por Pedro adquiriram os equipamentos. Eram máquinas de qualidade superior as que Mário Dedini conseguia fabricar, mas coube a ele desmontar, transportar, reformar e instalar esse maquinário. Com o aumento de seus conhecimentos, pôde melhorar a qualidade dos equipamentos produzidos em sua fábrica (MARSON, 2012).

Na década de 1940 a Dedini diversificou os produtos, passando a fabricar maquinários destinados ao fabrico de aguardente e a produção de álcool-motor. Também verticalizou sua produção atendendo a necessidade das usinas, que devido ao acúmulo do parque açucareiro, demandavam maior quantidade de equipamentos. Em 1930 havia apenas uma usina que destilava e produzia álcool-motor no país. Esse número aumentou para 44 em 1941. Para suprir a necessidade do mercado, Mário Dedini e Dovílio Ometto (genro de Mário e filho de Pedro), fundaram a Construtora de Destilarias Dedini, ou Codistil, em 1943, que tinha como objetivo produzir máquinas para o ramo de destilarias de aguardente e de álcool. No início a empresa atendia apenas as pequenas propriedades, mas, já em 1945, estava montando destilarias completas, com todo o equipamento necessário para o seu funcionamento. Nesse mesmo ano, a empresa aumentou seu capital social de Cr\$40.000,00⁹ para Cr\$1.200.000,00, e admitiu um novo sócio, o seu irmão Armando Dedini, que voltava a fazer nova sociedade com o irmão (MARSON, 2012). Em 1953, a Codistil fabricou e montou 140 destilarias para aguardente e 30 para álcool (LEÃO, 2005).

Mário Dedini, em 1948, adquiriu, em sua totalidade, a empresa Metalúrgica de Acessórios para Usina S/A, Mausa, que fornecia equipamentos para usineiros não clientes da Metalúrgica Dedini, que pertencia a Codistil. Em 1954, a tecnologia de produção aumentou exponencialmente, quando as empresas de Mário Dedini passaram a fabricar motor e turbinas, que antes eram importados. Após a Segunda Guerra Mundial, a automação da Dedini proporcionava a produção de todos os equipamentos necessários para a produção das usinas, tanto para o açúcar quanto para o álcool e a aguardente. O grupo passou a se chamar M. Dedini & Cia em 1950, elevando seu capital social de Cr\$2.000.000,00 para Cr\$6.000.000,00 em apenas um ano (LEÃO, 2005).

O Grupo M. Dedini & Cia., atualmente, continua com as três empresas e sob controle da família Dedini. Roberto Dedini, neto de Armando Dedini é o presidente da Mausa, e

⁹⁹ O capital social mencionado não se remete ao conceito de Capital Social utilizado na Sociologia, e sim a um termo contábil que se refere ao capital dos sócios de uma empresa demonstrada em seu quadro acionário.

Giuliano Dedini Ometto Duarte, neto de Dovílio Ometto e bisneto de Mário Dedini e Pedro Ometto, é o presidente da Dedini S/A Indústria de Base, responsável pela Metalúrgica Dedini e pela Codistil.

3.4.2 A Usina Boa Vista

A viagem de Pedro Ometto com Mário Dedini à Macaé ocorreu dentro do esperado na esfera das negociações, mas no momento em que estavam no Rio de Janeiro, teve início a Revolução Constitucionalista de 1932, que colocou paulistas e fluminenses em lados opostos (MARSON, 2012). O maquinário veio somente em novembro para a Fazenda Boa Vista. Do Rio de Janeiro até Limeira o trem perpetrou o deslocamento da carga. Da estação de Limeira até a fazenda, o maquinário seguiu por meio de carretas puxadas por tração animal.

Com a aquisição de instrumentos que foram aplicados na automação do beneficiamento da cana-de-açúcar, foi necessário comprar uma cota de produção junto ao IAA. Em 1933, adquiriram a cota de produção de 25 mil sacas de açúcar. Na primeira, safra a produção atingiu 16 mil sacas. O açúcar era todo levado para São Paulo. Da fazenda até a estação, era transportado por carretas puxadas a boi; de Limeira para São Paulo era o trem que fazia a locomoção.

Figura 17 – Transporte das Máquinas por carro de boi



Fonte: Cintra (1986).

A família Ometto alcançara *status* perante a sociedade paulista. Já eram proprietários importantes e movimentavam grande quantia monetária.

Figura 18 –Caterina Biasio



Fonte: Cintra (1986).

Caterina Biasio faleceu nesta fazenda em 1941. Após ficar 40 anos viúva, cuidando de filhos e netos, a matriarca da família Ometto foi o principal alicerce do império que ainda hoje é ostentado por essa família. A dedicação e o esforço de sempre manter a família unida, afluindo a importância dos laços familiares, fez com que todos trabalhassem juntos, buscando melhorar a condição de vida de toda a família.

3.4.3 Usina São João

Em 1935, José Ometto vendeu sua parte na Usina Boa Vista para seu sobrinho Antônio Ometto, filho de Constante, e adquiriu no dia 19 de fevereiro de 1935, a Fazenda São João no município de Araras, interior de São Paulo, comprada à vista por 300 mil réis. José e Romana Belloni mudaram com seus filhos para a nova propriedade. A fazenda era uma propriedade de café, que foi substituído pela cana. De início, no engenho montado por José e comandado pelo seu filho Hermínio, não se fabricava açúcar. Era somente fabricado o álcool-motor e a aguardente.

Em 1936, Hermínio Ometto casou-se com Deise Ruegger, representante de uma família da alta sociedade de Araras. Os Ometto já gozavam de um certo prestígio, e uma grande festa fez-se na propriedade.

José e Romana mudaram-se para Limeira, e Hermínio, que cursou Ciências Econômicas e Administrativas na PUC em Campinas, passou a comandar a produção da

propriedade de 250 hectares. Com a prosperidade do trabalho, Hermínio e João, este último ainda com 16 anos, em 1938, compraram uma porção de terras vizinhas de propriedade de Olegário de Abreu Ferraz. O valor pago foi de 400 mil réis, por uma propriedade que media 210 hectares com 186mil pés de café. A compra foi autorizada por Irmãos Ometto & Cia., proprietários da Usina Boa Vista. Em 1941, comprando máquinas de Mário Dedini, foi então montada a Usina São João.

Com isso os lucros aumentaram e a acumulação acelerou. As condições de vida na fazenda já eram confortáveis e a produção pós-colheita era totalmente automatizada. Foi João o primeiro membro da família Ometto a investir na pecuária.

A expansão das atividades sob o comando de Hermínio Ometto, levou à formação de uma sociedade agrícola e comercial de responsabilidade limitada. Essa sociedade era formada por: José Ometto, Luís Ometto, João Ometto, Antônio Ometto e Virgínio Ometto. O gerente era Hermínio.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Usina São João adquiriu uma cota de produção de açúcar junto ao IAA de 40.000 sacas. Em 1946 já produziu 37.600 sacas. O funcionamento da Usina São João, a partir dos anos de 1950, foi dedicado ao aperfeiçoamento tecnológico da produção que em sua maior parte era destinada ao mercado externo. O atual presidente é Hermínio Ometto Neto, bisneto de José Ometto.

3.4.4 Usina Iracema

Em 1937, Constante, Pedro, João, Luís e Antônio (filho de Constante) formaram outra sociedade, denominada Companhia Industrial e Agrícola Ometto, sem extinguir a Irmãos Ometto & Cia.. Os cinco sócios foram os compradores de 464 alqueires referentes a Fazenda Iracema, terreno limítrofe aos que já pertenciam a família no valor de 1000.000\$000, em 18 de março. A propriedade possuía em torno de mil pés de café, e o vendedor foi Humberto Levy.

Novamente, quem montou a Usina foi Mário Dedini, importando máquinas da Alemanha. O equipamento trouxe uma nova tecnologia de produção à família Ometto, mas era apenas o primeiro investimento na propriedade, atendendo a produção do momento. Havia a intenção de importar novos equipamentos alemães, mas com o anúncio da Segunda Guerra Mundial não houve a possibilidade. Durante a guerra, a tecnologia importada permitiu a produção de álcool anidro, um combustível miscível com outros propulsores líquidos de

energia como a gasolina e o diesel, que apresenta características antioxidantes, próprias para o transporte de máquinas de guerra (MARSON, 2012).

Após a guerra os Ometto necessitavam de mais equipamentos para expandir o beneficiamento de sua produção de cana-de-açúcar. O contato com o fornecedor das primeiras máquinas que foram instaladas na Fazenda Iracema, não poderia mais ser feito, pois agora este fornecedor estava localizado na Alemanha Oriental. Mário Dedini teve que importar novamente todo o equipamento, pois as ampliações que poderiam ser adaptadas às primeiras máquinas não mais estavam acessíveis. As moendas antigas foram para a Usina São João, de José Ometto, e Mário Dedini importou os novos equipamentos da Escócia.

Para a montagem desse equipamento foi necessário cerca de quarenta homens, entre eletricitistas, mecânicos e engenheiros, que passaram a morar na fazenda. Mário comandou a instalação da nova usina. Em 1945, a Usina Iracema foi a maior produtora de álcool do país produzindo 6.043.000 litros de álcool. No mesmo ano a usina ainda produziu 21.000 sacas de açúcar (RAMOS, 1999).

Devido ao equipamento moderno, a Usina Iracema foi o local de estágio dos filhos, sobrinhos e netos dos Irmãos Ometto. Orlando, filho de Constante, que se formou em medicina, aprendeu técnicas de produção de álcool e açúcar e foi trabalhar na São Martinho (usina que ainda será mencionada no item 2.4.8); Orlando, filho de Pedro, por lá também ficou e foi trabalhar na Usina da Barra (que será mencionada no item 2.4.6); Gilberto, filho único de Hermínio Ometto, neto de José Ometto, fez seu estágio na Iracema e foi trabalhar na Usina São João; Néelson Ometto, filho de Antônio e neto de Constante ficou trabalhando em várias usinas da família (CINTRA, 1986).

Luís e João construíram suas casas na Fazenda Iracema e lá foram morar e comandaram os negócios da família. O presidente atual da Iracema é José Guilherme Sabino Ometto, filho de João Ometto.

3.4.5 Usina Costa Pinto

Mário Dedini e Pedro Ometto que estavam unidos não só pela amizade, e pelo laço matrimonial entre os seus filhos, mas também pela aquisição, em 1937 da Fazenda Costa Pinto, no município de Piracicaba, localizado no distrito de Vila Resende. O valor da compra foi de 250:000\$000. A propriedade media 152 alqueires.

O capital usado na aquisição da terra era todo pertencente a Pedro Ometto. Mário Dedini entrou na sociedade com o maquinário. Já no primeiro ano foram produzidas 6.055 sacas de açúcar (COSAN, 2012).

Em 1941, Pedro Ometto comprou de Mário Dedini a parte que lhe cabia e repassou 100% da usina para seus filhos, nora e genros em cotas de 20%. Dovílio Ometto e Ada Dedini (filha de Mário) ficaram com uma cota parte; Helena Ometto Moreno e seu marido Manuel Moreno Filho, Ernesta Ometto Maurano e seu marido Arthur Maurano, Odete Ometto Altério e seu marido Rafael Altério e Izaltina Ometto Silveira Mello e Celso Silveira Mello, ficaram com as outras cotas parte.

Mesmo com a divisão era Pedro quem comandava os negócios na fazenda. Odete, sua filha, casou-se com Rafael Altério, proprietário da fábrica de biscoitos São Luiz. Rafael propôs a Pedro que embalasse o açúcar para que ele vendesse o produto em um entreposto de sua propriedade. Foi a primeira marca registrada pela família Ometto: Açúcar Copi.

Na década de 1970, Celso Silveira Mello, casado com Izaltina Ometto, adquiriu toda a empresa. A Usina Costa Pinto tornou-se importante no cenário nacional e internacional por ser o empreendimento que deu origem à Cosan, atualmente a maior produtora de etanol do mundo, que hoje é presidida por Rubens Ometto Silveira Mello, filho de Celso e Izaltina. Foi com Rubens que o Grupo Ometto foi rompido. Entrando em litígio com irmãos e sua mãe Izaltina, concentrou os negócios que pertenciam ao seu avô Pedro Ometto, em somente um grupo a Cosan Limited. Vendeu partes das outras usinas e adquiriu outras ao longo do tempo. O lucro da Cosan em 2012 foi de R\$711.600.000,00 (COSAN, S/D). Atualmente detém os direitos de comercialização da marca Mobil pois adquiriu integralmente a Exxon, empresa que era proprietária também da bandeira de postos de gasolina Esso, que foi substituída em 2011 pela marca anglo-holandesa Shell a qual teve nesse ano, sua majoritariedade adquirida pela Cosan.

3.4.6 Usina da Barra

No início dos anos de 1940, a família Ometto já gozava sua ascensão financeira e passaram a frequentar ambientes da alta sociedade paulista. Otaviano Almeida Prado, da família Prado, já mencionada neste trabalho como produtores importantes do complexo exportador cafeeiro, vendeu para a Usina Costa Pinto 341 alqueires de cafezal pelo valor de Cr\$700.000,00. Ainda no mesmo ano, adquiriu 124 alqueires de terras vizinhas de Fernando Netto pela quantia de Cr\$ 300.000,00.

Nas duas fazendas havia casa sede, casa de máquinas, equipamentos destinados ao beneficiamento do café, coqueiras, moinho, casa do administrador, casa de colonos, instalação de água, energia elétrica e milhares de pés de café (RAMOS, 1991).

Orlando Ometto, filho de Pedro Ometto que já estava há dois anos trabalhando na Usina Iracema, assumiu o comando da Usina da Barra, nome dado em alusão ao município de Barra Bonita, região de Jaú, Oeste do Estado de São Paulo, cidade em que estava instalada a usina. Orlando adquiriu para usina uma cota de produção junto ao IAA, que dava o direito de produzir 40.000 sacas de açúcar. O maquinário como sempre estava sob a manutenção de Mário Dedini, assim como as novas aquisições de equipamentos.

Orlando conseguiu montar a usina em dois anos e a primeira safra, de 1946, atingiu a meta de 40.000 sacas de açúcar. Já em 1949, foi constituída a Usina da Barra Açúcar e Álcool, com um capital de investimentos de Cr\$ 20.000.000,00 que tinha como participantes, Pedro Ometto, Mário Dedini, João Ometto, Dovílio Ometto, Orlando Ometto, Nilda Dedini Ricciardi, Ada Dedini Ometto, Izaltina Ometto Silveira Mello e Natália Ometto.

Era de grande dificuldade a manutenção do maquinário da produção a todo instante, pois Barra Bonita ficava a 160 Km de estrada de terra de Piracicaba, dificultando os serviços de reparação dos equipamentos de produção.

A ampliação da usina foi feita por meio de investimentos oriundos dos lucros dos investimentos industriais. Foram incorporadas ao terreno da Usina da Barra as fazendas da Freira, Conceição e Ponte Alta. Foi a partir do ano de 1956 que a Usina da Barra passou a dedicar a maior parte da sua plantação à produção de álcool, que passou a ser elemento regulador da produção, desenvolvendo novas técnicas de produção e gerando avanços tecnológicos, otimizando a produtividade.

A Usina da Barra S/A atualmente pertence à COSAN e está sob o comando de Rubens Ometto Silveira Mello.

3.4.7 Usina Santa Lúcia

Jerônimo Ometto vendeu, em 1940, a sua parte na Usina Iracema para seus irmãos João e Constante. Adquiriu a Fazenda São Joaquim em Araras, mesmo município onde seu irmão José montou a Usina São João. A intenção inicialmente era retornar à produção de aguardente, que seria agora de uma qualidade superior aos dos competidores desse mercado. A aguardente levou o nome de sua padroeira Santa Lúcia, assim como a usina. Também teve que substituir os cafés plantados nas novas terras para plantar cana-de-açúcar.

Foi na Segunda Guerra Mundial que Jerônimo pode acumular grande quantia monetária. A Usina Iracema, que pertencia aos seus irmãos, estava produzindo álcool anidro e não conseguia atender a demanda. Jerônimo Ometto, nesse período passou a produzi-lo. Chegou a produzir 6 mil litros de álcool anidro em um só dia. E também redestilou aguardente para produzir este tipo de álcool. No pós-guerra, Jerônimo Ometto reaplicou os lucros e conseguiu ampliar sua usina. Montou uma usina de açúcar em sua propriedade, adquirindo o equipamento de Mário Dedini.

Em 1950, Jerônimo Ometto financiou para seu genro, Celso Colombo, casado com Almerinda Ometto Colombo, a construção de uma fábrica de biscoito no Rio de Janeiro, no bairro Madureira, de nome Piraquê, que ainda está em funcionamento sob a presidência de Celso Colombo Neto e com capital social repartido entre os descendentes de Jerônimo Ometto.

Na Usina Santa Lúcia, Jerônimo Ometto exerceu suas atividades como presidente até o dia 9 de setembro de 1974 quando veio a falecer com 79 anos. Narciso Ometto, seu filho homem, assumiu a presidência, ficando no cargo até o dia 12 de maio de 2009, dia de seu óbito com 81 anos. César Ometto, único filho homem de Narciso é agora o presidente da Usina Santa Lúcia, que também tem seu capital dividido entre os descendentes de Jerônimo Ometto.

Os descendentes de Jerônimo Ometto partilham igualmente as ações da Usina Santa Lúcia e da empresa alimentícia Piraquê, configurando dentro da família Ometto um grupo isolado e bem estruturado.

3.4.8 Usina São Martinho

A família Prado na década de 1950 ainda possuía grandes quantidades de terras no estado de São Paulo. Em 1948, no município de Pradópolis, inauguraram uma usina de produção de álcool e açúcar. As propriedades da família Prado eram caracterizadas pela imponência de suas construções e pelo luxo que se encontrava dentro destas. Nas casas-sede havia móveis e arranjos em suas decorações que despenderam sempre vultosos investimentos para as aquisições; quanto às instalações produtivas e a tecnologia era a mais alta existente. Na fazenda em que foi instalada a usina, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro tinha uma estação dentro da fazenda que ficava localizada em frente a casa sede.

A produção de açúcar no ano de inauguração foi de 50 mil sacas e em 1949 já produzia 80 mil sacas. Jerônimo Ometto, convidado para a inauguração, comentou a

grandiosidade da propriedade para os irmãos Luís e Constante. Em 1950, Luís Ometto, Antônio e Virgínio Ometto (filhos de Constante) e Homero Corrêa de Arruda (genro de Constante), conseguiram autorização para visitar a fazenda da família Prado. Saíram de lá com o negócio finalizado. Adquiriram a propriedade de 2 mil alqueires por trinta e cinco mil contos de réis. O pagamento foi feito em dinheiro no escritório da família Prado na capital paulista. Atualmente no local do escritório está localizada a empresa Prado Chaves na Av. Paulista que pertence aos descendentes da família Prado.

A presidência da Usina São Martinho ficou a cargo de Luís Ometto e a vice-presidência ficou com Antônio Ometto. A usina desenvolveu-se no tradicional tripé: cota de açúcar, terra e equipamentos para o funcionamento da usina fornecido por Mário Dedini. A extensão territorial foi aumentando ao longo do tempo e atualmente é formada por 11 mil alqueires de cana-de-açúcar. O presidente é Néelson Ometto, filho de Antônio e neto de Constante.

Constante, Luís e João mantiveram os negócios em conjunto e seus descendentes permanecem ainda hoje em sociedade na execução dos negócios. Fundaram o grupo São Martinho, composto pelas usinas São Martinho, Iracema e Boa Vista.

3.4.9 Usina Santa Cruz

Hermínio Ometto, filho de José Ometto, que em 1943 já comandava a Usina São João em Araras adquiriu 400 alqueires de terra de uma fazenda de criação de gado de corte no município de Américo Brasiliense. João Ometto Sobrinho, filho mais novo de José, que já criava gado dentro da Fazenda São João, passou a comentar, com a família, sobre as novas terras.

Eram 400 alqueires que seriam destinados somente para a criação de gado de corte. Devido à grande extensão de terra, João se associou com os seus primos da família Pavan, filhos de sua tia Caroline Ometto Pavan. Mário, Virgílio, Antônio e Novênia Pavan, passaram a produzir aguardente na propriedade. A fábrica de aguardente foi montada com máquinas adquiridas de Mário Dedini, e conforme ia aumentando, a produção, a tecnologia e a quantidade de máquinas também aumentava. Em 1953 produziram dois milhões de litros de aguardente.

Foi com o lucro adquirido entre 1946 e 1953 e com ajuda dos tios Luís e Jerônimo, que os irmãos Pavan compraram a parte de Hermínio e João na Fazenda Santa Cruz e o Sítio Santo Antônio, que era vizinho da propriedade em questão e montaram uma usina de açúcar

e álcool-motor. Foi neste ano que foi fundada a empresa Ometto Pavan e Cia., que foi dividida em 8000 cotas da seguinte forma: Luís Ometto 1200 cotas; Mário Pavan 1.200 cotas; Antônio Pavan 1.000; Virgínio Pavan 1.000; Novênia Pavan 1.000; Dimas Ometto (filho de Luís) 600; Narciso Ometto 500; Maria Ometto Ferraz e Lineu Ferraz 500; Almerinda Ometto Colombo e Celso Colombo 500; Inês Ometto Zâncaner e Nélon Zâncaner 500 cotas.

Em 1971 os Pavan adquiriram a parte dos descendentes de Jerônimo Ometto. Atualmente o presidente da Usina Santa Cruz é Luiz Antônio Cera Ometto, neto de Luís e filho de Dimas Ometto.

3.5 Aumento da Produção Canavieira e Ascensão Política da família Ometto

Até 1953 o IAA incentivou e coordenou a produção de álcool no Brasil. Nesse ano foi fundada a Petrobrás, o que ocasionou uma expansão do parque industrial do setor e aumentou a quantidade de lavouras canavieiras e conseqüentemente a produção de açúcar e álcool que passaram a servir como bens de exportação.

A produção canavieira cresceu exponencialmente após a fundação da Petrobrás. A mão de obra operária ainda era baseada no colono, uma herança do complexo cafeeiro exportador. Este trabalhador recebia uma casa, um pedaço de terra para o cultivo de hortifrutigranjeiro para a sua subsistência e para a criação de seus animais. Recebiam um salário mensal que teria que ser reajustado no final de cada safra. Com o processo de mecanização agrícola muitos colonos foram dispensados e eram somente contratados como mão de obra temporária. Os colonos foram diminuindo e com o Estatuto do Trabalhador Rural de 2 de março de 1963, eles tiveram que ser extintos por lei, sendo compensados em suas contratações, tendo todos os mesmos direitos de qualquer outro trabalhador, como férias remuneradas, repouso semanal e carteira profissional de trabalhador rural assinada no ato de sua contratação.

Para colaborar com a produção do açúcar brasileiro, o embargo comercial imposto em 1962 pelos EUA a Cuba, grande produtora do açúcar derivado da beterraba e que concorria com o açúcar canavieiro do Brasil, alavancou as exportações brasileiras. Em 1963, já era o terceiro produto mais exportado do país, atrás apenas do café e do algodão, respectivamente. Para atender a demanda externa, o IAA repassou as maiores cotas de produção para São Paulo e Paraná, que eram os maiores produtores de cana-de-açúcar naquele momento no Brasil.

O setor açucareiro modernizou-se ainda mais na década de 1960. Aumentou o seu rendimento agrícola e industrial e expandiu as áreas das usinas. O preço da cana-de-açúcar e do álcool passou a ser estabelecido com base em cálculos anuais dos custos de produção agrícola, realizados pelo IAA. Tentava-se diminuir o peso da produção da cana no custo do açúcar.

O IAA passou a incentivar a substituição de cafezais por plantações de cana, face aos baixos preços do café, e elaborou o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, elaborado em 1965 e que tinha a meta de produzir 100 milhões de sacas de açúcar por ano até 1970.

Essas medidas acabaram por promover, em 1969, uma superprodução de açúcar, o que findou em uma grande quantidade de cana-de-açúcar não colhida, equivalente a 13 milhões de sacas. Em 1971, o IAA então passou a incentivar a comercialização e a modernização industrial alcooleira, além de promover o melhor aproveitamento das áreas agrícolas de características superiores, como clima, solo e custos de transportes, aumentando a qualidade da cana. O objetivo era equilibrar a produção entre álcool e o açúcar.

A família Ometto aproveitou as modificações e as transações do modo de produção de derivados da cana-de-açúcar, assim como as mudanças tecnológicas a partir da metade da década de 1950. Este foi o período da consolidação das usinas da família, simbolizadas pela Iracema, a maior usina da família até então, cartão de visitas do Grupo Ometto. Na Iracema, João recebia os grandes clientes e também os pequenos fornecedores, e assim, acabou ficando sócio de vários alambiques pequenos, alastrando sua presença e influência pelo já emancipado município de Iracemápolis¹⁰, mesmo período em que a produção de álcool e açúcar da Usina Iracema era a maior do Estado.

João e Luís trabalhavam sempre juntos com os filhos de Constante que teve seus bens cassados na Segunda Guerra Mundial devido a sua nacionalidade italiana, e esses bens foram assumidos pelos seus filhos. Jerônimo optou por produzir derivados da cana-de-açúcar no município de Araras, assim como José. Pedro montava seu alicerce sobre os genros Rafael Altério e Celso Silveira Mello e continuava com participações nas Indústrias Dedini, juntamente com seu filho, Dovílio Ometto. Ainda assim, os irmãos tinham participações nas usinas, uns dos outros, mesmo sendo pequenas em algumas ocasiões.

Conforme a tecnologia avançava, impulsionada pelo Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek, a demanda por açúcar também aumentava, não como produto final, mas

¹⁰ A emancipação ocorreu no dia 31 de dezembro de 1953.

como matéria-prima para doces, biscoitos, confeitos e conservas, que passaram a ser fabricados em grande escala e já estavam sendo direcionados à exportação. A política do açúcar favorecia a produção, sendo que o álcool era o instrumento regulador.

Os negócios do Grupo Ometto prosperavam e a segunda geração (netos de Caterina) ocupava postos importantes não só nas usinas pertencentes à família, mas também nas entidades de classe e na política. A união familiar imposta por Caterina foi fundamental para o sucesso comum, e que resultou em uma orientação de um sistema de participação de todos os irmãos em todas as Usinas. Os irmãos Ometto compreenderam a forma de união, e organizando-se diante de tamanho avanço tecnológico, passaram este sentimento de pertencimento de uma única família ao menos para os seus filhos. A partir da década de 1960, a medida que os irmãos Ometto começaram a faltar, ocorreram mudanças e remanejamentos das cotas parte das usinas, que sempre foram executados por Luiz Ometto (irmão mais novo) e Antônio Ometto (filho mais velho de Constante).

A ascensão financeira da família Ometto trouxe a reboque *status* perante a sociedade paulista, e assim passaram a exercer certas influências políticas no interior paulista. Cargos políticos começaram a ser ocupados por membros da família. Pedro Ometto foi o primeiro que exerceu um mandato político, sendo vereador de Piracicaba de 1944 a 1948. Seu filho Dovílio Ometto também teve um mandato de vereador no mesmo município já na década de 1960. Virgínio Ometto (filho de Constante) foi o membro da família que mais permaneceu em cargos públicos. Primeiro foi vereador de 1948 a 1952 em Limeira. No outro mandato se elegeu prefeito. De 1952 a 1956. Em 1960 foi novamente vereador do mesmo município. Em 1964 foi prefeito em Iracemápolis, onde posteriormente exerceu o cargo de vereador várias vezes. Hermínio Ometto foi prefeito de Araras de 1952 a 1956. Sua administração alavancou-o como figura pública e após o seu mandato ocupou o cargo de diretor de controle de produção do IAA. Foi também representante do Brasil nas reuniões do Conselho Internacional do Açúcar. João Ometto, exercendo suas influências políticas no município de Iracemápolis, foi eleito vereador diversas vezes e foi vice-prefeito em dois mandatos quando seu sobrinho, Virgínio era o prefeito. Também foi juiz de paz em Iracemápolis.

Em Pradópolis, Antônio Ometto e Dimas Ometto revezavam-se na prefeitura do município. Nos anos 1980, Néelson Ometto, filho de Antônio, também foi prefeito do município.

Em Américo Brasiliense, Antônio Ometto Pavan exerceu várias vezes o cargo de prefeito do município nas décadas de 1960 e 1970.

A atividade política dos membros da família Ometto, foi um canal efetivo para influenciar as decisões do IAA, órgão controlador da produção de derivados da cana, determinando uma ligação direta com o governo federal.

A família Ometto, quando dentro da política, defendeu sempre os interesses do setor sucroalcooleiro. O representante da família que teve a maior influencia foi Hermínio Ometto que foi presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e também da Associação dos Usineiros de São Paulo. Foi ainda, membro do Alto Conselho Agrícola do Estado de São Paulo.

A partir da década de 1960, quando a família Ometto, já havia se firmado como um dos maiores grupos capitalistas do país, passou a diversificar os seus empreendimentos, ultrapassando os limites geográficos do Estado de São Paulo. Foram abertas fazendas para a criação de gado de corte e cultivo de cereais em Goiás (Jataí), Minas Gerais (Jaíba) e na Amazônia mato-grossense.

4 A EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS DA FAMÍLIA OMETTO PARA A AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE E A COLONIZAÇÃO EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

O processo de expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste, já mencionado, tinha por objetivo apoiar a iniciativa privada a ampliar os seus negócios na nova região. No período da ditadura militar, em que o governo estava sob o comando do Marechal Castelo Branco, ocorreu a implementação de políticas públicas para promover a ocupação da Amazônia pelo capital privado. A transformação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) em SUDAM fez parte deste processo denominado Operação Amazônia. A política de incentivos fiscais, chamada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) de “pílula dourada”, atraiu grandes grupos econômicos, sobretudo do Centro-Sul.

Também a SPVEA ganhará nova e mais ampla dimensão. Transformada na SUDAM tornar-se-á, a exemplo do que ocorre na SUDENE em relação ao Nordeste, num órgão capaz de planejamento, coordenação e controle do desenvolvimento da área amazônica [...]. Será delineado uma série de deduções e isenções que irá alcançar, principalmente os impostos de renda, de exportação e importação, e graças à qual terá esta região possibilidades idênticas às do Nordeste quanto à atração de recursos do setor privado, certamente sensível à incentivos tão pragmáticos (discurso de Marechal Castelo Branco no Amapá no dia 2 de setembro de 1966 citado por CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 153-154).

A conduta foi a mesma nos governos que sucederam o de Castelo Branco. O Ministro do Interior, General Costa Cavalcanti, ao qual a SUDAM respondia, foi o mesmo durante os governos de Costa e Silva e de Garrastazu Médici, sendo que, em várias oportunidades afirmou que a participação dos grupos econômicos do Centro-Sul era fundamental para o progresso amazônico.

A conduta do governo militar perante o processo de ocupação econômica da Amazônia pode ser entendida como um patrocínio do poder público aos grandes grupos econômicos. O acesso às terras amazônicas por parte dos capitalistas foi emoldurado por grilagens, falsificações, compras, e, nos projetos aprovados pela SUDAM destinados ao Pará e ao Mato Grosso, pode-se constatar a afirmação de que não havia índios e posseiros nas regiões de execução do projeto. A ocupação, devido aos motivos mencionados, foi marcada pelo confronto entre os atores que lutavam pela demarcação de seus territórios.

Figura 19 – Afirmação de certificação da Fundação Nacional do índio (FUNAI) e da Prefeitura de Barra do Garças¹¹.

2.2.3 - Situação Perante a Fundação Nacional do Índio
 A Empresa apresentou certidão negativa de aldeamento indígena na área de seu empreendimento, emitida pela FUNAI, não havendo, conseqüentemente, restrição à utilização da mesma.

2.2.4 - Posseiros
 A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, certificou a inexistência de posseiros na área da Fazenda.

Fonte: SUDAM (1966).

Vê-se que foi a FUNAI que emitiu a certidão negativa, afirmando que não havia índios na região e foi, a prefeitura de Barra do Garças, que emitiu documento, afirmando que não havia posseiros.

Foi dessa forma, com certidões emitidas por prefeituras municipais e pela FUNAI (anteriormente pela SPI), que os projetos agropecuários passaram a ser implementados na Amazônia.

Os empresários investiram nessas empreitadas da ocupação da Amazônia pela pata do boi, sendo que o resultado, hoje, é no mínimo melancólico. Pois o rastro deixado por este processo foi quase sempre marcado pelo sangue. Sangue derramado das nações indígenas e dos posseiros. Sangue derramado dos peões no trabalho de “abertura da mata” (OLIVEIRA, 1990, p. 68).

Os três primeiros projetos aprovados pela SUDAM foram: Cia. Agropecuária Nazareth, aprovado em 9 de outubro de 1966, empreendimento de 56.000 hectares localizado em Conceição do Araguaia, Sul do Pará. Tinha como proprietário João Lanari do Val, empreendedor paulista do ramo de peças automotivas; o 2º projeto aprovado no dia 22 de novembro de 1966 foi a Cia. de Desenvolvimento do Sul do Pará Comissária de Despachos Aduaneiros Paraná em Paranaguá (CODESPAR), empreendimento de 52.358 hectares, localizado no município de Santana do Araguaia, Pará. O proprietário era Geremia Lunardelli, conhecido em São Paulo como rei do café, pois na década de 1950 foi o maior produtor de café do mundo; o 3º foi a Agropecuária Suiá-Missú aprovado em 22 de dezembro de 1966, empreendimento objeto desta tese. Localizava-se no Nordeste mato-grossense no então distrito de São Félix do Araguaia, que pertencia ao município de Barra do Garças. No

¹¹ Todos os projetos aprovados com repasse de incentivos fiscal pela SUDAM destinados ao Mato Grosso, contém essa afirmação.

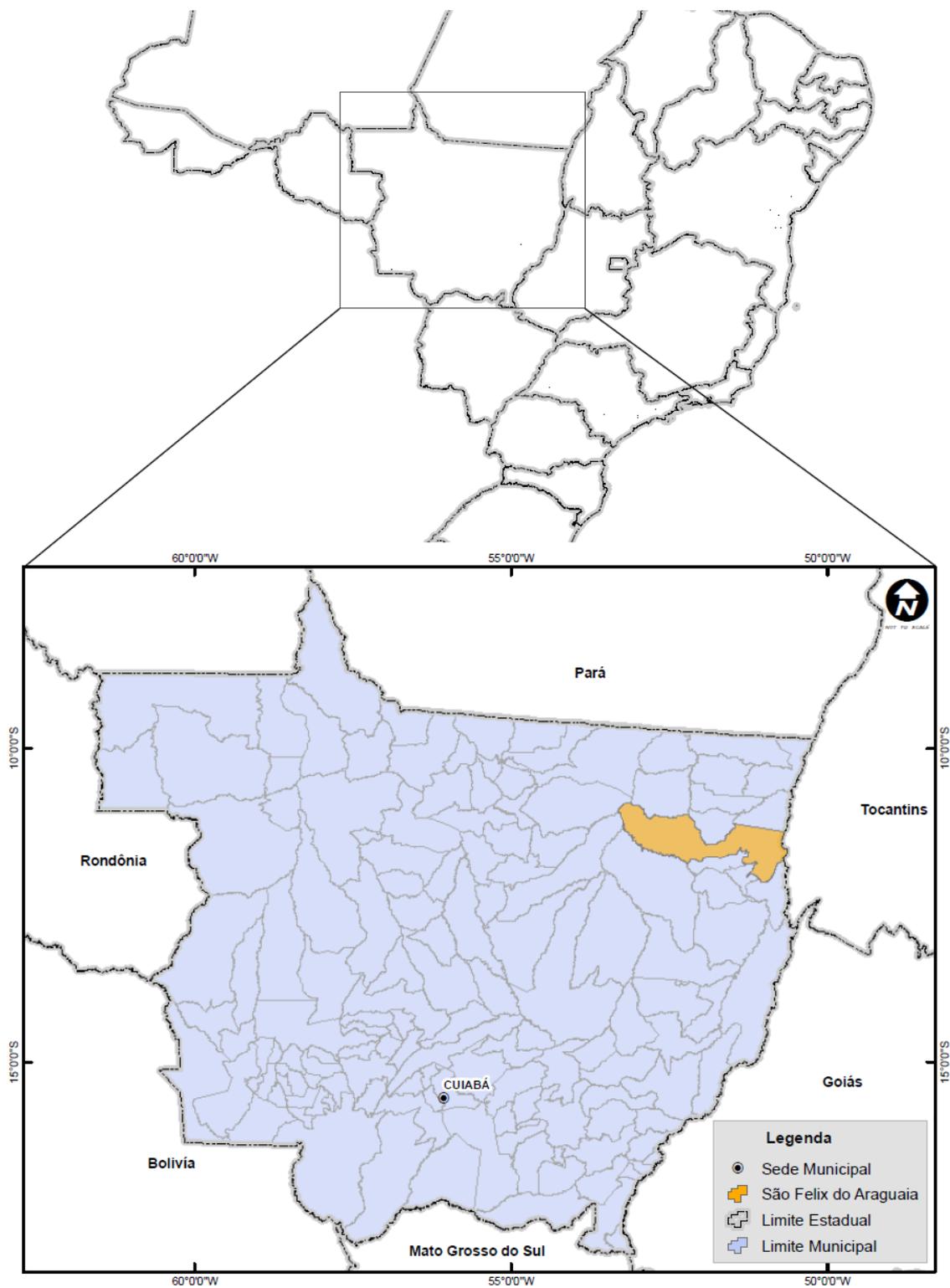
processo aprovado a área do empreendimento era de 646.824 hectares. Pertencia a família Ometto.

As três famílias descendentes de imigrantes italianos e instaladas em São Paulo, fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia.

As famílias Do Val, Lunardelli e Ometto resolveram então se organizar e fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia – depois Associação dos Empresários da Amazônia [...]. Não por coincidência os três primeiros e únicos projetos que tiveram a aprovação da SUDAM ainda no ano de 1966, foram de empresas dessas três famílias [...]. A partir de 1967 amplia-se exponencialmente a constituição de empresas agropecuárias na Amazônia (POMPERMAYER, 1991, p. 423).

Muitas promessas foram feitas pelos pecuaristas que se associaram a esta organização. A de maior audácia foi a de que em consequência da implementação de diversos empreendimentos pecuaristas, Belém iria ser o maior porto exportador de carne do mundo, superando o de Chicago, nos EUA, que até então era o maior porto exportador de proteína animal (OLIVEIRA, 1990).

A família Ometto adquiriu as terras ao Norte de Mato Grosso comprando-as de Ariosto da Riva que conseguiu a posse da terracomprando-a junto à Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT). De fato, na década de 1950, a CODEMAT passou a vender terras devolutas no Mato Grosso para a iniciativa privada. Foi a privatização da floresta. Essa foi a maior fonte de renda do Estado de Mato Grosso na década de 1950. Esse processo de venda se estendeu até 1986.

Mapa 8 –Localização de São Félix do Araguaia

Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

A CODEMAT foi extinta em 1978, sendo substituída pela Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT), que passou a exercer as funções do órgão substituído. Quando solicitado na INTERMAT, pessoalmente, os documentos referentes à aquisição das terras por parte de Ariosto da Riva, o responsável pelo arquivo afirmou que os documentos antigos haviam sido incinerados. Em entrevista concedida pelo bispo Pedro Casaldáliga, este afirma que houve uma concessão de terras à Ariosto da Riva por meio de um “acordo” entre a diretoria da CODEMAT e militares que comandavam o Estado de Mato Grosso na época. Quando solicitado a esclarecer o acordo, não quis aprofundar. Inês Rosa Bueno, perita antropóloga, em seu laudo pericial anexado ao processo de devolução das terras da Agropecuária Suiá-Missú aos índios Xavante - o qual será detalhado mais a frente - na seção Histórico Marãiwatsede (nome da facção Xavante que ocupava as terras da Suiá-Missú) em seu primeiro parágrafo faz a seguinte afirmação:

[...] no final da década de cinquenta, enquanto o chefe do projeto do SPI [Serviço de Proteção ao Índio], atual FUNAI, encaminhava inutilmente denúncias de massacre dos índios Xavante de Marãiwatsede para fins de ocupação de suas terras, que passaram a somar oitocentos mil hectares, o que as caracterizaram como o maior latifúndio do mundo. (LAUDO PERICIAL ELABORADO POR INÊS ROSA BUENO, ano, p. 7).

Efetivada a aquisição das terras, por Ariosto da Riva, este não conseguiu explorá-las diretamente, mas por algumas ações, a qual julgava ser o beneficiamento da terra, tentou iniciar a sua ocupação. Umbelino de Oliveira (1990) menciona uma parte da entrevista que Ariosto da Riva lhe concedeu.

Para podermos fazer a abertura da estrada de São Félix do Araguaia, nas margens do rio Araguaia, numa extensão de 80 Km, nós sobrevoávamos a aldeia todo dia, ao meio-dia, jogando presentes de modo a fazer com que eles não sássem de lá. Enquanto isto abria-se a estrada até a sede da Suiá (RIVA apud OLIVEIRA, 1990, p. 71).

Em 1962, após não conseguir ocupar a área adquirida, Ariosto da Riva vendeu 80% das terras para o Grupo Ometto, que registrou a fundação da empresa Agropecuária Suiá-Missu como Sociedade Limitada, registrada na Inspeção Comercial do Estado de Mato Grosso, atual Junta Comercial sob o nº5.420, em 21 de novembro de 1962, sendo transformada em Sociedade Anônima em 16 de julho de 1966, em Assembleia Geral, sendo arquivada na mesma Inspeção Comercial no dia 21 de julho de 1966 sob o nº42.

Nesses documentos, certamente estariam anexados o contrato de compra e venda e a certidão de propriedade da terra por parte do Grupo Ometto. Durante a pesquisa de campo

realizada em Cuiabá para esta tese, detectou-se que, os responsáveis pelos documentos na Junta Comercial de Mato Grosso, informaram que todas ações registradas em nome da pessoa jurídica Agropecuária Suiá-Missú S/A, foram passadas à gerência de outra Unidade da Federação (UF) e o responsável não soube dizer o motivo da transferência e nem para qual UF foi transferida¹². Quando informado sobre esses pormenores, Dom Pedro Casaldàliga, sorriu e disse que “será muito difícil você obter qualquer documento legal enquanto o processo estiver em andamento [...]” (CASALDÀLIGA, 2012).

Vale salientar que a SUDAM só concedia incentivos fiscais para Sociedades Anônimas. A SUDAM foi fundada em 27 de outubro de 1966, 3 meses após a Agropecuária Suiá-Missú se tornar Sociedade Anônima, o que pode ser um indício de que o Grupo Ometto, devido a sua condição financeira e o *status* de empresários agroindustriais, mas principalmente por meio da atuação política, obteve informações privilegiadas de como funcionariam as leis e de como seriam os trâmites financeiros intermediados pela SUDAM.

O processo foi submetido à SUDAM no dia 12 de novembro de 1966, sendo o incentivo fiscal total de CR\$7.878.000.000,00¹³. O projeto compreendia a implantação e desenvolvimento de cinco núcleos: o núcleo sede, que seria instalado em 1966, e os núcleos Fontoura, União, Roncador e Xavante, que seriam instalados em 1969, 1972, 1973 e 1975 respectivamente.

Para tanto, o empreendimento contava, conforme consta no processo nº08749/66, com uma área de 646.824 hectares dos 800.000 hectares que a área da família Ometto possuía¹⁴. Este chegou a ter o status de maior latifúndio do mundo¹⁵.

O Jornal da Tarde de São Paulo, em 21 de julho de 1971 publicou uma reportagem acerca da fazenda Suiá-Missú com a seguinte manchete: “Quatro vezes maior que o Estado da Guanabara. Um país? Não uma fazenda” (OLIVEIRA, 1990, p.69).

As obras de infraestrutura previstas neste projeto eram: casa grande para a gerência; casa grande para viajantes e hóspedes; casa grande para uso pessoal da administração e

¹²Em encontro com representantes da ONG Repórter Brasil, estes tiveram acesso à essa informação e relataram a denúncia. Mais detalhes em <http://amazonia.org.br/2013/02/ap%C3%B3s-desintrus%C3%A3o-ind%C3%ADgenas-se-preparam-para-reocupar-mar%C3%A3iwats%C3%A9d%C3%A9/>

¹³No processo de aprovação este é o valor que consta no repasse total dos incentivos fiscais. No processo de enquadramento após a compra das terras pela Liquifarm S/A, o valor mencionado era de CR\$7.878.000,00.

¹⁴Segundo a matéria da rede Brasileira de Justiça Ambiental “ Suiá-Missú, Mato Grosso: sob ameaças, os Xavantes retornam ao seu território”, a propriedade tinha cerca de 1,5 milhões de hectares conforme demarcação feita por moradores da região em 1971.

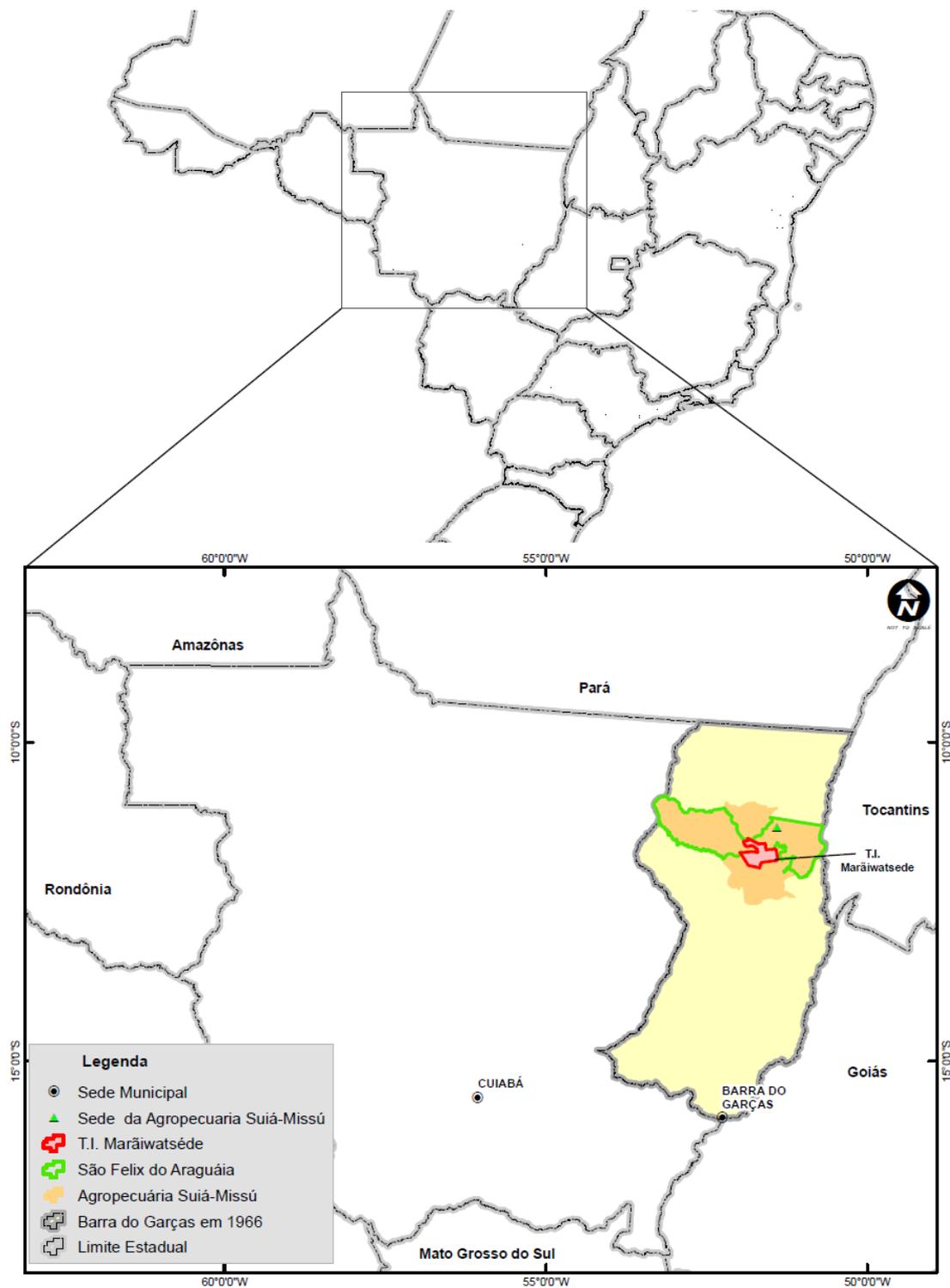
¹⁵Otávio Ianni em sua obra *Ditadura e Agricultura* (1979) afirma que o maior latifúndio das Américas era onde estava instalada a Jari Florestal Agropecuária, pertencente ao estadunidense Daniel Ludwig, proprietário da National Bulk Carriers. Este latifúndio estava localizado nos Estados do Amapá e Pará, e tinha uma área de cerca de 5 milhões de hectares.

hóspedes; sete casas para o pessoal da administração; prédio para arquivo; prédio grande para farmácia, escritórios, armazém e almoxarifados; residência com seis cômodos e mais quatro quartos com 12 camas e banheiros, ao todo; barracão para abrigar máquinas e veículos; oficina mecânica, serraria; prédio para a Casa de Força; prédio para o alojamento de 50 pessoas (peões e vaqueiros); paiol; caixa d'água a 8 metros de altura para 15 mil litros; duas casas geminadas para trabalhadores; 16 currais; e por fim seis açudes. O projeto previa a criação de 130.000 cabeças de gado até 1978.

Todas as construções mencionadas tinham que estar prontas até 1971 e seriam adquiridos, ainda no ano de 1966, para o início da criação de gado bovino: 186 touros, 2.000 vacas e 2.000 novilhas. O incentivo fiscal fornecido ao Grupo Ometto seria aplicado nas construções e aquisições. A quantia monetária significativa iria gerar 80 empregos permanentes e um desmatamento de 108 mil hectares já no ano de 1967 para o estabelecimento do núcleo sede. Foi por meio da necessidade desse intenso desmatamento que iniciou-se a indisposição com os índios Xavante.

Hermínio Ometto em entrevista concedida a Oliveira (1990), faz alguns relatos:

Mapa 9 – localização da agropecuária suiá-missú



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE, coordenada do Instituto Socioambiental (ISA); SUDAM (1966); RIBEIRO (2013);

Perto da Suiá-Missú, entre o rio da Morte e o rio Tapirapés, havia duas tribos de Xavantes, índios caçadores que jamais haviam tido qualquer contato com o homem branco. O primeiro encontro com os indígenas partiu da iniciativa deles próprios. Os nativos foram até a sede da fazenda e, lá chegando, ficaram rodando o avião e rindo. Eles já haviam visto diversas vezes o aparelho em vôo a baixa altitude. Provavelmente seguiam a direção do vôo, até encontrarem a sede da fazenda. O primeiro contato envolveu cerca de 80 funcionários, tudo na base de risadas e mímicas. Com o passar do tempo, os indígenas começaram a frequentar a Suiá-Missú constantemente. Mais tarde, toda a tribo, mais ou menos 150 índios, mudaram para perto da sede, e lá ficaram por quase três anos. Destinamos então uma área de 100 alqueires para que os nativos plantassem milho, arroz, abóbora e mandioca. Mesmo com as lavouras a disposição os Xavantes não abandonavam a caça. Só que a caça não se destinava à subsistência, era simplesmente a manutenção de um costume de um povo. Para evitar eventuais desentendimentos com os índios, determinamos aos colonos não frequentarem o local onde os Xavantes haviam se instalado. Três anos depois a empresa sugeriu ao governo que os indígenas fossem transferidos para uma área ao Norte da fazenda, com uma extensão de 10 mil hectares. Mas o então SPI, hoje FUNAI, e a missão salesiana que trabalhava junto à aldeia, preferiram levá-los para a Missão de São Marcos, em Barra do Garças (OLIVEIRA, 1990, p.71).

Por esses dizeres de Hermínio Ometto, é evidente e de fácil compreensão que havia de fato índios nas terras da Suiá-Missú, o que contraria a afirmação da (FUNAI) que consta no processo aprovado pela SUDAM, confirmando a ilegalidade da posse da terra, pois a Constituição de 1934 definiu como indígena toda a terra de posse dos índios neste ano.

O artigo 129 afirma que “será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes no entanto, vedado aliená-las” (CONSTITUIÇÃO...,1934). A Constituição de 24 de janeiro de 1967 (pouco mais de um mês após a aprovação do projeto Agropecuária Suiá-Missú na SUDAM), a primeira promulgada pelo governo militar, acrescenta aos direitos dos indígenas, o usufruto, indo para além do direito da posse da terra. O artigo responsável pelo aumento dos direitos dos índios é o 186: “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (CONSTITUIÇÃO....., 1967).

Mapa 10 –Localização de Marãiwatsédé



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; e coordenadas do ISA.

A Constituição de 1967 foi substituída totalmente pela Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969. Com essa emenda os indígenas tiveram seus direitos, relativos a posse da terra, significativamente ampliados:

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§1. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§2. A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio (EMENDA CONSTITUCIONAL, 1969, não paginado).

Ainda que pela burocracia obscura, Ariosto da Riva tenha adquirido as terras de forma legal, o trâmite teria que ser impedido de acordo com a Constituição.

Hermínio Ometto termina sua fala com uma referência ao deslocamento dos índios que habitavam a Suiá-Missú para outras terras, localizadas próximas a sede do município de Barra do Garças. Os motivos que acabaram por fazer esse transporte acontecer surgiram por meio da estratégia de ocupação de Ariosto da Riva, iniciada em 1962, ano em que obteve associação com o Grupo Ometto: manter os índios sob seu controle por meio da doação de alimentos jogados por aviões diariamente no mesmo local. Essa ação fazia com que soubessem onde os índios estariam em uma certa hora do dia, e dessa forma poderiam abrir as estradas sem qualquer possibilidade de conflito. Conforme as relações foram se estreitando, Ariosto da Riva convenceu os índios a transferirem sua aldeia para próximo da sede da Fazenda Suiá-Missú, e “os próprios índios aceitaram trabalhar gratuitamente na abertura de picadas, de pastos e de uma pista de pouso, durante cerca de dois anos” (BUENO, 2006, p.13).

Nesses dois anos de trabalho passaram a surgir alguns conflitos entre empregados e índios. A tentativa de transformar o índio em mão de obra escrava deu certo enquanto os índios recebiam os “presentes”. Dom Pedro Casaldáliga afirmou que “depois que terminaram as obras os índios passaram a ser um fardo para os donos da fazenda. Não havia mais o interesse em sustentar os índios que começaram a matar os bois da criação da fazenda” (CASALDÁLIGA, 2012, p.).

Devido ao fracasso da continuação do trabalho escravo indígena, os índios foram outra vez deslocados para uma área alagadiça, na qual os empresários não tinham interesse, pois não era apropriada para a criação de gado, não sendo possível a formação de pasto. A área que não era apropriada para a bovinocultura extensiva, também não servia para a prática das atividades indígenas. “Lá morreram doze índios adultos. Oito homens e quatro mulheres. Sem contar as crianças[...]” (CASALDÁLIGA, 2012, p.). As doenças que atingiam os indígenas eram provenientes dos mosquitos presentes nas áreas pantanosas, provavelmente malária, que

se aliava com a má nutrição, consequência da impraticabilidade de trabalhos de subsistência nas áreas de várzea.

Era necessário encontrar uma solução, mas os índios não poderiam continuar nas terras do latifúndio. Os proprietários da Fazenda Suiá-Missú, família Ometto e Ariosto da Riva, procuraram a missão Salesiana de São Marcos e “persuadiram os seus superiores a aceitarem nela os Xavante¹⁶ da Suiá” (OLIVEIRA, 1990, p.72).

Os índios estavam acuados e como não tinham opção perante a sobrevivência da tribo, e não entendendo realmente o que estava acontecendo por não dominarem a língua portuguesa, aceitaram serem transferidos para São Marcos.

Segundo o velho Tibúrcio, cacique na época, os índios, “concordaram” em serem transportados para São Marcos, onde os salesianos mantinham uma missão para atender a outro grupo, também Xavante e onde afirmavam existir muita caça e não haver mosquitos da malária. Muitos deles acreditaram que estariam voltando para a aldeia antiga (BUENO, 2006, p. 13).

Os índios foram levados por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), o que remete a força política do Grupo Ometto e até mesmo de Ariosto da Riva junto ao poderio militar que comandava o país.

Padre Ottorino Panziera, diretor da Missão Salesiana de São Marcos na época, afirmou no dia 29 de janeiro de 2004, em depoimento testemunhal à 5ª vara judicial federal de Mato Grosso referente à ação civil pública de número 950000679-0, no que concerne a devolução das terras do latifúndio aos povos indígenas, que embarcou com os índios no primeiro voo onde foram transportados cerca de 90 silvícolas que viviam na Suiá-Missú. Relatou que viajaram todos em pé por duas horas e meia presos apenas por um cinto de segurança. Outro padre, Bartolomeu Giaccaria, membro da mesma missão na época, testemunhou na mesma audiência que os Xavante não sabiam ao certo onde estavam indo e que acreditavam que seria uma estadia temporária.

Baseado em documentações e reportagens da época, Dom Pedro Casaldáliga escreveu uma Carta Pastoral intitulada: *Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, na qual continha as seguintes afirmações a respeito da deportação dos índios Xavantes que viviam na fazenda Suiá-Missú.

¹⁶ As tribos Xavantes são derivadas de um convívio milenar, que foram se separando umas das outras formando etnias particulares. Por ser Xavantes, duas tribos não tem necessariamente os mesmos costumes, podendo até mesmo não ter um bom convívio. Sabendo disto, os responsáveis pela missão salesiana ofereceram alguma resistência de imediato, que foi inútil diante da pressão dos empresários e dos militares, e o grupo foi transferido sem que nenhuma questão cultural fosse levada em consideração.

Isso acontecia em 1966. Os Xavantes foram transportados em avião da FAB, em número de 263, tendo morrido boa parte deles aos poucos dias depois de chegados a São Marcos, vitimados por uma epidemia de sarampo. Essa porém não é a versão publicada na imprensa, conforme se pode ver na reportagem publicada por O ESTADO DE SÃO PAULO – em 25/04/69. Essa deportação foi presenciada por outros Xavantes da região e quando o Sr. Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, em abril de 1969 visitou aldeias dos Xavantes, estes lhe pediam que providenciasse a devolução da terra que lhes pertencia. Anualmente os Xavante voltam caminhando para a sua terra, roubada pela cobiça latifundiária, para apanhar o Pati, árvore por eles usada na confecção de seus arcos e flechas. Mas os proprietários da Suiá-Missú gostam dos índios... (Jornal da Tarde de 21/07/71). Após a deportação, doaram à missão um trator e a importância de Cr\$500,00 mensais, durante um ano, para auxiliar na manutenção dos mesmos!!! (CASALDALIGA, 1971, p. 21-22).

Casaldálga menciona uma epidemia de sarampo nas terras em que os índios Xavante foram deportados. Essa epidemia não consta nos testemunhos dos padres Mário Ottorino Panziera e Bartolomeu Giaccario, porém foi mencionada no Jornal Diário da Noite em 14 de setembro de 1966 que havia um surto de sarampo nas terras em que os índios seriam instalados. A epidemia já havia feito vítimas entre os Xavante que lá já estavam alojados, e ainda assim, a transferência dos Xavante da Suiá-Missú para São Marcos ocorreu. Nas primeiras duas semanas morreram cerca de 1/3 dos índios deportados.

Bueno (2006) define a transferência como um ato genocida. As mortes provocaram divergências entre as duas etnias Xavante, pois passaram a promover acusações mútuas de feitiçaria, causando certa instabilidade no convívio.

Casaldálga menciona certa reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, que relatava a deportação dos índios da Suiá-Missú para São Marcos, mas não a reproduz.

Figuras 20 e 21 – Reportagem Publicada no Jornal Diário da Noite

SARAMPO FEZ 64
VITIMAS EM 26 DIAS — !

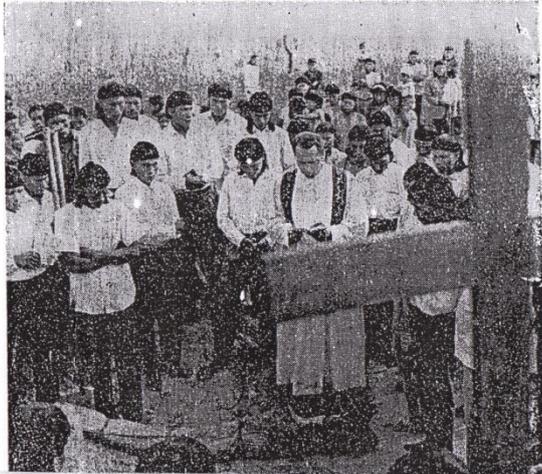
MORTE É RECEPCIONISTA NA ALDEIA DOS XAVANTES

SÃO MARCOS, Mato Grosso — (Dos enviados especiais Dirceu Alves, Silvio Cardoso e Waldemar Rocha) — "O Deus, por cuja misericórdia as almas dos fiéis descansam, dignai-vos abençoar este tumulto e enviar do céu um dos vossos santos para guardá-lo."

Tal citação litúrgica foi feita domingo passado, à beira da sepultura da 64.ª vítima da epidemia de sarampo que grassou neste lugar, sede da missão de São Marcos, a 500 metros da aldeia em que vivem 746 índios xavantes e a 1.086 quilômetros de São Paulo. No momento em que fazia a citação, interrompendo o silêncio que dominava o lugar, o padre Mario Panziera, salesiano que há treze anos lida com índios, estava sendo observado por mais de 700 pessoas, entre as quais 632 indígenas que sobreviveram ao mal.

BRANCO FOI PORTADOR
O mal que grassou no lugar
foi trazido por um homem

lavam, assim, em condições de
sobreviver mais uma vez.
Dezotto pessoas, entre as
quais uma irmã e dois padres



branco que por aqui passou há um mês, vindo em busca de adomos indígenas e que pretendia escrever algo sobre os descendentes dos antigos ayomrés. Cinco dias após sua passagem pelo lugar, o branco já havia deixado para trás cerca de dez vítimas do mal que portava e não sabia. Entre as primeiras vítimas estava uma criança de dois anos e que, combatida, por outros males da região, veio a falecer vinte e quatro horas após ter contraído o sarampo.

O mal, trazido pelo homem branco que visitara a aldeia, tornou impossível a recepção festiva, que os 510 indígenas do lugar haviam preparado para os 236 irmãos, que viriam da Serra do Roncador em busca de local onde a caça fosse abundante e as doenças menos constantes.

MORTE FEZ RECEPCÃO

Os 236 novos habitantes de São Marcos, procediam da fazenda Sulamisa, a 700 km de Araguaia e a 800 da missão. Viajando em aviões cedidos pela FAB, eles imaginavam um lugar onde a caça a anta e aos veados fosse mais proveitosa, onde a malícia, não agisse com incidência. Pensavam também em formar com os irmãos de São Marcos, um grupo forte, capaz de suportar ataques como aqueles que haviam sustentado, anos antes, na aldeia em que viviam, além do rio das Mortes.

Mas, não foi num dia alegre que se deu sua chegada. No pequeno campo, não encontraram um irmão de tribo. Pelo caminho, foram vendo os outros xavantes caídos sobre esteiras de capim-colinha ou tombados sobre montes de terra vermelha. Era a inanição e a morte quem os recepcionava.

434 TOMBARAM

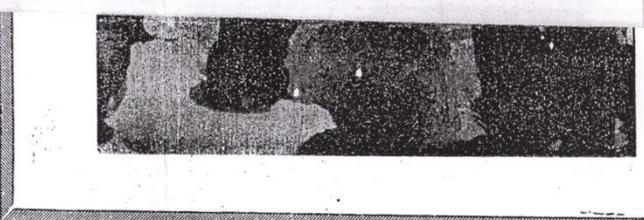
Dez dias após a chegada do grupo que viera da Serra do Roncador, já existiam 434 indígenas doentes na missão de São Marcos. Dos dois grupos, o que já habitava o lugar e a que viera depois, apenas 312 índios haviam conseguido fazer frente à doença. Destes, apenas algumas centenas haviam

salesianos, foram os heróis na grande luta, durante a qual faleceram 64 índios em 26 dias, sendo 58 crianças com idade até 12 anos. Na luta a que se propuseram e antes que chegassem os primeiros socorros, os salesianos gastaram os últimos 50 frascos de soro que existiam em estoque e mobilizaram os 100 mil cruzeiros que tinham em depósito para compra de medicamentos.

"OPERAÇÃO-MISERICÓRDIA"

Os padres já não sabiam mais como aguentar a situação. Dia e noite, eles imploravam aos céus para que lhes fosse possível salvar aqueles que ainda não haviam sucumbido. Para todas as partes do Estado, haviam sido enviados mensageiros com pedidos de auxílio. Um deles, o índio que os brancos batizaram com o nome de Anselmo, chegou a caminhar 88 km para chegar até Mercuri, onde havia radio-emissor, a fim de pedir socorro.

Em Campo Grande, o padre Cometti, também do grupo salesiano, empenhava-se junto às autoridades, implorando ajuda. Nessa cidade, logo após as primeiras palavras do pa-



dre Cometti, os alunos do 3.º ano do Colégio Estadual saíram às ruas, realizando campanha em favor dos indígenas, adotando como "logotipo" a frase "salvem os índios que Rondon protegeu ontem".

SAC PAULO
Em São Paulo, o grilo de socorro vindo de plagas mato-grossenses foi ouvido na redação dos Diários e Emissores Associados.

Então, rápido contacto foi mantido com o secretário da

Saúde, sr. Mario Machado de Lemos, sendo conseguidos 86 quilos de medicamentos.

No sábado passado, quando a equipe médico-jornalística chegou a São Marcos, os índios saíram um pouco de sua prostração e, está, em 26 dias talvez tenha sido a primeira vez em que um sorriso aflorou dos lábios de muitos deles.

Era a esperança que chegava para um grupo que já estivera sob os garras da morte e anseava a salvação.

Diário da Noite
O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM SÃO PAULO
Ano XLII S. Paulo, 4.ª-feira, 14 de setembro de 1966 N. 12.768

Compre o seu TAXI
DKW-Vemag agora na
SERVAUTO
mediante

Fonte: Diário da Noite de 14 de setembro de (1966).

Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller na obra *Amazônia: expansão do capitalismo*, na qual criticam veementemente o mecanismo da privatização, fazem referência a tal reportagem publicada no dia 25 de abril de 1969, por Allen Augusto.

Mas o que foi percebido nessa primeira viagem é que a fazenda abrigava duas tribos de Xavantes que, anteriormente, nunca tiveram contato com a civilização. E embora não sendo declaradamente hostis, não permitiam a passagem de ninguém além dos limites de seu território. Mas, a medida que a fazenda ia sendo habitada, os índios foram se aproximando. De início, saqueavam as plantações de milho e de arroz. Depois, entrando em contato com os brancos, passaram a viver as expensas destes. Já não sonhavam, mas pediam. Recebiam todos os dias um boi – que exigiam que fosse entregue morto, pois não matavam mais. Com o passar do tempo e com a abertura da estrada, esses índios foram deixando suas aldeias. Desciam o rio Araguaia ou iam para a Ilha do Bananal, do outro lado do rio. Os que restam foram enviados à Missão Salesiana de São Marcos. Hoje, Suiá-Missú já não tem índios para mostrar ou temer (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 154-155).

Essa reportagem demonstra a influência que o Grupo Ometto exercia nos veículos de comunicação. Nesse caso por meio da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, que contava com a colaboração das famílias Do Val e Lunardelli, viabilizou a reportagem no jornal O Estado de São Paulo, um dos mais importantes do Brasil, ainda hoje, que publicou a versão dos capitalistas não relatando as relações ocorridas de fato como é relatado por Casaldáliga.

A expansão dos negócios da família Ometto, provocou como mostra a reportagem do Estado de São Paulo reações dos indígenas de hostilidade seguido de ações de furto até chegarem ao contato que gerou uma dependência e até mesmo pedidos de esmola e por fim a deportação. Os empresários alegavam que era muita terra para pouco índio.

A visita do Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, citada por Pedro e que foi o motivo do repórter acompanhar a viagem à São Félix do Araguaia, teve um pedido por parte dos índios para voltar à sua terra. Este pedido não teve sucesso. Quem fez o pedido foi o cacique Apoena. Em um discurso, em Xavante e em português, direcionado ao ministro que estava presente:

Disse o orador que esperava do ministro providências para que fossem devolvidas suas terras “vendidas por vários governos” e, manifestou a convicção de que o ministro atenderia porque tem a “força dos canhões”. A certa altura, disse o orador: “Somos todos brasileiros. Nós Xavantes, chegamos primeiro”. E protestou contra a invasão de suas terras por estrangeiros e fazendeiros, que “têm uma família só e põem fogo nas matas e nas terras que são nossas; e nós somos muitos” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 100).

Enquanto os empresários afirmavam que era muita terra para pouco índio, estes tinham a consciência de que a mata que se tornara um latifúndio era muito terra para uma

família só, a Ometto. Na visita à fazenda Suiá-Missú, o ministro Costa Cavalcanti foi “pressionado” pelos empresários quanto ao excesso de burocracia devido à centralização das decisões em Belém, e na falta de infraestrutura na região, que condiz com a questão dos transportes e no tamanho das reservas indígenas que eram consideradas desproporcionais, além do que estava projetada uma estrada que cortaria a reserva indígena. Em resposta aos empresários o ministro Costa Cavalcanti fez a seguinte afirmação: “o índio tem que ficar no mínimo necessário” (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p.156).

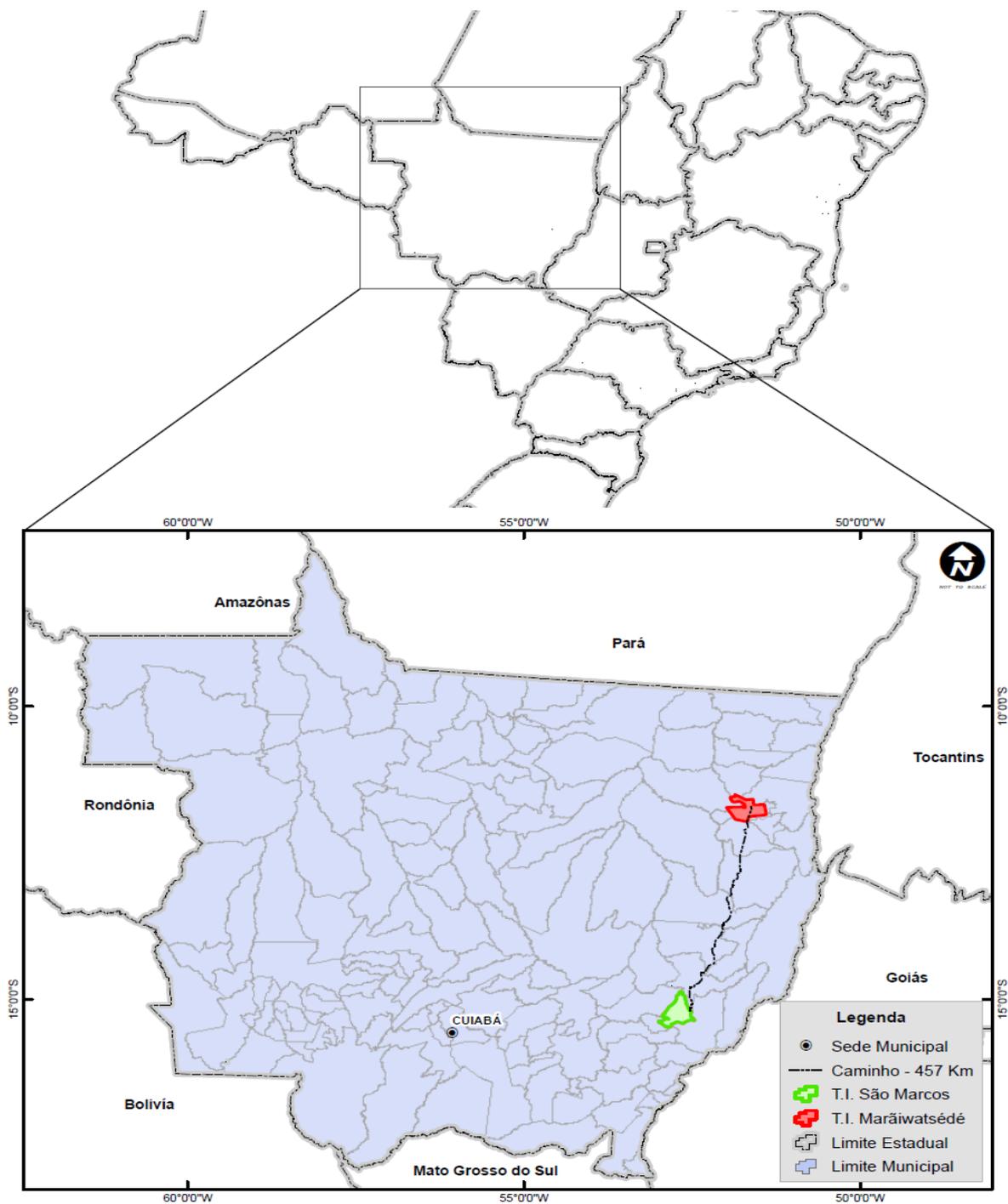
Os índios que viviam na Suiá-Missú e foram deportados para São Marcos, voltavam para suas terras, distante 457 Km, para coletar matéria-prima, para fazer seus arcos e flechas, que era extraído do Pati (*Syagros Pseudococos*), palmeira encontrada em margens de rios e nascentes de água, localizadas nas áreas de transição entre o Cerrado e a Amazônia.

Afigura 22 mostra o caminho percorrido pelos índios para voltar à Marãiwatsédé (nome dado à Suiá-Missú pelos Xavantes).

Com a deportação, a implementação da pecuária extensiva na Agropecuária Suiá-Missú poderia ocorrer sem conflitos. Hermínio Ometto, Orlando Ometto, Luiz Ometto e João Ometto Sobrinho, visitavam a fazenda constantemente. Viajavam para a fazenda em aviões da TAM (então Táxi Aéreo de Marília) de propriedade de Orlando Ometto. A frota da TAM transportou também para a fazenda cabeças de gado e outros pequenos animais como porcos e galinha (CASALDÁLIGA, 2012). O piloto que fazia esse trajeto era o Comandante Rolim Amaro, que em 1976 adquiriu 67% da empresa. A sociedade entre Rolim Amaro e o Grupo Ometto continuou até 1993 quando o comandante adquiriu a totalidade da empresa, transformando-a em Transporte Aéreo de Marília, nome da atual TAM.

As viagens foram se tornando constantes ao longo do tempo. Os familiares foram se inteirando do novo investimento do Grupo Ometto e como era costumeiro, a propriedade foi dividida entre os familiares. No primeiro quadro acionário, apresentado no momento da aprovação do projeto, constavam apenas três nomes: Hermínio Ometto (33,3%), Orlando Ometto (33,3%) e Luiz Ometto (33,3%). Já em 1971 havia 28 acionistas sendo 50% do empreendimento controlado por duas pessoas jurídicas pertencentes ao Grupo Ometto e os demais 50% por 26 membros da família Ometto.

Mapa 11 – Caminho Percorrido a pé pelos Índios Xavantes: de São Marcos à Marãiwatsédé



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; e coordenadas do ISA.

Quadro 1 - Quadro de acionistas da Agropecuária Suiá-Missú em 1971.

Acionista	%	Posição familiar
Cia Industrial e Agrícola Ometto	24,86	—
Usina Santa Lúcia S/A	24,86	—
Orlando Chesini Ometto	4,75	Filho de Pedro
João Ometto	4,02	6º irmão
João Guilherme Sabino Ometto	3,83	Filho de João
Hermínio Ometto	3,77	Filho de José
João Ometto Sobrinho	3,44	Filho de José
Virgíno Ometto	2,79	Filho de Constante
Dimas Cêra Ometto	2,47	Filho de Luiz
Luís Antônio Cera Ometto	2,47	Filho de Luiz
Ernesta Ometto Maurano	2,35	Filha de Luiz
Izaltina Ometto Silveira Mello	2,35	Filha de Luiz
Natalina Ometto Gonçalves	2,35	Filha de Luiz
Odete Ometto Altério	2,35	Filha de Luiz
Helena Ometto Moreno	2,21	Filho de Pedro
Homero Corrêa de Arruda	2,13	Genro de Constante
Luiz Ometto	1,99	7º irmão
Nélson Ometto	1,66	Neto de Constante
Orlando Ometto	1,51	Filho de Constante
Antônio Ometto	1,48	Filho de Constante
Olga Ometto de Toledo	0,69	Filha de José
Noemy Ometo Corrêa de Arruda Guedes Pereira	0,52	Neta de Constante
Homero Corrêa de Arruda Filho	0,52	Neto de Constante
Gilberto Rüegger Ometto	0,37	Neto de José
Luiz Carlos Moreno	0,08	Genro de Pedro
Fernando Manoel Ometto Moreno	0,08	Neto de Pedro
Ana Maria Ometto Moreno	0,07	Neta de Pedro
Narcisa Chesini Ometto	0,03	Esposa de Pedro

Fonte: SUDAM, 1971

Das obras mencionadas que deveriam estar prontas, em 1971 foram construídas apenas: a casa sede; o prédio para o alojamento de funcionários; duas casas geminadas; caixa d'água; almoxarifado; e, por fim, 22 currais. Nesse novo projeto o governo federal destinou ao Grupo Ometto uma verba de CR\$390.000.000,00, mesmo com a Agropecuária Suiá-Missú já apresentando uma receita positiva com a venda de gado de corte.

Tabela 1 – Balanço Financeiro da Agropecuária Suiá-Missú S/A no ano de 1971.

Discriminação	Ano			
	1967	1968	1969	1970
RECEITAS TOTAIS	360.000.000	560.200.000	578.400.000	513.000.000
Déficit Estrutural	—	—	—	—
CUSTOS TOTAIS	328.551.000	420.004.000	439.921.000	474.187.000
Custos Fixos	222.872.000	224.282.000	224.962.000	228.422.000
Custos Variáveis	105.679.000	195.722.000	206.959.000	245.765.000
Rendimento Financeiro	31.449.000	140.196.000	146.479.000	38.893.000

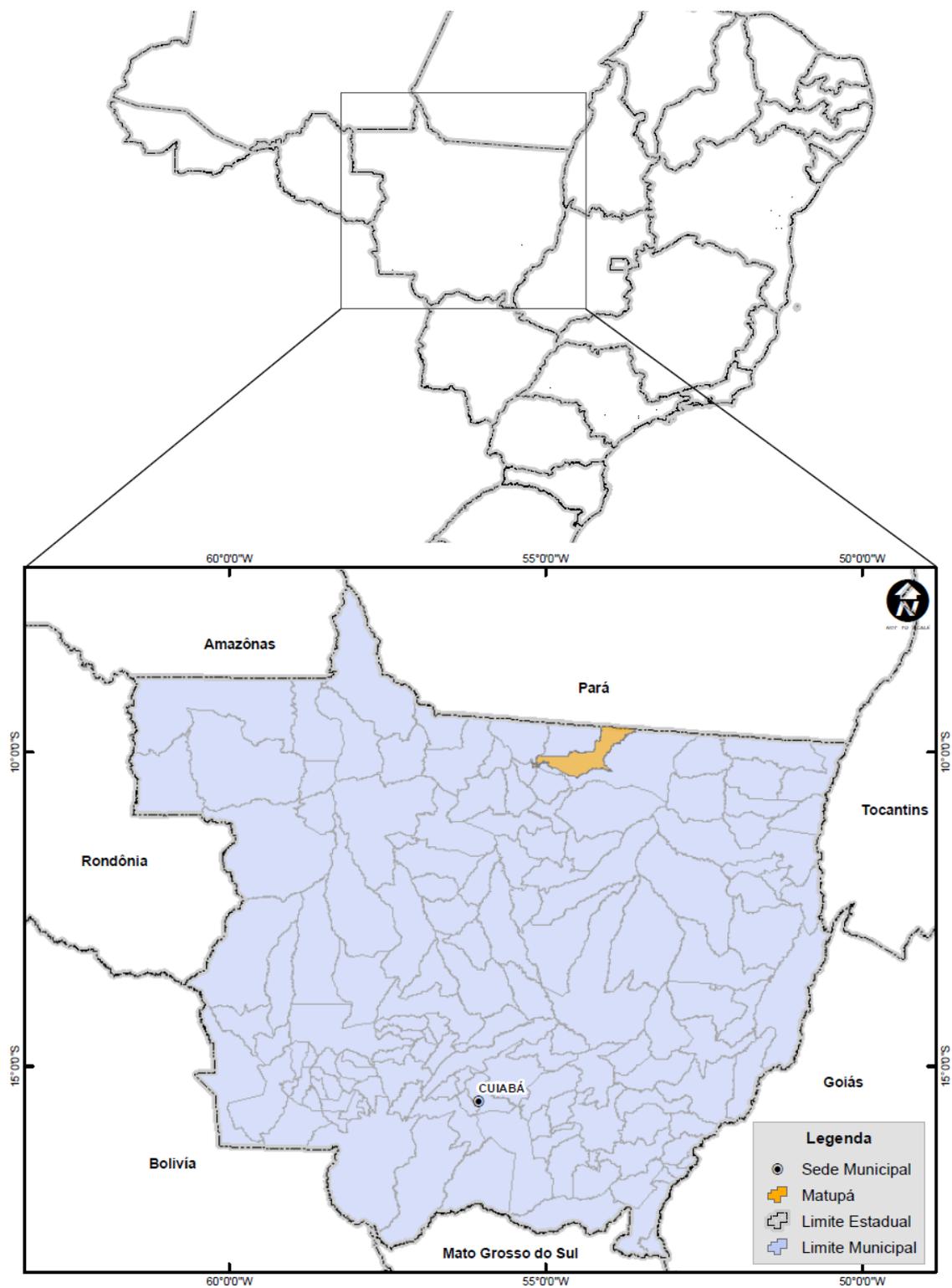
Fonte: SUDAM, 1971

Conforme o rebanho ia aumentando, crescia a necessidade de maiores investimentos que Ariosto da Riva já não poderia acompanhar financeiramente. Ariosto então, vendeu os 20% das terras que lhe cabia dentro da Suiá-Missú ao Grupo Bordon, que instalou a Bordon Agropecuária da Amazônia, chamada de Bordolândia.

Mesmo tendo recebido quantia significativa para executar o projeto, o Grupo Ometto não conseguiu cumprir o combinado e vendeu suas terras para a empresa então denominada Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A que pertencia ao capital estrangeiro. A Liquifarm Brasil S/A, que detinha 99,99% das ações da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, tinha como principal acionista a Liquipar S/A, que detinha 99,99% das ações da companhia. Esta última tinha como principais acionistas a Liquigás Holding Jersey Ltda. (51%) e a Capitalsin International Ltda. (49%), localizadas em Nassau, Bahamas, um paraíso fiscal. Francisco Matarazzo Sobrinho foi o primeiro presidente da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A.

O Grupo Ometto, com o capital, levantado na venda de suas terras, adquiriu uma nova propriedade ao Norte do Mato Grosso, no então distrito de Matupá, pertencente ao município de Chapada dos Guimarães que possuía 27 mil hectares.

Mapa 12 – Localização de Matupá



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE;

A família Ometto novamente recorreu a SUDAM para estabelecer outro projeto de pecuária extensiva que foi aprovado em 20 de setembro de 1974 obtendo o benefício do incentivo fiscal no valor de Cr\$76.837.510,00. Foi denominada Agropecuária do Cachimbo S/A e o quadro acionário era formado por empresas pertencentes ao Grupo Ometto.

Quadro 2 – Quadro acionário da Agropecuária do Cachimbo S/A em 1974

Acionista	%
Cia. Industrial e Agrícola Ometto	30,0
Cia. Industrial e Agrícola São João	30,0
Usina Santa Lúcia S/A	16,5
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S/A	16,5
Usina Boa Vista S/A	7,0

Fonte: SUDAM, 1974b

A área de formação de pastos já no primeiro ano foi de 39.950 hectares. O rebanho em 1981 atingiu a quantidade de 65.783 cabeças entre animais puros e mestiços. Em 1983 a Agropecuária do Cachimbo S/A se tornou a Colonizadora Agropecuária do Cachimbo S/A e o Grupo Ometto passou a lotear as suas terras para a formação de um centro urbano que deu origem ao atual município de Matupá, fundado em 14 de setembro de 1984 pela família Ometto.

Matupá foi elevada à categoria de município em 4 de julho de 1988, por meio da lei estadual nº 5.137 e o loteamento feito pelo Grupo Ometto foi protocolado junto ao Ministério da Agricultura e foi previsto para ser implementado em três etapas que assentaria uma população de 300 mil habitantes na cidade em edificações, sendo que, a partir desse contingente os prédios seriam liberados. Segundo o último censo em 2010, Matupá conta com uma população de 14.973 habitantes.

4.1 Pedro Casaldáliga

Nascido em 16 de fevereiro de 1928 em Balsareny, pequena cidade da Catalunha na Espanha, Pedro Casaldáliga teve sua infância marcada pela guerra civil espanhola iniciada em 18 de julho de 1936 e terminada em 1º de maio de 1939. O conflito colocou em lados opostos os republicanos que estavam comandando o país em um sistema político presidencialista e os militares, que saíram vitoriosos e instalaram um regime ditatorial liderado pelo General

Francisco Franco¹⁷. Houve cerca de 500 mil mortos em três anos de batalhas. Francisco Escribano (2000), em trabalho que relata a vida de Dom Pedro Casaldàliga, intitulado *Descalço Sobre a Terra Vermelha*, descreve o relato em que uma menina foi morta quando brincava com Pedro, e afirma no fim do relato que em sua infância a morte já estava presente.

Os Casaldàliga não eram ricos, mas também não passavam necessidade. Era uma família tradicionalista, a favor da ordem. Os republicanos, que promoveram a perseguição anticlerical mataram o Padre Luís, tio de Pedro durante a guerra civil. Os Casaldàliga passaram a afirmar que os “vermelhos” republicanos eram maus, mas logo em sua adolescência, Pedro percebeu que os nacionalistas, os “azuis”, que representavam o exército, estavam longe de serem bons. Apelidou-os de castelhanos convencidos e não usava a nova roupa azul, que ganhou dos pais, de forma alguma. Preferia usar suas roupas velhas (ESCRIBANO, 2000).

Com o fim da guerra, a família de Casaldàliga pode levar para Balsareny os restos mortais do tio Luís, para que fossem enterrados no cemitério do povoado. Foi uma cerimônia solene e emocionante. Antes de enterrá-lo, a mãe segurou Pedro e lhe pendurou um saquinho verde com o dente do tio, como se fora uma relíquia. Além do que pesava o dente, a consciência infantil de Casaldàliga era golpeada pela insistência de sua avó Francesca, que lhe pedia que se fizesse sacerdote. E pelo fato do tamanho carisma que tinha para com sua avó, talvez tenha tido enorme influência em sua decisão ainda tão criança (ESCRIBANO, 2000, p. 54).

Pedro aceitou o conselho de sua avó e resolveu que iria ser padre. Seus pais então encaminharam-no para o seminário de La Gleba, em Vic, município localizado também na Catalunha. A proibição das visitas era comum e uma obrigatoriedade na época. Foi devido à saudade de seus familiares que resolveu escrever. Expressando seus sentimentos no papel passou a fazer poesia.

Eu fiquei anos sem ver a minha família e quando escrevia para eles, queria demonstrar o quanto eles me faziam falta e foi com a poesia que consegui isso. [...] Na verdade a minha vocação é ser poeta (CASALDÀLIGA, 2012).

Foi ordenado sacerdote em 31 de maio de 1952, quando tinha 24 anos de idade. Inscreveu-se para ser missionário. Tinha o intuito de sair em missão clerical evangelizadora, levando os preceitos da igreja católica para locais onde o catolicismo não era conhecido ou não havia grande aceitação. Não foi selecionado e foi direcionado a um seminário em Sabadell, cidade espanhola também localizada na Catalunha. Lá passou a escrever não só

¹⁷ A ditadura espanhola ficou conhecida como franquismo e ficou em vigência até 20 de novembro de 1975, data do óbito de Francisco Franco.

poemas , mas artigos jornalísticos sob o pseudônimo de Manuel Santamaria. Sabadell era uma cidade mais populosa e os bairros mais pobres da cidade causaram grande impacto no jovem sacerdote.

Lembro que em Sabadell, me chamavam de pais dos desolados, precisamente porque eu tinha essa proximidade com os que vivem à margem. Eu me relacionava com eles. Eu me dava bem ali. Talvez porque sempre tive uma certa empatia com os que vivem à margem, com os marginais. Talvez por uma espécie de espírito compassivo, ou por uma espécie de veia poética, não sei. Talvez seja uma questão de sensibilidade porque não posso presenciar um sofrimento sem reagir. Aqueles bairros pobres me impressionaram muito (ESCRIBANO apud CASALDÁLIGA, 2000, p. 14).

Em Sabadell criou a revista *Euforia!*, onde passou a publicar matérias e escrever poemas de admiração à Rússia, então socialista. Foi a partir dessa época que passou a ter problema com a censura do governo espanhol. Em 1958 foi transferido para Barcelona e foi nomeado diretor das ações de juventude claretiana.

Em Barcelona a pobreza ficou escancarada em sua frente. Assistia o sofrimento de uma verdadeira legião de pessoas. Casaldáliga abriu o seu escritório para pobres, delinquentes, desempregados e doentes, pernoitarem em seu local de trabalho. Já em 1960, viajou para a Guiné com a cúpula da igreja de Barcelona.

Senti com fúria, a realidade e o grito do terceiro mundo, e quando voltei, com minha batina branca deliciosamente ridícula para um mês de janeiro em Madri, trazia para sempre no coração, confusamente como um feto, a África, o terceiro mundo, os pobres da terra. E esta nova igreja? Onde está a igreja dos pobres? (CANTUÁRIO, apud CASALDÁLIGA, 2007, p. 65).

Quando voltou de Guiné assumiu a revista dos claretianos *Íris da Paz* e “quase foi excomungado por seus superiores de Roma ao publicar uma crítica a um texto social do episcopado se referindo a este como decepcionante” (ESCRIBANO, 2000, p. 36-37).

Casaldáliga foi demitido da revista e do cargo de diretor que ocupava na arquidiocese de Barcelona e em uma carta a Roma enviada em 1967 solicitou participar de uma expedição de missionários. Foi lhe oferecido o cargo de provincial de Aragão. Recusou-o, e insistiu para viajar em missão que o Vaticano havia promulgado na Bolívia e no Brasil.

Foi destinado à ele a Amazônia. “Voltou à Catalunha para despedir-se da família e a 26 de janeiro de 1968 embarcou para a América, deixando os 11 graus abaixo de zero de Madri para entrar nos 38 graus da Amazônia brasileira” (ESCRIBANO, 2000, p. 37-38).

Pedro chegou a São Félix do Araguaia no final de julho de 1968. Quando chegou à cidade, inicialmente teve a intenção de confraternizar-se com todos. Tinha a confiança dos

pobres e mantinha contato com os latifundiários. Ainda não havia percebido que, diante dos problemas e dos confrontos que se davam na região, a neutralidade era impossível. Quando questionado se havia tido contato pessoal com a família Ometto, afirmou que Hermínio Ometto o convidou pessoalmente para uma confraternização na Suiá-Missú, onde estava presente o Ministro Costa Cavalcanti e descreveu-a:

Estava em uma fazenda maior do que a Catalunha e via um amontoado de gente para comer e beber, parecia um formigueiro. Eram 50 ou 60 peões comendo um boi enquanto que havia mais de 20 aviões na pista da fazenda e nós estávamos na casa sede com muita fartura. Não consegui comer nada. Era o retrato da segregação. Noutro dia fui a pensão dos peões. Muitos estavam doentes e um havia tentado o suicídio (CASALDÁLIGA, 2012, p.).

A partir dessa festa inimigos foram criados: os latifundiários. Mas amigos também: camponeses, índios e sem-terras, pois “aqui, meu filho, ou você está de um lado ou está de outro” (CASALDÁLIGA, 2012, p.). Em depoimento a Escribano, Casaldáliga afirma ainda que “aqui se morre e se mata mais do que se vive. Morrer ou matar é mais fácil aqui, está mais ao alcance de todos do que viver” (ESCRIBANO, 2000, p.24).

Nesse ano fundou a Prelazia de São Félix do Araguaia, onde funcionava a base para as missões evangelizadoras. As campanhas missionárias eram compostas por uma equipe de professores que permanecia por três meses (no máximo) em cada povoado do sertão onde as atividades estritamente religiosas eram conjuntamente aplicadas com a alfabetização dos adultos. Dessa forma, foi fácil para Casaldáliga descobrir os líderes de cada comunidade e organizar os grupos para canalizar as suas respectivas reivindicações.

A tensão era grande nas imediações do Araguaia devido a expropriação de camponeses e índios, e Casaldáliga redigiu e assinou um documento, relatando a que era submetido às comunidades no entorno da região, que foi intitulado de: *Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso* e enviou-o às principais autoridades do país e também à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e à Nunciatura Apostólica. O país estava em plena ditadura militar e o governo federal apresentava os latifundiários como verdadeiros heróis que estavam desenvolvendo a Amazônia, e esse relatório questionava essa forma de progresso. O Vaticano para preservá-lo começou o processo de ordenamento para nomear Pedro como bispo, pois o aumento da classe clerical, dificultava as ações de seus inimigos, inibindo que estes pudessem atentar contra a sua vida. Casaldáliga escreveu a carta renúncia, pois com a nomeação ocorrendo dessa forma preferiria continuar como padre, e enviou-a ao arcebispo de Goiás, Tomás Balduino que viajou para São Félix do Araguaia e foi ao seu

encontro com a carta em mãos para convencê-lo de que Mato Grosso precisava dele como bispo.

Eu lhe disse que não podia compreender porque fazia aquilo. Porque eu sempre o vi muito como bispo. Um bispo seguindo a mais clara tradição dos pastores! Ele então decidiu consultar os padres de sua equipe. Tinham muita liberdade de crítica e ele dava muitíssima importância à opinião deles. Ele é assim, quebra com a tradição de direito canônico. Está no segredo pontifício, mas de cara já o quebra falando com os outros padres (ESCRIBANO apud BALDUÍNO, 2000, p. 45).

Pedro Casaldáliga aceitou a nomeação e São Félix do Araguaia ganhava uma catedral. A nomeação foi marcada pelo clima de tensão. Muitos tentaram impedir a sagração afirmando que Casaldáliga favorecia a luta de classes, inclinava-se somente a favor de algumas e fazia-se de profeta para vangloriar-se.

Sabia que no dia da sagração eu corria perigo. Sabia que misturado com os que assistiam a cerimônia tinha capangas e militares. [...], mas no meio da comunidade ninguém ia se arriscar a me dar um tiro (CASALDÁLIGA, 2012, p.).

Para a sagração do bispo, ao invés da mitra Pedro usou chapéu de palha, ao invés do báculo e do anel usou um remo feito de pau-brasil e um anel de tucum, feitos pelos índios Xavante. Pedro Casaldáliga ainda reside em São Félix do Araguaia e tem sua casa aberta para quem quiser dormir e comer. A sua história pessoal se confunde com a formação socioeconômica e ambiental de São Félix do Araguaia.

4.2 A atuação da AGIP nas terras Xavantes

A mudança da razão social e do quadro acionário, assim como a distribuição do capital social da nova empresa, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu, foi publicada em 3 de janeiro de 1974 no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. A Liquifarm também recorreu a SUDAM para receber ainda mais incentivos fiscais para serem investidos no mesmo empreendimento pecuarista, que antes servia ao Grupo Ometto. O incentivo de Cr\$18.513.113,00 foi aprovado no dia 4 de outubro de 1974, ainda que o custo total apresentado no projeto fosse de ordem de Cr\$14.373.212,00 divididos em custo de estrutura (Cr\$8.056.159,00) e custos operacionais (Cr\$6.317.053,00). Dentro da rubrica custo de estrutura está o que é denominado no projeto de edificações e obras complementares, a saber: 4 casas para o administrador; 18 casas para o pessoal qualificado; 63 casas para o pessoal não

qualificado¹⁸; 3 armazéns; 1 garagem; 1 casa de força; 7 residências coletivas para pessoal não qualificado; 3 residências coletivas para o pessoal qualificado; 4 escritórios; 1 escritório central; 1 almoxarifado; 4 galpões de máquinas e oficinas; 1 hangar; 1 igreja; 1 sede social; 1 escola; 1 ambulatório; 1 galpão para serralha; 1 galpão para carpintaria; 1 caixa d'água de 50.000 litros; 1 galpão para olaria; 57,54 Km de pontes estivas; 6 açudes; 5 campos de pouso; 478,3 Km de estradas internas; 98 Km de estradas externas; e eventuais 5 %. Já na rubrica custos operacionais estão: suplementação mineral; vacinação e vermifugação; salários e encargos sociais; manutenções diversas; aquisição de animais; e eventuais (5%) (SUDAM, 1974).

Nesse novo processo, a área correspondente ao empreendimento é de 217.600 hectares, um terço da extensão territorial referente à primeira aprovação em 1966.

Assim como fez a família Ometto, a Liquifarm pediu uma nova colaboração financeira em 30 de julho de 1976. Novamente foi aceita e os incentivos fiscais repassados foram na ordem de CR\$10.704.033,00, ainda que, no mesmo processo, conste o demonstrativo financeiro da rentabilidade e de coeficientes de avaliação do ano de 1975 da empresa, que apresentou um lucro líquido de CR\$46.444.414,00. No mesmo processo, assim como mencionado no ano de 1974, há uma tabela de custos que chegariam a CR\$28.702.151,00. Fazendo um comparativo com as obras mencionadas no processo anterior, de 1974, as obras descritas no processo de 1976 atenderam e ultrapassaram as metas, a saber: 12 pontes e estivas (não foi colocado a quilometragem, unidade de mensuração prevista no processo anterior); 6 campos de pouso; 585 Km de estradas internas; e 98 Km de estradas externas. Os itens citados neste processo tiveram suas previsões atendidas. Os outros itens não foram mencionados.

Em 10 de agosto de 1981, em um relatório de atualização financeira e desenvolvimento do projeto, a Liquipar S/A já aparece diretamente como acionista majoritária com 99,99% das ações. Neste processo consta que havia na propriedade 71.385 cabeças de gado. A Liquigás Holding Jersey Ltda., proprietária da Liquipar S/A, em setembro de 1981 foi adquirida pela Agip Petrolli, multinacional italiana e a razão social no Brasil passou a ser Agip Liquigás. O Vaticano, por meio do Instituto para Obras de Religião (IOR), mais conhecido como Banco do Vaticano, possuía ações da Agip Petrolli, o que não foi negado por Casaldáliga.

¹⁸ Não há nenhuma explicação nos documentos da SUDAM sobre a diferença entre o que seria pessoal qualificado e pessoal não-qualificado.

A Igreja como qualquer outra instituição pode e deve investir para aumentar o seu patrimônio. [...] Escrevi uma carta para o Vaticano pedindo para que eles deixassem de ser acionistas da Agip. Fui saber que o Vaticano não tinha mais ações da Agip na CPI da terra [em 2003] no Congresso Nacional. Aos inimigos isso era bom né, enchiam a nossa paciência porque diziam: se a Suiá-Missú é do Papa por que o bispo não vai protestar contra ele? (CASALDÁLIGA, 2012, p.).

O processo de atualização financeira foi o último movimento da empresa documentado pela SUDAM e que consta em seu arquivo físico.

Todas essas sucessões de posse, desde a aquisição de Ariosto da Riva perante a CODEMAT, até a compra da Agip Petrolli, ocorreu sem que em nenhum momento, a tradição Xavante fosse respeitada, consultada ou até mesmo um empecilho para a realização de todos os negócios.

Os Xavante que ocupavam Marãiwatsédé, se dispersaram, mesmo que ainda voltassem para lá, para apanhar matéria-prima que haviam cultivado em sua terra de origem. Em 1984, alguns índios do grupo original fora para aldeia de Água Boa, na Reserva Indígena Pimentel Barbosa e começaram a articular com a FUNAI, à recuperação de suas terras. A FUNAI constituiu um grupo de técnicos para identificar a Terra Indígena Marãiwatsédé. Esse grupo delimitou uma superfície de 200 mil hectares, sendo que 168 mil hectares eram incidentes na Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú e 32 mil hectares fora de seus limites.

Esse resultado saiu 8 anos depois do início das conversas do Xavante com a FUNAI, no início de 1992. Nesse mesmo ano, ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92, realizada entre os dias 3 e 14 de junho. Esse encontro serviu para dar visibilidade para a busca de uma mudança na situação Xavante.

Antes porém, o cacique Damião Paridzané foi a Itália denunciar o que seu povo vivia, não sendo recebido no Vaticano, um dos principais acionistas da Agip Petrolli, na época. Ainda assim, o seu ato conseguiu atrair a atenção de muitos, e constrangeu a empresa por seus atos contrários aos direitos indígenas no Brasil. Tendo que enfrentar a opinião pública do país em que está instalada a sua matriz, a Agip Petrolli, durante a Eco-92, decidiu devolver as terras aos índios

A antropóloga Iara Ferraz, em seu Dossiê, *Brasil: Responsabilidades Italianas na Amazônia*, elaborado em 1990, relata que a Agip Petrolli estava atuando em 232 mil hectares, sendo 108 mil hectares desmatados, empregando apenas 70 pessoas, tendo um rebanho de 32 mil cabeças de gado, número inferior a 100 mil cabeças, que segundo o dossiê, estavam sendo criadas pela empresa em 1985. Ferraz (1990) conclui que a diminuição do poder de criação

seguido pela venda do rebanho bovino, está inserida em um contexto maior de falência do modelo de desenvolvimento baseado nos incentivos fiscais que buscavam a integração do mercado nacional mas eram utilizados em uma produção destinada à exportação. A queda de produção não se restringiu a Suiá-Missu, mas também por todas as propriedades que utilizaram o recurso público. Este foi o modelo responsável pela maior parte dos desmatamentos e da degradação ambiental verificados nesta porção de expansão da fronteira agropecuária em direção à Amazônia, promovendo uma concentração fundiária ainda mais acentuada e que se contrapôs, portanto, à reforma agrária e à produção de alimentos voltada para o abastecimento interno no Brasil.

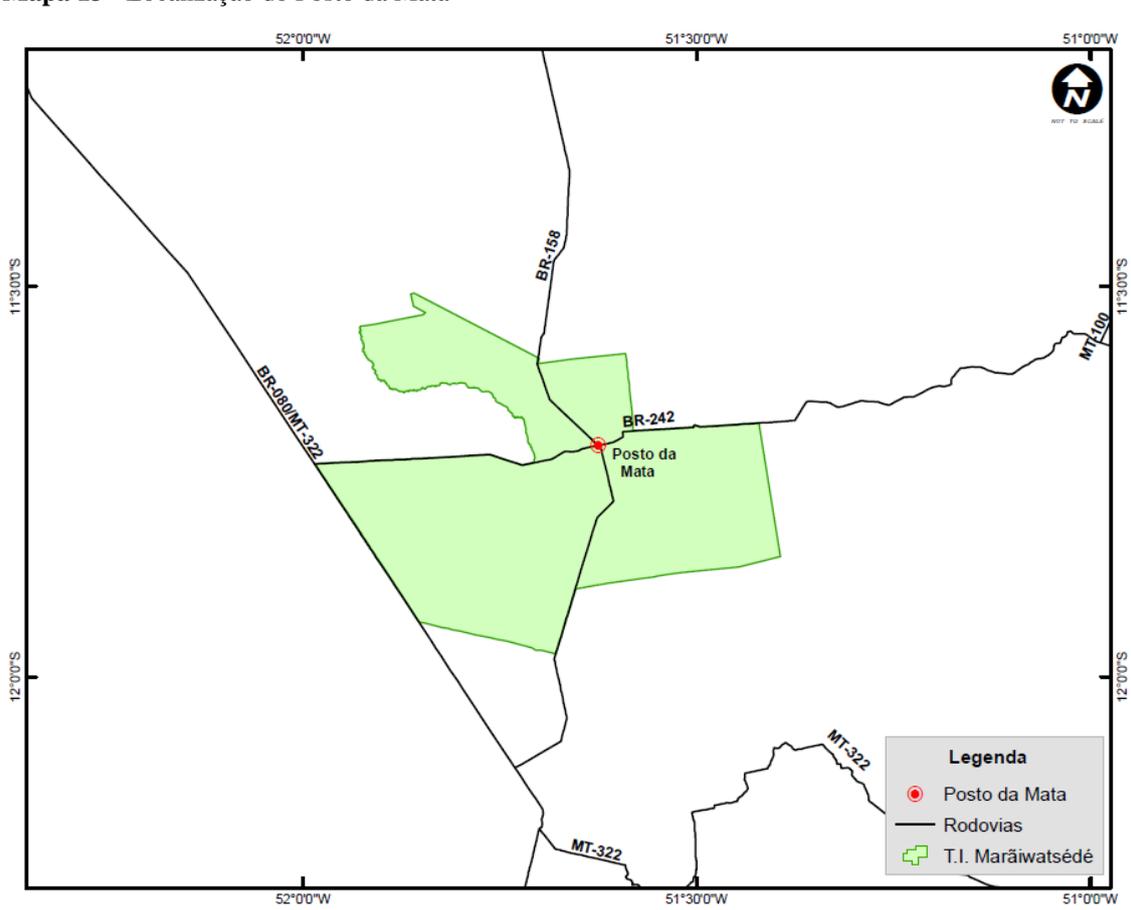
4.3 O Processo de Repatriação Xavante

Após o anúncio da devolução das terras aos Xavante, deu-se início a um movimento político, contra essa devolução, de Marãwatsédé aos indígenas. Iara Ferraz relata em sua carta denúncia, escrita em junho de 1992, endereçada ao então Ministro da Justiça Carlos Borja, que quando recebeu um comunicado, no dia 17 de junho, feito à FUNAI, de que haveria uma invasão em Marãiwatsédé, deslocaram um grupo técnico à região, com o objetivo de verificar *in loco* o que estava ocorrendo.

A equipe foi comandada pela própria Iara Ferraz e pelo agrônomo Mariano Mampieri. Chegando ao local, no entroncamento das rodovias BR-158 e BR-242, em um estabelecimento conhecido como Posto da Mata, o grupo técnico, se deparou com um cartaz fixado em um posto de gasolina, convocando os “posseiros da Suiá” para uma reunião que aconteceria no dia seguinte, dia 20 de junho às 14 horas, e que teria a presença do então prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida “Bau”.

O cartaz era assinado pelo então candidato a prefeito de Alto Boa Vista, Osmar Kalil Botelho Filho (Mazim) – que perdeu a eleição para prefeito no mesmo ano para Aldecides Milhomem de Cerqueira. Nesta reunião, no dia 20 de junho, no Posto da Mata, além de Osmar e José Antônio, tiveram a palavra o então funcionário do Fórum Filemon Costa Limoeiro, que seria eleito prefeito de São Félix do Araguaia no ano de 2008, e Ivair Matias, advogado em São Félix do Araguaia.

Mapa 13 - Localização do Posto da Mata



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE;

A Rádio Mundial FM gravou o encontro. Para ter-se a real noção do que foi discutido nesse encontro, coloca-se aqui, *ipsis litteris*, toda a conversa contida na gravação.

LOCUTOR: Diretamente da Rádio Mundial FM pra gravações da reunião aqui no Posto da Mata, no dia 20 de junho de 1992, às 15:10.

Estamos com a voz de MAZIM KALIL, candidato a prefeito de Alto Boa Vista

Figura 23 – Imagem da Reunião ocorrida em 20 de junho no Posto da Mata



Fonte: Ferraz (1992).

MAZIM KALIL: Pessoal que tá trabalhando dentro de sua posse aí que veio prestigiar essa reunião importante sim, não só para o município de Alto Boa Vista, mas importante pra toda a região do Araguaia. A finalidade, né, dessa reunião é tentarmos organizar mais né, os posseiros que estão dentro da área e dizer a eles, né, que essa área já foi da Itália, hoje é do brasileiro, hoje ela é nossa!

Os índios, se for voltar pra suas terras, ele têm que tomar todo o Brasil, e se for colocar índio no seu habitat natural, tem que mandar índio lá pra Jacareacanga [município paraense que faz divisa com cidades que estão localizadas na mesorregião do Norte Mato-grossense], ou Amazonas, ou Pará, que é lá que tem matas virgens. Como é que vai colocar o índio no meio do povo? O índio tem que colocar ele no habitat natural... Então isso é ilusão de algumas pessoas que querem (palmas), que querem fazer nós, o povo da região, nós o brasileiro de bobo. Achando que aqui só tem índio também, beijo furado, que vai deixar talvez gringo chegar e ficar mandando no que é nosso! Então, agradecer a presença de todos vocês, é dizer o que foi, né, falado aqui deve ser passado aos demais posseiros que estão nas áreas e... agradecendo assim, quero passar a palavra ao nosso prefeito municipal, José Antônio de Almeida, o “Baú”.

BAÚ: Nós reiteramos, agradecemos a presença de todos e quero deixar bem claro que nós não somos mentores de invasão de propriedade. O Mazim explicou muito bem aqui: essas terras aqui são ricas, estão no centro do nosso município, é uma região que agora o progresso está chegando através de asfalto de rodovias - e a “Suiá” foi uma das maiores fazendas do Brasil e talvez do mundo. Venderam algumas áreas, mesmo assim restou 217 mil hectares de terra. E quando a empresa estava intacta, nós toda vida respeitamos a “Suiá” e a propriedade – porque nós temos que respeitar a propriedade para ser respeitados.

Quando surgiu esses primeiros fatos da possibilidade da volta dos Xavantes pra região, todo povo ficou muito preocupado. Eu até estive numa audiência com o Dr. Renato Grillo [à época gerente da Agip no Brasil], levando alguma crise entre os Xavantes e a população, porque em 66 esses índios foram embora daqui para uma outra reserva. Eles possui cinco reservas imensas aqui no Mato Grosso. Já estão habituados lá naquela região e não há necessidade nenhuma de trazer 600 e poucos índios para ocupar um espaço tão grande, sendo que os brasileiros tá com problemas de terras, precisa de terra para trabalhar. Nós temos visto na televisão o povo arranchado na beira de rodovia procurando pedaço de terra...

E nós começamos desde aquele primeiro momento a denunciar para as autoridades competentes, através de telex para o Ministro da Justiça, deputados federais, senadores, governador [na época o governador de Mato Grosso era o Sr. Jayme Campos], a própria fazenda. E eles também não apoia o retorno dos índios. Mas essa força ela tinha que nascer espontaneamente da população. E nós, como autoridade, nós temos que dar respaldo aos anseios da população (palmas). Se a população achou por bem tomar conta dessas terras em vez de dá-la para os índios, nós temos de dar esse respaldo para o povo. Seria irresponsabilidade nossa se nós estivéssemos de braço cruzado, deixando as coisas correr naturalmente! Então o que nós devemos fazer é canalizar o anseio do povo e, baseado nisso, nós estamos aí. Não é a prefeitura que está levando o povo para dentro da gleba, a prefeitura nem colocou carro à disposição de ninguém, é o próprio povo que vai estar entrando. Já vão demarcar as suas áreas, e tomar as providências necessárias para ocupar a terra. Esta área ainda não foi passada a escritura para os índios, ainda é da fazenda. A fazenda afastou a questão, pelas nossas informações, nós já conversamos com o governador; o governador dará todo respaldo ao povo (palmas).

E eu falei pro Dr. Renato Grillo que essa “ogeriza” do nosso povo em relação aos Xavantes é muito antiga. Os Xavantes quando habitavam essa região, eles atacaram São Félix,

na fazenda Caracol. Naquela época o povo também andou matando índio. Então os índios já deixaram a nossa região; estão numa reserva grande.

Eu acho que vocês tem que se organizar, dentro da área, e essa reunião aqui seria pra escolher os líderes. Porque tudo tem que ter o mínimo de organização: pra começar, tem que respeitar o direito do outro, o que chegou primeiro já marcou o seu lugar, o direito é dele... Nós temos que escolher, não eu em si, seria vocês espontaneamente – escolher os líderes – que amanhã nós vamos ter uma conversa com as autoridades, que esse movimento só está apenas começando. Nós temos que escolher entre vocês, os posseiros, aqueles que vão representar os outros. Talvez uma reunião importante em Brasília, ou em Cuiabá, ou aqui mesmo, então teria de ter representantes dos posseiros, porque não dá pra levar todo mundo. Então deveria ter os posseiros que iria representar – por grupo ou por região onde estarão ocupando. Então eu acho que vocês deveriam hoje, quando nós sairmos dessa reunião, já levar esses nomes dessas pessoas. Nós vamos deixar que vocês próprios escolham...

Breve nós teremos uma reunião com esses representantes com autoridades, com diretores da empresa, talvez seria necessário nós irmos a Brasília, no Ministro da Justiça, no governador... Esse movimento tá começando, então vamos organizar. É esse o caminho! E nós esperamos que vocês tenham sucesso, todos nós tenhamos sucesso e realmente NÃO aceitar o retorno dos índios (palmas)! Eu vou passar a palavra – isso aqui depois quem quiser fazer o uso da palavra pode subir aqui e falar – eu vou passar a palavra ao Dr. Ivair, que é advogado e ele poderá dar algum esclarecimento aí. E muito obrigado, gente (palmas)!

IVAIR MATIAS (Advogado em São Félix do Araguaia): A maioria dos senhores aqui já nos conhecem de longa data. Estou nessa região há nove anos. Nós viemos de São Paulo para cá com a intenção de ajudar a construir esse Brasil novo, que se implanta no coração do país. O Brasil tem ficado na região do litoral por longos anos e quem vê na televisão, vê as favelas apinhadas de brasileiros passando fome, e os senhores tiveram a coragem de sair desses grandes centros, de esvaziar a cidade e vir pra cá amansar a terra, de produzir o alimento, para matar a fome do mundo!

Os jornalistas que aqui estão sabem muito bem, que no mundo inteiro se tem grave problema de alimentação. Na África, crianças disputam grão de arroz no meio do barro, no meio da terra, para comer e querem colocar o espaço total de 200 e tantos mil hectares de área produtiva para ficar servindo de “passeio”, de “área de passeio” para os índios! Se eles não tivessem espaço físico para viver seria uma coisa louvável! Mas todos nós brasileiros

sabemos: “os índios são os maiores latifundiários desse país”! Tem terra de sobra para viver (palmas)!

Não podemos [...] O povo brasileiro é respeitador! Tanto é respeitador que aceitou estrangeiros, europeus terem esse imenso território implantado dentro do país e sempre respeitou! Agora, não podemos aceitar que lá de fora venham ditar os comportamentos e atividades do brasileiro, dentro da nossa própria casa (palmas)!

Temos uma lei maior que rege os problemas sociais do nosso país que é a nossa Constituição Federal! No capítulo que ela trata dos índios, é muito claro o dispositivo da lei, no parágrafo nº 5 do artigo 231. Diz o seguinte: “é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe, ou epidemia que põe em risco a sua população ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional”. Isso aqui é a vontade do povo brasileiro expressa em uma Constituição Federal! Não vamos passar por cima daquilo que nós ditamos, como comportamento e regra de convivência para esse país! Não por vontade de alienígenas, de pessoas estrangeiras que vêm aqui para fazer esse movimento, para fazer cortesia com o nosso chapeuzinho, tá? (palmas).

Nós sabemos que às margens das rodovias desse país tem muitas famílias, lá, jogadas, esperando um espaço de chão para comer! E vem vindo pro aí caravanas imensas de famílias! Isto é um movimento irreversível! Aqueles que tem alguma chance, alguma esperança de ver concretizada essa reserva, “pode tirar o cavalinho da chuva”. Isso está na mão dos senhores, os senhores precisam da terra, os senhores terão que lutar por ela! (palmas). De minha parte, os senhores terão garantia, como advogado, no nosso ‘métier’, faremos todo o possível para dar respaldo aos senhores! Muito Obrigado!

FILEMON (Rambo da Floresta): Nós ajudamos até a todos os posseiros daqui serem localizados. Terminei de falar há pouco que o interesse meu é maior que certos grupos que vêm de fora, por que sou filho da região. Tenho amor a essa terra, meus familiares moram aqui. Meus amigos estão aqui. E vocês também são filhos da região. Nós não podemos – até como o “Baú” terminou de falar – respeitamos até o direito da propriedade, porque nós respeitamos isso aqui, a Constituição! MAS CHEGOU A UM PONTO [...] OU NÓS OU ELES! E preferimos ser NÓS, porque nós temos o direito! (palmas). E esse direito, hoje de vocês que são posseiros, tem que ser respeitado também! Porque não admitiria se os índios hoje estivesse aí e nós tivesse invadido eles! Aí eu seria contra! Agora, como nós não vamos

admitir, que hoje é nós que estamos aqui e índio vem invadir aqui onde nós estamos! (palmas).

Tem que haver respeito com vocês entre posseiro e posseiro. Problemas de divisa? Vamos tirar de 22 alqueires! Foi combinado 22 alqueires que dá 100 hectares. Dá para uma família viver, os filhos viverem dela, plantando, que a terra é boa! Nós – falei há pouco tempo lá também – que hoje nós compramos tomate, cenoura, beterraba, pimenta, tudo de Goiânia! Porque lá tem terra boa que produz! Nós temos, na beira do rio, aqui é cerrado, terra alagadiça, que não produz nada! Com uma área aqui que produz tudo! Mas como existia um dono, como tem um dono, nós respeitamos. Hoje, ia pra ser jogado nas mãos dos índios! Um direito que eu nem sei onde acharam?!

Dizer que aqui tem muito índio? Aqueles que estão preocupados com os índios, que têm que assentar [...] tem um monte de país que não tem índio! Pode levar a metade! Pode levar! (palmas). Pode carregarem, levarem! Eu perguntei:

__ “Na Itália tem índio”?

__ “Não, não tem”!

__ “Leva! Leva pra lá! Carrega pra lá! Agora não vem jogar em nós não! Atrapalhar uma região, um município recém-criado aqui, se colocar índio aqui [...] Acaba!

Nós estamos aqui, tem uma área que é produtiva, eu acho que é anseio de todos vocês adquirir esse pedacinho de terra [...] Nós não somos contra o índio! Tanto é que existe um monte de reservas pra lá! Se quiserem, esses grupo que tão trabalhando aqui, nós ajuda com caminhão, põe caminhão a disposição, eu ajudo fretar, eu tenho caminhão, pó pré lá, pra carregar eles pra lá! Aqui não!

Nós não queremos conflito, não queremos, é [...] é [...] é [...] branco com índio, ninguém quer isso, ninguém quer! Porque todos aqui têm família! Todos querem ver suas famílias bem! Num tá aqui pra brigar com índio não! Então pedimos a esse grupo que é amigo dos índios, que veio demarcar terra com os índios, que transmitam isso aos índios! Que respeitem agora o que é nosso, que é de vocês, que eles têm a área deles há muitos anos – há 32 anos eles já estão lá! Que deixa essa área pro pessoal que está querendo trabalhar. Que está querendo produzir. Porque amanhã, esse pessoal que veio de fora, daqui a dois anos venham visitar São Félix! Venham visitar essa região produtiva! Vocês não vão comer fruta de fora não! Vão comer daqui, o arroz, o feijão, a batata, é [...] abacaxi, manga, tudo é da região aqui, não vai trazer de fora não! É produzido aqui. Agora... o dia que eles produzir... se quiser, se for pra trabalhar[...] se os índios trabalhassem e produzissem, tudo bem! A gente ia respeitar o direito deles também! Só que eles vão atrapalhar a região, começar a invadir fazenda, vai

começar a matar gado, porque [...] mata? O Xavante não entra! Em mata ele não entra! Ele tem medo de onça (risos). E os Karajá estão lá dentro né? O Araguaia, tão lá [...] Então isso daí é ruim né, é péssimo! É muito ruim para a nossa região, gente! É difícil trazer índios para a nossa região. Vai prejudicar uma região toda! Pro pessoal que mora nos grandes centros, é muito fácil ditar as normas de lá pra nós aqui. Agora, venham morar aqui em São Félix! Venha sair na época do inverno aqui, gastar três dias em Barra do Garças! A maioria não vem, porque vem de avião [...] então é fácil. Agora pra esse povo que mora aqui, é difícil, é difícil! Todo mundo é sofredor, todo mundo tem seu problema. Então vamos respeitar o direito desse pessoal. Muito obrigado!

BAÚ: Só pra citar por exemplo, o jornalista que está aqui presente, a respeito das reservas indígenas, nós temos Areões, temos – tudo Xavante! – Areões, São Domingos, São Marcos [...] e Parabubure, né? Tem mais outra, são cinco! É [...] eu tou citando ela, Sangradouro. Tão aqui dentro do nosso município, a reserva do Parque Nacional do Xingu é dois milhões e quatrocentos mil hectares. A Ilha do Bananal, que tá lá em frente a nossa cidade, que nós temos um convívio pacífico com..os Xavantes, são três milhões e seiscentos mil hectares de terra! Então os Xavantes, eles não vai ocupar isso aqui! Isso é um grupo pequeno, não justifica se eles voltar, se eles tentarem voltar, vai ter conflito sério! Vai ser uma convivência muito difícil para nossa população. Pior que no início [...] Então não tem a mínima possibilidade realmente do retorno desses Xavantes. E não é que nós estamos incentivando isso! Nós estamos canalizando a vontade do povo! Seria irresponsabilidade nossa, nós estar incentivando. Nós estamos “organizando” o povo, nós não poderia virar as costas! E quero até avisar para os posseiros, que nós temos que, acima de tudo, ter o mínimo de organização. Eu já encontrei com o Dr. Osmar [delegado regional], o “Zé Careca” [funcionário da prefeitura] tá aí presente, ele vai fazer uma [...] a prefeitura vai ajudar a polícia com combustível e tudo [...] e de vez em quando vai andar aqui na área, não para prejudicar os posseiros! Pelo contrário, para todo mundo sentir uma certa segurança, que a lei está cuidando, e para não começar conflito de posseiro com posseiro. Aí sem alguém se sentir ameaçado é só recorrer as autoridades.

MAZIM: É o seguinte né? Como o Filemon falou, a gente tem um projeto pra fazer na cidade aqui no Posto da Mata. É o seguinte, eu tô entrando em contato com Ariosto da Riva, viu? Eu liguei lá, ele não estava na casa dele, eu tô novamente em contato com ele, né? É que

ele tinha um sonho de fazer essa cidade aqui e parece que ele já tem o mapa já planejado da cidade aqui no Posto da Mata!

Outra coisa, nós temos ai, já em fase de conclusão a criação do território do Araguaia. Hoje tem uma cidade cotada para ganhar a capital [...] Atenção gente! Atenção aí! Tem uma cidade cotada para ganhar a capital que é Confresa. Mas eu duvido que se o Posto da Mata tiver a cidade aqui, se nós não ganha a capital aqui pro Posto da Mata! Que se chamará através de alguns pedido e de pessoas que estão ajudando nós, né, a “cidade dos posseiros”! O nome já coloquei!

Vamos repetir o direito do outro, cada um vai tirar seu 22 alqueire, não ultrapassar aquilo [...] eu acho que aquele que está sem terra é algum que tirou mais de duas, três, posse, pode pegar a posse dele, conversá com ele, conversá com o líder de sua região, e pegá! Daqui a pouco tá cheio de latifúndio aqui de novo e tá o pessoal precisando trabalhar e sem ela pratalhar! Eu tô aqui pra dar apoio pra vocês, né? Junto com o “Baú”, o Filemon, né? Naquilo que vocês decidirem, né? E não vou ter nenhuma posse não! Não por que eu não quero, é por causa de tempo também, né? Mas eu quero tirar um pedaço pra mim também, certo?

Então a gente quer, né? A gente que ver agora [...] atenção! Os líder! Já foi avisado pra todo mundo, essa área aqui do Posto da Mata até Alto da Boa Vista, **NÃO PODE ENTRAR PORQUE PODE DAR PROBLEMAS PRA NÓS!** Nós estamos distribuindo o mapa, vamos pegar o líder, vamos dar um mapa pra cada líder, pra ele saber onde pode entrar e onde não pode entrar. Que o negócio tá mais ou menos organizado por parte de vocês, porque senão a gente fica sem força, pra poder estar ao lado de vocês!

BAÚ: Quanto a essa área de “reserva”, pessoal, é porque [...] **NESSA NEGOCIAÇÃO QUE NÓS FIZEMOS COM A FAZENDA**, ele pediram pra não mexer aqui nessa área (atenção) pra não mexer nessa área, porque a fazenda ainda tem muita coisa aí, tem gado, tem tudo! Aqui é um outro título, que tem uns três proprietários – aqui é tudo da Liquigás – mas empresas diferentes – e eles, até o desfecho de tudo, eles quer manter as coisas dele. Então nós devemos respeitar, porque eles não vão mexer com vocês! Já conversamos com o governador, o governador também vai mandar polícia! Não tem nada, podem ficar tranquilo.

Eu não sou posseiro aqui, o Filemon acho que também não vai mexer com isso [...] Então nós não tamos mexendo, né? E também tamo fazendo isso, nós não tamos ganhando nada [...] nós estamos querendo ajudar o povo [...] né? Que nós realmente não queremos índio, porque aqui, porque senão ia desvalorizar toda a região! Então era isso! Eu acho que

nós devemos passar a palavra para algum líder, alguma pessoa que queira falar, algum posseiro, alguma pessoa que tenha experiência [...]

LOCUTOR: Espera um pouquinho só aqui, doutor! Quer dizer que esses índios, se eles vier pra cá, não tem problema mais deles apossear dessas terras que tá “liberada” pela “Suiá”?

BAÚ: Você fala a Suiá? [...]

LOCUTOR: Mas não tem área pra índio não?

BAÚ: Não! A área agora é do povo! Outra coisa, os índios pode teimar e vim! Então, cheia de gente, vocês segurando duro, vocês viram os repórter! A hora que eles souberem do movimento, vieram correndo[...] O pessoal ligou pra mim: “óia, tá indo um pessoal aí, mas já foram embora[...]” A hora que viram a manifestação de vocês, já pegaram a trouxinha e tão indo [...] Mas nós temos que ficar atento pra ver o que eles vão fazer... esse povo não é da fazenda [...] Esse pessoal não é da fazenda...

MAZIM: Se os índios vier, qual a providência que a gente pode tomar?

BAÚ: Olha, nós não podemos falar! Eu acho que tem que fazer um barulhão desgraçado! (risos). Porque senão (risos). Eu não vou falar não!

MAZIM: Nós temos um mapa que tem todas as áreas, tem todas as áreas... Essa é a área da fazenda [...] né? Então é o seguinte: é muito importante cada região apresentar os seus líderes, quanto mais rápido possível, se for agora, melhor! Entendeu? Pra gente poder ter essas decisões! A gente vai passar um mapa desses, pra orientar, né? O pessoal que vai entrar[...] quanto que pode [...] dar pra cada pesso [...] quando cada pessoa pode tirar [...] Então vamos apresentar o líder [...]cada região tá entrando aí [...] apresentar um líder, como representante, viu? E um mapa desse aí vai ficar, né? Vai ficar na mão de cada líder [...] E as decisões que foram tomadas vai passar pro líder...líder vai passar pra região dele, pros posseiros da região dele [...] É só isso aí[...]

FILEMON (*off*): Manda reunir lá fora!

MAZIM: Neste momento agora estive reunido aí, agente já quer que venha aqui, pra trás do carro [...] pra gente conversar[...] o líder de cada região, tá? E eu quero agradecer a presença de vocês [...] Agora queria dizer o seguinte: que nós temos caboclo bom de serviço lá de Bom Jesus [do Araguaia, município que faz divisa com São Félix do Araguaia e com o Posto da Mata] já na “linha de frente”[...] eu acho que a gente tem que tá disposto a qualquer coisa! Eu até[...] nossa! [...] disposto a qualquer coisa! E vamos garantir isso aí pra cada trabalhador, pra cada pessoa que quer levar o progresso pra nossa região! Muito obrigado!

LOCUTOR: Está encerrada a reunião com a fala do candidato a prefeito Mazim Kalil. Falou também o prefeito de São Félix do Araguaia, Baú, o nosso amigo advogado Ivair, de São Félix do Araguaia e mais alguns que falaram. (Fim do Áudio).

O conteúdo do discurso do encontro do dia 20 de junho de 1992, demonstra uma incitação à invasão de Marãiwatsede. Um pequeno número de pessoas, que participaram desse encontro, e que são coniventes com os mentores do movimento, por conveniência ou por ignorância, absorveram a construção da ideia de invasão, perante o repasse da mesma pelos articuladores políticos. Baseados em argumentos racistas, tratando o índio como um ser inferior, com uma soberba tamanha, políticos da região colocam-se em um altar, atraindo pessoas e organizando-as (ou alienando-as), para entrar em terras que não a pertencem.

Políticos estes, que no discurso, afirmaram que não queriam os índios na região, pois desvalorizariam as terras que estão perto da reserva de Marãiwatsédé, e que possivelmente, algumas porções de terras seriam destes mesmos políticos, que afirmaram que iriam abrir mão das terras da Suiá-Missú em prol dos “posseiros”, como se estivessem somente fazendo um favor à população da região. Apenas Mazim Kalil afirmou que queria um lote.

A articulação política do grupo organizador, indica a colaboração do governador do Estado de Mato Grosso, e que este ofereceria “todo respaldo ao povo”.

O tom ofensivo direcionado ao povo indígena, conclamando um ódio que surge devido a interesses financeiros de alguns, atinge as necessidades básicas por qual passa algumas famílias, e a culpa deste sofrimento passa a ser dos índios e não do sistema excludente que impera no mundo atual. Este ódio criado por estes poucos, é semelhante ao já visto em períodos nebulosos ao longo da história da humanidade, como em relação aos negros no período da escravidão ou em relação aos judeus por parte do nazismo alemão, pois, como foi dito por quem estava discursando, os “posseiros” teriam que “tá disposto a qualquer coisa (Eu até [...] nossa! Disposto a qualquer coisa!)” Baú, então prefeito de São Félix do Araguaia, evitou de falar, mas Mazim Kalil, em suas últimas falas dá a entender que os posseiros teriam

que estar preparados para conter o retorno dos índios até mesmo com homicídios, e que a articulação política havia colocado um “caboclo” na “linha de frente”, “bom de serviço” e que a resistência teria de ser a qualquer custo.

Além das questões mencionadas, é nítido pelo tom ofensivo e pelos relatos de incitação e invasão de que não havia posseiros dentro das áreas devolvidas aos índios da Suiá-Missú, pois nos discursos é afirmado que as terras da Agip eram respeitadas, mas que as dos Xavante não seriam. Há ainda, para ratificar a ausência de produção dos “posseiros” na área, a definição do tamanho dos lotes que seriam invadidos e um mapa que foi elaborado pelos políticos, assinado por Mazim Kalil, que indicava onde os “posseiros” deveriam invadir e onde não eram permitida, por eles, essa invasão.

Iara Ferraz em sua carta, ainda relata que muitas famílias advindas de lugares próximos, como os municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte, e de lugares distantes como Goiânia, estavam sendo deslocados para dentro da área da reserva da Suiá-Missú, mediante ao estímulo de invasão por parte dos políticos locais. As famílias estavam cercado lotes de 100 hectares, como fora mencionado no discurso, mas comerciantes locais obtinham lotes acima de 2.000 hectares. Policiais de São Félix do Araguaia, também estariam recebendo grandes lotes.

Figura 23 – Imagem do Mapa de Invasão distribuídos na Reunião.



Fonte: Ferraz (1992).

Segundo Ferraz (1992), Miguel Milhomem, então vice-prefeito de São Félix do Araguaia, também estava apoiando a invasão, e este teria um acampamento no interior de Marãiwatsédé para receber os posseiros, e indicar onde estes se estabeleceriam. Romão Flor, fazendeiro vizinho a Marãiwatsédé, que adquiriu 60 mil hectares de mata que foi transformada em pastagens, junto ao Grupo Garavelo, que em novembro de 1984 havia comprado 250 mil hectares da Agip Petrolli na região, fornecia carne bovina aos invasores. Iara Ferraz testemunha ainda, que muitos invasores possuíam armas de fogo, e que de fato, estavam preparados para “qualquer coisa”.

Essa foi a base formada para a invasão dos que foram chamados de “posseiros” pelos incentivadores que organizavam lideranças para representarem os invasores, dividindo a terra a ser invadida em regiões, sendo que cada líder representaria uma região. Deu-se início a uma discussão processual para identificar quem eram os verdadeiros donos dessas terras, que tramitou na 5ª Vara Judicial Federal de Mato Grosso, originado uma ação civil pública de nº 950000679-0 ainda que essas terras tenham sido devolvidas aos Xavante em um documento assinado publicamente em um evento de ordem mundial.

As terras eram sim, legalmente, dos Xavante, mas estes não conseguiriam entrar, pois os invasores ofereceram resistência. Os posseiros obedeceram às ordens dos políticos da região e se organizaram. Conseguiram judicialmente fazer com que a demarcação da terra fosse anulada e que o trabalho fosse feito novamente, e não somente por técnicos da FUNAI. Em 1996, os Ministérios da Justiça e o Extraordinário de Políticas Fundiárias decidiram criar um grupo de trabalho composto por membros dos dois ministérios, da FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO), Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região (e representantes da Prefeitura de São Félix do Araguaia e de Alto Boa Vista.

Estabeleceu-se uma guerra de liminares. A Associação de Produtores Rurais da Suiá-Missú (APROSUM), que era representada pelo advogado Luiz Alfredo Feresin de Abreu – irmão da Senadora Kátia Abreu, líder da bancada ruralista do Congresso Nacional – conseguiu impedir a demarcação das terras até o dia 11 de setembro de 1998, onde por meio de um decreto presidencial, pôs-se fim nas determinações judiciais que, ora suspendiam a demarcação, ora sentenciavam que a demarcação poderia ser feita, por meio da homologação das terras indígenas de Marãiwatsédé (DIÁRIO..., 1998).

Em meio às atividades de demarcação, quando eram permitidas, um grupo de técnicos compostos por integrantes do INCRA, da FUNAI e da INTERMAT, verificaram a situação ocupacional das terras e contaram cerca de trezentas pequenas propriedades concentradas no Posto da Mata, local onde ocorreu a incitação à invasão das terras indígenas, localizado no entroncamento das BR-158 e BR-242 como já fora mencionado, e onde, segundo o testemunho de alguns regionais, havia grande quantidade de bares, tráfico de drogas e prostituição. Em um sobrevoo, feito na mesma averiguação, viu-se grandes pastos e madeiras, que eram encobertos pelas relações estabelecidas na fachada do Posto da Mata. Uma grande devastação ambiental, tomou conta de Marãiwatsédé (BUENO, 2006)

Após a homologação da demarcação das terras, nova guerra de liminares foi estabelecida para decidir sobre a reocupação, ou não, dos invasores. Em 10 de novembro de 2000, o juiz federal da 5ª Vara Federal de Mato Grosso, determinou e autorizou o retorno dos Xavante à Marãiwatsédé, mas sem a desocupação dos “posseiros”. A FUNAI teria que comandar fazer acontecer a volta dos Xavante à sua terra. Os índios voltaram mas não conseguiram entrar no seio de Marãiwatsédé, ocupado apenas 5% de suas terras, como afirma o cacique Damião em carta entregue à Presidenta Dilma Rousseff, a qual veremos mais adiante.

A Aprosum recorreu da decisão junto ao Tribunal Regional Federal (TRF). A decisão então passaria para o Superior Tribunal Federal (STF) que por meio da relatora, a Ministra Ellen Gracie, retificou a decisão judicial vigente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TERRAS INDÍGENAS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA REFORMAR DECISÃO QUE HAVIA AUTORIZADO A FUNAI A INTRODUIZIR OS SILVÍCOLAS EM RESERVA INDÍGENA DEMARCADA, SEM PREJUÍZO DA PERMANÊNCIA DE POSSEIROS NO LOCAL. 1. Estando a permanência dos posseiros no local garantida por anterior decisão do Tribunal Regional Federal que não é objeto do presente recurso, a questão devolvida a esta Corte cinge-se á possibilidade da convivência provisória destes com os índios a serem introduzidos na área em litígio. 2. A alusão a iminente conflito não se presta a suspender a decisão que autoriza a entrada dos silvícolas nas terras indígenas cuja posse lhes é assegurada pelo texto constitucional, sob pena de inversão da presunção da legitimidade do processo de demarcação. Ofensa ao art. 231 § § 2º e 6º da CF. 3. Recurso provida para restabelecer a decisão proferida pelo juízo de origem, autorizando o retorno da Comunidade Xavante à Terra Indígena de Marãiwatsédé, sem prejuízo, por enquanto, da permanência dos posseiros no local onde estão (STF: RECURSO EXTRAORDINÁRIO 416144 MT, 1 out. 2004).

Após resolvida a questão da “divisão” das terras entre posseiros e índios e ainda a espera da definição de quem as ocuparia, argumentos eram utilizados pelas partes para atraírem a opinião pública, sendo divulgados por veículos de comunicação regional. Os índios sempre afirmavam o direito a terra, pois como são uma tribo seminômade, sempre viveram em sua porção de terra, cultivando a sua matéria-prima e realizando rituais que não podem ser feitos em outros lugares¹⁹. A APROSUM afirmava que havia três mil famílias instaladas e produzindo na antiga fazenda Suiá-Missú – neste caso o contingente populacional, segundo a Aprosum, seria de no mínimo 10.000 pessoas nas terras indígenas de Marãiwatsédé - e que 166 mil hectares seria muita terra para pouco índio. Inês Rosa Bueno, em seu laudo antropológico, afirma que havia, 798 habitantes na área em 2005, e contou 345 edificações residenciais e comerciais. Eram então, mais de 160 mil hectares para no máximo 800 “posseiros” e havia 700 índios vivendo em uma pequena porção de terra e mais 400 esperando a decisão judicial, pois na faixa estreita em que viviam os primeiros, os últimos mencionados, não cabiam.

A decisão judicial veio em 5 de fevereiro de 2007, determinando que os réus, incertos, desconhecidos e terceiros, que se retirassem da Terra Indígena de Marãiwatsédé. O Ministério Público Federal ordenou o cumprimento da sentença em 23 de agosto de 2007. Porém, já no dia 17 de dezembro de 2007, o Desembargador Fagundes de Deus, suspendeu o cumprimento

¹⁹ Há diversos rituais culturais dos Xavantes. Um deles se remete aos seus mortos e o lugar que seria uma espécie de cemitério Xavante, que está nas Terras Indígenas Marãiwatsédé (MAYBURY-LEWIS, 1984).

da sentença por meio da concessão de um efeito suspensivo, propondo uma permuta de terras, o que gerou um novo processo. Segundo Fagundes de Deus, os índios deveriam abrir mãos de Marãiwatsédé e mudarem-se para o Parque Nacional do Araguaia.

Em meio ao trâmite deste processo, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, ocorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio + 20. A pressão popular estava novamente ao lado dos silvícolas. Entre a ECO-92, quando foi devolvida as terras aos Xavantes e a Rio + 20 passaram-se 20 anos, e os indígenas ainda não estavam vivendo em suas terras. Cacique Damião estava novamente participando pessoalmente da Rio + 20, reivindicando o direito de entrar em suas terras. Damião entregou em mãos a carta para a Presidenta Dilma Rousseff que segue na íntegra:

Exma. Sra. Presidenta Dilma Rousseff

Eu, cacique Damião Paridzané, vim à Rio+20 com representantes do povo Xavante exigir que o governo brasileiro garanta a implementação imediata do plano de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT), permitindo a ocupação integral do nosso território, que foi prometido 20 anos atrás na Eco 92.

Nesses 20 anos que se passaram, Marãiwatsédé se transformou na Terra Indígena mais desmatada da Amazônia brasileira, envergonhando todo o nosso país com a devastação criminosa que produtores de soja e de gado estão ainda fazendo na nossa terra sagrada. Vinte anos também não foram suficientes para que a Justiça brasileira tivesse a força necessária para fazer valer a decisão que respeita a Constituição Federal e os povos indígenas, tomada por unanimidade e determinando a retirada dos invasores, pois todos entraram em nossa terra ilegalmente, de má fé.

Apesar de termos nosso território reconhecido, demarcado e homologado desde 1998, ocupamos 5% da área que é de nosso direito porque fazendeiros e políticos nos ameaçam, destroem a nossa mata em Marãiwatsédé deixando nossa comunidade sem caça, sem frutos e sem os remédios tradicionais de que precisamos. Eles também despejam agrotóxicos nos rios que abastecem a nossa aldeia, por isso muitas crianças estão doentes, com diarreia, vômito e pneumonia. Enquanto estamos aqui no Rio de Janeiro, recebemos a notícia de que mais uma criança faleceu na aldeia por desnutrição.

Nós lutamos e sofremos muito para estar aqui hoje. Não queremos perder a viagem. Viemos a Rio+20 pedir que o governo federal finalmente cumpra a decisão da Justiça, que no mês passado derrubou a liminar que suspendia a retirada dos fazendeiros. Agora, a

desintrusão está novamente autorizada. Queremos que o governo permita uma transição rápida da terra invadida ao povo Xavante, garantindo assistência para a nossa integridade física, cultural e a recuperação das áreas devastadas nesses 20 anos.

Vinte anos de espera é muito tempo.

Eu fui criado em Marãiwatsédé antes do contato com o homem branco. Estou lutando há 46 anos. Eu era criança quando o governo retirou minha comunidade nos aviões da FAB em 1966. Desde aquela época **estamos lutando para voltar à terra a qual nós pertencemos**. Estou cansado. Mas não vou desistir. Nunca.

Cacique Damião Paridzané

Nota-se na carta, a preocupação do cacique com o meio ambiente e o relato que faz sobre as condições precárias em que os Xavante estavam instalados. Destaca-se ainda que esse sofrimento de 20 anos não poderia ser mensurado por não-índios, pois a relação do índio com a terra é singular. Não é o índio que é dono da terra, essa relação não é de posse, mas sim sentimental. Ele é quem pertence a terra, e não a terra a ele. Nem a Constituição Federal à qual Damião ainda assim recorre, para que os não-índios tentem compreender de forma legal o seu direito, consegue prever tal relação.

Isto posto, a justiça brasileira demorou cinco anos para perceber que a proposta do Desembargador Fagundes de Deus era inconstitucional. No dia 29 de junho de 2012, o Desembargador Souza Prudente, declarou sem efeito a proposta do Desembargador Fagundes de Deus.

Assim sendo, o Ministério Público Federal, determinou que:

(i) A expedição do ofício à Presidência da FUNAI para que, no prazo improrrogável de 10 dias, apresente, em juízo, o plano de desintrusão das terras Indígenas de Marãiwatsédé; (ii) apresentado o plano de desintrusão, determina-se a expedição, *incontinenti*, do mandado de desocupação da área em litígio, com prazo de trinta dias, devendo serem mantidos apenas os indígenas, estando autorizados, de antemão, o desforço policial por parte da Polícia Federal, bem como o auxílio da Força Nacional de Segurança (DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO, 2012, não paginado).

A desocupação de Marãiwatsédé começou em 10 de dezembro de 2012. Representantes do INCRA, da FUNAI, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Exército, participaram dessa

desocupação que não foi pacífica²⁰. Com a desocupação, verificou-se, *in locus*, 242 empreendimentos (casas, fazendas e comércio) pertencentes a não-índios e 455 pessoas.

O baixo número de posseiros não é de se espantar, pois o veículo de comunicação impresso Diário de Cuiabá de 06 de dezembro de 2012, mostra que 2/3 da Terra Indígena Marãiwatsédé estava nas mãos de 22 grandes “posseiros”. Este grupo era proprietário de 32 fazendas, que somavam 166,4 mil hectares. Entre esses proprietários é citado o nome do Desembargador Manoel Ornellas, o vereador de Rondonópolis Mohamed Zaher, o ex prefeito de Alto Boa Vista, Aldeides Cirqueira e seu irmão Antônio Cirqueira, o também ex prefeito de Alto Boa Vista Antônio Manoel Jordão e o ex prefeito de São Félix do Araguaia, Filemon Limoeiro, que na incitação à invasão à Marãiwatsédé, gravada pela Rádio Mundial FM, afirmou que não queria nenhum lote da área invadida. É citado ainda, entre o grupo de latifundiários, o grileiro Gilberto Luiz de Resende, preso em 7 de agosto de 2014, em uma operação da Polícia Federal que expediu 17 mandatos de prisão contra a organização que movimentou dezenas de milhões de reais em esquema de grilagem de terra e desmatamento ilegal em Marãiwatsede.

O INCRA fez o cadastro de 300 unidades familiares para o assentamento dos “posseiros” no município de Ribeirão Cascalheira, conforme divulgação no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012. Após 20 anos, direcionava “aos pequenos o INCRA, aos latifundiários, nada!” (CASALDÁLIGA, 2013, p.).

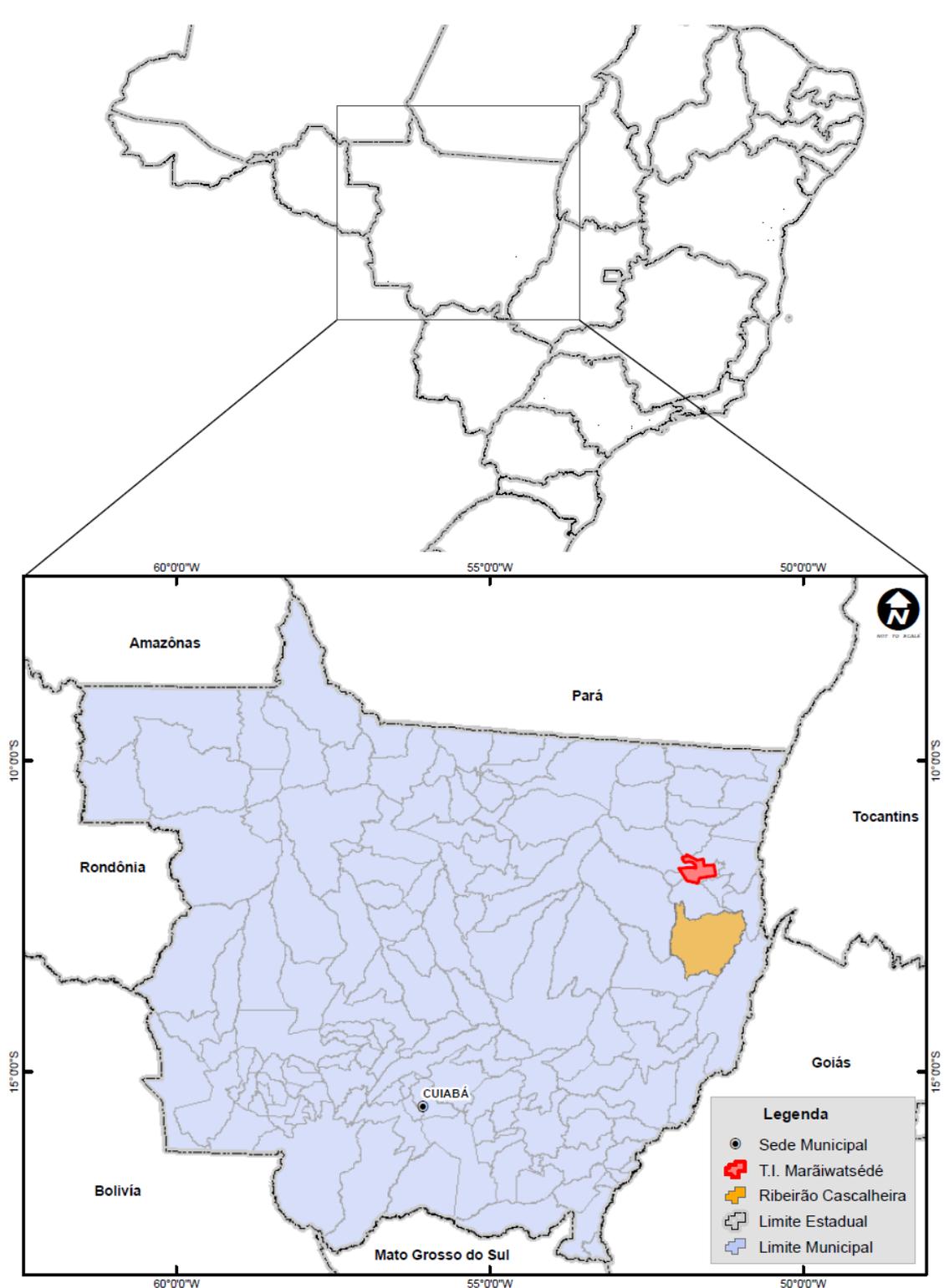
O assentamento, até o fim de 2014 ainda não ficou pronto, e, devido ao não cumprimento das datas para a entrega da estrutura prometida, por parte do INCRA, o clima de tensão ainda persiste na região. Os invasores retirados de Marãiwatsédé não estão satisfeitos com apenas promessas do INCRA e voltam a antiga Suiá-Missú para tentar retomar a posse das mesmas. A primeira tentativa foi em 24 de março de 2013. Houve outra tentativa dois meses depois, no dia 3 de junho. A última foi em 24 de janeiro de 2014. As tentativas de invasão, assim como a desocupação, não foram pacíficas. Houve confrontos entre policiais e posseiros. Segundo a FUNAI, o número total de manifestantes flutuou sempre entre 50 e 60 pessoas. A Polícia Federal ainda estava presente na Terra Indígena da Suiá-Missú em dezembro de 2014.

²⁰ No sítio de vídeos Youtube, o qual se acessa por meio da rede mundial de computadores, há diversos documentos audiovisuais desta desocupação. Segue o link de busca feita dentro do sítio, utilizando as palavras “desocupação Suiá-Missú”:
http://www.youtube.com/results?search_query=desocupa%C3%A7%C3%A3o+Sui%C3%A1-Miss%C3%BA

4.4 As Consequências da Invasão do Território Indígena para a Sociedade Xavante

O principal impacto, não só da invasão a Marãiwatsédé, mas também da demora do trâmite processual da devolução da terra indígena à sociedade Xavante, foi o desmatamento. A relação dos silvícolas com a natureza é o que move uma sociedade indígena, qualquer que seja a etnia. A devastação ambiental interfere diretamente na cultura Xavante. Junto com o desmatamento, vem a contaminação dos solos e das águas, o que prejudica o crescimento vegetativo da tribo.

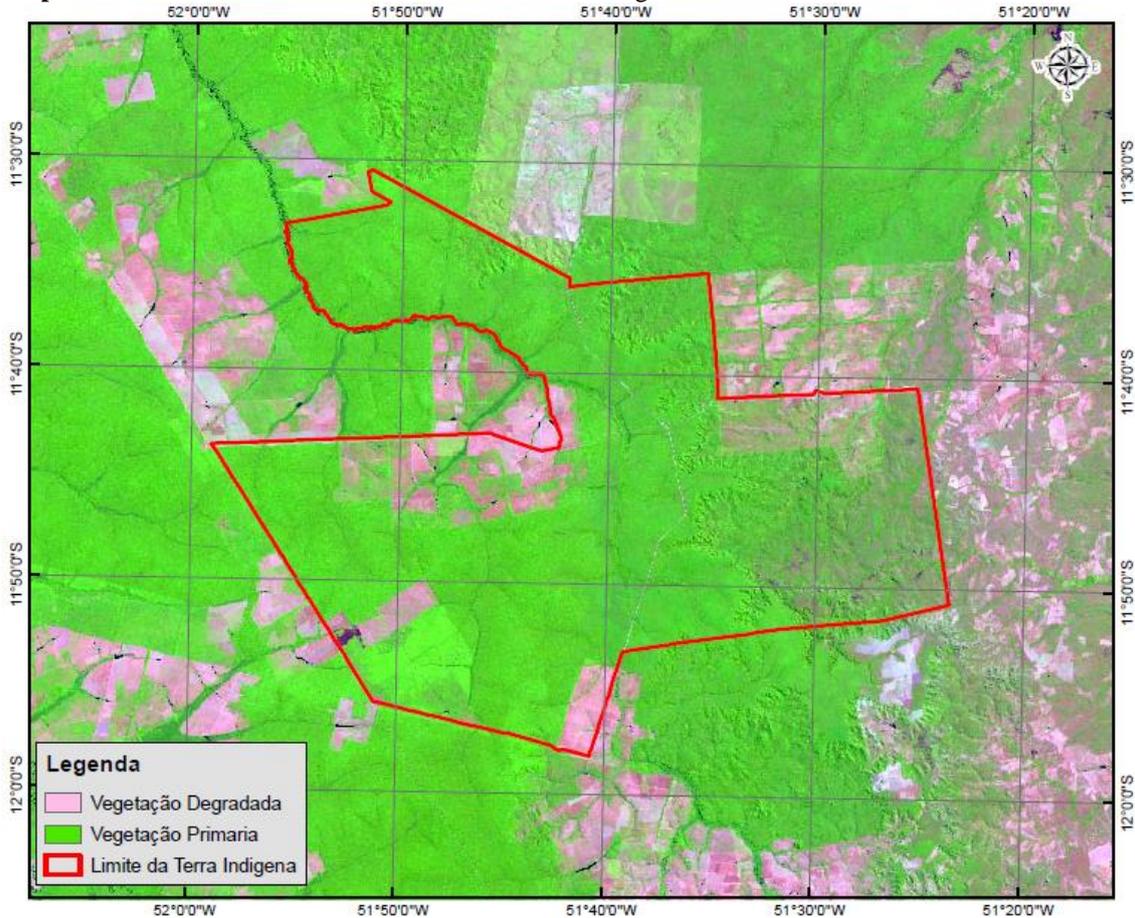
Mapa 14 - Localização de Ribeirão Cascalheira em relação a Terra Indígena de Marãiwatsédé



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; e coordenadas do ISA.

A piora da saúde dos índios é potencializada pela falta de acesso aos remédios tradicionais, feitos com raízes que não se vê mais em Marãiwatsédé.

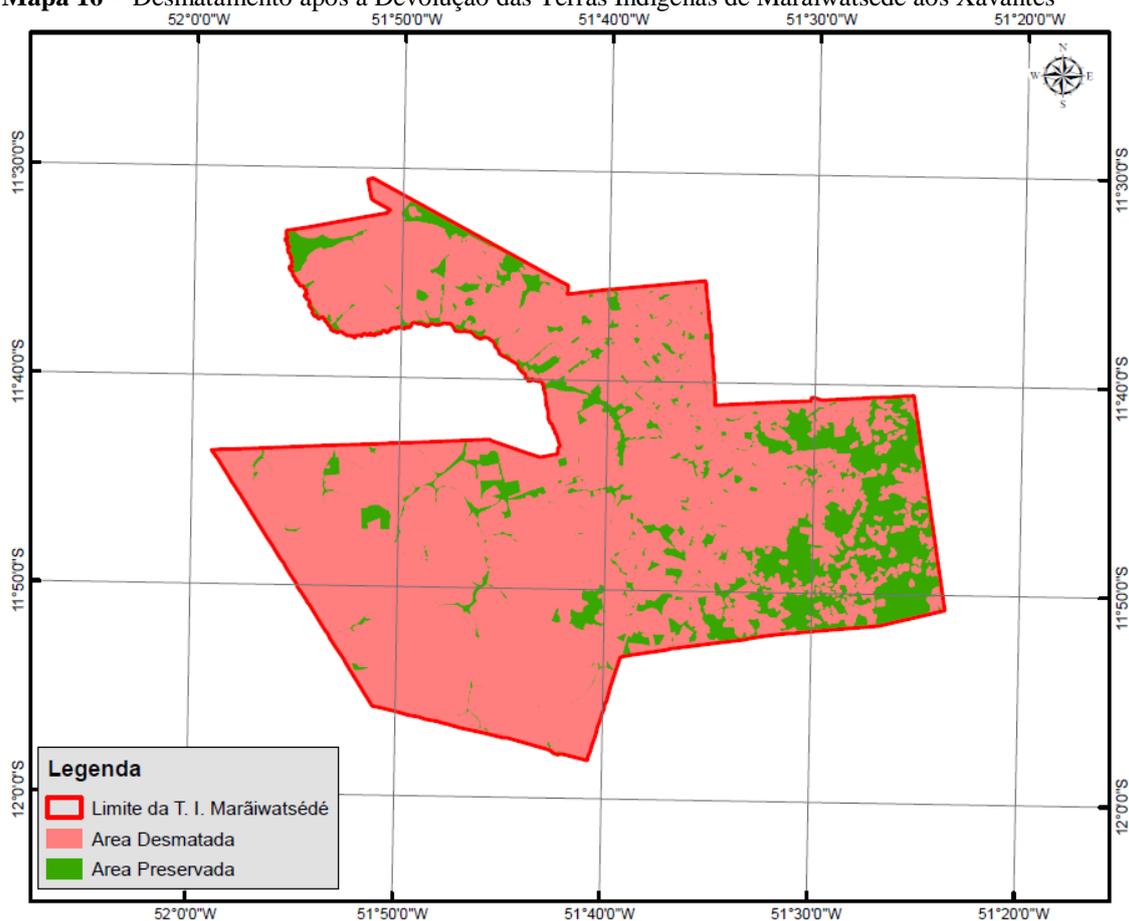
Mapa 15 - Desmatamento antes da Invasão das Terras Indígenas de Marãiwatsédé



Fonte: Imagens de satélite da UGDS; e elaboração de Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior

Além de não conseguirem fazer a coleta, o conhecimento que deveria ser passado, dos mais velhos para os mais novos, se esvai junto com as árvores que foram derrubadas. Há uma quebra na transmissão da cadeia de conhecimento do ethos Xavante, levando a perda da dignidade humana, pois estes passam a depender da ajuda externa para ter acesso a comida, medicamento, e outros bens iminentes à vida. O índio passa a mendigar, pedir, esmolar para suprir a sua necessidade, não tendo mais autonomia alguma, se afastando completamente de seus costumes. Uma geração vem sendo criada dessa forma, e por isso há a necessidade de não parar a prática dos rituais Xavante, com o intuito de garantir a (sobre)vivência da cultura Xavante, para não esquecerem que sua compreensão do mundo é diferente dos não-índios, e fazendo com que aqueles que os criticam sem ter a compreensão do que é ter uma cultura indígena, não tenham mais como julgá-los.

Mapa 16 – Desmatamento após a Devolução das Terras Indígenas de Marãiwatsédé aos Xavantes



Fonte: Dados de desmatamento e coordenadas do ISA.

Para que isso ocorra é urgente a recuperação da floresta. Esse reflorestamento requer uma quantia monetária significativa, o custo não será baixo, e que certamente seria evitado se os índios tivessem obtido acesso fácil a Marãiwatsédé após a ECO-92, conforme mostram os mapas de desmatamento desta seção. Mas, ainda assim, como a terra entregue aos Xavantes está praticamente desmatada, o reflorestamento tem que ser feito. Há que ser elaborado um projeto interdisciplinar e com a participação dos Xavante. Várias ciências, como a Biologia, a Geologia, a Antropologia, a Engenharia Florestal, entre outras, devem estar presentes neste projeto. O reflorestamento não pode se restringir a apenas plantio de árvores. A fauna também tem que ser introduzida em Marãiwatsédé, para que esta não se torne uma floresta morta. Além do que, as atividades de caça fazem parte da sociedade Xavante, inclusive de partes de seus rituais.

No casamento, por exemplo, o futuro marido tem que levar uma anta para os pais da futura esposa para oficializar o casamento, entregando-lhe um colar que tem como adorno as

unhas da anta, o que simboliza uma espécie de aliança para os não-índios. Como haverá casamento Xavante se não há mais anta em Marãiwatsédé? (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Estamos varrendo tudo isso do mapa, e em seu lugar estamos pondo um caminhão que atravessa estradas caras, enquanto seu motorista reclama de um governo que não tapa os buracos para ele passar com sua carga de madeira, tomando remédio para manter-se acordado, ficando vários dias longe da família. Trouxemos o desenvolvimento e a soberania nacional contra o atraso e a falta de cultura, seguindo ideologia predominante do centro. E esse ideal de progresso sucateado, corta as terras de Marãiwatsédé por meio de várias estradas: a BR-158 e a BR-242, que se cruzam no centro da área, justamente onde se constituiu o centro da invasão no local denominado de “Posto da Mata”, onde se pretende [pretendia] criar um município por nome de Estrela do Araguaia, e também a BR-080, no limite Oeste da área. Toda a estrada é presença destrutiva em área indígena. Estas, tendo facilitado a formação desta concentração de invasores, proporcionaram graves impactos (BUENO, 2006, p. 24).

A preocupação de momento, remete-se à reprodução do acervo cultural dos Xavantes por falta de recursos naturais. O gênero masculino, nesta situação, são os que mais sofrem. As mulheres mantêm as suas atividades, como lavar roupas e louças, plantação de hortas, além de manter suas atividades de mãe e esposa, mas os homens tiveram suas tarefas impossíveis de serem elaboradas, pois não há como caçar, não há como abrir uma clareira para que as mulheres façam suas roças em meio a floresta, conforme prezam os costumes Xavante. Isto implica na perda do *status* dentro de seu próprio grupo, e também perante as comunidades externas à tribo, que passam a colocar adjetivos nos índios homens como “preguiçosos”, “mendigos”, “machistas” (pois só as mulheres trabalham) e “vagabundo”, que não tem conhecimento da importância da divisão das tarefas na sociedade Xavante, e que levam em consideração somente as suas próprias categorias de entendimento para avaliar outras sociedades, e que de forma precipitada marginalizam a história que há por trás desta situação (MAYBURY-LEWIS, 1984; BUENO, 2006).

O alento que existe, é o de que os Xavante de Marãiwatsédé são organizados. Ainda mantêm os rituais de canto e dança, que ainda podem ser feitos, pois não necessitam de recursos naturais. Espera-se que haja um planejamento e uma execução rápida do que for pensado, para que Marãiwatsédé se recupere em breve, e que não demore mais 20 anos, para que não haja o risco de desaparecimento da cultura Xavante.

4.5 A Atual Conjuntura do Município de São Félix do Araguaia

O município de São Félix do Araguaia foi emancipado em 13 de maio de 1976, se desmembrando de Barra do Garças. Possui 16.173,14Km² e contingente populacional de 12

mil habitantes, com densidade demográfica de 0,64 hab./Km² (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é 0,646. De acordo com a tabela de intervalos, elaborada para o Brasil, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Brasil), o IDH está classificado como baixo (PNUD, 2013).

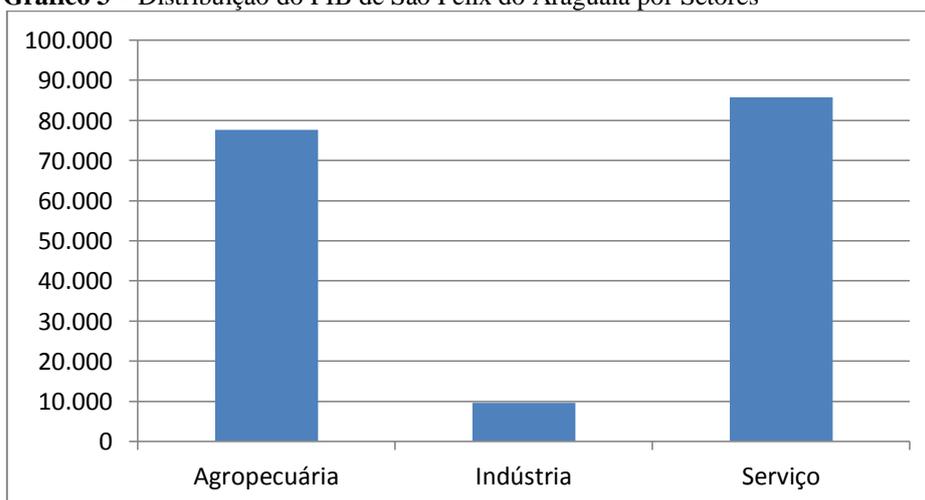
Tabela 2 –Intervalos e avaliação do IDH pelo PNUD-Brasil

Intervalos	Avaliação
0,450 ²¹ a 0,550	Muito Baixo
0,551 a 0,650	Baixo
0,651 a 0,750	Médio
0,751 a 0,900	Alto
0,901 ²² a 1,000	Muito Alto

Fonte: PNUD (2013).

Em 2012, havia 205 unidades de empresas atuantes no município, gerando 827 empregos formais e uma média de 1,9 salários mínimos. Porém, o PIB do município é alto. No ano mencionado no início do parágrafo, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$173.043.000,00, distribuídos entre os três setores da seguinte forma:

Gráfico 3 – Distribuição do PIB de São Félix do Araguaia por Setores



Fonte: IPEA (2013).

Vê-se que o PIB da agropecuária se equipara ao dos serviços no município. A forma de produção da região no primeiro setor, é extensiva em quase 100% das propriedades, o que gera pouco emprego como visto no parágrafo anterior, quando mencionamos o número de empresas e o de empregos formais (há também o exemplo da Agip Petrolli, proprietária de

²¹ Há somente dois municípios no Brasil com IDH menor que 0,450, a saber: Melgaço – PA (0,418) e Fernando Falcão – MA (0,448).

²² Não há no Brasil nenhum município com IDH maior que 0,901. O maior IDH entre os municípios brasileiros, é de São Caetano do Sul-SP (0,862).

muita terra e geradora de pouco emprego, que foi mencionado neste capítulo). Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o município concentra sua produção agropecuária em boi, soja e milho, impulsionando o movimento de avanço da expansão da fronteira agropecuária, Amazônia a dentro. Segundo o censo, havia 274.943 cabeças de gado em 88 unidades de produção no município, que produziu 20.908 toneladas de grãos de soja em 6 unidades agrícolas e 11.135 toneladas de milho em grão em 74 unidades de produção (CENSO AGRPECUÁRIO, 2006).

A produção agropecuária no município, alavanca o PIB per Capita que foi em 2012 de R\$14.420,25. O município apresenta um Índice de Gini²³ de 0,65, com uma incidência de pobreza de 37,30% da população, ou seja, mais de 1/3 da população, no caso de São Félix do Araguaia, o que significa um contingente de mais de 4 mil pessoas (IBGE, 2013).

Em São Félix do Araguaia há 5 unidades pré-escolares (4 creches e 1 jardim de infância), com 32 docentes e 286 matriculados; 8 escolas de nível fundamental, com 106 docentes e 1.629 alunos matriculados; e 1 escola de nível médio com 17 docentes e 576 alunos matriculados. Todas as unidades são públicas, sendo de responsabilidade municipal ou federal. Não há estabelecimento privado de educação em todas as esferas no município. Em 2010, havia 20,9% de analfabetos em São Félix do Araguaia Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013). Na região onde se localizava a Agropecuária Suiá-Missú, há um único centro de ensino superior, o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) no município de Luciara, que oferece os cursos de Química, Letras e Matemática.

No município de São Félix do Araguaia, há dois hospitais federais e 2 postos de saúde que foram implementados pelo município, todos atendem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) (MIMISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). Em 2008 havia 2.009 unidades, entre economias ativas e domicílios, que eram beneficiados pelo abastecimento de água (IBGE, 2008).

Há uma dicotomia na sociedade são-felixcense. Concentração de renda na mão de poucos, e insuficiência de serviços básicos, como educação e saneamento básico. O município apresenta um PIB per capita razoável, e 1/3 da população está vivendo na pobreza. As amarras aos latifúndios que existiram no passado, ainda se fazem presentes em São Félix do Araguaia.

²³ O Índice de Gini mede a desigualdade social. O seu resultado sempre estará entre 0 e 1. Quando mais perto de 1, mais concentrado a renda está.

5 ALTA FLORESTA: UMA COLÔNIA DE ARIOSTO DA RIVA

Ariosto da Riva nasceu em Agudos, interior de São Paulo, no dia 25 de novembro de 1915. Era filho de pais italianos, Ludovico da Riva e Vitória Furlani da Riva. Seu pai era maestro e professor de música, e sua mãe dedicava-se totalmente aos trabalhos domésticos. Viveu com os pais até os 16 anos de idade, quando saiu para tentar a vida nos garimpos de diamantes. Seu primeiro destino foi a região serrana do Espírito Santo, no município de Santa Teresa. De lá foi para Serra do Sincorá na Bahia, na Chapada Diamantina. Buscando diamantes, Ariosto foi para Diamantina, Minas Gerais.

Sempre atrás da maior gema²⁴ de diamante possível, foi para o rio Maú, na Amazônia, divisa entre o Estado de Roraima, Guiana e Venezuela. Nessa região conseguiu acumular capital por meio das pedras preciosas e adquiriu uma porção de terra em Diamantina e voltou para Minas Gerais. Em Diamantina, casou-se com a professora Helena e lá nasceram seus quatro filhos: Ludovico, Vitória, Marília e Vicente. No mesmo município, continuou a garimpar diamantes, chegando a desviar o leito do Rio Jequitinhonha para a sua propriedade. Após buscar diamantes em toda a sua mocidade, montou uma lapidadora de pedras preciosas e semipreciosas em Belo Horizonte.

Figura 25 - Ariosto da Riva



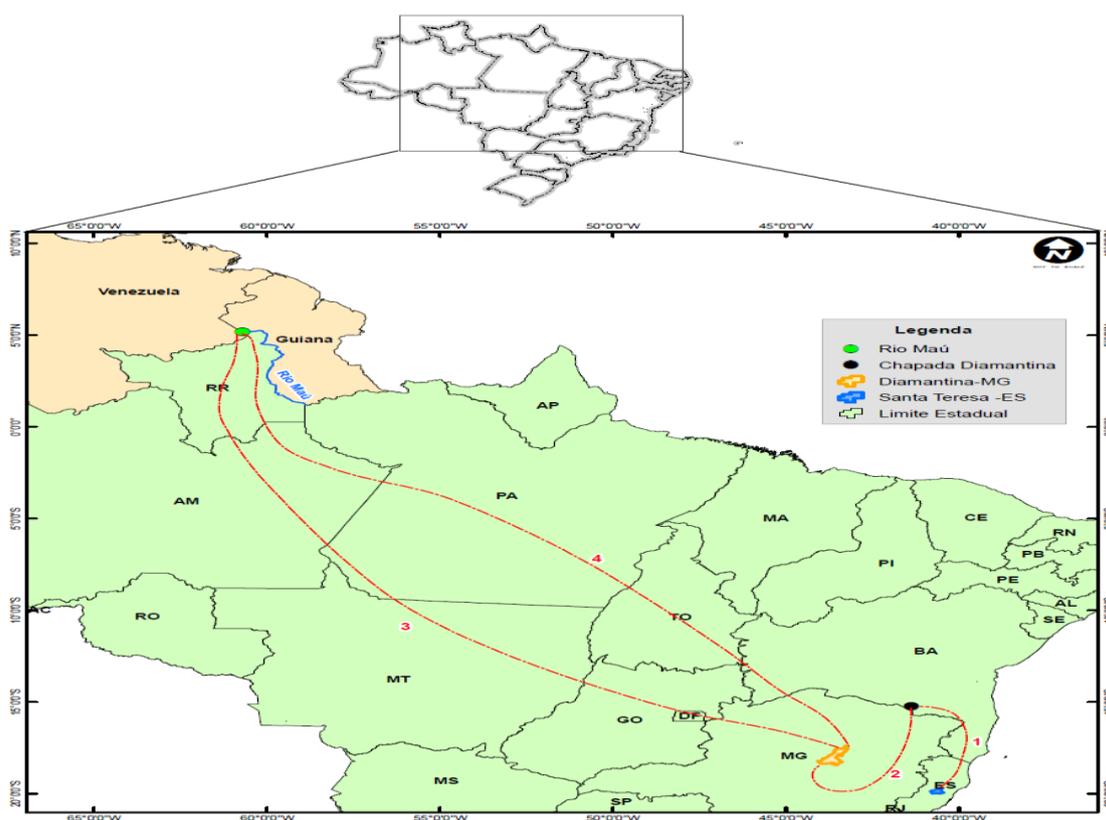
Fonte: Arquivo INDECO

Com os ganhos de capital melhorando e a acumulação acontecendo, Ariosto da Riva adquiriu uma pequena propriedade de 15 hectares em Marília, interior de São Paulo, que possuía cerca de mil pés de café. Esta propriedade era vizinha de uma plantação pertencente a

²⁴ Nome popularmente conhecido entre os garimpeiros dado à pedra de um mineral lapidado.

Geremia Lunardelli, o rei do café. Ariosto passou a prestar serviços para a fazenda vizinha e acabou por conhecer pessoalmente e trabalhar para Lunardelli (FOLHA DA FLORESTA, 1989). O rei do café estava diversificando os seus negócios no Norte do Paraná, loteando uma gleba de sua fazenda, que tinha sido atingida pela geada e que foi denominada Lunardelli por Ariosto da Riva. A ideia era colonizar a região vendendo os lotes de terrenos para os trabalhadores de café. Ariosto da Riva foi seu homem de confiança para esta empreitada. A colonização teve como publico alvo os trabalhadores de várias fazendas que viviam no regime de colonato. Como comandante do processo, Ariosto teve acesso aos números de assentados e as cifras que Lunardelli atingiu quando resolveu executar a colonização no Centro-Norte do Paraná.

Mapa 17 – Percurso percorrido por Ariosto da Riva até começar a trabalhar com Geremia Lunardelli.

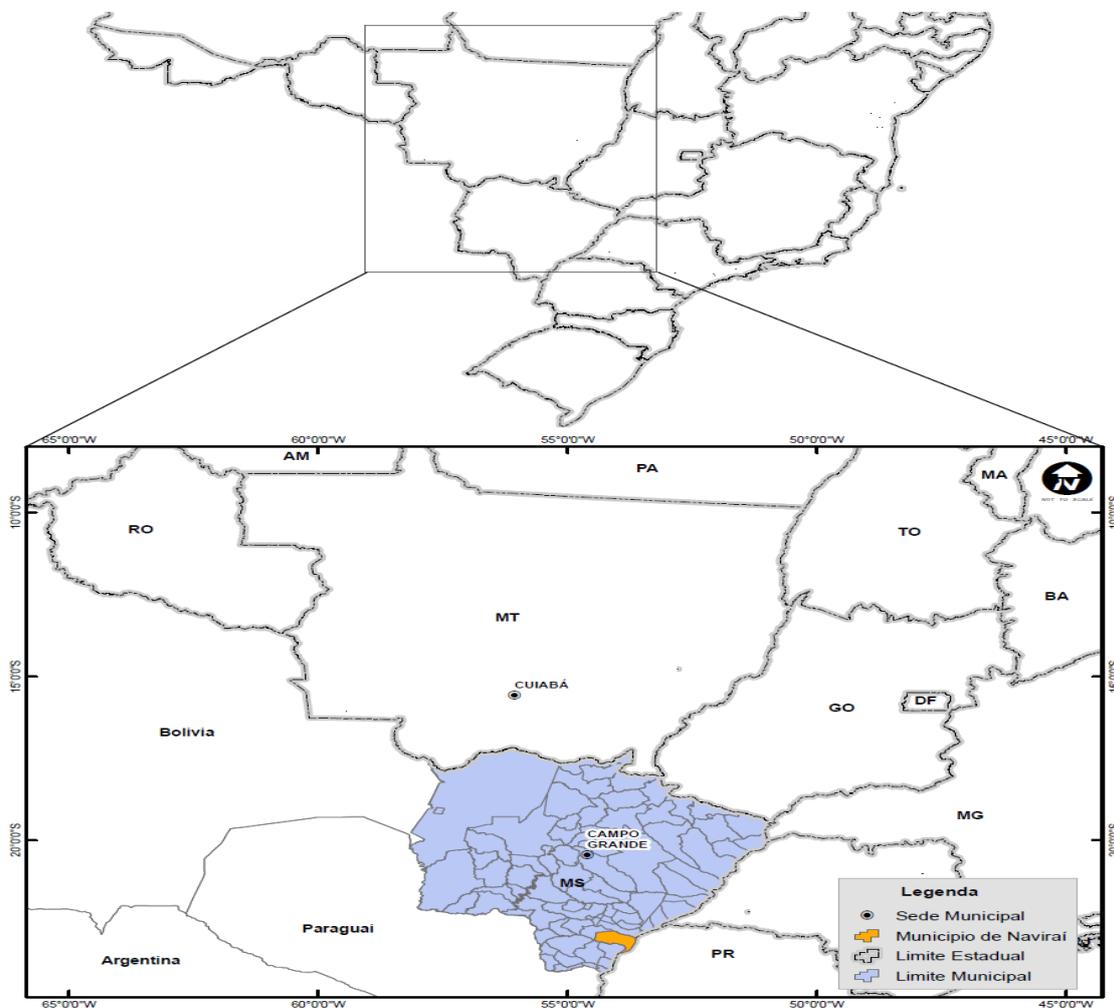


Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

Com Lunardelli, Ariosto aprendeu a colonizar e vislumbrou a oportunidade de ser o colonizador e fundou sua própria empresa, a Colonizadora Vera Cruz Ltda, em 1952, após o governo de Getúlio Vargas distribuir 300mil hectares na colônia Agrícola Nacional de Dourados. Ariosto adquiriu parte dessas terras que eram margeadas pelo Rio Amambaí, e lá

começou o seu 1º empreendimento colonizador, e que mais tarde viria ser a atual cidade de Naviraí, no Mato Grosso do Sul.

Mapa 18 - Localização de Naviraí-MS



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

A primeira atividade econômica na cidade foi madeireira, devido à abundância desse recurso natural. Já em 1953 o desmatamento acabou gerando conflitos com os silvícolas que habitavam a região. Estimava-se cerca de 44 tribos indígenas instaladas na região colonizada por Ariosto da Riva.

Conflitos sociais acompanharam os empreendimentos de Ariosto da Riva que visavam à colonização. Neste capítulo tratar-se-á do processo de colonização privada no Norte de Mato Grosso e do desenvolvimento do município de Alta Floresta.

5.1 Privatização da Terra na Amazônia Mato-grossense

A história contemporânea brasileira revela que a década de 1970, durante o governo militar, foi de intensa repressão final às atividades políticas em todos os setores da sociedade. Iniciada já em meados da década de 1960, os militares trouxeram à tona novamente a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, incentivando a migração para o Centro-Oeste e o Norte do país. Os excedentes populacionais de outras regiões, como o Sul e o Nordeste foram amparados pelos argumentos governamentais de “integração física e econômica na comunidade brasileira” (ESTADO DE MATO GROSSO, 1977, p.10). Essa integração deveria ocorrer “para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, absorvendo os contingentes populacionais de outras áreas elevando o nível de renda e bem-estar na região” (ESTADO DE MATO GROSSO, 1977 p.10). Para que isto ocorresse, alguns trabalhos teriam que ser executados:

[...] 1) Construção da Transamazônica, o grande eixo transversal ligando a Amazônia ao Nordeste; 2) a construção de Cuiabá-Santarém, eixo longitudinal Norte-Sul, unindo a Amazônia ao Planalto Central e ao Centro-Sul; 3) levantamento integrado dos recursos naturais por conta do Projeto Radam fazendo cobertura aérea; 4) Seleção de pólos de desenvolvimento e de integração, estabelecendo prioridades regionais para a concentração de aplicações; 5) programa de colonização da Transamazônica; e 6) instituição do PROTERRA, levando apoio ao pequeno produtor e estimulando a implantação de projetos agrícolas com sentido empresarial (ESTADO DE MATO GROSSO, 1977, p. 10).

O senador paraense Catete Pinheiro resume o Plano Integrado de Povoamento, Colonização e Desenvolvimento Amazônico na matéria publicada pelo Estado de Mato Grosso no dia 27 de julho de 1977, intitulada *Cattete: Polamazônia é um sucesso* como uma estratégia para tornar o país em uma potência industrial e que a Amazônia deveria sustentar esse crescimento econômico, encontrando nesta região todas as condições para a implementação de atividades agrícolas, pecuaristas e extrativistas. O povo brasileiro, de todas as regiões, teria as qualidades necessárias para fazer acontecer a produção e a integração nacional.

[Há na Amazônia][...] terras utilizáveis em condições de serem imediatamente postas no uso social e econômico. O povo brasileiro com uma disposição ímpar para o trabalho está disposto a assumir tal desafio, contestando aqueles que o chamam de indolente e incapaz, [pois o trabalhador brasileiro dispõe] [...] de uma vocação histórica para a conquista de novas fronteiras, vocação esta, que, é a de enfrentar qualquer esforço com a perspectiva da aventura e a dimensão da esperança [...]. Dispomos de um sistema político capaz de dar continuidade a um programa desse porte, pois independente do ciclo alternativo de governantes, dispomos de características gerais que asseguram sua execução (ESTADO DE MATO GROSSO, 1977, p. 10).

Aparecia dentro de um plano de integração, a necessidade de abrigar os trabalhadores que conseguiriam, conforme o POLAMAZÔNIA, formar as bases da industrialização brasileira. Era necessário avançar em direção as frentes de expansão, e transformá-las em frentes pioneiras. As colonizadoras ocuparam esse nicho. O incentivo aos processos de colonização foi uma das estratégias políticas para acomodar as frentes de trabalho que estavam sendo mobilizadas pelo governo federal. Os promotores da colonização privada em Mato Grosso, não instalaram os seus empreendimentos nas regiões dos grandes projetos pioneiros aprovados pela SUDAM, pois pretendiam autonomia da coordenação dos novos trabalhadores migrantes que chegariam à região amazônica. As novas instalações, distantes dos latifúndios pertencentes ao grande capital, inclusive ao da família Ometto, foi motivo de reclamação por parte da Associação dos Empresários da Amazônia, que como visto no segundo capítulo, era comandada pelos latifundiários que tiveram projetos aprovados e financiados pela SUDAM. Estes queriam a instalação das empresas colonizadoras ao redor de suas terras para absorver os novos trabalhadores.

As colonizadoras pretendiam implementar colônias agrícolas, dividir suas terras em lotes, e dessa forma, vendê-las aos novos trabalhadores que foram atraídos pelas propagandas e incentivos do governo federal. Ocorria assim, a reespecialização da Amazônia mato-grossense.

Junto com a chegada dos novos trabalhadores migrantes, externalidades negativas foram se desencadeando e fazendo parte da colonização amazônica. O aumento do número de posseiros em conjunto com as ações de grileiros aumentava a tensão social na Amazônia, agravando conflitos de terra, que já existiam nos anos de 1960, na região. As estradas construídas como a Belém-Brasília, e a Cuiabá-Santarém, potencializavam os conflitos, facilitando o crescimento demográfico e a ocupação de terras devolutas situadas ao longo do eixo das duas rodovias, a primeira facilitando o acesso à São Félix do Araguaia e a segunda à Alta Floresta.

Os trabalhadores que migraram para a Amazônia mato-grossense foram desmobilizados em seus estados de origem devido a um modelo de desenvolvimento agrícola que implicou na acelerada mecanização da lavoura e na desestruturação da produção baseada na pequena propriedade familiar, ou por estarem sem acesso a terras cultiváveis, devido a concentração fundiária. No último caso, os migrantes vinham do Nordeste, principalmente do Maranhão e Piauí, e no primeiro caso do Norte do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do

Sul. Esses trabalhadores foram atraídos pela possibilidade de, na Amazônia mato-grossense, replicar a sua cultura, habilidades e, principalmente, sua identidade de agricultor.

Os projetos públicos de colonização destinados a acomodar os trabalhadores oriundos de migrações induzidas ou espontâneas, não conseguiram absorver o contingente populacional que foi distribuído para o Mato Grosso. O aumento significativo da densidade demográfica em regiões concentradas acabou provocando conflitos decorrentes do inchaço do espaço urbano.

A colonização foi feita de forma rápida, às pressas, sem qualquer estudo prévio sobre a realidade amazônica, não objetivando a estabilidade no longo prazo, mas sim a reprodução do sistema capitalista já bem implementado e articulado no Centro-Sul.

Quanto a colonização, o esforço maior empreendido pelos governantes parece ter sido no sentido de atrair para o Estado [de Mato Grosso] os excedentes populacionais sem terra e trabalho das demais regiões brasileiras, principalmente do Centro-Sul. Tratava-se de estocar no campo mato-grossense um dos componentes necessários ao tripé de todo empreendimento capitalista agrário, o trabalhador livre. Afora as poucas exceções, as precárias condições a que foram submetidos os colonos propiciaram a formação da reserva de trabalhador necessária aos empreendimentos da época (FERREIRA, 1986, p. 90).

Os projetos públicos de colonização apresentavam precárias condições de vida aos colonos. As dificuldades e o fracasso desse tipo de empreendimento estavam diretamente ligados a qualidade das terras da colônia, ausência de assistência técnica, carência de infraestrutura de apoio e grande distância dos centros urbanos. O planejamento que não houve antes da execução dos projetos de colonização, poderia resolver os problemas mencionados.

[...] o colono estava fadado ao insucesso em seu próprio empreendimento, caso insistisse em permanecer na terra sem vender a sua força de trabalho [...]. Assim, previa-se o êxito da relação terra-trabalho-capital, através da conjugação das duas propostas, a colonização e a venda de terras, aparentemente autônomas, mas, na prática, profundamente interligadas (FERREIRA, 1986, p. 91).

A venda de terras mencionada por Ferreira (1986), remete ao fracasso que o colono estava destinado, e que acabava por se desfazer de seu lote. As vendas da terra geravam a concentração fundiária, pois o comprador dos lotes destinados aos trabalhadores migrantes que estavam dentro de um projeto de colonização, normalmente era uma única pessoa (MORENO, 2007). Os problemas aumentaram ao invés de diminuir e a colonização na Amazônia teve que ser repensada. A alternativa foi a criação de Programas de Assentamento Conjunto (PCAs) envolvendo governo e iniciativa privada. Cooperativas de agricultores acabaram sendo formadas no Estado de origem e ficavam à mercê das empresas particulares

de colonização que visavam assentar os colonos na Amazônia mato-grossense. Irregularidades envolvendo as cooperativas passaram a ser constantes – conforme o exemplo de Canarana, responsável pelo projeto Terra Nova²⁵ - o que findou por favorecer a colonização feita somente de forma privada.

Ariosto da Riva que já havia iniciado uma colonização em Naviraí-MS, na fronteira com o Estado do Paraná, por meio de sua empresa Colonizadora Vera Cruz Ltda., entre os anos de 1952 e 1963, e posteriormente destinou suas atenções ao Norte mato-grossense, adquiriu 400mil hectares nesta região, que antes da aquisição do colonizador, seriam destinados a um projeto científico integralmente dedicado a Amazônia. O projeto Aripuanã, consistia em criar a Cidade Científica de Humboldt. Caberia a essa universidade, chamada na época de Uniselva, realizar o levantamento de capital natural na região, apontando alternativas não predatórias e o aproveitamento racional das potencialidades oferecidas pelo bioma amazônico. A pesquisa seria o instrumento para o desenvolvimento da região e a preservação de ecossistema. Até mesmo as novas infra-estruturas teriam que se enquadrar aos novos conceitos estabelecidos na região para evitar danos sociais, econômicos e a destruição inútil das reservas naturais. Ideias atuais que foram pensadas a mais de quarenta anos atrás. Ideia que não conseguiu sair do imaginário. Os 2 milhões de hectares onde seriam construídas a cidade científica foram “leiloados” e dentro dessa área estavam os 400 mil hectares adquiridos por Ariosto da Riva.

E o grande objetivo do projeto Aripuanã, que era o de promover a integração da Amazônia de forma científica e racional, diametralmente oposta à da Transamazônica e a filosofia de abrir estradas, parece que não terá seguimento. Tal como ocorreu com o Projeto Alto Turi, elaborado pela Sudene em 1962, Humboldt foi finalmente vencido pelos seus maiores inimigos: os interesses estrangeiros pelas jazidas minerais amazônicas, e os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros (abençoados pelo ex governador de Mato Grosso) [José Fragelli] interessados na industrialização da madeira e na substituição das florestas por imensas pastagens (JORNAL OPINIÃO, 1975, p. 6).

Com o poder econômico concentrado no Centro-Sul, assim como as grandes empresas, o projeto Aripuanã foi desfeito e suas terras cedidas à CODEMAT em 1973. Era o maior estoque de terras devolutas do Estado e que foi destinado a projetos de colonização, exploração agroindustrial e agropecuária, industrialização de celulose, mineração e cooperativas mistas de produção e consumo, para quatro empresas que conseguiram esse direito em um processo licitatório.

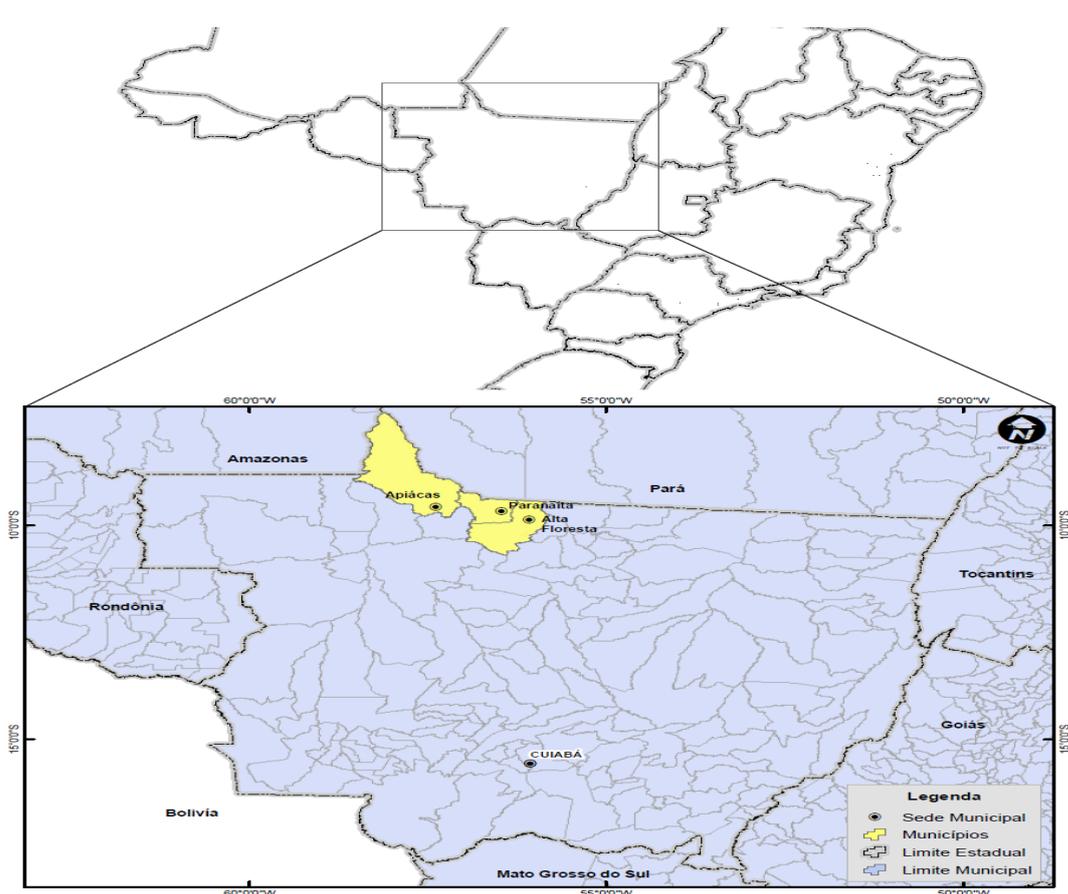
²⁵ Para aprofundar no tema ver a tese de Alexandro Rodrigues Ribeiro (2013) intitulada *Colonização Pioneira por Empresas e Famílias do Centro-Sul do Brasil no Estado de Mato Grosso*.

Quadro 3 – Resultado do Leilão de Aripuanã

Empresa²⁶	Área (ha)
Rendanyl S/A	1.000.000
INDECO S/A	400.000
Colniza S/A	400.000
Juruema Empreendimentos S/C Ltda.	200.000

Fonte: Huertas (2009).

Em 5 de outubro de 1973 Ariosto da Riva assinou a escritura dos 400 mil hectares adquiridos e que deram origem aos municípios de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás.

Mapa 19 – Terras adquiridas por Ariosto da Riva

Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

²⁶ Em 1981, a Cooperativa de Tricicultores do Vale do Iguaçu (Cotriguaçu), do Oeste paranaense, adquiriu as terras da Colniza S/A e da Rendanyl S/A, e repassou parte dos lotes a Juruema Empreendimentos, que promoveu os projetos de colonização cabíveis, dando origem ao município de Cotriguaçu. Todo esse trâmite foi acusado de irregularidades.

5.2 O Início da Colonização de Alta Floresta

A cidade de Alta Floresta começou a ser constituída em maio de 1976. Entre o período da aquisição das novas terras e o início das obras de infraestrutura do município, Ariosto da Riva fez algumas viagens de reconhecimento da área para articular a viabilização da implementação do projeto. Os processos de ocupação anteriormente aplicados à Amazônia, obtiveram pouco sucesso, ao contrário do projeto de colonização de Ariosto da Riva, pois na década de 1970, os militares que comandavam o Brasil, buscavam a ocupação da Amazônia e não o seu desenvolvimento.

O discurso da integração nacional mascarava alguns outros objetivos do governo, como a ocupação dos “vazios demográficos”, evitando que coligações contrárias à ditadura pudessem se organizar e firmar suas bases da resistência. Havia a formação de pequenos grupos que não estavam de acordo com as diretrizes do regime militar. O principal deles, na Amazônia, foi o que se localizava às margens do rio Araguaia com o seu embrião localizado nos municípios de Xambioá no Norte de Goiás (atual Tocantins) e Marabá no Sul do Pará.

Mais uma referência à guerrilha havida na área: “A guerra de guerrilha malogrou a Amazônia basicamente por dois motivos: o isolamento dos guerrilheiros, que foram facilmente cercados em consequência da má localização da área escolhida para as operações e a pouca cultura da população, que não chegou a entender Marx” Essa afirmação foi feita pelo general Milton Tavares de Souza, comandante da 10ª região Militar, em conferência pronunciada no encerramento de um ciclo de estudos promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Essa foi a primeira vez que um general do exército falou publicamente e fez ligeiras avaliações sobre o movimento guerrilheiro que surgiu entre 1970 e 1974 na região Sul do Estado do Pará e no Norte de Goiás, próximo ao Rio Araguaia (IANNI, 1981, p. 194).

As outras preocupações da ditadura militar eram: acabar com a tensão fundiária no Sul do país e com os problemas socioeconômicos que estavam se intensificando devido às geadas no Sudeste e no Paraná e a seca no Nordeste. No Centro-Sul ainda havia a questão tecnológica por resolver, pois a mecanização da agricultura acabava substituindo a mão de obra humana. Junto a isso, a construção da Usina de Itaipu em Foz do Iguaçu, no Paraná, acabou por deixar pequenos proprietários sem suas terras devido ao alagamento das mesmas. Por isso, o governo militar passou a direcionar os fluxos migratórios para a Amazônia.

Tratava-se pois, mais de uma questão de “segurança interna”, de colonização e reforma agrária do que de uma questão de “segurança externa”, de uma geopolítica inspirada na doutrina de defesa nacional baseada no discurso de ‘integrar para não entregar’. (PRETI, 1993, p. 14).

A expansão da fronteira agropecuária para o Mato Grosso foi resultado de política de colonização promovida pelo governo federal que pretendia explorar e absorver a mão de obra familiar excedente, alocando-a nas zonas de fronteira, que eram entendidas como “vazios demográficos”.

Com a intenção de evitar e amenizar conflitos pela terra em regiões onde a necessidade de mão de obra diminuiu, significativamente, foram criados novos espaços para onde os colonos foram direcionados, cessando os problemas fundiários e as tensões sociais na terra de origem desses migrantes.

Assim surgiu a possibilidade da colonização privada promover a formação do espaço na Amazônia. Era o início da construção do município de Alta Floresta, que posteriormente foi tratado como um modelo de colonização, e passou a fazer parte dos discursos políticos, aparecendo em diversos veículos de comunicação. Não era mais uma tentativa de ocupação da Amazônia, mas sim um projeto organizado, com todas as chances de ser um sucesso como não havia ocorrido até então.

No seminário realizado no ano de 1981 em Brasília, intitulado “Centro-Oeste, a nova fronteira”, o governador de Mato Grosso, Frederico Campos afirmou:

Analisando os diversos ângulos da economia de Mato Grosso e de suas possibilidades futuras, Alta Floresta aparece como um dos mais importantes projetos de colonização surgidos nas áreas pioneiras no Norte amazônico do Estado, que promoveu a ocupação demográfica daquela região [...], desenvolvendo culturas permanentes além de fixar o homem na região (ALTA FLORESTA...1983, p. 39).

A jornalista americana Ellen Bronfield Gelde esteve no seminário mencionado e foi à Alta Floresta fazer uma matéria e publicou no jornal O Estado de São Paulo e no New York Times, que:

[...] ela havia descoberto em meio a selva amazônica um outro Brasil em que há todos os tipos de oportunidades para quem deseja trabalhar, todos os tipos de desafios para quem tem coragem. Um Brasil que, talvez seja o melhor lugar do mundo para a juventude viver (ROSA, 1999, p. 21).

O aniversário de 10 anos de Alta Floresta mereceu elogios da Folha de Londrina, principal veículo do Norte do Paraná.

Sem dúvida alguma, um exemplo de ocupação racional na Amazônia se encontra em Alta Floresta. Privilegiadas com 10 anos de vida a cidade comanda uma economia exuberante e diversificada. Construída a partir do projeto de Ariosto da Riva, empresário paulista, Alta Floresta é hoje uma cidade que conta com toda a estrutura necessária a uma sobrevivência digna e humana (FOLHA DE LONDRINA, 1986, p. 3).

Alta Floresta tomou grandes proporções em seus primeiros anos que foram alicerçados nas políticas incentivadoras de colonização e da expansão da fronteira agropecuária para o Oeste, que buscava integrar as regiões menos ocupadas aos grandes centros urbanos. A SUDAM, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Brasil (BB), ficaram encarregados de organizar a ocupação. Uma de suas obras foi a BR-163 ou Cuiabá-Santarém, que para sua abertura teve duas frentes de trabalho formadas por integrantes do 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (9º BEC), que estava lotado no Rio Grande do Sul, e foi reinstalado em Cuiabá. A primeira começou a abrir a estrada em direção a Serra do Cachimbo. A segunda abria a estrada de Santarém em direção ao Mato Grosso. Avançavam em média 5Km por dia e o encontro se deu no Sul do Pará em 1976 depois de 5 anos de trabalho (ARAÚJO, 1999).

A BR-163 ficou conhecida como a estrada dos colonos, pois foi construída para facilitar a chegada dos colonos que em sua maioria vinha da região Sul, mais especificamente da região Norte do Paraná. Dois grandes projetos foram instalados à margem da BR-163: Sinop e Colíder. A gleba INDECO que posteriormente viria a ser Alta Floresta, estava a 207Km da BR-163. Esta gleba tinha o mesmo nome da empresa compradora da área e que foi responsável por sua ocupação. A Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO), de propriedade de Ariosto da Riva, foi criada para promover a colonização no Norte de Mato Grosso. Primeiramente em Alta Floresta e posteriormente em Apiacás e Paranaíta. Foi por meio da INDECO que Ariosto começou as obras de infraestrutura de Alta Floresta, dando início ao processo de colonização da área.

Proprietário do cartório Dalla Riva, o 1º cartório de Alta Floresta, o Sr. Mário César Dalla Riva era sargento do exército e foi para Cuiabá transferido do Rio Grande do Sul, junto com o 9º BEC, que estava encarregado de construir a BR-163. E quando questionado sobre como conheceu Ariosto da Riva, respondeu:

Por motivos religiosos eu frequentei a casa do Coronel José Meirelles, que foi prefeito, cuiabano e era o comandante do 9º Batalhão. Ele frequentava minha casa, eu frequentava a casa dele [...] e quando acabei meu curso de direito ele me disse para ir para Alta Floresta trabalhar com a INDECO. Eu já tinha 20 anos de serviço e ele me falou o seguinte “Você tira sua licença de 6 meses e fica responsável pela construção da estrada [MT-208]. Se te agradares você fica trabalhando lá se não te agradares você volta” Dito e feito! Vim pra cá. Fiquei com uma função burocrática no financeiro da INDECO, cuidando da folha de pagamento e acabei ficando e dei baixa no exército. [Em que ano o Sr. deu baixa no exército?] Foi em 1975 (DALLA RIVA, 2013, não paginado).

Na fala de César Mário Dalla Riva, vê-se uma forte ligação de Ariosto da Riva com os militares. O Coronel José Meirelles enviou um sargento para trabalhar na INDECO por 6 meses já aceitando a sua liberação e a saída do exército. Certamente que a construção da MT-208, estrada que liga a BR-163 a Alta Floresta, já estava nos planos da ditadura militar em 1976, pois Dalla Riva foi enviado para lá em 1975. A construção da estrada foi finalizada em 1981.

Nesse período referente a década de 1970, cada vez mais os projetos de colonização do INCRA não atingiam seus objetivos. Além da falta de condições mínimas de subsistência, a forma de ocupação era feita em relação ao cultivo de terras.

Tanto no passado como no presente, sempre foi reduzida a porcentagem das terras exploradas na Amazônia. A economia principalmente extrativista, a escassa agricultura e a pecuária rústica e extensiva, sempre ocuparam apenas uma parte pequena das terras existentes e aproveitáveis. Na década dos setenta ainda era marcante o caráter extrativista do conjunto da economia da região. A estrutura agrária da Amazônia é denominada por certas constantes histórias de extroversão, mercantilismo predatório e monopólio que marcam suas principais características. O extrativismo como forma predominante de economia deu a tônica a essa sociedade agrária reforçando ainda os condicionamentos geográficos. Essa economia de coleta e de exploração crua de recursos naturais marginalizou a agricultura gerando instabilidade generalizada da sociedade agrária amazônica e a dispersão dos núcleos de povoamento da região. Daí porque sempre foi reduzida a exploração agrícola e pecuária das terras. Muitas terras serviram no passado e continuam a servir no presente como terras de árvores, animais, aves e minerais, para a coleta, consumo ou comércio. Ao mesmo tempo persistem sítios e latifúndios ao lado de empresas agrícolas (IANNI, 1981, p. 92).

Os novos colonos traziam o conhecimento tradicional adquiridos em suas terras de origem, utilizando um sistema agrícola predatório, além de não conhecer as potencialidades de produção do bioma amazônico. O processo de cultivo inadequado para a região e a falta de apoio e incentivos do governo federal em relação aos novos colonos, decretaram o insucesso dos assentamentos públicos na Amazônia e os trabalhadores rurais que se instalaram nesses assentamentos foram esquecidos e ficaram abandonados em uma região desconhecida.

O governo federal, por meio do INCRA, concedeu à CODEMAT o direito de reorganizar a ocupação da Amazônia mato-grossense através de projetos de colonização da iniciativa privada. A CODEMAT que já vendia terras devolutas à empresários desde a década de 1950, passou também a organizar os projetos de colonização. A ferramenta utilizada foi novamente os incentivos fiscais.

No tocante aos projetos agropecuários, os resultados vêm sendo interpretados como um notável sucesso da política de incentivos: algumas áreas dos estados do Pará e

Mato Grosso, antes inexploradas, revelaram-se próprias às atividades agropecuárias, e os investimentos têm sido aí superiores aos do setor industrial [...] De fato, desde 1970 já era evidente que a agropecuária estava se constituindo num setor econômico em processo de formação e consolidação, graças às condições econômicas e políticas sob as quais se desenvolvia. A aliança entre a empresa privada e o Estado, sob a égide do grande capital, era uma operação econômica e política que garantia a implantação dos projetos, a formação da burguesia agropecuária e o surgimento de uma “nova” burguesia na região amazônica. No que tange ao setor privado, a evolução do desenvolvimento regional em função de estímulos e incentivos fiscais, demonstra o aceite da concepção do sistema [...]. O advento dos incentivos fiscais para a Amazônia resultou no binômio “Governo-Iniciativa Privada”... Os incentivos fiscais são instrumentos de Política Econômica que se constituem na renúncia total ou parcial do governo, aos impostos devidos em favor da iniciativa privada objetivando o aceleração do desenvolvimento espacial e setorial. Sendo imposto devido, a decisão de aumentar ou reduzir esta renúncia é ato e ação incontestes do governo. Mas o que ocorre na prática é a acumulação de capital no setor privado. Na aliança entre o Estado e a empresa privada, o que tem ocorrido é a crescente expansão do setor privado. A rigor o que ocorre é a formação e a expansão do capital privado, sob a proteção econômica e política do Estado. Mais que isso, o Estado tem sido a instância político-econômica por meio da qual uma parte do produto do trabalho coletivo (do proletariado urbano e rural) é transferido para o setor privado engajado na produção agropecuária. A vida utilizada preferencialmente para que o governo exerça influência sobre a formação de capital é a concessão de estímulos e incentivos de ordem fiscal e creditícia (IANNI, 1981, p. 227 - 228).

Quando o governo intensificou as vendas de terras devolutas, a política de expansão foi concretizada no Norte do Mato Grosso. Foram abertos processos de licitação onde empresas particulares adquiriram grandes porções de terras para implementar seus projetos de colonização privado. Assim foi aberta a Amazônia para a colonização denominada pelo governo de ordenada.

Mesmo com a colonização ordenada, a política de ocupação da Amazônia continuou sendo executada da mesma forma, com imigrantes que mantinham suas práticas agrícolas predatórias e que não tinham qualquer conhecimento da região. O que realmente importava para o governo era uma nova organização do movimento migratório, formando a ocupação relativa. Os empresários colonizadores, novos proprietários das terras devolutas, faziam a seleção de acordo com as suas convicções. Eles tinham o poder de selecionar os imigrantes, assim como Martinho Prado fez na grande imigração transoceânica, quando vinham para o Brasil os novos trabalhadores das lavouras de café.

Os promotores do processo de colonização, dividiam suas terras em pequenos lotes e comercializavam com os novos colonos se esses estivessem dispostos a se enquadrarem no projeto de desenvolvimento local elaborado pelos colonizadores que estavam articulados com a ditadura militar.

Na verdade, não há uma interação entre controle autoritário e racionalidade. O primeiro, contando com instrumentos de poder de caráter transitório, específico, discriminatório e acomodativo de interesse, que são os Atos Institucionais, os decretos-leis, além dos Atos Complementares; quanto a racionalidade, esta revela-se no discurso do governo através de uma retórica modernizadora, em nome do desenvolvimento econômico. Nesses contextos políticos em que se define o autoritarismo, gera-se um quadro de incerteza e um clima de medo, difusos por toda a sociedade, porque ninguém sabe ao certo de quem vem e de onde vêm as resoluções que afetam decisivamente a vida das pessoas, parecendo mais que estão submetidas a forças ocultas. [...] E foi em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social que o governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia sob a força dos decretos-leis. O esvaziamento das tensões sociais no Sul e o aproveitamento das riquezas da Amazônia em prol do migrante, contribuindo, desta forma, para o engrandecimento da Pátria, assinalaram o conteúdo principal do discurso governamental. Os empresários e os grandes proprietários, dentro da ficção da legalidade tiveram respaldo para avançar sobre os direitos dos trabalhadores em geral (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 55-56).

A política de ocupação foi implantada por meio do decreto federal nº59428 que exibiu em seu conteúdo, a afirmação de que o promotor da colonização dirigida, teria que ter comprovada a sua vocação para o exercício, e dessa forma, apresentou a colonização privada como um processo ordenado e seletivo, a qual tinha a segurança buscada pelos migrantes, pois seria capaz de conduzi-los à emancipação econômica.

A colonização dirigida, como parte de um referencial mais amplo, a política agrária, compreende a ocupação efetiva de áreas territoriais até então incultas e despovoadas, com o objetivo de incorporá-las produtivamente ao restante do país, ou ainda, como forma de garantir os limites de suas fronteiras. Implica na existência de terras despovoadas ou com reduzida população, de pessoas dispostas a migrar e, ainda, de recursos financeiros indispensáveis à realização de obras de infra-estrutura básicas à instalação dos colonos [...]. A colonização diferiria do simples povoamento por ser um processo que poderia conduzir o colono, através de um trabalho orientado, à sua independência financeira. Seria, portanto, uma ação planejada com a finalidade de povoar a terra e transformá-la em área cultivável (JATENE, 1983, p. 20).

Expansão da fronteira agropecuária e ocupação dos vazios demográficos são afirmações contraditórias, pois na região em que foram leiloados 2 milhões de hectares, onde atualmente se encontra o município de Alta Floresta, havia grupos de posseiros que se fixaram na região após o fim do ciclo da borracha amazônica e também camponeses que chegaram a região em busca de terras e estavam a décadas instalados e realizando atividades agrícolas de subsistência.

Além de posseiros e camponeses, a Serra do Cachimbo já era ocupada por silvícolas.

[...] quando um avião sobrevoou suas aldeias, em 1956 o inglês Richard Manson, descendo o rio Iriri, na Serra do Cachimbo, tentou contato com os índios, mas foi morto a flechadas e borsunadas. Em 1968 os levantamentos aéreos realizados na região haviam confirmado a existência de oito aldeias de Kran-Acarôres numa área aproximadamente de 300Km de extensão. Calculava-se a existência de mais ou

menos 1.500 índios ou até muito mais, pois cada aldeia devia agrupar pelo menos de 200 a 300 indígenas (PRETI, 1994, p. 15).

Os componentes do 9º BEC abrindo caminho para a implementação da BR-163, fizeram os primeiros contatos com os índios. Junto com os soldados estavam funcionários da colonizadora. Posteriormente vieram colonos, garimpeiros, todos ocupando o mesmo espaço. Problema que afetou diretamente os indígenas, que nômades, alternam de tempos em tempos o seu espaço de vivência.

Os índios acabaram por recuar, adentrando cada vez mais para o Norte. Mas a velocidade do avanço do homem branco na mesma direção era maior. A imposição do homem branco, inclusive com o uso de armas, acabou por fazer os silvícolas sucumbirem e derrotados, desestabilizados, segregados e destribalizados, os Kran-Acarôre se instalaram nas beiras das estradas mendigando, pedindo alimentos e prostituindo suas mulheres. A colonizadora INDECO sempre afirmou que não existiam índios na região de Alta Floresta, porém o processo de licitação das terras que foi realizado, teve as negociações da condições tratadas à revelia dos indígenas que habitavam a região.

Para a instalação da INDECO na região, houve alguns conflitos negados por Ariosto da Riva sempre quando questionado. A existência de índio nas terras onde hoje está Alta Floresta é certa devido a evidências até hoje encontradas, como ferramentas e instrumentos como peças que auxiliavam na alimentação e na caça indígena. Ainda há um ponto de turismo denominado Pedra do Índio, onde se encontram vestígios da existência dos silvícolas.

Quanto às populações indígenas que ocupavam essas terras em licitação, não tiveram nenhum poder de participação nessas decisões. A esse respeito, referindo-se aos indígenas que se encontravam nas terras da INDECO, um funcionário dessa colonizadora foi categórico: “Nós aqui domamos os índios e fizemos a limpeza” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 83).

Antes da licitação, além dos índios, os posseiros estavam nos arredores da área. A não implementação do Projeto Humboldt fez com que famílias se aproximassem das terras devolutas. Expedições organizadas pela INDECO com objetivo de conhecer as terras ocorriam com frequência mesmo antes do processo de licitação.

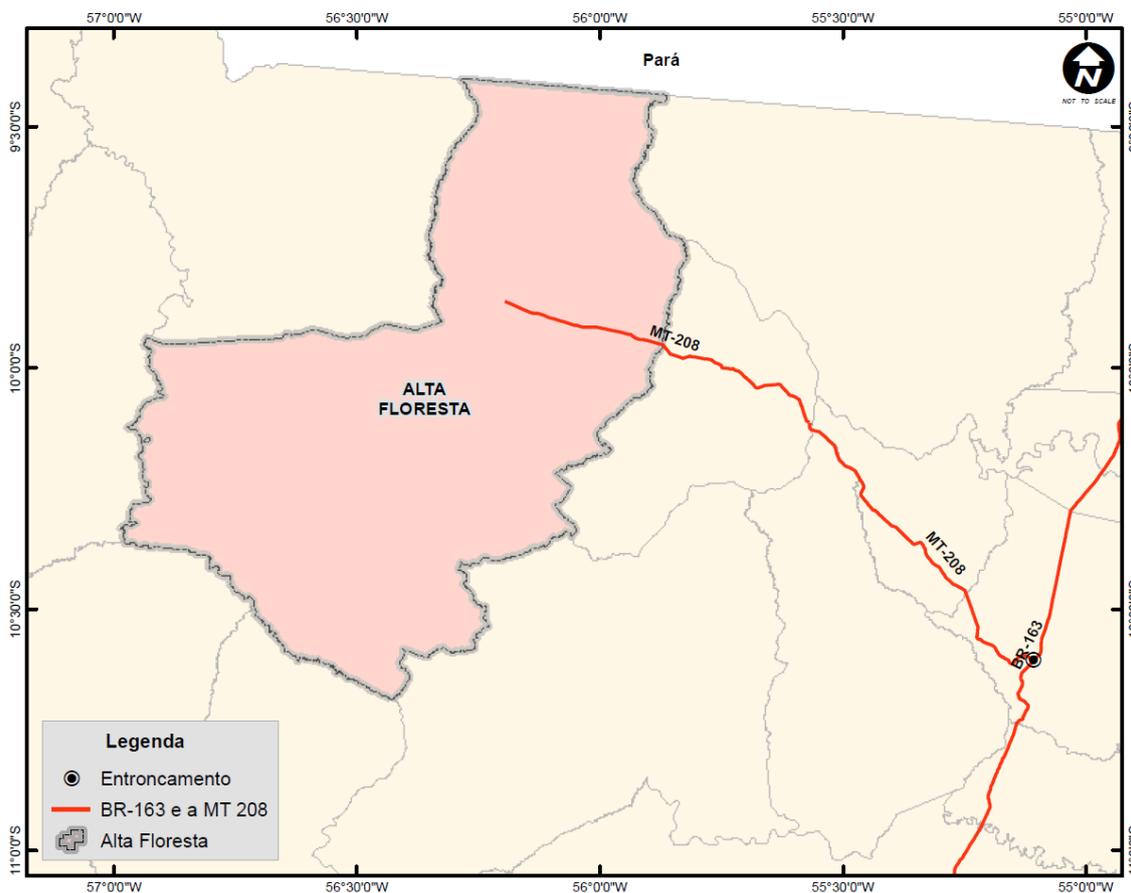
Houve tentativas de invasão e o governo militar providenciou algumas medidas para impedir a invasão. Promoveu uma barreira instalando o 16º BEC em Colíder (ponto de intersecção entre a BR-163 e a MT-208) que tinha por objetivo cercear o direito de ir e vir de possíveis posseiros. Mas estes não se intimidaram e permaneceram lutando pela terra na região.

Para evitar conflitos, frente as resistências dos posseiros, o governo militar criou um projeto de assentamento na região para atender as famílias de posseiros por meio do sistema cooperativista e afastá-los de onde seria construído o município de Alta Floresta. Os dois principais PACs deram origem aos municípios de Terra Nova do Norte e Garantã do Norte.

Com as possíveis tensões controladas, o reconhecimento das terras continuava. Quando era feito por avião, Ariosto da Riva afirmou ao veículo de comunicação Folha de Londrina que:

Para vir de avião até esta área, era fazer o sobrevoo e voltar, pois não havia gasolina o suficiente. Então eu comecei a fazer o sobrevoo via Barra do Garça. Pousava na Suiá e descia na estrada, reabastecia com gasolina que levava no próprio avião (FOLHA DE LONDRINA, 1986, p. 3)

Mapa 20 - Localização do Entroncamento entre as Rodovias BR-163 e MT-208



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

Algumas outras expedições foram feitas de barco. Ariosto continua a contar os seus feitos como se fora um bandeirante.

No barco além dos homens, alimentação, remédio, gerador de força era levado o combustível. E foi na margem do Teles Pires [rio que corta Alta Floresta] que se

construiu no muque uma pista de pouso. Mas para chegar até a pista, outra aventura foi necessário enfrentar a travessia da cachoeira Sete Quedas, foi preciso abrir uma picada e transportar por seis quilômetros, o barco, motores e alimentos. Levamos quarenta dias. Nessa pista fizemos análise do solo. Plantamos dendê, café, cacau. Começamos a fazer algumas experiências agrícolas (FOLHA DE LONDRINA, 1986, p. 3 - 4).

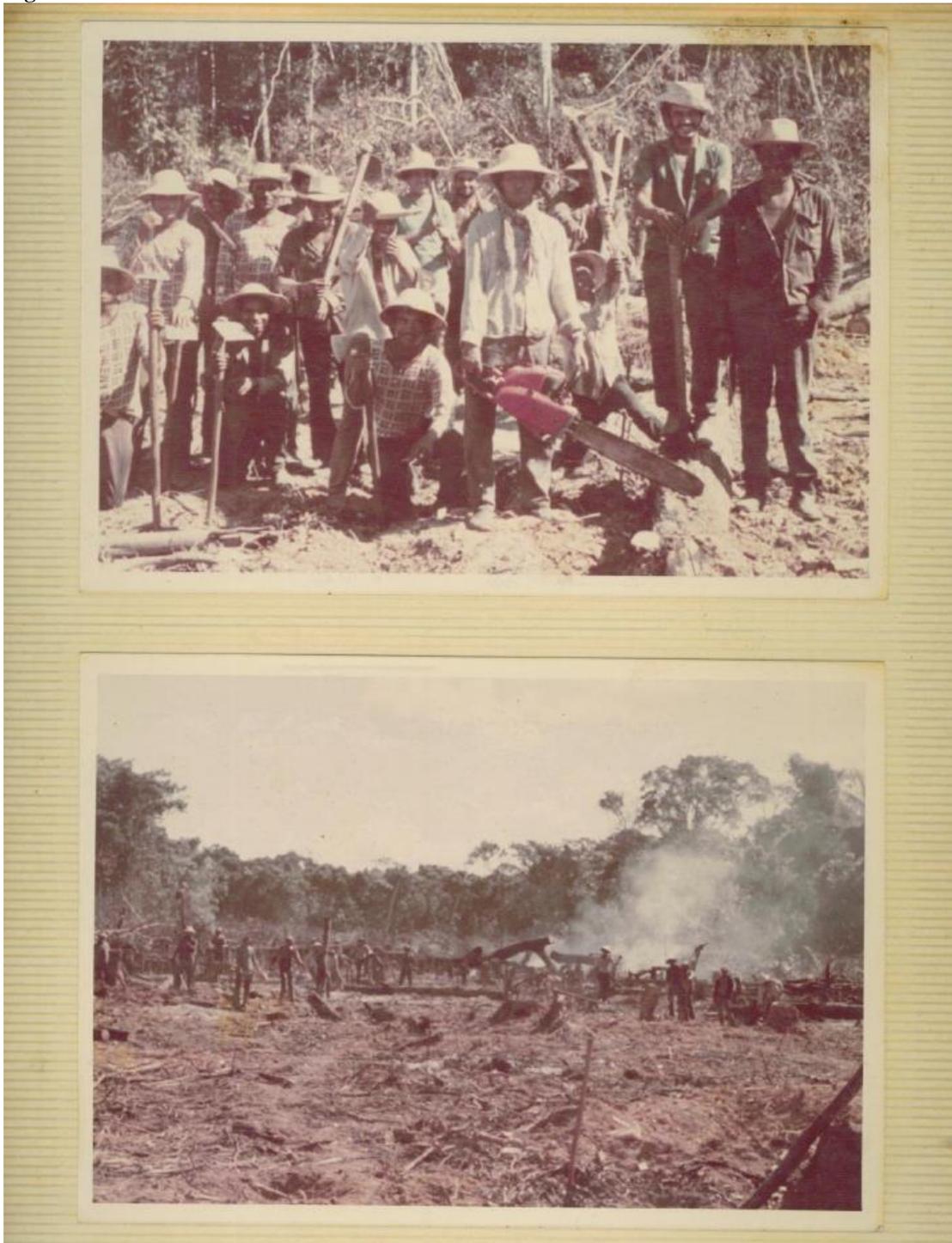
O solo era a maior propaganda que a INDECO poderia fazer para atrair os novos colonos. Para um empreendimento agrícola era primordial que a qualidade do solo fosse comprovada e para isso, a colonizadora buscou algumas organizações para avaliar as condições ideais para iniciar as plantações.

O colonizador foi procurar respaldo na tecnologia moderna para provar que o projeto de colonização se localizava em uma “mancha de terra fértil”. Assim, de acordo com o seu depoimento, tratou imediatamente de realizar vários testes com amostras de terras encontrando cobertura para essas pesquisas no Instituto Agrônomo de Campinas e junto a professores do Rio de Janeiro e Piracicaba. Além disso, contou também com o apoio do Projeto RADAM – Projeto Radar da Amazônia – que rastreava a região amazônica, indicando suas potencialidades agrícolas, apontando, inclusive, as áreas de castanhais nativos, dentre as quais Alta Floresta era uma delas. O resultado não poderia ser outro. O projeto de colonização de Ariosto da Riva obtinha, através da pesquisa científica, uma legitimidade que o autorizava a afirmar categoricamente: “Estamos em uma região privilegiada da Amazônia!” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 99).

Enquanto as pesquisas eram realizadas o governo do Estado do Mato Grosso, por meio da CODEMAT, colocou as terras a venda por meio do edital nº03/73 de 25 de março de 1973. Eram os 2 milhões de hectares que seriam destinados a construção do Projeto Humboldt. Oficialmente, a área passou a pertencer a colonizadora INDECO. O processo de colonização privada de Alta Floresta iniciava-se sob o comando de Ariosto da Riva e a tutela do governador José Fragelli.

A primeira obra de infraestrutura foi a estrada MT-208 que ia do quilometro 643 da BR-163 até onde seria a sede do município de Alta Floresta. A INDECO financiou esta abertura durante dois anos (1974-1976), construindo pontes e uma balsa para atravessar o Rio Teles Pires.

Figuras 25 e 26 – Trabalhadores Derrubando a Mata e Construindo a Rodovia



Fonte: Arquivo INDECO

Figuras 27 e 28 – Imagens Aéreas da Abertura da Rodovia

Fonte: Arquivo INDECO

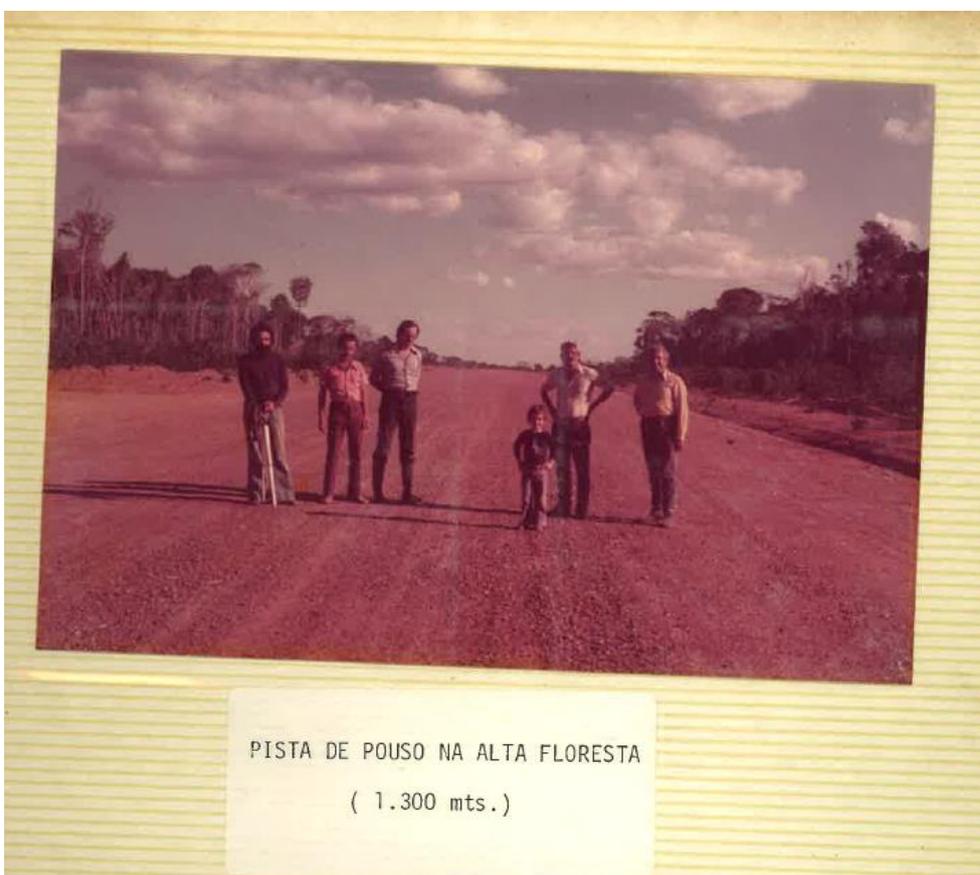
Os funcionários chegaram a trabalhar 24 horas na abertura da estrada. Eram 90 funcionários divididos em dois turnos (ROSA, 1999). A INDECO queria começar a implementar o seu projeto o mais rápido possível.

Chegaram onde se instalaria a sede do município no dia 19 de maio de 1976. É nessa data que é comemorado o aniversário de Alta Floresta. Quando alcançaram o local desejado, instalaram um acampamento para pouso e recebimento e fornecimento de alimentos. Os primeiros visitantes e compradores foram recebidos nesse acampamento.

Figura 29e 30 – Pista de Pouso



Fonte: Arquivo INDECO



Fonte: Arquivo INDECO

As obras de infraestrutura começaram a ser construídas ao mesmo tempo, impressionando quem fosse para Alta Floresta.

Para colonizar, principalmente com o pequeno e com o médio você tem sucesso se tiver uma terra muito boa, e que dê uma boa resposta. Agora independente da qualidade da terra, que é vital, você precisa de infra-estrutura para poder dar apoio para o pessoal que vem para cá. Então tendo a terra boa, nós procuramos desde o início dar esse apoio. Fizemos logo na cidade hospital, colégio, escola, armazém, procurando dotar a região de certa infra-estrutura para inspirar confiança no colono que aqui chegasse (FOLHA DA FLORESTA, apud RIVA, 1989, p. 2).

Figuras 31 e 32 – Imagens Aéreas de Alta Floresta



Fonte: Arquivo INDECO.

Mas a INDECO não limitou-se a esperar os visitantes na sede do município. Conforme as construções de infra-estrutura foram avançando, as demarcações dos lotes rurais e urbanos foram sendo executadas, assim como a abertura das estradas vicinais dentro do município. No Sul do país, mais precisamente no Norte do Paraná, foram sendo instalados escritórios para vender as terras do Norte de Mato Grosso.

A especulação espalhou-se pela região. Caravanas eram articuladas pelos corretores para visitarem as novas terras que foram elevadas à salvação econômica para quem não tinha alcançado a independência financeira.

Torne-se um rico agricultor em Alta Floresta. Esse suplemento foi idealizado especialmente para aquelas pessoas, que, com vontade de progredir e mesmo sendo trabalhadoras, não tem conseguido campo ou chance para desenvolver-se e assim propiciar melhores condições de vida para seus familiares. O Norte de Mato Grosso com suas terras férteis, isentas de geadas ou inundações, temperatura média anual de 24 e 26 graus, regime de chuva em torno de mil milímetros anuais e bem distribuídas é uma das raríssimas oportunidades que o Brasil de hoje está lhe oferecendo. Alta Floresta é mais do que isso, é uma certeza de êxito, sobram terras e falta mão-de-obra para tudo (INDECO, 1980, p. 1).

A propaganda não se restringia somente às cidades que tinham um escritório da INDECO. Corretores em outras cidades apresentavam as novas terras nos municípios que não tinham ponto específico de vendas. Nessas cidades eram feitas reuniões na residência de alguns moradores, que chamavam os amigos para participarem, e durante as reuniões eram exibidas fotos do projeto da INDECO.

A gente via muitos filmes NE [...] Sabe aquelas fotos com aquelas matas lindas, maravilhosas, aquela estrada assim, que sumia de vista, as árvores enormes, que dois homens não abraçavam, o corretor vinha e mostrava o pessoal tomava conhecimento do próprio trabalho feito pela colonizadora aí eles já levavam. Geralmente eles convidavam para uma reunião na casa de uma pessoa da cidade para mostrar as fotos, aí já dava vontade mesmo de vir conhecer (Funcionário Público, Informação Verbal, 2013).

Figura 33 e 34 – Os Colonos Chegando em Alta Floresta



Fonte: Arquivo INDECO

A imagem convencia, persuadia, e quem não estava vivendo em boas condições econômicas, acabava por visitar o projeto. A própria INDECO organizava as caravanas.

Chegando na sede de Alta Floresta as terras eram oferecidas. Quem adquiria um lote não pagava a viagem, quem não comprasse nada teria que pagar as despesas. Quando retornavam de uma viagem longa, como era o caso de ir do Norte do Paraná para Alta Floresta, todos contavam aos amigos o que haviam visto. É comum no interior, a curiosidade sobre viagens de pessoas próximas, sendo normal que surjam indagações, principalmente sobre o que então era desconhecido no Sul do país.

Nessas conversas surgiam perguntas sobre a infraestrutura, qualidade de solo, clima e legalidade das posses das terras. Quando voltavam a sua cidade de origem, os colonos que não adquiriam as terras na viagem eram constantemente procurados por corretores que lhes passavam a informação de como estava o andamento do projeto.

Foi sendo formado, no Norte do Paraná, uma longa rede de propaganda que se estendeu por toda a região. Mudar para um lugar que teria terras com solo fértil, e com o clima ideal apresentando as condições necessárias para o cultivo agrícola, significava a possibilidade concreta da emancipação econômica. Alta Floresta se apresentava como o lugar ideal.

Tudo era muito comum. Imagens das aberturas e da manutenção de estradas, construções da cidade, o crescimento das primeiras lavouras e as estatísticas que Alta Floresta apresentava.

No segundo ano de existência Alta Floresta já possui 12 milhões de pés de café plantados, 3,5 milhões de pés de cacau, sendo o único polo cacauzeiro do Estado. Sobre a SAÚDE: temos 3 médicos residentes, 48 leitos, sala de operações, Raio X, Encubadeira – 800m². EDUCAÇÃO – da 1ª a 8ª série – com uma escola na zona urbana de 1.500m², e escolas rurais num total de 2.048m² distribuídas no projeto a 4Km de distância de cada lote rural ocupado. ESTRADAS – construção e conservação do Principal e Vicinais – 736Km. As terras do projeto de colonização em sua totalidade são originárias do governo do Estado. A INDECO S/A está apta a outorgar escrituras definitivas dos lotes quitados. O projeto conta ainda com o Banco do Brasil, Banco Finacial e CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (INDECO, 1978, p. 4).

Muitos compravam as terras sem ir conhecer e ver o que estavam adquirindo. Apenas números e imagens já bastavam para alguns se tornarem novos colonos de Alta Floresta.

Os pioneiros estavam, após a instalação e a primeira colheita, embriagados com o gosto da prosperidade e de terem vencido as dificuldades iniciais do projeto. Já não lembravam mais de suas renúncias e esse esquecimento das dificuldades que foi substituído pelo prazer de vitória dava sustentação à existência do projeto. Esse paradoxo se tornou condição para a realização de um processo de colonização privada na Amazônia.

O crescimento de Alta Floresta foi rápido. Um ano após o início da implementação do projeto, a área foi elevada a distrito de Aripuanã. Em 18 de setembro de 1979, menos de três anos após o início das obras, foi elevado a categoria de município pelo decreto-lei nº4.157. Alta Floresta ainda estava em fase de estruturação e até 31 de janeiro de 1981 a INDECO respondeu pelos problemas municipais. Na data mencionada, Wanderlei Alves Pereira tomou posse como o primeiro prefeito de Alta Floresta.

O prefeito administrou a cidade em parceria com a INDECO. O lema de seu mandato foi: nada resiste ao trabalho, frase repetida por Ariosto da Riva diversas vezes ao longo do processo de colonização. O poder público municipal atuou em parceria com a INDECO até o ano 2.000, quando Vicente da Riva, filho de Ariosto da Riva, não conseguiu a reeleição e encerrou o seu mandato de prefeito não conseguindo eleger o seu sucessor.

Nesse período a imagem de Alta Floresta continuava sendo vendida como exemplo de um resultado positivo da iniciativa privada no processo de colonização.

Em apenas dez anos, Alta Floresta já era um sucesso. Os números da sua empreitada eram impressionantes. Sem um centavo do governo, ele distribuiu terra para mais de 150 mil pessoas. Sulistas, principalmente paranaenses, chagavam as terras com seus cabelos loiros e seus olhos azuis. Eles contrastavam com uma minoria de nordestinos, todos fugindo da seca. Como a maioria dos migrantes tinha vocação agrícola, cerca de 70% da população de Alta Floresta acabou se assentando no campo. Assim, durante quase dez anos, foram colhidas safras recordes, com consciência ecológica presente no cultivo de espécies nativas como a castanha, o guaraná e o cacau (REVISTA TERRA, 1999, p. 47).

20 anos após a emancipação de Alta Floresta, era assim vendida a sua imagem. Com informações que não correspondem com a verdade, a matéria faz uma propaganda do irreal, levantando suspeitas de que a matéria seja encomendada. Afirmar que não houve um centavo do governo é surreal, pois foi o poder público que construiu as estradas dentro do município. Muitos colonos foram financiados pelo Banco do Brasil. Funcionários do banco viajavam com helicópteros da FAB para Alta Floresta nos fins de semana para receber os colonos, avaliá-los e voltavam no começo da semana para Cuiabá para aprovarem os financiamentos. Além dessa operacionalização, lembremos que as terras onde hoje está localizada a cidade de Alta Floresta foram adquiridas por meio do governo estadual através de uma licitação que não envolveu empenhos monetários, apenas apresentação de projetos. Outra inverdade é a distribuição de terras para 150 mil pessoas. As terras não foram distribuídas, mas sim vendidas e não se atingiu o número de 150 mil pessoas. De acordo com o censo de 2.000 e 2.010, Alta Floresta tinha a população, nos respectivos anos, de 46.982 e 49.164. A INDECO continua vendendo lotes em Alta Floresta. Ainda há a afirmação de contraste entre sulistas e

nordestinos, que colocando os primeiros em uma situação de superioridade apresenta o preconceito da matéria. Por fim a afirmação de consciência ecológica na produção agrícola apenas por produzirem espécies nativas não garante a sustentabilidade, além do que a maioria dos produtores plantavam café, como foi citado em um suplemento da INDECO e já no de 1999, a pecuária já apresentava a maior produtividade do município. Produzir espécies nativas não faz com que os produtores em si, adquira a consciência ecológica.

Algumas questões abordadas nessa matéria, como a ausência de incentivos fiscais e dinheiro público e a afirmação de concessão de terras, é que abriam espaços para diversas interpretações para as suas ações. Haja visto na execução de projeto, onde quem comprava as terras era protegido e ovacionado, e quem apenas visitasse Alta Floresta voltava tendo que pagar as despesas.

E essa condição era uma diferença básica para o que ele afirmou ser um sucesso do seu projeto de colonização. A principal diferença entre colonização privada e pública é a seleção de colonos. A primeira, escolhe as pessoas que têm condições de comprar uma porção de terra, e a segunda é destinado para aqueles que justamente não têm como adquiri-la.

5.3 Atraindo os colonos

A INDECO oferecia uma nova condição de vida, sempre explorando a precariedade do pequeno produtor. Não se referia diretamente, mas demonstrava que sua administração sabia das condições socioeconômicas dos trabalhadores que eram alvos de colonizadores. Devido a esse conhecimento, colocavam diante dos possíveis colonos uma nova oportunidade de participar de um núcleo de colonização. Nas novas terras encontrariam terra e trabalho, em um lugar onde todos estariam em uma mesma classe social, sem diferenças, tendo a liberdade e o caminho livre para alcançar o sucesso.

Os colonos então venderiam suas terras no Norte do Paraná, em média 10 alqueires e comprariam 100 hectares, que era o lote de terreno destinado a agricultura familiar e enfrentariam a floresta, derrubando a mata e plantando em um solo em que a fertilidade era atestada por órgãos de confiança. Seriam os mais novos colonos da Amazônia. As imagens que foram apresentadas aos colonos referendavam que era um lugar onde as plantas tinham folhas muito verdes, os frutos eram grandes e as árvores muito altas. Ainda assim, o motivo mais pleno que fez com que os colonos se desfizessem de suas terras e fossem viver em um outro local foi a crença em que teriam a oportunidade de melhorar a vida dos familiares,

principalmente de seus filhos, pois “a gente acreditou, que este lugar, ia oferecer o melhor pra nossa vida” (COMERCIANTE, informação verbal 2013).

Para os colonos, não há uma efetiva separação entre a experiência da pobreza e exploração do seu trabalho na “antiga terra” com o desejo de melhorar a vida e a fé na nova terra. Se procurássemos separar um desses elementos e estigmatizá-lo com a razão para a saída, estaríamos incorrendo em equívoco. Miséria, sonho e fé constituem parte da mesma subsistência causadora da partida (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 21).

Foi esse o nicho que a INDECO encontrou e utilizou a publicidade como um instrumento para atrair o colono. Apresentou-nos a realização dos seus desejos (sonho) explorando as dificuldades que passavam (miséria) e criava o entusiasmo necessário (fé) para que estes colonos se propusessem a se deslocar em busca de uma nova vida. Os colonos tinham o seu imaginário aflorado.

A INDECO S/A oferece a você agricultor a sua família, uma nova opção de vida. Venha planar conosco, nas terras férteis dos projetos de Alta Floresta e Paranaíta, as rentáveis culturas do café, arroz, feijão, milho, mandioca e outras. Desfrute a estrutura que a cidade de Alta Floresta já lhe oferece. Energia elétrica, hospitais, escolas rurais e urbanas, Bancos do Brasil, Basa e Financial, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), culturas financiadas, comercialização garantida, enfim tudo que sua família precisa para uma vida melhor. Participe desta filosofia de colonização das terras nobres da Amazônia com agricultura perene, que a INDECO está desenvolvendo (INDECO, 1980, p.16).

A INDECO explorou os três quesitos que Guimarães Neto (1986) menciona e os associou estrategicamente com a terra, o futuro e a família. Com essa articulação, a INDECO atingiu o pequeno produtor que não tinha outro plano de vida e não ser permanecer com sua terra, cada vez mais menos produtiva. A publicidade além de passar a ideia de terras produtivas, ainda apresentava a infraestrutura de suporte como escolas, hospitais e instituições de fomento agrícola, pois como afirma o suplemento da INDECO, Alta Floresta tem tudo que sua família precisa para uma vida melhor.

Provocar/atentar o colono para a possibilidade de alcançar uma condição financeira confortável era o que buscava a propaganda da INDECO. Por isso que o alvo era o colono, diretamente, pois causar o sentimento de poder vencer, proporcionar uma grande melhora nas condições de vida era o que iria fazer com que este colono quebrasse o vínculo com a terra e com os seus familiares próximos e amigos, mudando seus planos sobre o futuro e até mesmo transformando alguns valores pessoais culturais.

Atingir o imaginário do pequeno produtor fez com que Alta Floresta se assemelhasse ao paraíso e alcançar a riqueza, que antes era inimaginável, pareceu ficar próximo. Ter maior

quantidade de terra, suficiente para a subsistência e para produzir excedente significativo, acabando por ser a única forma de garantir aos filhos uma vida melhor que a que se apresentou a esses trabalhadores com a fragmentação fundiária, as terras foram diminuindo e dificilmente o agricultor familiar conseguia aumentá-las, pois a renda diminuía conforme a extensão da terra também diminuía. Desta forma, as próximas gerações que teriam suas terras menores do que a de seus pais, seriam fadadas a perderem a autonomia sobre sua propriedade, buscando algum parceiro financeiro ou se tornando assalariado rural, talvez até nas terras que eram antes de sua propriedade.

Neste cenário em que vivia o pequeno produtor o empobrecimento ao longo do tempo dificilmente seria conformado. Com a renda líquida pequena o nível da tecnologia da produção dificilmente seria elevado, pois não havia recurso, para se fazer novos investimentos. Juntava-se a isso a diminuição da fertilidade do solo e a incapacidade da terra absorver a mão de obra familiar, sendo que alguns membros da família já trabalhavam em outras terras. Os problemas aumentavam o seu grau de intensidade ao longo do tempo e o agricultor familiar via cada vez mais a sua participação econômica e política na sociedade subtraída.

A situação em que se encontrava os camponeses do Norte do Paraná, que se assemelhava a outras regiões que apresentava números de agricultores familiar significativos, era derivada da política econômica do Brasil que era destinada as necessidades do complexo industrial capitalista, deixando fora dessas políticas os pequenos empreendimentos agrícolas.

O estabelecimento agropecuário brasileiro (considerado aqui como uma unidade de produção) parece ser basicamente uma unidade que trabalha com insumos industriais, crédito, assalariamento e que está fortemente vinculada à política governamental (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 24).

A calamidade atingiu o pequeno produtor devido a falta de projetos e reformas sociais. Com o exercício de ações desenvolvimentistas restringindo questões econômicas a concentração de renda aumentava às custas da expropriação forçada dos minifundiários. A ditadura militar por meio de um governo autoritário, abafando qualquer menção de articulações entre os pequenos produtores, não atendia nenhum pedido ou reivindicação da classe camponesa que não conseguia nem fazer valer os seus direitos perante os comandantes do país. A manutenção da terra e até mesmo o acesso a ela por parte dos camponeses beirava o impossível mediante a conjuntura apresentada. A consequência das políticas econômicas federais, foi o aumento da exploração do trabalho do pequeno agricultor.

Ocupar as terras na Amazônia era a saída desta bola de neve. A INDECO trazia essa solução. Levava a oportunidade de posse da terra a quem dela precisasse. Apesar da distância, as novas terras se tornaram tangíveis.

Ainda que Da Riva afirme que “Nós a [INDECO] nunca fizemos propaganda, foi o boca a boca que fez Alta Floresta ser o que é hoje”, a publicidade empregada de forma estratégica, promovendo as novas terras e atingindo o âmago dos colonos, foi o que os atraiu.

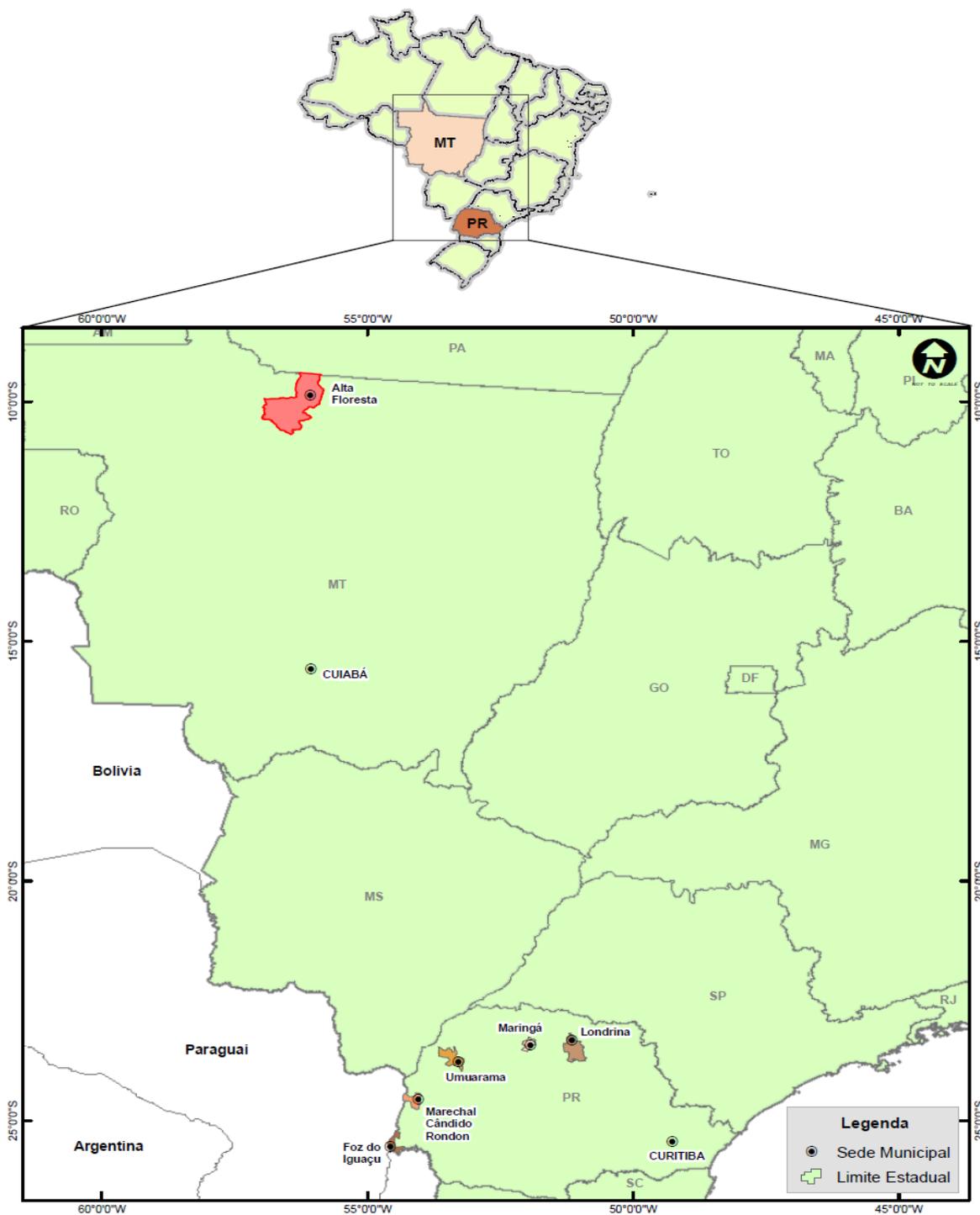
Figura 35 – Exemplo de Suplemento Distribuído pela INDECO



Fonte: Arquivo Pessoal de Clara Rosa

A instalação de escritório em 5 cidades do Norte do Paraná, acelerou as vendas e encontrou o pequeno proprietário em dificuldades, que segundo Ariosto da Riva “era o tipo ideal para ser o colono de Alta Floresta” (ALTA FLORESTA 1983^a, p. 59).

Mapa 21 – Localização dos escritórios da INDECO no Norte do Paraná



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

A empresa recorreu a todos os meios de comunicação que na época estavam disponíveis: rádios, televisão, jornais, sempre buscando a venda por meio dos corretores, tendo contato pessoal, pelo qual o convencimento era mais facilitado.

A gente ouvia falar muito nos rádios. Meu pai ficava desconfiado, era muita facilidade[...] Os corretores visitavam nosso bairro [moravam na cidade de Rondon-PR] no mínimo 1 vez por semana. Sempre com fotos daqui de Alta Floresta, mostrando as obras que estavam acontecendo na cidade e as plantações da fazenda Caiabí [...]. Meu pai foi visitar Alta Floresta só quando um conhecido que comprou um lote aqui, e avisou sobre a legalidade da documentação. Quando voltou, foi pra pegar a gente e trazer pra cá. (Professora, informação verbal, 2014).

No início, a INDECO precisaria fazer mais do que propaganda. Além de transporte gratuito para quem adquirisse um lote em Alta Floresta, Ariosto da Riva montou uma fazenda experimental que servia de modelo para a visita dos novos colonos. Com o intuito de convencer o comprador de que “plantando tudo dá” nas novas terras, cultivava diversas espécies de culturas, nativas e exóticas.

Mostrando a legalidade da documentação e a fertilidade do solo, os visitantes passeavam pelas obras de infraestrutura. Ariosto da Riva acompanhava as visitas. Sabia que para a colonização acontecer, o colono era a peça principal. O contato direto como ele estimulava o camponês a comprar o seu lote. Era um poder a mais de persuasão. Após a instalação dos primeiros colonos dava atenção individual as famílias. Ainda é comum na zona rural, formada em sua maioria por cristãos, ter na estante da sala, uma cruz de Jesus Cristo, uma imagem de Nossa Senhora e o retrato de Ariosto da Riva.

Já no terceiro ano, quando os primeiros colonos já haviam se instalado, aberto os seus sítios, a INDECO não mais financiava as viagens para os colonos que se dirigiam a Alta Floresta. Só quando chegavam aos limites do município é que a INDECO os recepcionava e iniciava a visita. Os novos colonos eram direcionados a fazenda Caiabí e as de outros colonos que já estavam adiantados em sua instalação. Quando adquiriam os lotes a documentação era organizada e os limites do terreno demarcados. Parar de financiar as viagens foi possível devido ao fluxo das notícias sobre a prosperidade dos colonos. Os que já estavam instalados chamavam os parentes e amigos mais próximos. Somente em torno de quatro anos depois é que ocorreu o “boca a boca” que Da Riva afirmou existir desde o início. As notícias passaram a correr entre as famílias, o que antes estava no imaginário passava a ser concreto e o desejo de conquistar a prosperidade tomava conta dos novos colonos. “Eu avisei muita gente minha pra vir pra cá. Todo mundo que vinha pra cá comprava terra porque todo mundo gostava” (Agricultor, informação verbal, 2012).

Depois de as notícias terem se espalhado, de as estórias acreditadas, da geada que caía, da seca que assolava, do governo que matava, das plantas que não cresciam, da terra que diminuía, do coração que se apertava [...] . Depois da vida, em nome da vida [...] a terra desconhecida chamava! (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 27).

A fama de terra da fartura percorria o caminho dos novos colonos. Seu Pedro Ditós relatou o que muitos outros colonos, também afirmavam.

[...] toda vida nós mexeu com café no Paraná e a geada matava. Teve uma ocasião que lá na propriedade onde eu nasci[...] lá era um lugar que corria menos risco de geada. Eles [os pais] venderam a terra e foram pra um lugar onde a geada matava. E aí a gente só tomou prejuízo. E aí o pai tinha vontade muito grande de mexer com café e como ele não teve sorte lá aí nós veio prá cá porque aqui não geava né (Agricultor, informação Verbal, 2012).

Em meio as entrevistas, os colonos contavam sobre os motivos que fizeram com que eles se deslocassem para Alta Floresta, lembrando as suas rotinas, comparando-as com o atual momento.

Eu morava em Piquiri [Alto Piquiri município localizado no Norte do Paraná] e lá não tinha muita terra [...] a nossa terra era pequenininha. Era 3 alqueires e meio. Até que não era ruim, era boa a terra, era boa, mas a gente que mexia com café sofria demais, moço. Já aqui não! Tem muita terra. Se o Sr. vê aqui tem guaraná, cacau. Quando a gente tava em Piquiri, não tinha nem como as crianças estudar [Seu Benedito tem 9 filhos (4 mulheres e 5 homens)] porque tinha que trabalhar fora do sítio. Aqui não, Floresta [Alta Floresta], tem escola, Floresta tava de parabéns. (Agricultor, informação verbal, 2013).

A renda era a preocupação dos colonos no Norte do Paraná. O tempo era inimigo, passavam os anos os filhos cresciam e a angustia aumentava. A necessidade só aumentava. Produzir para a subsistência já não era possível, quanto mais produzir o excedente. Tornar-se um assalariado era a indução que o pequeno agricultor sofria e previa a mesma situação para os seus filhos. Alta Floresta ganha importância na questão familiar. Poder estar todos em um só lugar era um novo caminho que se poderia oferecer aos filhos.

Ainda havia a questão dos valores das terras no Paraná que era maior do que o valor das terras na Amazônia. Vendiam a pouca terra que tinham e compravam muita terra em Alta Floresta.

Eu sempre pensei em comprar mais terra. Quanto mais terra mais café, mais pasto, aí é melhor né?! Aí a turma da INDECO foi em casa, Acabei vendendo 9 alqueire que eu tinha e comprei 50. Foi bom porque os meus irmãos moravam comigo, era bastante gente, por isso que eu queria comprar mais terra (Agricultor, informação verbal, 2012).

Quem tinha algum pedaço de terra passava por dificuldades, mas quem não tinha sofria ainda mais. Alta Floresta também chamou a atenção dos sem-terra. Devido a localização distante 207Km da BR-163, poucos chegaram ao município, pois a abertura da Cuiabá-Santarém também já havia chamado a atenção de quem não possuía terra e já haviam instalados assentamentos na beira da rodovia, perto do município de Sinop, onde ocorria outra colonização privada. Quem chegava preferia ficar no acampamento, onde já havia algum tipo de organização, a ir para Alta Floresta onde não haveria onde ficar. O livro feito pela prefeitura, já comandada por Wanderley Alves Pereira, afirma que a escolha do local da sede do município de Alta Floresta, era “afastado da BR-163 para evitar agitações” (ALTA FLORESTA..., p. 32) que poderiam atrapalhar o andamento e a execução da colonizadora INDECO. Poucos sem terra foram para Alta Floresta, e os que ficaram na cidade tornaram-se empregados das lavouras dos colonos que prosperavam.

Muitos cultivavam o café, cultura bastante replicada nas terras do Norte do Paraná. Os colonos que já estavam instalados e colhendo café faziam a propaganda da INDECO, trazendo os seus conhecidos para Alta Floresta que também aderiam a cafeicultura. A confiança passava de um colono para o outro. Era o Ouro Verde (GUIMARÃES NETO, 1986). Muitos foram em busca desse Ouro Verde na Amazônia, assim como os que deram início ao cultivo no Vale do Paraíba em São Paulo, e que posteriormente foram deslocando a fronteira agropecuária em direção ao Oeste paulista e o Norte paranaense. O café também estimulava a migração do Norte do Paraná para Alta Floresta. A expansão da fronteira agropecuária continuava, e chegava, por meio do cultivo do café à Amazônia mato-grossense. Fotos das primeiras colheitas circulavam pelo Norte do Paraná, muitos eram enviados pelos colonos e outros entregues aos corretores para incitar possíveis novos compradores.

A felicidade dos novos colonos que plantavam café durou em torno de três anos apenas. Com o passar do tempo e o uso e reuso do solo, a cafeicultura se apresentava como uma plantação inapropriada para a Amazônia. Cresciam muito, as folhas eram grandes e os frutos eram poucos. A lembrança da vida do Norte do Paraná voltava às memórias dos colonos.

Eu vim pra cá e plantei café. Falei pra um monte de gente que aqui o café não dava prejuízo. Era um cafezal bonito de vê. A INDECO trazia um monte de gente pra ver minha plantação. Tirava foto. Tenho certeza que minha plantação foi usada pra vender terra. Aí, na quinta colheita, o café já começou a não vender. A INDECO nem aparecia mais pra saber o que tava acontecendo (Agricultor informação verbal, 2012).

Mesmo com o colono em dificuldades devido a produção de café, no Norte do Paraná a fama de Alta Floresta se mantinha em alta. O cacau e o guaraná foram apresentados como alternativa para quem estava em dificuldade com a cafeicultura. Diferentes produtos iam se sucedendo como a principal cultura do município e a crença na excelência da capacidade agrícola do solo de Alta Floresta continuava fazendo com que novos colonos chegassem à região. Com a queda da produção de café, a INDECO passou a dar ênfase ao cacau. A CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), instalada em Alta Floresta no ano de 1979 por intermédio das articulações, políticas da INDECO, deu suporte às plantações, mas a baixa concessão de crédito agrícola, e principalmente a falta de mão de obra especializada na cacauicultura e a pouca experiência dos colonos com a cultura, fez com que o cacau diminuísse a sua rentabilidade. Os incentivos da INDECO e da assistência rural repassados pelo Banco do Brasil, foram direcionados ao guaraná, que era o fruto da terra. Era o produto da vez e que iria nortear a agricultura de Alta Floresta.

As plantações de cacau e café não foram extintas, mas diminuíram, e com o passar do tempo os problemas da terra em Alta Floresta foram sendo conhecidos. Mesmo assim as vendas continuavam. “A INDECO começou vendendo suas terras com café, continuou com o cacau e completou o ciclo com o guaraná (JATENE 1983, p. 33)”. Em outro suplemento distribuído pela INDECO, e que certamente esteve circulando no Norte do Paraná, região alvo da angariação dos colonos, vê-se a explanação do sucesso das plantações para atrair novos agricultores e suas famílias.

A mais alta expressão de arrojo e fé
Ligando a selva ao centro do país,
T em realização plena e feliz
A qui, entre cacau, ouro e café

Floresce aqui também o guaraná
Lindo arbusto da flora brasileira
O remédio da mata que nos dá
Resistência tranquila a vida inteira
Esta região de solo tão fecundo
Sera celeiro imenso no porvir,
Tantos são os produtos que há de vir
A oferecer para o Brasil e o mundo
(INDECO, 1983, p. 8)

A publicidade, embora tenha diminuído a intensidade que havia no começo da colonização, não parou. E além de continuar a trabalhar o imaginário dos possíveis novos colonos, ainda ratificava entre a população o sentimento de pertencimento a nova terra e o prazer da conquista. Em dia de aula na Escola Vitória Furlani da Riva (nome da mãe de

Ariosto), antes de entrar em sala de aula, os alunos tinham que cantar o “hino da INDECO” (denominado oficialmente de Canção da INDECO) e não o hino nacional brasileiro. Ariosto da Riva que ficava em seu escritório na INDECO, um quarteirão atrás do colégio, encaminhava-se a porta da colonizadora e saía da empresa para ouvir as seguintes estrofes antes de retornar aos seus pensamentos.

Meu sertão está em festa
Do Carlinda ao Paranaíta
Pois nasceu a linda cidade
Que se chama Alta Floresta
No meio da selva tão verde
Tratores de cor amarela
Num céu azul de turquesa
Cresce a pátria brasileira

Suor dos homens de longe
De todos os rincões da pátria
Formando uma nova cidade
Nesta terra abençoada
Criando fartura e riqueza
Saúde ao seu povo, por certo,
Em muitos milhares de anos
Lembrarão sempre da INDECO

São sonhos que se realizaram
São vidas que se contemplaram
Um teto bom pra morar
Muita terra para plantar
Café, cacau e castanha
Arroz, feijão, muita fruta
Água pura e gado no pasto
Alegria é o final da luta.

(Disco gravado onde o lado A era a Canção da INDECO e o lado B o Hino do Brasil).

Nesse hino a questão do alcance das melhores condições de vida por parte dos colonos, era deixada de lado para exaltar o trabalho dos que estavam já instalados em Alta Floresta. A ocupação da Amazônia estava sendo feita em favor da pátria. Os colonos eram os braços do progresso do Brasil. Eram eles quem estavam proporcionando o desenvolvimento à nação. Estava aflorada entre os agricultores a psicologia bandeirante. Eram os desbravadores da floresta. O discurso da Marcha para o Oeste estava sendo direcionado aos colonos, e a eles foi repassado o protagonismo. Expressões como a integração do país, ocupar os espaços vazios e alavancar a economia do país eram repetidas frequentemente nos discursos políticos e nos meios de comunicação do município.

A Marcha para o Oeste que tinha como um discursivo, ir contra a formação e a ampliação de latifúndios, gerando mercado interno por meio da diminuição do tamanho das

propriedades, esse plano de governo também apresentava de forma não discursiva a ideia de dominação política. Seguindo as ideias getulistas, a INDECO promoveu uma espécie de uma Marcha para Oeste, em menores proporções evidentemente, mas com ações que demonstram indícios de que o objetivo era o mesmo. A condição de Getúlio colocada para fazer acontecer a Marcha para o Oeste era o trabalho e a disciplina que era uma virtude do trabalhador brasileiro (LENHARO, 1985), que Ariosto da Riva repetia em suas declarações e também mencionado no hino da INDECO (com maior ênfase na 2ª estrofe)

As políticas getulistas, referente a Marcha para o Oeste também foram direcionadas aos nordestinos, que passavam por grandes dificuldades sociais, econômicas e ambientais. A baixa renda, a fome e a seca faziam da vida do nordestino um sofrimento. Precisavam somente de um impulso para saírem de suas terras e ocupar outras. A restauração da psicologia bandeirante no governo de Getúlio Vargas foi o que fez com que os nordestinos se direcionassem para a região Norte com maior frequência (LENHARO, 1985). Ariosto da Riva promoveu este bandeirantismo entre os agricultores do Norte do Paraná, região em que esteve trabalhando para Geremia Lunardelli. Vendo a realidade local, visualizou a possibilidade de obter algum lucro com a colonização privada que já havia tentado em Naviraí-MS e São Félix do Araguaia-MT.

O migrante da Marcha para o Oeste de 1930 e 1940 e o colono de Alta Floresta na década de 1970 e 1980 eram os novos bandeirantes, eram os trabalhadores da pátria. A resolução dos problemas sociais e econômicos do país, passavam pelas mãos dos colonos. Eram bandeirantes agora civilizados, levando a tecnologia de produção e o crescimento econômico. Nada mais era do que o poder de articulação de Ariosto da Riva com a ditadura militar em favor da expansão da fronteira agropecuária.

Em 1979, o então Ministro do Interior Mário Andreazza, em discurso proferido na SUDAM, com sede em Belém, ratificou a função dos colonos no processo de ocupação da Amazônia.

Considero que a Amazônia é parte inalienável do patrimônio brasileiro. Suas riquezas conhecidas, devem ser exploradas em benefício das gerações de brasileiros de hoje e dos de amanhã para que sejamos dignos do heroico empenho das gerações de ontem, que conquistaram e mantiveram a Amazônia, devemos usufruí-la com a nossa inteligência, nosso bom senso e nosso suor, para que sejamos justos com as gerações que hão de vir (ANDREAZZA apud ROSA, 1999, p. 64).

A nova ocupação da Amazônia passava pela definição da civilização do governo militar e que acabava não se restringindo a ocupação do vazio demográfico ao crescimento econômico. A psicologia bandeirante apresentada aos colonos, usavam o patriotismo como

um incentivo para plantar e colher e faziam os agricultores se sentirem verdadeiros heróis da pátria. Era o governo militar que norteava essa ideologia. Utilizando o discurso de integração e segurança nacional, os militares disciplinaram o novo processo de ocupação da Amazônia.

Seria incompleto dizer que a Amazônia se explica pela colonização privada e pelo papel do Estado para assegurar esta presença e permitir, por delegação não formal, a exploração brutal do trabalho. Existe outra dimensão, simbólica e efetiva, de formação e incorporação nacional – expressa igualmente – pela presença e ação do Estado – que não deve ser minimizada. Esta função – de integração nacional – colore o Estado em sua dimensão ideológica. A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração da Amazônia (CARDOSO; MÜLLER, 1997, p. 11-12).

O pensamento político alicerçado na promoção da integração nacional interferiu diretamente na organização social do espaço amazônico. O governo militar utilizou a estratégia nacionalista para fazer com que a nova ocupação do vazio demográfico fosse caracterizada pela fixação dos migrantes na Amazônia. Os colonos foram transformados em heróis a serviço da nação. O Estado montou esse cenário. Baseado em lemas como “terra sem homens para homens sem terra” e “Amazônia é terra de riquezas” e “integrar para não entregar”, o colono foi atraído pelo seu imaginário e a mística da penetração da Amazônia, fez com que famílias se deslocassem de uma parte do Brasil onde estavam suas raízes, para outra onde teriam que recomeçar a vida. Sentiam-se importantes. Antes estavam esquecidos, muitos passando necessidades, e os colonos, pelo patriotismo aflorado, ganharam ânimo para servir a nação. O sentimento era o de um soldado, mas teriam que enfrentar as adversidades vestidos como colonos. Ocupar as novas terras e domar a natureza eram os objetivos que eram cumpridos sob a ordem do superior, o colonizador. Não iam só. Levavam a sua experiência e o seu conhecimento acumulado de uma vida, e que reaplicariam nas novas terras. A colonização de Alta Floresta ocasionou um choque de cultura dentro da Amazônia, pois o convívio com a natureza no Norte do Paraná era, e ainda é, diferente da região amazônica.

O Estado fez com que a população rural não se sentisse isolada do centro do país, embora a concepção de centro e periferia fosse trabalhada no planejamento militar de integração do Brasil. O governo federal conseguiu alcançar toda a parte do Brasil e fazer com que o sentimento de pertencimento ao país fosse intensificado, como uma obra de ficção, mas que fez parte da realidade brasileira. A todos chegava a mensagem de que trabalhando o colono conseguia ajudar o país. No movimento de migração coordenada pelo Estado com conjunto com as empresas privadas, a estratégia nacionalista juntamente com a notificação de trabalhar e com a formação do imaginário referente as novas terras, fez com que os colonos estivessem dispostos a encarar os desafios geográficos e também as questões burocráticas e

jurídicas. No início o colonizador adiantava os documentos legais para que o lote fosse transferido para o colono rapidamente. Com o passar do tempo foi o colono que chegava, que teria que buscar a legalidade do seu assentamento. A vida do colono foi transformada. Novos hábitos foram criados devido a convivência com outras pessoas e culturas diferentes: a nova atividade burocrática que exerceram e também a obediência ao colonizador. Eram questões que, sendo um sucesso, ajudariam a garantir uma vida digna nas novas terras.

Recebendo toda a ordem possível dos estímulos positivos para efetuar ou se dispor à migração, foi apontado, ao longo de todo o percurso migratório como um *brasileiro a procura de terras*. Como antes, esta identidade ganhou proporções inusitadas ao ser apresentada e referendada em todos os lugares por onde passou, fosse por uma exigência do controle político-burocrático sobre a ocupação das terras da Amazônia, fosse para infundir-lhe os mais altos sentimentos patrióticos (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 54).

A mensagem passada à população brasileira era a de que os brasileiros ligados à conquista da terra estavam no caminho do progresso, com o futuro garantido, como se fossem os eleitos para poderem acessar a terra prometida. Para os colonos de Alta Floresta, a confirmação da importância de cada um foi confirmada com a visita do presidente da república João Figueiredo. A população ficou apreensiva com a chegada do comandante federal. O então presidente caminhou, ao lado de Ariosto da Riva em meio a população, cumprimentando, abraçando, beijando, atestando o quão era especial o trabalho de cada colono.

Os colonos não sabiam que este não foi o primeiro presidente da república a visitar Alta Floresta. Em setembro de 1978, o presidente Ernesto Geisel foi onde hoje está localizado o município de Terra Nova do Norte, na Serra do Cachimbo, visitar um empreendimento de colonização pública que era comandado pelo pastor evangélico da Confissão Luterana em Tenente Portela, Rio Grande do Sul, o gaúcho Norberto Schwantes. A comunidade recebeu o presidente, minutaram todo o andamento do projeto até o momento e mencionaram o que precisavam para continuar a execução. Geisel assinou a aprovação da liberação da verba referente a Exposição Interministerial de Motivos (EM), e ao entardecer comentou que passaria a noite em Alta Floresta, pois iriam visitar também a colonizadora INDECO. Norberto Schwantes, em sua obra *Uma Cruz em Terra Nova*, continua a testemunhar as consequências dessa parada em Alta Floresta para o empreendimento Terranova que estava sob sua liderança.

Figura 36 – Assinatura de Geisel aprovando o Projeto Terranova

Fac-símile do “Aprovo” do presidente Geisel, em 12 de junho de 1978, ao projeto Terranova: nem isso deu segurança ao projeto.

Fonte: Schwantes (2008).

Esta pernoite no projeto de colonização da INDECO é que estragou tudo. Só muito mais tarde é que viemos saber o que aconteceu naquela noite. Então, eu e toda a diretoria da Coopercana, constatamos também o quanto estávamos sendo ingênuos, pois - entusiasmados com o projeto - nem desconfiamos estar contrariando interesses de grandes grupos econômicos que investiam na região. Especialmente interesse das colonizadoras, a começar pela vizinha INDECO, de Ariosto da Riva. A visita do presidente a Terranova - mostraram esses grupos naquela noite aos coronéis - contrariava frontalmente os interesses desses empresários. Juraram que nós éramos uns aventureiros e que o projeto Terranova era um enorme prejuízo para a região. Se dizíamos que o nosso interesse era meramente de ordem social - argumentavam - estávamos enganando o governo. Foi entregue, então, um dossiê secreto sobre a nossa atividade em Barra do Garças. Tudo isso viemos saber muito mais tarde, através de uma testemunha que participava, naquela noite, do encontro em Alta Floresta [...] Três meses depois, repentinamente todas as portas do Incra, no Ministério da Agricultura, no Banco do Brasil, tinham se fechado. Até o Ministério do Interior estava retraído conosco. O ministro, que nos recebia a qualquer hora do dia ou da noite, de repente, dificultava o acesso a ele. Coisas muito estranhas estavam acontecendo, e nós não sabíamos a origem. No Incra, ficamos sabendo que o Conselho de Segurança tinha condenado o projeto aprovado pelo presidente; todo o projeto teria de ser modificado. Entramos em parafuso e desespero. Havíamos feitos gastos enormes. Lançado mão do capital social na confiança de que a assinatura do presidente Geisel, dada no “aprovo” da EM valia alguma coisa. Pois não valia. Não valia coisíssima nenhuma! (SCHWANTES, p.161-162, 2008).

Provocada a crise em Terranova, havia agora uma maior possibilidade de angariar recursos monetários por meio da EM. Na afirmação de Schwantes, está clara a articulação de Ariosto da Riva, com o governo federal e os privilégios que recebia dos militares. Ariosto queria que a colonização pública ficasse longe de suas terras, onde os colonos eram escolhidos por aptidão. O cenário de dificuldades que a colonização pública apresentava não era o que o colonizador queria como seu vizinho, além de que preservar a ameaça a ordem de quem chegava a colonização pública e não conseguia o sucesso era potencialmente significativa e isso poderia atrapalhar os planos do colonizador Ariosto da Riva, que fazia acontecer *coisas estranhas* para o universo conspirar em favor de seus interesses.

5.4 O Bandeirante do Século XX é um criador de cidades

Criando seus próprios interesses, Ariosto da Riva encaminhou os seus negócios para a Amazônia e como um desbravador vencida todos os seus obstáculos. Era essa a imagem vendida por alguns e que foi comprada por muitos. Sempre baseado na psicologia bandeirante, e comparado aos conquistadores de territórios, foi um empresário que, vindo de São Paulo, conseguiu ter sua imagem ligada aos bandeirantes, os quais ainda hoje têm uma imagem positiva perante a elite nacional, principalmente a paulista.

Postos em pedestais, a imagem dos bandeirantes, fortes, imponentes, descobridores do Oeste enquanto buscavam pedras preciosas, eram (e ainda mantêm esta divindade) dignos de admiração. Com a implantação das políticas públicas getulistas na década de 1930, as ideias bandeirantes voltaram ao cenário brasileiro. Ricardo (1970) afirma que a verdadeira história do Brasil teve início com o bandeirantismo. A Marcha para o Oeste seria a conclusão de um trabalho iniciado há séculos atrás. Segundo esse pensamento soberbo, a perspectiva montada é a de que os grupos capitalistas beneficiados pela isenção fiscal nas décadas de 1960 e 1970, invariavelmente paulistas, estavam em favor do crescimento econômico do Brasil. As famílias Ometto, Lunardelli, Do Val e Ariosto da Riva, então se transformaram em bandeirantes, ocupando a Amazônia, derrubando a floresta, expropriando índios e camponeses e criando cidades.

Mas cabe salientar que eles não foram por que quiseram. Os novos bandeirantes expandiram os seus negócios para a Amazônia porque foi irrecusável não fazê-lo. Devido a alguns fatores como: capital, status social, indicações e principalmente articulação política, o regime militar escolheu os que seriam beneficiados com a nova política de ocupação da Amazônia, baseada no instrumento do incentivo fiscal e em privilégios direcionados. O

projeto de ocupação da Amazônia do regime militar que tinha em seu discurso promover o desenvolvimento social e econômico na Amazônia, visava efetivamente a dominação política no campo. Os latifundiários eram aliados do regime militar e a política centralizadora facilitava as ações dos grandes capitalistas de acordo com seus objetivos mantinham os trabalhadores rurais ocupados, forçando a ordem, praticamente alienando-os e não deixando que os conflitos sociais e políticos que ocorriam no Centro-Sul, chegassem ao conhecimento dos mesmos.

A ideia da colonização privada que a ditadura militar lançou na década de 1970, teve o discurso mantido e ainda agregou a questão dos direitos do homem do campo e da luta pela terra. A nova parte do discurso teve o mesmo objetivo final: dominar politicamente a população rural. Esta estava empobrecida no Centro-Sul - e também na Amazônia - com as condições de vida beirando a miséria, e isso poderia acarretar em problemas que os militares não queriam. Os anti-militares poderiam se fortalecer agregando “companheiros” ou até mesmo poderiam surgir revoltas locais o que atrapalharia o poder militar. Com a colonização privada os militares conseguiram atender os grandes capitalistas com o possível aumento de seu lucro com a venda de lotes e ainda controlar os camponeses de diversas regiões do país.

A colonização privada baseada na agricultura foi apresentada como um “microcosmo econômico” (LENHARO, 1985). Seriam cidades lançadas em um vazio de infraestruturas que demandavam o aparato mínimo para alcançar algo para além da subsistência ou do escambo. Para levar adiante o projeto de inserção de colonização privada na Amazônia, era preciso ser alguém que não fizesse parte do povo, que fosse apolítico, não representando o interesse de ninguém, a não ser o próprio interesse – e dos militares. Poderia ser um empresário que demandasse grandes interesses na Amazônia, mas que não fosse amazônida de fato, pois correria-se o risco de que este empresário atendesse os interesses locais. Deveria ser do Centro-Sul. Sendo paulista seria ideal. Era este o perfil do novo colonizador.

O projeto de colonização e Ariosto da Riva foi então encaminhado com alicerces que asseguravam a empreitada. Ariosto da Riva representava a figura de um colonizador que guiava os colonos, tirando-os da dificuldade e entregando a esperança na terra prometida. Para que isso ocorresse não poderia parecer arrogante, teria que parecer simples. Quando questionado sobre quem era Ariosto da Riva? Respondia: Ariosto. Só. Em uma revista comemorativa que fazia referência ao município, saiu uma definição de sua personalidade:

Um homem do mundo, mas que tem que rebolar para não ser atropelado pelo novo. Delicado para fora, violento para dentro. Solicitude e esquivança compõem o seu espectro. Gosta de compartilhar, é bisbilhoteiro. Gostaria de ajudar todo mundo,

viver todos os lances. Opera sempre na faixa da delicadeza, por gostar de gente. É casado, casadíssimo com a família toda. Como pai pode ser considerado uma mãe exemplar. [...] Batizado, católico, sem muita indagação, pouco prático, individualista, temeroso e temente, sentimental e meninamente ledor da vida de santo, comovível por qualquer ato de bondade. É humilde por vocação, odeia o ostensivo. É meio orgulhoso, mas democrata. Só dá valor ao que é ganho com suor e lágrimas e sangue. Toda a vez que fala do trabalho tara. Não enjeita serviço. É líder nato, desses de nunca levantar a voz. Mas prefira estar longe dele quando a raiva vence. Enfim é um poço de contradição, [...] Mahatma Ariosto (REVISTA ALTA FLORESTA, 1983, p. 56-57).

Comparado a Mahatma Ghandi, o qual não apresentava contradição alguma, Ariosto tinha o carisma como arma para ganhar a confiança dos colonos. Todos entrevistados se referiam a Ariosto da Riva como um homem muito bom, apenas um colono afirmou que não sabia “o que pensar desse homem” (Agricultor, informação verbal, 2012). César Mário Dalla Riva, tem um discurso parecido com o da revista mencionada. Dalla Riva disse que “era muito bom ser amigo dele [Ariosto], mas muito ruim ser seu inimigo”. Quando questionado sobre o porque desta afirmação pediu para encerrar a entrevista.

Mesmo sendo uma pessoa complexa, para a mídia nacional que construiu a imagem de um bandeirante, qualidade que é tratada no Centro-Sul, mais especificamente em São Paulo, como positiva, Ariosto da Riva passou a ser um benfeitor.

Enriquecera. Mas a natureza do colonizador criara em seu espírito um sonho que tinha a direção da Amazônia. Teria que ser um grande projeto agrícola, especialmente voltado para o aspecto social. Maringá, Londrina... as grandes cidades paranaenses produzidas pela iniciativa particular haveriam de renascer em plena floresta amazônica (JORNAL DA TARDE, 1977 apud JATENE, 1983, p.56).

Mas a sua maior propaganda pessoal era Alta Floresta.

A cidade planejada e executada na sua estrutura básica pela INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização -, nasceu do arrojo e da visão cósmica de um homem simples, dinâmico e sonhador, espécie rara de criatura humana, semeador de civilização, fundador de Naviraí no Mato Grosso do Sul, chamado ARIOSTO DA RIVA, extraordinário bandeirante moderno, apóstolo do trabalho, defensor incondicional da livre imprensa, que arrastou com a sua força moral, e a sua bandeira de progresso e de participação, o que o Brasil, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham de melhor em matéria de colonizadores e desbravadores de terras desconhecidas e não civilizadas [...] Alta Floresta é uma resposta serena e convincente ao desânimo e ao pessimismo. Deus há de colocar outros Ariosto da Riva por este país afora, para acordar e reanimar este gigante nocauteado! (GUIA DE SERVIÇO..., 1984, não paginado).

A história de Ariosto da Riva passou a ser contada pela imprensa. Desde o local de nascimento (o que era importante para evidenciar que era paulista, o que atestava a qualidade de um desbravador e conhecedor do sertão), seu trabalho no garimpo, a prestação de serviço à Geremia Lunardelli, que fez com que ele fosse para o Norte do Paraná e posteriormente Mato

Grosso do Sul, onde começou a comprar e vender terras na região do município de Dourados. A fundação da cidade de Naviraí que posteriormente veio a ser um polo econômico também foi usada em seu favor. A sociedade com o Grupo Ometto, que era proprietário de grandes empresas e fortunas no interior de São Paulo, a posse de terras no Araguaia, no Norte do Mato Grosso, dava o consentimento de conhecimento adquirido sobre a Amazônia e ainda, a compra de terras mais ao Norte de Mato Grosso, após a venda de sua parte na Agropecuária Suiá-Missú, seria o empreendimento agrícola que Ariosto conseguiria enriquecer, como afirma a reportagem do Jornal da Tarde.

O oportunismo de Ariosto da Riva criou a sua fama de bandeirante. Era o momento certo para lotear terras e vendê-las. O regime militar chamava o capital privado para promover a colonização dirigida. Para dar suporte ao capital privado, em 1º de abril de 1971 os militares federalizaram, por meio do decreto-lei nº1.164, todas as terras devolutas que estavam localizadas a cem quilômetros de cada lado das rodovias construídas ou em construção. Isso ampliou as poderes do governo federal perante o governo estadual, pois as terras que antes pertenciam às Unidades Federativas passaram a pertencer à União. Aumentava assim, o controle fundiário da Amazônia. O espaço amazônico estava sob a influência de uma política que incentivava a colonização privada, ordenada e principalmente disciplinada. O mesmodecreto-lei prioriza, a implementação de projetos de colonização privada em áreas que eram prioridades da reforma agrária. No final do ano de 1972, segundo a portaria do INCRA que data de 13 de dezembro de 1972, este órgão público passa a ter o direito de vender terras para a iniciativa privada, para que esta implemente projetos agropecuários (ROSA, 1999).

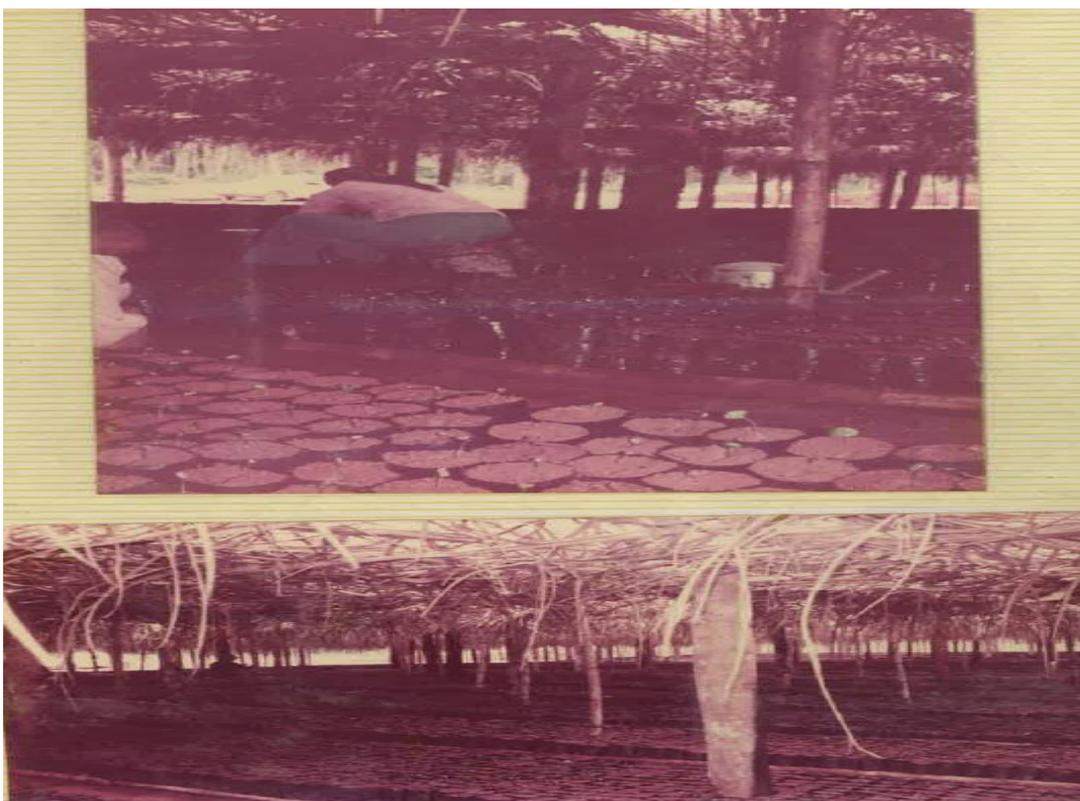
Os militares chamavam à colonização privada de ocupação racional do espaço amazônico. Com os privilégios direcionados, os empresários concentraram grandes porções de terras e ficaram encarregados pelo governo federal de desenvolver a região. Era nítido que a ideia de colonizar para integrar era um instrumento político que o capital pudesse explorar para além das fronteiras agropecuárias existentes na época. Esse modelo fez com que ocorresse a concentração de renda, mas principalmente a concentração da exploração dos recursos naturais e ainda aumentasse a exploração do trabalho. Essa foi a racionalidade utilizada pelos militares para ocupar a Amazônia. O grande capital passou a circular na Amazônia, e acelerou a velocidade da circulação e a multiplicação desse capital investido. Os projetos de colonização não se restringiam a colonizar, mas alcançarem outras esferas de atividades econômicas. Esse foi o caso de Alta Floresta. A fazenda Caiabí, que até então era

experimental, passou a ser fornecedora dos colonos. Era da propriedade que sementes, mudas e agroquímico eram comercializados.

Essa característica da colonização na Amazônia atendeu o grande capital nacional. Além das questões político-econômicas que envolviam colonizador e colonizado, havia os benefícios financeiros, a fundo perdido, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que subsidiava grupos de empresários para enviarem produtos para as novas colônias da Amazônia (GUIMARÃES NETO, 1986).

A colonização privada foi uma frente de expansão econômica que atendeu os empresários do Centro-Sul e a política controladora, que foi efetiva nas novas terras. As políticas estaduais passaram então a se adequar cada vez mais a política federal, visando a implementação de novos projetos de colonização privada. E foi assim que o governo do Estado de Mato Grosso licitou os 2 milhões de hectares que pertenciam ao município de Aripuanã. Em conjunto, os governos estadual e federal, estabeleceram um projeto que atendia a política do governo militar: construir na Amazônia um núcleo rural e urbano por meio do capital privado, impedindo a ocupação livre das frentes de expansão.

Figura 37 – Produção de Mudas na Fazenda Caiabí



Fonte: Arquivo INDECO

5.5 A Chegada do Garimpo em Alta Floresta

A bandeira de Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro de aluvião às margens do rio Coxipó, no início do século XVIII. O garimpo começou a história do Estado de Mato Grosso. O garimpo voltaria a fazer parte de um novo povoamento no Estado. Assim como no período colonial, onde a economia mineira mercantilista predominava sobre qualquer outro bem, a busca pelo ouro, na década de 1980 no Norte mato-grossense, foi incentivada pelo mercado.

O preço do ouro aumentou significativamente. Em 1978, a onça²⁷ (oz) valia US\$403,98 e já no ano de 1980, a mesma medida era comercializada por US\$892,83 (MIRANDA, 1997). O rápido aumento do preço do ouro, que já era alto, chamou a atenção do poder público que passou a incentivar e investir em pesquisas, buscando aumentar a extração do ouro na Amazônia. O ouro no Norte mato-grossense, foi descoberto no rio Juruena em 1978. A jazida era distante da sede de Alta Floresta, mas a busca pelo ouro atraiu uma grande quantidade de garimpeiros que necessitavam, conforme ia aumentando o contingente, de maior espaço físico para trabalharem e se alojarem. A quantidade de colonos que chegava ao município também aumentava e Alta Floresta também ia se expandindo. O conflito de interesses entre agricultores e garimpeiros tornou-se inevitável. A ideologia do colono estava em perigo e Ariosto da Riva, monopolizador do pensamento da cidade, condenou o garimpo.

[...] chegou a haver oito, dez mil garimpeiros que quiseram dominar a cidade, implantar bordel, cabaré, no meio das famílias. O pessoal queria ir embora. Queria todo momento voltar [...] o paranaense que veio pra cá – eu vou falar paranaense, mas é o paranaense, o paulista, o gaúcho –, é todo este povo que passou pela escola agrícola do Paraná, veio pra cá pensando no amanhã. Aqui todo mundo só pensa em trabalho, trabalho e trabalho (ARIOSTO DA RIVA, apud REVISTA CONTATO, 1986, p.10).

Os garimpeiros, que não eram sulistas, foram condenados por Ariosto da Riva. Eles eram os invasores de sonhos e traziam para a sociedade valores antagônicos aos da família, como a violência e a promiscuidade. Quando os garimpeiros, atraídos pela notícia de que havia ouro no entorno de Alta Floresta, estes chegaram aos milhares e o desprezo, o preconceito e a violência contra os garimpeiros. Por ter uma formação/identidade cultural diferente do colono, o garimpeiro aparece como uma ameaça à propriedade privada e à família.

[...] O agricultor preza a terra, a família, e quer erguer uma igreja a cada esquina. O garimpeiro despreza a terra – dela só quer explorar o lucro imediato do ouro –, anda

²⁷ Unidade de medida de ouro equivalente a 31,1034786 gramas (MIRANDA, 1987).

desgarrado da família e prefere um bordel a cada esquina (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, p.18).

Conforme os garimpeiros foram chegando, Alta Floresta foi se transformando. mestiços, negros, caboclos e mulatos, sempre identificados como “nordestinos”, chegavam aos milhares. Ariosto da Riva reconhece que chegou a expulsar alguns trabalhadores, mais pobres, que se dirigiam ao município.

Eu cheguei a proibir isso. Exatamente porque do Pará vinham estes garimpeiros. Não sei se você conhece Itaituba? Itaituba tem uma casa de família, um cabaré, um vendedor de maconha e depois uma casa de família de novo. É uma degradação. Se há um lugar onde se deveria jogar uma bomba atômica, este lugar é Itaituba. É um pecado. E eles queriam fazer disto aqui uma Itaituba (RIVA apud REVISTA CONTATO, 1986, p.11).

A colonizadora INDECO, para que não houvesse uma mudança na estratégia de ocupação da região, criou, por meio da violência, uma luta de gêneros que visava os interesses da empresa, ou seja, garantir a integridade do projeto de colonização. A INDECO controlou por mais de dois anos a entrada e saída de migrantes em Alta Floresta. A ferramenta utilizada para fazer a triagem era a balsa, de propriedade da colonizadora, que era necessária para fazer a travessia do rio Teles Pires. O primeiro direito constitucional, o de ir e vir, não funcionava em Alta Floresta para os “nordestinos”.

Construída uma identidade para os garimpeiros, esta foi relatada aos colonos, e estes últimos, assimilando o discurso e a posição da INDECO, organizaram-se para tentar expulsar os garimpeiros que chegavam à Alta Floresta. O conceito de que os garimpeiros eram uma ameaça à ordem municipal, pois seus hábitos e costumes eram impróprios perante a sociedade local foi assimilado pelos colonos, que se mobilizaram.

O Ariosto da Riva fez uma reunião com os agricultores no fundo da INDECO. Eu não pude ir, mas foi muita gente lá. Nós num queria nenhum garimpeiro invadindo nossas terras e ele também não. Não tinha vendido tudo né [...] (risos) (Agricultor, informação verbal, 2012).

Em setembro de 1979, os agricultores expulsaram alguns garimpeiros de Alta Floresta. Esse dia até hoje é conhecido como a “vitória dos colonos”.

[...] em Alta Floresta muita gente ainda cita o dia 11 de setembro de 1979 como o dia da vitória. Nesta data os colonos, usando facões e enxadas expulsaram centenas de garimpeiros e algumas prostitutas. Apesar desta vitória o garimpo se manteve inarredável (REVISTA ISTO É, 1981, não paginado).

A reação violenta dos colonos de Alta Floresta, demonstra que, para eles, os garimpeiros eram vistos como uma praga agrícola que deveria ser combatida. Mas, ainda que “centenas” de garimpeiros tenham sido expulsos, como afirma a reportagem, a notícia da descoberta de áreas de mineração na região de Alta Floresta se espalhava por todos os garimpos do Brasil, atraindo milhares de garimpeiros. A atividade mineradora atraía os trabalhadores das colonizações públicas, comandadas pelo INCRA, que fracassaram. Foi a alternativa para alguns grupos que não foram contemplados com um “futuro melhor” por meio da colonização e buscaram esse futuro no garimpo.

A colonização de Alta Floresta, não atraiu somente os colonos selecionados pelos escritórios da INDECO no Norte do Paraná. Houve um fluxo de trabalhadores que buscavam se alocar no mercado de trabalho. Para os que não conseguiam uma colocação a saída também era o garimpo.

Os locais de garimpo se proliferavam nas proximidades das áreas agrícolas pertencentes a INDECO. Não havia estradas que levassem às áreas de garimpos. O único meio de transporte era o avião. Alguns investidores, antigos garimpeiros de outras regiões do Brasil, abriram estradas em meio a mata, construindo uma pista de pouso de aviões que traziam elevavam o ouro e os garimpeiros. Ao lado destas pistas nasciam vilas que recebiam infraestrutura como farmácias, armazéns e as cabanas dos garimpeiros.

Um desses homens que abriram uma pista de pouso em meio a mata às margens do rio Paranaíta, foi o cearense Eliézio Lopes de Carvalho, conhecido em Alta Floresta como “Cabeça”. A “pista” do Cabeça, tinha 500 metros de extensão e 40 metros de largura. Foi a principal pista de Alta Floresta, construída em 4 dias, sendo inaugurada no dia 2 de dezembro de 1981. Na pista do Cabeça, além da infraestrutura já mencionada, havia um hospital e uma escola que comportava 30 crianças. Mas também havia os cabarés. Parte dos lucros de todos os estabelecimentos, a cobrança de pousos e decolagens e uma porcentagem da venda de ouro iam para as mãos do proprietário da pista. De 1981 a 1985, período de funcionamento das atividades mineradoras na pista do Cabeça, cerca de 10 mil garimpeiros trabalharam no local. Cabeça também sabia como aumentar a sua arrecadação, estimulando os garimpeiros a gastarem o ouro que conseguiam. Cabeça promoveu shows artísticos em sua pista; Amado Batista, Waldick lá se apresentaram. Soriano, José Augusto, e Cláudia Barroso, por ç O avião de transporte dos garimpeiros sempre estaria a disposição, custando 6 gramas de ouro cada passagem. A viagem de Alta Floresta até a pista do Cabeça durava 15 minutos (REVISTA ALTA FLORESTA 26 ANOS, 2002).

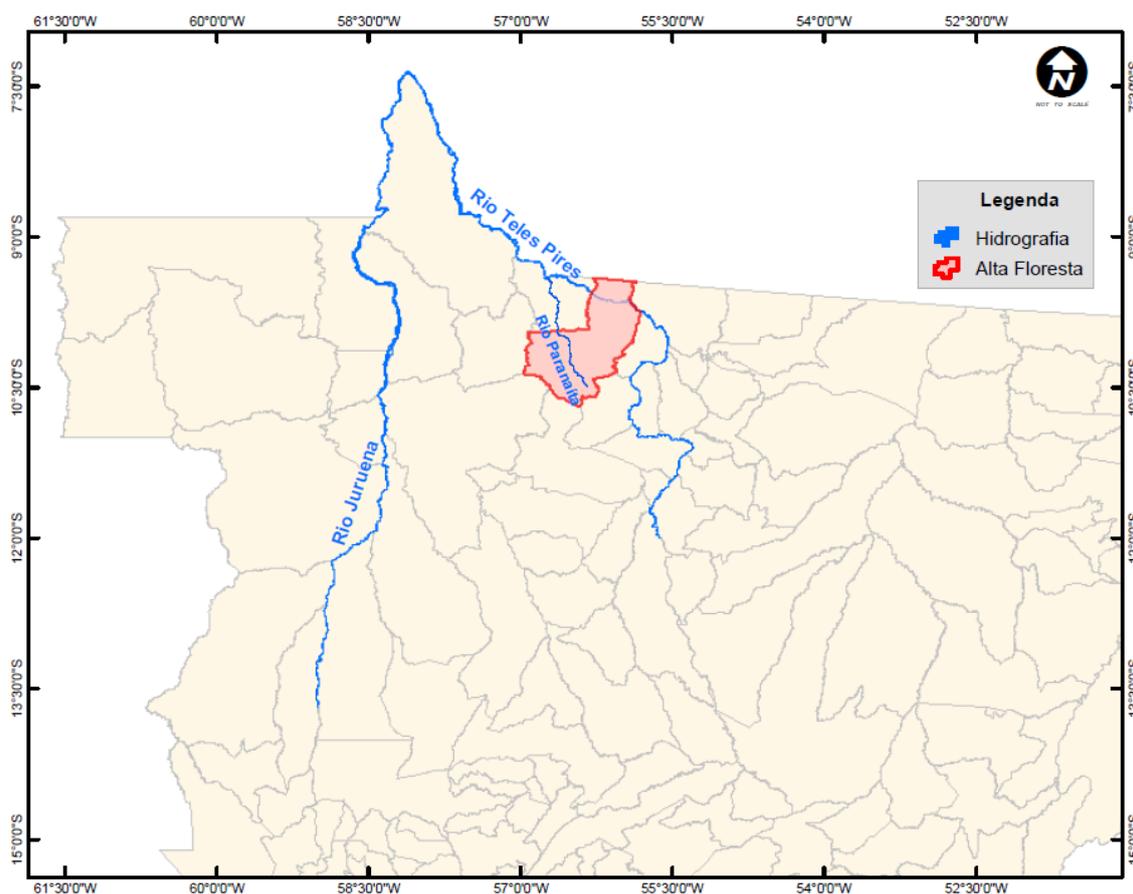
Em 1988, o Sindicato dos Garimpeiros de Mato Grosso apontou a existência de 57 pistas como a do Cabeça em Alta Floresta (MIRANDA, 1997). Esse ambiente era formado por trabalhadores vindos de todas as partes do Brasil. Muitos largaram suas famílias e estavam em busca do ouro para alcançar a independência financeira. Andavam pela Amazônia procurando o Eldorado. Eram garimpeiros que se deslocavam constantemente, e que não se submetiam as regras de controle de produção e comercialização de seus resultados e não eram atingidos por qualquer instituição externa.

Era como se fosse uma terra sem governo. Cada um tinha o direito de, pela força, ou pela inteligência vir a ditar sua própria norma [...] As barracas de moradia eram provisórias, assim como a morada de seus donos: uma lona, alguns troncos para amarrá-la e eis a casa. A comida feita ao relento e, no meio da mata uma mesa de troncos, vasilhas espalhadas sobre ela [...] em meio a tudo, uma balança para pesar o ouro (RIBEIRO, 2001, p. 64).

O colonizador teria que criar novas maneiras de lidar com o “novo”, com o “outro”. Para manter os garimpeiros longe do espaço da colonização, a INDECO agiu cedendo à racionalidade dos garimpeiros. Quando o ouro foi descoberto a margem do rio Teles Pires, já dentro de terras pertencentes aos colonos,

Ariosto da Riva chamou Benedito Vieira da Silva e delegou a ele a responsabilidade de cuidar dos garimpos. Homem de confiança de Ariosto, Benedito Vieira apressou-se em construir a infraestrutura e organizar os garimpos. [...] Depois de tudo providenciado, o colonizador anunciou aos garimpeiros recém-chegados que abriria mão de qualquer lucro no garimpo desde que eles não se metessem em terras de colonos (RIBEIRO, 2001, p. 65-66).

Mapa 22 – Localização de Alta Floresta e a Hidrografia da Região.



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE.

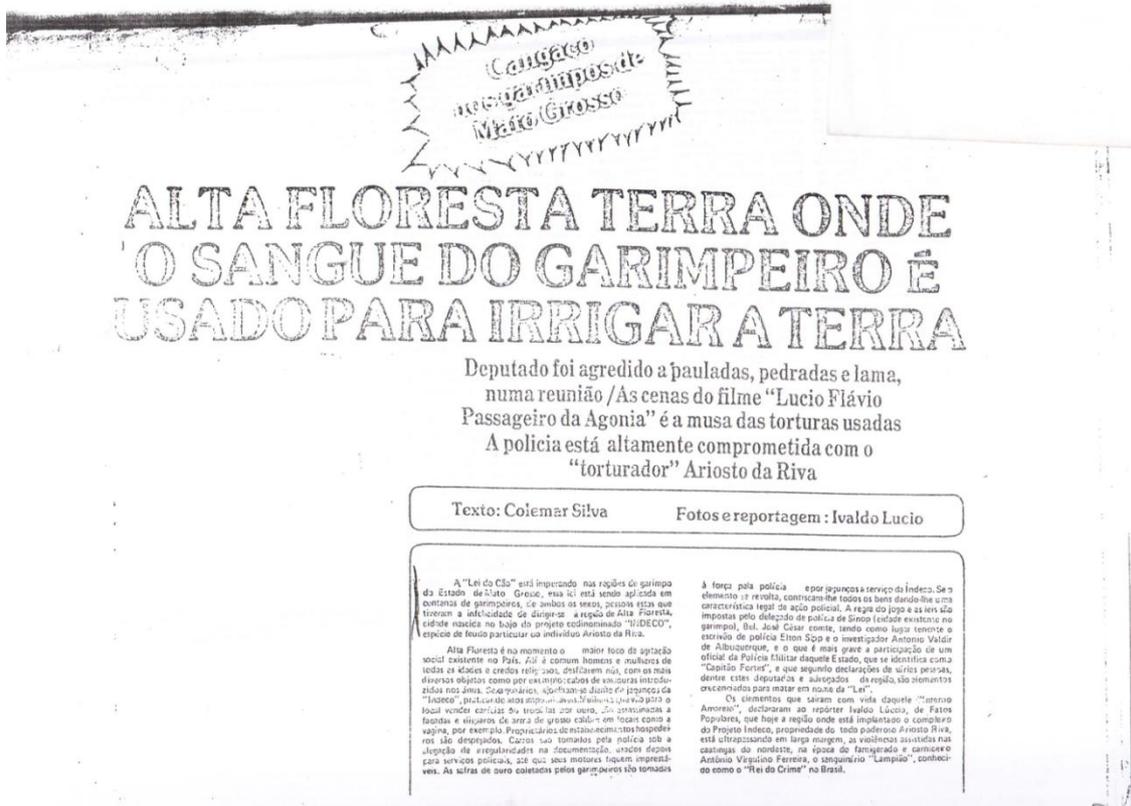
Benedito Vieira montou uma “pista” assim como tantas outras que havia no município, e esta era uma espécie de filial da INDECO. As ações da colonizadora acabaram melhorando as condições de trabalho dos garimpeiros. A não taxação do ouro, ao invés de manter o garimpeiro a uma certa distância da colonização fez por acontecer exatamente o contrário, o cenário passou a ser convidativo aos garimpeiros.

Com todos esses atrativos para exercer a garimpagem, cerca de 15 mil trabalhadores, originários de Itaituba (até a década de 1970 foi conhecida como a capital do ouro) no Pará, invadiram as terras dos colonos em Alta Floresta (MIRANDA, 1977). A organização do garimpo proposta por Ariosto da Riva, que visava manter os garimpeiros longe de Alta Floresta teve que recorrer à força. A polícia que atuava na região colaborou com o colonizador.

O então deputado estadual Paulo Nogueira, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, relatou os maus tratos sofridos pelos garimpeiros em Alta Floresta.

Foi designada uma comissão parlamentar para averiguar os fatos. Foram para Alta Floresta cinco deputados estaduais: Osvaldo Sobrinho, Ubiratan Spinelli, Candido Borges, Estevão Torquato e Hitler Sansão. Todos representantes da situação. Foram recebidos por Ariosto da Riva, que se auto encarregou de relatar os feitos que foram prontamente acatados pelos parlamentares. Após a visita a decisão dos parlamentares foi aumentar o policiamento no município.

Figura 38 – Notícia Publicada no Veículo Fatos Populares



Fonte: Fatos Populares de 21 de setembro de (1981)

[...] a polícia continua a agir na região de garimpos em Alta Floresta, onde espancam os garimpeiros que estão se retirando do local e confiscam todo o ouro por eles encontrado, além de promover a queima de todos os documentos que são encontrados em posse dos garimpeiros (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1981, p.7).

O Secretário de Segurança Pública, o Coronel Paulo Santa Rita Athaíde, afirmou que a sua Secretaria atenderia os interesses da colonizadora.

[...] [A Secretaria] estava inteirada do problema, e que agilizaria recursos para proteger os trabalhadores. Lembrando que o governo tem o máximo interesse no progresso da região – que só se efetivará com a atuação dos agricultores – o Coronel disse que já foi nomeado outro delegado para Alta Floresta, que deve ser empossado nos próximos dias. Também o efetivo policial será ampliado visando manter a ordem naqueles distritos (DIÁRIO DE CUIABÁ, /1981, p.7).

Figura 39 – Retrato da Violência do Garimpo de Alta Floresta

DEGOLARAM CIDADÃO EM ALTA FLORESTA



Se em informações concretas a respeito do crime, o deputado Paulo Nogueira mostrou ontem, na sessão plenária da Assembleia Legislativa, a fotografia de dois homens segurando uma cabeça humana. Conforme comentários generalizados, o crime teria sido perpetrado pelos dois homens da foto, na região de Alta Floresta, e que estes foram presos posteriormente, quando transportavam a cabeça, para provar ao mandante que tinham executado o "serviço".

Ainda no campo da especulação — pois não há nenhuma prova do ato digno da época do cangaço — os dois assassinos estariam impossibilitados de darem qualquer depoimento sobre o episódio acontecido, pois teriam sido sumariamente executados a mando de César Comte, delegado de Polícia de Sinop, depois que foram apanhados em flagrante transportando a cabeça dentro de uma caixa de isopor.

Traduzindo o terror que assalta a população de Alta Floresta e Sinop, devido aos inúmeros crimes sem solução acontecidos na região, o deputado Paulo Nogueira pediu em Plenário que a Polícia Militar realize investigações rigorosas para punir os responsáveis. Ainda ontem, por determinação do deputado Osvaldo Sobrinho, eleito pela região de Sinop, estaria sendo uma comissão de sete distritos.

CIGANA PRESA NA RODOVIÁRIA

RONDA POLICIAL

PROJETO CURA: PREFEITUR

CUIABANA EXPORTA KNOW-HOW

Chegou ontem à terra de Cuiabá a presidente da Companhia de Cuiabá o prefeito José Rodrigues Mackinnin acompanhado de outros membros da administração municipal. O projeto Cura é uma iniciativa do Município de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, que em apenas quatro meses de atuação já conseguiu obter a aprovação do Departamento de Serviços Municipais, diretor municipal, diretor técnico, chefe do Setor de Recursos, im-plantada pelo Banco União e proprietários do projeto Cura. En- para os programas de res. Rodrigues Mack-

Companhia de Cuiabá o prefeito José Rodrigues Mackinnin acompanhado de outros membros da administração municipal. O projeto Cura é uma iniciativa do Município de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, que em apenas quatro meses de atuação já conseguiu obter a aprovação do Departamento de Serviços Municipais, diretor municipal, diretor técnico, chefe do Setor de Recursos, im-plantada pelo Banco União e proprietários do projeto Cura. En- para os programas de res. Rodrigues Mack-

Companhia de Cuiabá o prefeito José Rodrigues Mackinnin acompanhado de outros membros da administração municipal. O projeto Cura é uma iniciativa do Município de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, que em apenas quatro meses de atuação já conseguiu obter a aprovação do Departamento de Serviços Municipais, diretor municipal, diretor técnico, chefe do Setor de Recursos, im-plantada pelo Banco União e proprietários do projeto Cura. En- para os programas de res. Rodrigues Mack-

Fonte: Diário de Cuiabá de 16 de setembro de (1981).

O espaço sem lei foi criado pela própria INDECO que tentava afastar os garimpeiros, e estes chegavam cada vez mais em maior número ao município. Os garimpeiros, homens simples e pobres, que possuíam somente sua força de trabalho, estavam buscando condições para escapar da miséria e, conforme o cenário que foi apresentado à eles, Alta Floresta era o local ideal para que isso acontecesse, pois era uma região de farta riqueza. Essa identidade única dos garimpeiros, sem apegos, contrastava com os colonos, apesar de chegarem a Alta Floresta com o mesmo objetivo: escapar da miséria. Era uma sociedade construída para os agricultores, onde os garimpeiros não tinham espaço de vivência, ao contrário, se tornaram uma ameaça ao crescimento da cidade.

Os conflitos perduraram até 1983. Os garimpeiros resistiram a pressão feita para afastá-los dos espaços onde estavam sendo executadas as etapas do projeto de colonização da INDECO, pois enquanto os conflitos aconteciam, o garimpo desenvolvia o comércio local, gerando receita aos moradores e ao município. A aproximação de garimpeiros e colonos foi gradativa e dessa forma, o discurso do colonizador, Ariosto da Riva, já não conseguia alimentar as tensões. Houve uma sensibilização da sociedade mato-grossense, e setores

representativos do Norte de Mato Grosso, estavam preocupados com a imagem de tanta violência no campo.

Como “o ouro fascinava e aterrorizava, todos se corrompiam” (REVISTA ISTO É, 1981), até mesmo os agricultores se renderam ao garimpo. Alguns colonos que chegaram a Alta Floresta, logo perceberam que teriam que ter outra atividade durante o período de carência da primeira plantação. O capital que alguns agricultores traziam, não seria suficiente para se manterem nesse período. O garimpo foi a saída para que suas necessidades básicas fossem atendidas. Muitos arrendaram suas terras para os garimpeiros. Toda a cidade passou a estar em função do garimpo. Até mesmo as terras destinadas a agricultura passaram a ser reviradas em busca de ouro. E com a atividade garimpeira se tornando a mais produtiva da região, movimentado o comércio local a prostituição também aumentou. Em Alta Floresta instalou-se o maior prostíbulo da América Latina, chamado Saramandaia, que abrigava cerca de 600 mulheres.

[...] se arrancava um pé de café e saía “fagulhas” de ouro no meio da raiz. [No prostíbulo] tinha briga para ver quem limpava o salão no outro dia [Por quê?]. Porque a moeda era o ouro. Na cidade até as [prostitutas] se pagava com o ouro e os garimpeiros levavam as pepitas nos bolsos, e com aquela farra toda, aquela bebedeira, sempre caía alguma no chão e os garçons queriam limpar no outro dia pra procurar algum ouro. [...] os garimpeiros chegavam [no prostíbulo] tudo sujo e as [prostitutas] raspavam o corpo dos garimpeiros por que o ouro podia ficar grudado no corpo deles né [...] elas garimpavam o garimpeiro (Dalla Riva, informação verbal, 2013).

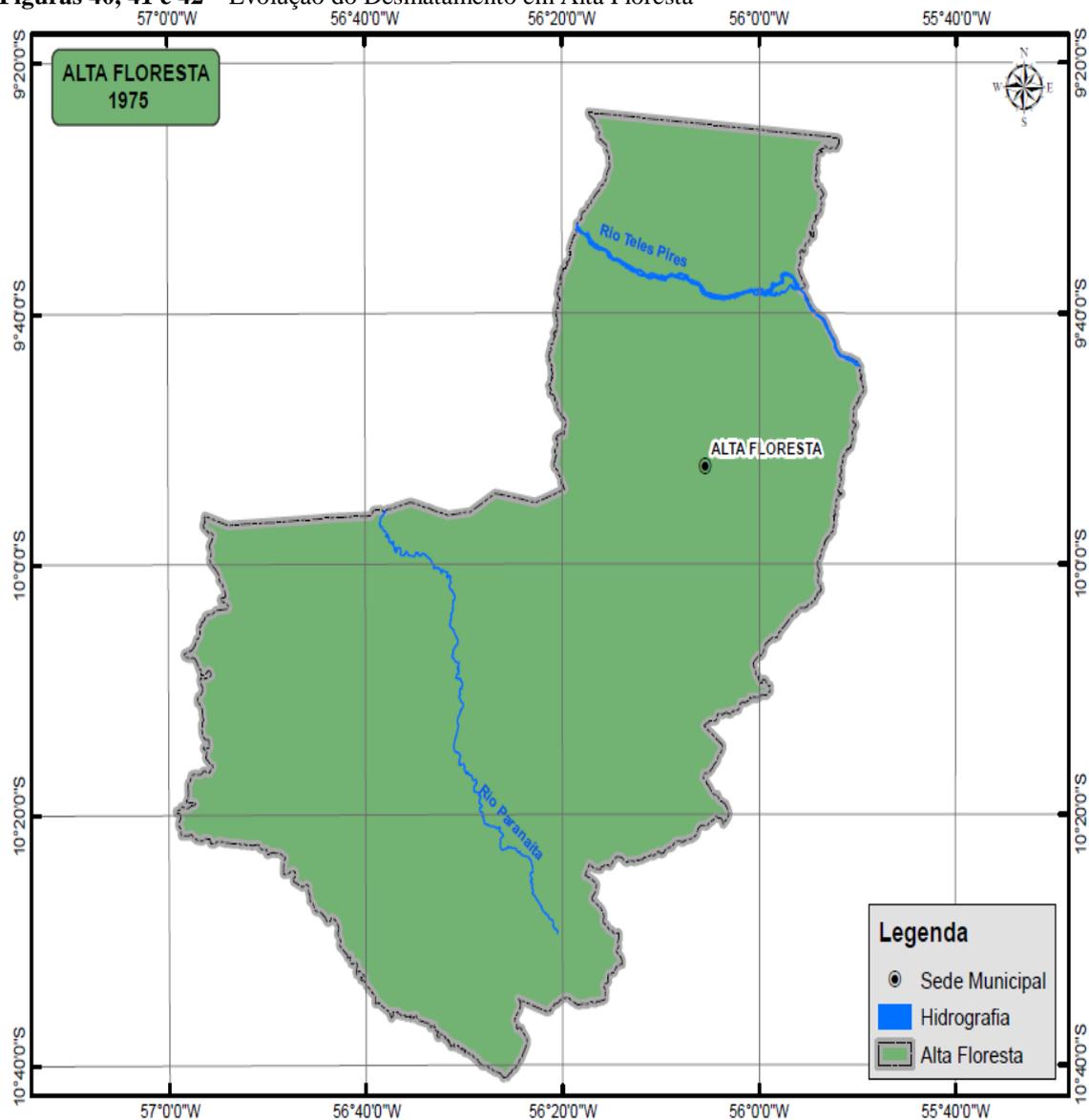
A era do garimpo em Alta floresta, iniciada em 1979, se estendeu até 1990. Pelo menos 200 empresas de compra de ouro se instalaram no município. Em 2002 havia apenas cinco empresas (REVISTA ALTA FLORESTA, 2002). Atualmente só há uma, a empresa Ourominas, que compra metal extraído basicamente do garimpo paraense de Novo Progresso.

5.6 A Atual Conjuntura de Alta Floresta

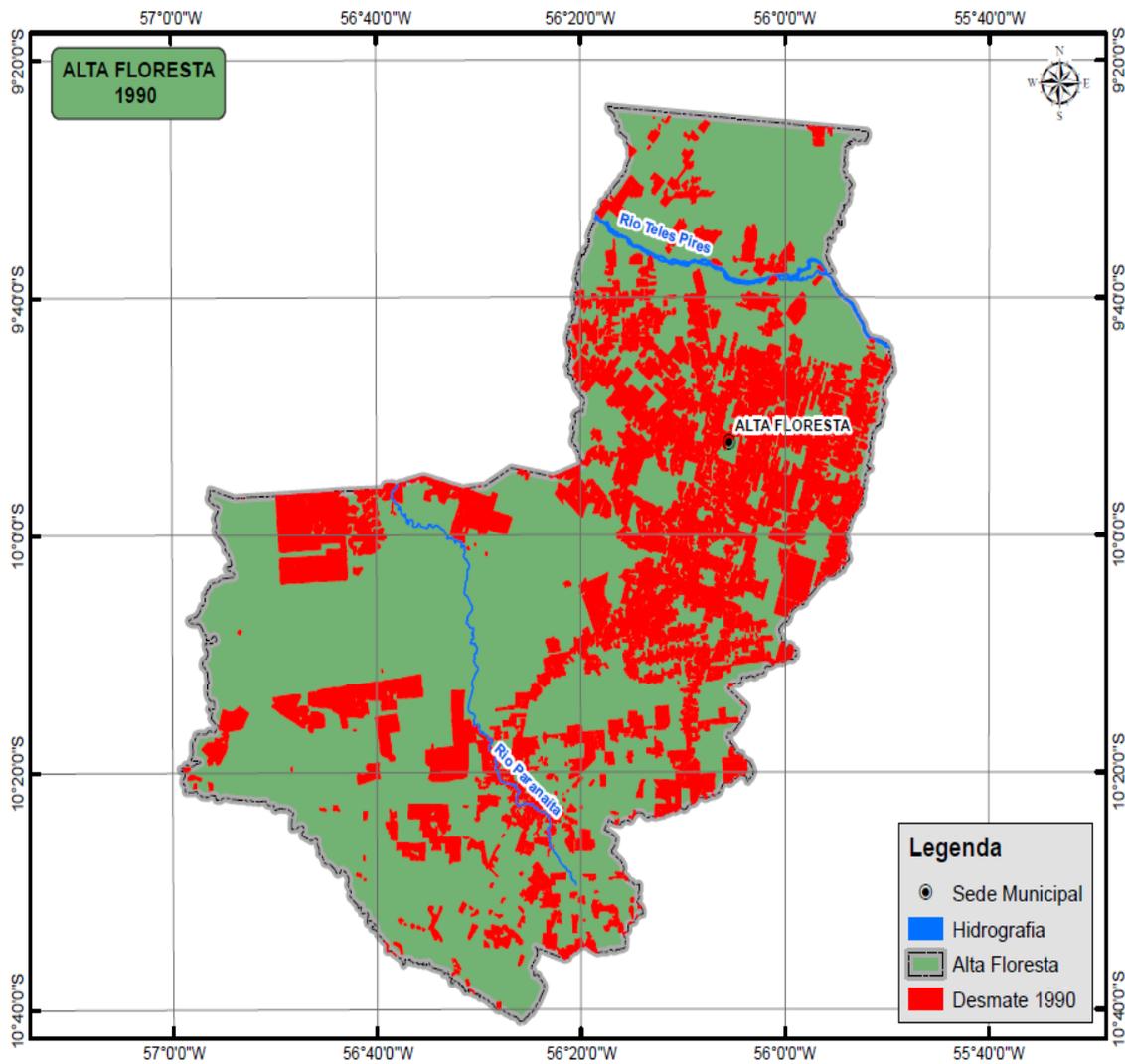
Com o fim do garimpo, as atividades agrícolas teriam que voltar a ser a principal atividade econômica de Alta Floresta, mas a produtividade da terra, cultivada aos moldes sulistas e deteriorada/contaminada pelo garimpo, foi diminuindo. Com a baixa potencialidade do solo, as áreas que seriam destinadas à agricultura, foram gradativamente substituídas por pastos e a pecuária de corte foi se estabelecendo, tornando-se atualmente a maior atividade econômica do município.

O número de cabeças de gado de corte em Alta Floresta é de 838.711, sendo 2050 proprietários. Embora haja uma grande quantidade de gado de corte, há também um alto número de criadores, o que sugere uma maior distribuição das riquezas geradas pela atividade entre os pecuaristas. O índice de Gini em Alta Floresta é de 0,34, com uma incidência de pobreza de 18,29% (IBGE, 2013). A população de Alta Floresta é de 46.164 habitantes (IBGE, 2010). Apesar da pecuária ser o maior propulsor econômico de Alta Floresta, as externalidades negativas ocasionadas por essa atividade afetam a população florestense, sendo o desmatamento nas áreas de criação de gado bovino, a externalidade negativa de maior incidência. Apesar do IDH de 0,741, ser médio e estar próximo de se tornar alto, como mostrou a tabela 2, nenhuma variável ambiental é considerada neste índice.

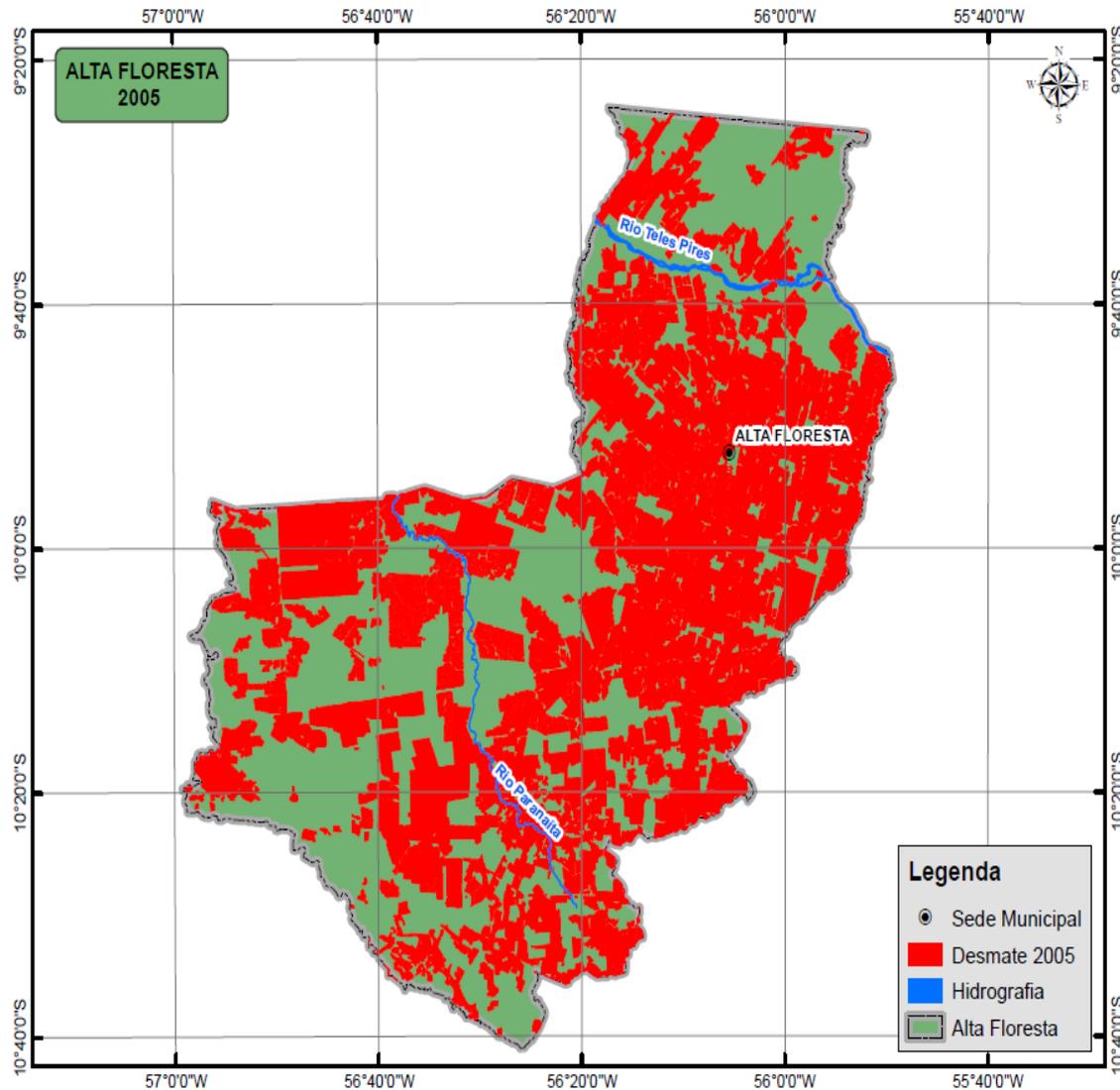
Figuras 40, 41 e 42 – Evolução do Desmatamento em Alta Floresta



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; ICV (2008).



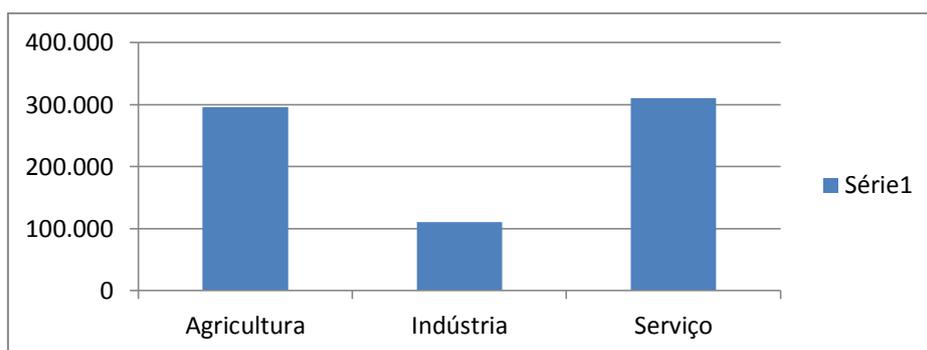
Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; ICV (2008).



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; ICV (2008)

Vê-se um aumento significativo no desmatamento de Alta Floresta ao longo do tempo, o que afeta outra atividade econômica importante do município, o ecoturismo. O município é um dos maiores pólos turísticos de Mato Grosso e da Amazônia, e gradativamente, com o avanço da pecuária, vai perdendo espaço físico para desenvolver suas atividades.

O PIB de Alta Floresta em 2012 foi de R\$716.172.000,00.

Gráfico 4 – Distribuição do PIB de Alta Floresta por Setores

Fonte: IPEA (2013)

O bom PIB da cidade é bem dividido entre os setores, ainda que a pecuária seja significativa – os valores desta atividade entram na rubrica agricultura – e os serviços apresentem alto valor, a indústria também colabora com grande parte do PIB. O PIB per capita da população é de R\$14.567,00.

Em Alta Floresta há 20 unidades de ensino pré-escolar, sendo 5 privadas e 15 municipais, com 67 docentes e 1.293 matriculados; 28 escolas de ensino fundamental, sendo 3 privadas, 16 estaduais e 9 municipais, composto por 433 docentes e 8.107 alunos matriculados; 12 escolas de nível médio, 2 privadas e 10 estaduais, com 182 docentes ministrando aulas para 2.903 matriculados. No município há um campus da UNEMAT que oferece os cursos de graduação de Direito, Biologia, Agronomia, Engenharia Florestal e Turismo; especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável, Educação Ambiental e Ecoturismo, Geografia e Gestão Ambiental e Saúde e Meio Ambiente, além do Mestrado em Biodiversidade e Agroecossistemas da Amazônia.

No município de Alta Floresta há 5 hospitais, sendo 1 público e 4 privados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). Em 2008 havia 21.498 unidades, distribuídas entre economias ativas e domicílios, que eram beneficiadas pelo abastecimento de água (IBGE, 2008).

Há bons índices de desenvolvimento em Alta Floresta, mas o PIB per capita, ainda é baixo perante ao do Estado de Mato Grosso que é de R\$25.954,87, o que faz com que os trabalhadores qualificados deixem a cidade devido a pecuária que emprega e paga muito pouco, pois a atividade não tem a necessidade de gerar grandes quantidades de empregos em geral, e para os trabalhadores qualificados o número de empregos gerados na pecuária diminui ainda mais, fazendo com que a renda média dos florestenses acabe sendo abaixo da média mato-grossense.

6 CONCLUSÃO

A expansão da fronteira agropecuária é um fenômeno que ocorre no Brasil desde o início de sua colonização, e como visto nesta tese, continua em vigência, caminhando cada vez mais A Oeste, Amazônia adentro. O movimento começou com a divisão feita pela coroa portuguesa, de sua então colônia na América, em Capitânicas Hereditárias. A Capitania de São Vicente não teve sucesso na produção de cana-de-açúcar, cultura que os portugueses já tinham conhecimento devido ao cultivo canavieiro nas colônias africanas, e que prosperou no Nordeste do país, e, dessa forma, os ocupantes dessa capitania que ficou esquecida pela Coroa portuguesa, subiram a Serra do Mar, em direção ao Oeste, e se espalharam pela região, sobrevivendo por meio da agricultura de subsistência. A caminhada em direção ao Oeste foi intensificada com a descoberta do ouro, e clãs familiares identificados por bandeiras, faziam suas expedições – muitas financiadas pela Coroa portuguesa – , que eram compostas pelos homens pertencentes as suas respectivas bandeiras e por escravos indígenas e mamelucos. Ao longo dos percursos dos bandeirantes que se direcionavam ao Oeste, várias vilas, que posteriormente se tornariam cidades, foram instaladas no interior de São Paulo e também no Mato Grosso. Com o declínio da economia mineira, a expansão da fronteira agropecuária continuou por meio da acumulação de capital promovida pela cafeicultura, que com o fim da escravidão, passou a ter mão de obra assalariada formada basicamente por imigrantes europeus de origem italiana.

Entre os imigrantes que atravessaram o Oceano Atlântico e chegaram ao Brasil estava Antônio Ometto e sua esposa Caterina Biasio. A família Ometto, que veio para trabalhar nas lavouras de café, se tornou a maior produtora de cana-de-açúcar do mundo. Chegaram ao Brasil em 1887, e já na década de 1930, já eram grandes produtores, fazendo parte da elite nacional já nos anos 1940. Essa evolução ocorreu de início pela astúcia de plantar a cana-de-açúcar, um produto diferente daquele que comandava a economia nacional e que garantia rápido retorno de capital, atendendo as necessidades imediatas da família, e posteriormente pela destreza adquirida. A busca pelo conhecimento de como implementar o plantio de cana-de-açúcar da melhor forma possível, foi essencial para a capitalização dos Ometto. Com o aumento do poder aquisitivo, as relações sociais com a elite nacional estreitou-se, e o envolvimento na política foi uma consequência. Integrantes da família Ometto passaram a ser formadores de opinião dentro da política brasileira. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, interferiram diretamente nas decisões do IAA, órgão público que viriam a comandar

posteriormente, sempre defendendo as necessidades da produção sucroalcooleira, pois montaram grandes usinas no Oeste paulista.

A oportunidade de expandirem os seus negócios para a Amazônia veio com a ditadura militar. A política de incentivos fiscais promovida pelo governo federal e organizada pela SUDAM, fez com que grandes capitalistas recorressem a tal instrumento. A maioria dos capitalistas beneficiados tinha sua origem em São Paulo, ainda que houvesse uma elite local formada em vários Estados da Amazônia. A elite local foi deixada de lado pelo governo militar, e passaram a ser subserviente a elite nacional, que passou a comandar a forma de reprodução do capital na Amazônia, fundando até um associação de empresários para promover o crescimento da Amazônia.

Para receber os incentivos fiscais, havia uma condição de propriedade da terra por parte do capitalista. A família Ometto se associou a Ariosto da Riva que obteve junto à CODEMAT, uma grande porção de terra no Norte de Mato Grosso, no então distrito de São Félix do Araguaia, onde estavam instalados os índios Xavante. Deu-se início ao processo de transformação da frente de expansão em frente pioneira na Amazônia mato-grossense. Esse processo de transformação dificilmente ocorre sem conflitos, pois os interesses dos que já estavam ocupando a área, se contrapõem aos interesses dos capitalistas que as adquiriram. Amparada pelo governo militar ao qual estava articulada, a família Ometto começou a implementar as atividades dentro de suas novas terras, e os índios que não faziam parte de seus planos de desenvolvimento, foram levados de suas terras por um avião da FAB.

Os Ometto, que recorreram mais de uma vez ao mecanismo de incentivos fiscais, não cumpriram o projeto que submeteram à SUDAM, e ainda recuperaram o dinheiro investido na aquisição de parte das terras de Ariosto da Riva, com a venda das mesmas para a Agip Petroli, multinacional italiana. Já Ariosto da Riva que vendeu sua porção de terra para o Grupo Bordon, adquiriu por meio de um leilão que não envolvia quantias monetárias e sim a apresentação de projetos, 400mil hectares no Norte de Mato Grosso, onde fundou o município de Alta Floresta.

O início do processo de ocupação das duas áreas estudadas nesta tese, foram dicotômicos, mas apresentaram semelhanças ao longo do tempo. A Agip Petroli permaneceu por décadas na região, requisitando incentivos fiscais para lá continuar a atividade de pecuária de corte, transformando a mata primária em pasto e produzindo somente com o fim de exportar e atender o centro do país, onde havia maior mercado consumidor com um nível de capital elevado. No local ficava somente o ônus; a degradação ambiental, a concentração de renda e a falta de estrutura necessária para que o desenvolvimento ocorresse na região. A

política de incentivos fiscais condenou a Amazônia ser uma perifeira do Brasil, institucionalizando a desigualdade social na região.

Mesmo com o fim do regime militar, a Agip Petrolí permaneceu criando gado de corte na década de 1980, período no qual começaram a vir à tona os questionamentos ambientais que posteriormente viriam tornar-se significativos em todas as esferas do conhecimento. Já sem a manutenção da ordem a força promovida pela ditadura, e com a articulação em escala global dos movimentos ambientais – sabe-se que os índios culturalmente vivem em completa harmonia com a natureza –, o Cacique Damião foi à Itália relatar aos veículos de comunicação, o que os índios estavam passando longe das terras a que pertenciam. Ganhou o apoio popular. A Agip Petrolí, na Rio-92 devolveu as terras aos índios oficialmente. Deu-se início à atuação do poder local. Políticos incentivaram a invasão da Terra Indígena de Marãiwatsédé. A ocupação ocorreu por meio de pessoas de baixa renda, e poucos conseguiram sustentar-se muito tempo sem algum tipo de incentivo público. Formaram-se latifúndios dentro de uma área indígena. Os atores que pertenciam à elite política regional, conseguiram institucionalizar o preconceito entre os invasores, que se tornaram reféns dessa elite política, que montou o cenário já sabendo quais seriam os próximos passos.

Na colonização de Alta Floresta, esta estrutura determinista também já estava institucionalizada. Antes do início das obras de colonização, a INDECO já havia estipulado qual seria a origem dos colonos e até mesmo o que eles iriam plantar. Assim foi conduzido o processo de colonização privada de Alta Floresta até a descoberta do ouro na região. Dezenas de milhares de garimpeiros chegaram ao município, ocupando áreas de expansão do projeto de colonização, degradando terras que se tornariam lucro para Ariosto da Riva. Da mesma forma que os políticos da região de São Félix do Araguaia institucionalizaram o preconceito contra os indígenas, Ariosto da Riva o fez contra os garimpeiros; ele que outrora exerceu essa profissão. Deu-se início aos conflitos sociais em Alta Floresta, sendo explícitos entre gêneros de profissão. Agricultores e garimpeiros estavam em lados opostos, ainda que fossem mais semelhantes entre si, do que análogos a Ariosto da Riva, formador do discurso segregador, que incitava as tensões sociais. Agricultores e garimpeiros estavam em busca de uma condição financeira melhor. Mesmo que exercendo atividades diferentes, o fim era o mesmo.

Após alguns anos de conflito, o garimpo conseguiu se firmar como a principal atividade da cidade. Já não se sabia mais se o Bandeirante Moderno era o criador de cidades ou se eram os garimpeiros, que abriam clareiras em meio à mata, estabelecendo vilas para encontrar o ouro, assim como no século XVIII. Todas as outras atividades em Alta Floresta

passaram a estar em torno do garimpo, inclusive a agricultura familiar. Com o ouro praticamente esgotado na região no início da década de 1990, a pecuária foi a saída encontrada pelos colonos para suprir suas necessidades, pois os solos encontravam-se fatigados ou contaminados, e o pasto foi o que restou para ser plantado em Alta Floresta. Com a criação de gado bovino tomando frente na economia municipal, o desmatamento foi iminente. Conforme o rebanho foi crescendo, a degradação ambiental aumentou. Os pastos foram sendo criados e a frente pioneira foi estabelecida no município.

Já na região de São Félix do Araguaia, a Terra Indígena de Marãiwatsédé, quando foi devolvida aos seus verdadeiros donos em 2012, voltou a ser uma área de frente de expansão. Não se sabe até quando, pois as condições que os indígenas encontraram não eram favoráveis ao modo de vida indígena, quem tem a natureza como centro de sua vivência, porque simplesmente [...] não havia mais natureza! Marãiwatsédé passou a ser conhecida como a terra indígena mais desmatada do país. O índio tem sua cultura vinculada aos recursos naturais. Esses recursos não servem somente para servi-los, mas eles, os índios, também servem a natureza. É uma relação de troca mútua que ficou completamente comprometida com o desmatamento, e dessa forma, sem o apoio do poder público para efetuar a recuperação da área degradada, não se sabe até quando perdurará a resistência indígena, que forma uma frente de expansão.

A degradação ambiental, ocorrida na antiga Agropecuária Suiá-Missú S/A, foi intensificada após a invasão das terras indígenas em 1992. Até a área retornar ao controle Xavante, os então autodenominados posseiros, não permitiam a entrada dos índios por completo em sua área de direito, restringindo-os a um pequeno espaço. Os conflitos entre as partes, começaram na repatriação Xavante em 2012, vinte anos depois das terras pertencerem por direito aos silvícolas. Os pequenos produtores que conseguiram prosperar na área invadida, passaram a temer a perda do controle da área e foram para a linha de frente oferecer resistência, e indiretamente acobertavam os latifundiários que estavam no comando de grande parte das terras de Marãiwatsédé, pois os primeiros tinham mais a perder do que os segundos.

A Polícia Federal foi acionada e retirou os invasores, liberando a entrada dos indígenas a ocuparem a área a qual eles pertencem. Os pequenos produtores foram encaminhados para um assentamento do INCRA que está inacabado, e ainda voltam a terra indígena de Marãiwatsédé promovendo o confronto com a polícia que ainda não saiu dos limites da terra indígena, não deixando os Xavante vulneráveis a qualquer nova tentativa de invasão e expulsão dos mesmos. Aos latifundiários, que embora tenham perdido o controle de grandes extensões de terras, “restaram” vinte anos de lucros (invariavelmente advindos da produção

extensiva de soja) e de exploração de uma área a qual não os pertenciam. Essas ações ainda refletem na sociedade da região, pois, os latifundiários, além de usar pessoas socialmente vulneráveis que arriscaram suas vidas, primeiramente como fantoches e posteriormente como escudo e que agora não servem mais para atender os seus interesses, foram esquecidas, deixadas de lado pelos grandes proprietários, como se fossem uma mercadoria descartável.

O legado da ocupação latifundiária da região de São Félix do Araguaia ainda permanece. Há um alto grau de concentração de terras, e conseqüentemente, um alto grau na concentração de renda na região do município. Já em Alta Floresta, a renda é melhor distribuída. Não há uma forte concentração de renda devido ao loteamento feito pela INDECO. Porções de terras de área equivalentes foram vendidas a diferentes colonos, fazendo com que haja uma menor desigualdade socioeconômica na região.

Os diferentes processos de colonização, o latifundiário e o baseado na agricultura familiar, refletem em legados distintos. Em São Félix do Araguaia, há uma dicotomia social, não tendo estrutura necessária para toda a população em vários âmbitos sociais, com saúde e educação, facilitando o processo de exploração capitalista. É um município onde apenas alguns são beneficiados. Em Alta Floresta, embora não seja um município abastado, vê-se uma igualdade de condições socioeconômicas na população. Não há grandes disparidades, o que faz com que os interesses de seus habitantes, atualmente, sejam os mesmos, e sendo assim, a possibilidade de obter êxito em esferas essenciais que determinam uma boa qualidade de vida, aumenta. Até mesmo porque, a elite política local se mistura com a população, assimilando as suas necessidades.

O único concentrador de terra que ainda há em Alta floresta é a INDECO que continua sendo de propriedade da família Da Riva, e ainda comercializa lotes não só em Alta Floresta, mas também em Apiacás e Paranaíta. A família Ometto também está exercendo a mesma atividade de venda de lotes no Norte de Mato Grosso. Após vender a Agropecuária Suiá-Missu S/A para Agip Petroli, requisitaram novamente o mecanismo de incentivo fiscal, e coincidentemente também não cumpriram o que estava no novo projeto submetido à SUDAM, referente a Agropecuária do Cachimbo S/A, e assim resolveram dividir a área e loteá-las.

O legado comum que ficou evidente entre os diferentes tipos de colonização foi o desmatamento. Em ambas as áreas estudadas vê-se que o desmatamento foi aumentando ao longo do tempo. Isso ocorreu devido à produção extensiva, tanto de grãos quanto de criação de gado bovino. Em ambos os municípios esse modo de produção é dominante, e embora em Alta Floresta as propriedades sejam pequenas, estas somadas se comportam como uma grande

fazenda, gerando o mesmo efeito ambiental negativo que uma grande propriedade de produção extensiva localizada em São Félix do Araguaia.

As duas diferentes formas de ocupação mencionadas nesta tese, foram executadas para promover a acumulação de capital. É essa variável que comanda a dinâmica da expansão da fronteira agropecuária. Esse movimento gera externalidades negativas que podem implicar em graves consequências, afetando principalmente os que possuem um menor poder aquisitivo. O desmatamento, a produção de forma extensiva e também a presença de mineradoras, ocasionam um efeito perverso contaminando solos, água, lençóis freáticos, destroem o funcionamento de ecossistemas íntegros, potencializam a poluição interferindo diretamente nas mudanças climáticas e necessariamente exploram a mão de obra, ocasionando o aumento da desigualdade. Em meio a todos os aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos já mencionados, os menos favorecidos acabam por ter que resistir com os poucos recursos que têm, pressionando o Estado para que este faça valer os seus direitos ou sucumbem, cedendo as formas arcaicas de regulação social, muitas vezes perdendo a sua dignidade.

As áreas de preservação ambiental têm que ser mantidas, criadas e recuperadas, não só para alcançar a preservação por si, mas para dar condições humanas para os que vivem da floresta, fazendo com que conhecimentos milenares não acabem e sejam repassados às gerações futuras. A necessidade aumenta quando se vê que grandes porções de terra que deveriam ser destinadas à preservação como as Terras Indígenas de Marãiwatsédé ou a área que seria destinada ao Projeto Humboldt, foram utilizadas para produzir de forma ambientalmente incorreta, atendendo ao capital. Quando o crescimento ocorre de forma estritamente econômica, a humanidade não é levada em consideração.

Contrapondo o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável – aqui pede-se desculpa pela redundância, pois só há desenvolvimento se este for sustentável – preza pela equidade social e pelo equilíbrio ambiental, fazendo ser possível a coexistência entre as diferentes categorias em territorialidades distintas, não promovendo a exclusão que a lógica de acumulação insiste em ratificar. Espera-se ainda que as ações que incidirão na fronteira agropecuária sejam pensadas sobre a lógica de Pareto, onde a primeira condição para a execução de uma ideia é a de que nenhuma pessoa seja prejudicada e a segunda é que ao menos uma pessoa seja beneficiada.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- ALMEIDA, A. T. **Oeste Paulista: a experiência etnográfica e cultural**. São Paulo: Atlas, 1944.
- ARAÚJO, R. **Movimento boa nova**. Belo Horizonte: O instrutor, 1999.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revam, 2000.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Edusp, 2007.
- ARQUIVO Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- BAER, W. **Industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- _____. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.
- BECKER, B. A (des)ordem global, o Desenvolvimento Sustentável e a Amazônia. In: _____. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BEIGUELMAN, P. **A Crise do escravismo e grande migração**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BOFF, L. **Ecologia: grito da terra grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- BRASIL. Constituição (1934) da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Brasília, DF, 1934.
- _____. Constituição (1967) da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF, 1969.
- _____. Emenda Constitucional da República Federativa do Brasil de 17 de outubro de 1969. Brasília, DF, 1969.
- _____. Superior Tribunal Federal. **Recurso extraordinário 416144 MT**, 1/10/2004.
- _____. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. Brasília, DF, 2010.

BUENO, I. R. Laudo Antropológico. Terra Indígena Marãiwatsédé. Ação Civil Pública nº 950000679-0. Quinta Vara Judicial de Mato Grosso. 17 de abril de 2006.

CACHIONI, M. **O Papel pioneiro da construção fabril na província de São Paulo**. São Paulo: IPHAN, 2012.

CALMON, J. **As Estradas corriam para o Sul**: migração nordestina para São Paulo. Salvador. EGB, 1998.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: UNESP, 2007.

CANTUÁRIO, M. **Cultura abafada renasce das cinzas**. Cuiabá: UFMT, 2007.

CARVALHO, D. A queda da renúncia fiscal e a crise recente do padrão de financiamento da Amazônia. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável**: uma contribuição para a Amazônia. Belém. UFPA; NAEA, 1997.

CASALDÁLIGA, P. **Escravidão e feudalismo no Norte do Mato Grosso**. São Félix do Araguaia: [s. n.], 1970.

CASALDÁLIGA, P. **Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2012.

CASTRO, A. **Sete ensaios sobre a economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

CINTRA, M. **João Ometto**: uma trajetória de vida. São Paulo: Marca d'água, 1986.

COHN, A. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Respectiva, 1976.

CONSTANTINO, N. S. **O Italiano da esquina**: imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: ESTEF, 1991.

CORREA, R. L. **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

CORREIO Paulistano, São Paulo, 2 nov. 1952.

_____. São Paulo, 9 jun. 1886.

_____. São Paulo, 18; 24 jun. 1887.

COSAN. **Trajectoria**. Disponível em: <www.cosan.com.br/Cosan/Trajectoria> Acesso em: 8 nov. 2012

COSTA, F. A. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. Belém, **Novos Cadernos do NAEA**, v.1 n.1, Belém, 1998.

_____. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém. UFPA; NAEA, 2000.

DABAT, C. **Moradores de engenho.** Recife: UFPE, 2007.

CUIABÁ. Estado de Mato Grosso. Catete: POLAMAZÔNIA é um sucesso. Cuiabá, 27 jul. 1977.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto presidencial.** Brasília, DF, 11 dez. 1998.

_____. Superintendência Regional em Mato Grosso. **Portaria nº44 de 18 de dezembro de 2012.** Brasília, DF, 19 dez. 2012.

DOMAR, E. Capital expansion , rate of growth and employment. **Econometrica**, Washington D. C. v.14 abr.,1946. Disponível em:<<http://ww2.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/domar1946.pdf>>Acesso em: 16 jul. 2012.

EMMI, M. **Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade.** Belém. UFPA: NAEA, 2008.

ESCRIBANO, F. **Descalço sobre a terra vermelha.** Campinas. Unicamp, 2000.

ETGES, V. **Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel.** Santa Cruz do Sul: Edunic, 2000.

FATOA POPULARES. Alta floresta terra onde o sangue do garimpo é usado para irrigar a terra. Cuiabá, 21 set. 1981.

FERRAZ, I. **Dossiê Brasil: responsabilidades Italianas na Amazônia.** Brasília, DF, 1990.

FERREIRA, C. As teorias da localização e a organização espacial da economia. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

FERREIRA, E. **Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso.** Campinas: Unicamp, 1986.

FIGUERIDO, M. **A Visão de Hermínio Ometto.** Comissão da Biblioteca de Araras-SP. Araras: [s.n.], 1998.

FREITAS, D. **O Homem que inventou a ditadura no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

FOLHA DA FLORESTA. de Abril de 1989. Entrevista concedida por Ariosto da Riva ao veículo de comunicação impresso do município de Alta Floresta, 1989.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1987.

GAMBINI, R. **Corações partidos no Porto de Gênova.** São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade do Estado de São Paulo, 2006.

GUIA DE SERVIÇO: edição Centro-Oeste. Alta Floresta e o seu Colonizador. Cuiabá, 1984.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A Lenda do ouro verde: Cuiabá, UNICEN publicações,** 2002.

HARROD, R. An essay in dynamic theory. **Economic Journal**, Oxford, 1939. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Harrod1939.pdf>>Acesso em: 21 ago. 2012.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1961.

HIRSCHMAN, A. Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

HOLANDA, S. B. **História geral da civilização Brasileira**: expansão da territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HUERTAS, D. **Da fachada atlântica à imensidão Amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume, 2009.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

HUTTER, L. M. **Imigração Italiana em São Paulo de 1902 a 1914**: o processo imigratório. São Paulo: Institutos de Estudos Brasileiros; USP, 1986.

IANNI, C. **Homens sem paz**: conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo: Difel, 1963.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. (Org.) **Karl Marx**. São Paulo: Ática, 1996.

IBGE. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2013.

ÍNDICE do CUSTO DO VIDAICV. Iniciativas de Projetos de Pecuária. Alta Floresta, 2008.

INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO- INDECO. **O construtor de cidades**, Cuiabá, 1978.

_____. **Alta floresta ano II**. Cuiabá: [s.n.], 1980.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. IPEADATA, 2013.

JATENE, H. **Reabertura da fronteira agrícola sob controle**: a colonização particular dirigida de Alta Floresta. Campinas: Unicamp, 1983.

JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. **Degolaram cidadão em alta floresta**. Cuiabá, 16 set. 1981.

_____. **tensão e conflito em Alta Floresta**. Cuiabá, 20 set. 1981.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Uma história de ouro e sangue**. São Paulo, 1 abr. 1981.

JORNAL OPINIÃO. **A verdadeira história de Humboldt**. Rio de Janeiro, 19 set. 1975.

KALECKI, M. **Teoria dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. **A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. São Paulo: Atlas, 1982.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. São Paulo: Pearson Educatron do Brasil, 2005.

LEÃO, R. **Dedini**: a força de um ideal. Piracicaba: R. M. Leão, 2005.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Norte e Centro-Oeste. Campinas: Unicamp, 1985.

LIRA, S. **Morte e ressurreição da SUDAM**: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. Belém: UFPA; NAEA, 2007.

LOBO, R. H. **História econômica geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1977.

MACHADO, A. **Vida e morte Bandeirante**. São Paulo: M Martins, 1972.

MACHADO, L. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. In: BECKER, B. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MALTHUS, T. **Princípios sobre economia política e considerações sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MÂNTEGA, G. **A Economia política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARSON, M. **Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo (1820-1960)**. 2011. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2012.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e violência**. Hucitec. São Paulo, 1980.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica a economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MAYBURY-LEWIS, D. **A sociedade xavante**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.

MEIRA, R. B. **Banguês, engenhos centrais e usinas**. São Paulo: Alameda Cais, 2010.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MIRANDA, J. A. **A Produção do ouro no Estado de Mato Grosso**. Campinas: Unicamp. 1997.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec Plus, 1984.
- MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: Política e mecanismos de burla**. Cuiabá: UFMT, 2007.
- NASCIMENTO, J. C. L. **Desequilíbrios estruturais da economia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2004.
- NEGRI, B. **Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos**. 1977. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.
- NURKSE, R. **Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1990.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- OLIVER, G.; SZMRECSANYI, T. A estação experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920-1940). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, 2003.
- PASSOS, M. **Colonização agrícola e povoamento na Amazônia Matogrossense**. Maringá: Eduem, 2010.
- PEET, R. **Theories of development**. New York: The Guilford Press, 1999.
- PERROUX, F. **Sociologia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1967.
- PERROUX, F. O Conceito de Pólos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.
- PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia:UFG, 1999.
- PIAIA, I. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Edunic, 2003.
- PIRES, M. C.; MENDONÇA, M. G. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PNUD-Brasil. **Índice de desenvolvimento humano municipal Brasileiro**. Brasília, DF: Portal Print Gráfica, 2013.
- POLANYI, K. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMPERMAYER, M. J. Strategies of Private Capital in Brazilian Amazon. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. (Org.). **Frontier expansion in Amazon**. Cainsville: University of Florida, 1991.

- POVOAS, L. **Os Italianos em Mato Grosso**. São Paulo: Resenha Tributária, 1989.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. **Evolução política do Brasil e outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PREBISCH, R. O Desenvolvimento econômico na América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia** v. 3, n. 3, set. 1949. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>>. Acesso em: 21 de set. 2012.
- PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento Latino Americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- PRETI, O. **Colonização**. Cuiabá, Ed.UFMT, 1993.
- _____. **A colonização oficial em Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1994.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RACHE, A. L. **Contribuição ao estudo da economia Mineira**. Belo Horizonte: J. Olímpio, 1972.
- RAMOS, P. **Agroindústria canvieira e propriedade Fundiária no Brasil**. São Paulo. Hucitec, 1991.
- RELATÓRIO de 1878 apresentado à Assembléia Geral da Segunda Sessão da décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. In: GABLER, L. **A Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a Modernização do Império (1860-1881)**. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- REVISTA ALTA FLORESTA. **Cabeça, ex Rei do Garimpo**. Alta Floresta, ano 26, 2002.
- _____. **Alta Floresta: um exemplo de colonização**. Alta Floresta, ano 7, 1983.
- REVISTA CONTATO. **Ariosto da Riva: o imperador do Nortão**. Cuiabá, maio, 1986.
- REVISTA ISTO É. **A última Aventura**. São Paulo, 24 abr. 1981.
- REVISTA TERRA. **Uma Aventura na selvagem alta floresta**. São Paulo: Abril, 1999.
- RIBEIRO, J. **Terra e garimpo**. Cuiabá: UFMT, 2001.
- RIBEIRO, A. **A Colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil no Estado de Mato Grosso**. 3013. 258 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- RICARDO, C. **Marcha para o Oeste**. São Paulo: J. Olympio, 1970.

RICHARDSON, H. **Economia regional**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1975.

RODRIGUES, M. **Cartilhas da dominação**. Curitiba: UFPR, 1991.

RODRIGUEZ, O. **Teoria de desenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1981.

ROSA, R. **A Constituição da escola com um espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do Norte mato-grossense: Alta Floresta, 1976 a 1996**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

SACHET, C. **O Imigrante Ítalo-catarinense**. **Revista Travessia**, Florianópolis, v. 4, n. 10, 1985.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAY, J. B. **Tratado de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012.

SCHWANTES, N. **Uma cruz em terranova**. Brasília, DF: Do autor, 2008.

SCHWARZER, H. **A CEPAL: a teoria clássica e a proposta de transformação produtiva com equidade social**. Curitiba: UFPR, 1993.

SIQUEIRA, E. **O processo histórico do Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1990.

SIQUEIRA, E. **Revivendo o Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 1997.

SILVA, F. C. **Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia Oriental Brasileira**. 1995. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 1982.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SUDAM. **Processo n. 08749/66**. Parecer de aprovação nº295/66-AT-STO 22 de dezembro. 1966. Belém: SUDAM, 1966.

_____. **Processo n. 02863/71**. Colaboração Financeira de Recursos oriundos do artigo 1º alínea “b” do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém: SUDAM, 1971.

_____. **Processo n. 03374/74**. Colaboração Financeira de Recursos oriundos do artigo 1º alínea “b” do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém: SUDAM, 1974.

_____. **Processo. n. 04103/74**. Memória de Análise. Belém: SUDAM, 1974a.

_____. **Processo n. 00731/76.** Colaboração Financeira de Recursos oriundos do artigo 1º alínea “b” do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém: SUDAM, 1976.

_____. **Processo n. 03558/81.** Atualização Financeira. Belém: SUDAM, 1981.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 2005.

TAUNAY, A. **História do Café no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: J. Zahars, 1977.

THERY, H. **Situações da Amazônia no Brasil e no Continente.** São Paulo: Institutos de Estudos Avançados, 2005.

TRENTO, A. **Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1989.

TURNER, F. **The frontier in American History.** Tucson: University Arizona Press, 1992.

VIOTTI, E. **Da senzala à colônia.** São Paulo: EdUnesp, 1998.

VIOTTI, E. **Da monarquia à república.** São Paulo: EdUnesp, 1998a.

VELHO, O. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração em uma área da transamazônica.** Rio de Janeiro. J. Zahar, 1972.

WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

ANEXO

ALTA FLORESTA TERRA ONDE O SANGUE DOS GARIMPEIROS É USADO PARA IRRIGAR A TERRA

Deputado foi agredido a pauladas, pedradas e lama, numa reunião/As cenas do filme “Lucio Flávio Passageiro da Agonia” é a musa das torturas usadas. A polícia está altamente comprometida com o “torturador” Ariosto da Riva.

Texto: Colemar Silva

Fotos e Reportagens: Ivaldo Lúcio

A “Lei do Cão” está imperando nas regiões de garimpo do Estado de Mato Grosso, essa lei está sendo aplicada em centenas de garimpeiros de ambos os sexos, pessoas essas que tiveram a infelicidade de dirigir-se a região de Alta Floresta, cidade nascida no bojo do projeto codinominado “INDECO”, espécie de feudo particular do indivíduo Ariosto da Riva.

Alta Floresta é no momento o maior foco de agitação social existente no País. Ali é comum homens e mulheres de todas as idades e credos religiosos, desfilarem nus, com os mais diversos objetos, como por exemplo, cabos de vassouras introduzidos no ânus. Garimpeiros apontam a polícia e os jagunços da “INDECO”, por atraírem acompanhantes mulheres e as obrigarem a ir para um local vender carícias ou trocá-las por ouro. Eram assassinadas a facadas e disparos de arma de grosso calibre em locais como a vagina, por exemplo. Proprietários de estabelecimentos hospedeiros são despejados. Carros são tomados pela polícia sob a alegação de irregularidades na documentação, e são usados depois para serviços policiais, até que seus motores fiquem imprestáveis. As safras de ouro coletadas pelos garimpeiros, são tomadas a força pela polícia e por jagunços a serviço da “INDECO”. Se o elemento se revolta, confiscam-lhe todos os seus bens, dando-lhe uma característica legal de ação policial. As regras do jogo e as leis são impostas pelo delegado de polícia de SINOP (cidade existente no garimpo), Cel. José César Comte, tendo como lugar tenente o escrivão de polícia Élon Sipp e o investigador Antônio Valdir de Albuquerque, e o que é mais grave é a participação de um policial militar daquele Estado, que se identifica como “Capitão Fortes”, e que segundo declarações de diversas pessoas, dentre estas deputados e advogados da região, são elementos credenciados para matar em nome da “Lei”.

Os elementos que saíram com vida daquele “Inferno Amarelo” declararam ao repórter Ivaldo Lucio, de Fatos Populares, que hoje a região onde está implantado o escritório do Projeto INDECO, propriedade do todo poderoso Ariosto da Riva, está ultrapassando em larga margem, as violentas atividades nas caatingas do Nordeste, na época do famigerado e carniceiro Antônio Virgolino Ferreira, o sanguinário “Lampião”, conhecido como o “Rei do Crime” no Brasil.

DEGOLARAM CIDADÃO EM ALTA FLORESTA

Sem resultados concretos a respeito do crime, o deputado Paulo Nogueira mostrou ontem, na sessão plenária da Assembléia Legislativa, a fotografia de dois homens segurando uma cabeça humana. Conforme comentários generalizados, o crime teria sido perpetrado pelos dois homens da foto, na região de Alta Floresta, e que estes foram presos posteriormente, quando transportavam a cabeça, para mostrar ao mandante que tinham executado o “serviço”.

Ainda no campo da especulação – pois não há nenhuma prova do ato digno da época do cangaço – os dois assassinos estariam impossibilitados de darem qualquer depoimento sobre o macabro acontecimento, pois teriam sido sumariamente executados a mando de César Comte, delegado de Polícia de Sinop, depois que foram apanhados em flagrante transportando a cabeça dentro de uma caixa de isopor.

Traduzindo o terror que assalta a população de Alta Floresta e Sinop, devido aos inúmeros crimes sem solução acontecidos na região, o deputado Paulo Nogueira pediu em Plenário, que a Polícia Militar realize investigações rigorosas para punir os responsáveis. Ainda ontem, por determinação do deputado Osvaldo Sobrinho, eleito pela região de Sinop, estaria sendo montada uma comissão de deputados para se direcionar aquele distrito e avaliar o caso.